

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

HERMES GILBER UBERTI

**“A BENÇÃO QUE SE PEDE E A BENÇÃO QUE SE DÁ”: REDES SÓCIO-
FAMILIARES DE CAMADAS INTERMEDIÁRIAS (RANDOLPHO JOSÉ DA SILVA
PEREIRA, 1841-1914)**

SÃO LEOPOLDO

2011

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

HERMES GILBER UBERTI

**“A BENÇÃO QUE SE PEDE E A BENÇÃO QUE SE DÁ”: REDES SÓCIO-
FAMILIARES DE CAMADAS INTERMEDIÁRIAS (RANDOLPHO JOSÉ DA SILVA
PEREIRA, 1841-1914)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo, RS

2011

Ficha Catalográfica

U14b

Uberti, Hermes Gilber

“A benção que se pede e a benção que se dá: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira / Hermes Gilber Uberti ; orientação Paulo Roberto Staudt Moreira. – São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

220 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa Pós-graduação, Programa de Pós-graduação em História, 2011.

1. Família 2. Redes 3. Compadrio 4. Estratégias 5. Vale do Jaguari
I. Moreira, Paulo Roberto Staud II. Título

CDU 316.356.2:94(816.5)

Hermes Gilber Uberti

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

“A BENÇÃO QUE SE PEDE E A BENÇÃO QUE SE DÁ”: REDES SÓCIO-FAMILIARES DE CAMADAS INTERMEDIÁRIAS (RANDOLPHO JOSÉ DA SILVA PEREIRA, 1841-1914)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos.

Aprovada em 03 de maio de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS - ORIENTADOR)

Prof^a. Dr^a. Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)

Prof^a. Dr^a. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Prof. Dr. Luis Augusto Ebling Farinatti (UFSM)

Aos tios Eurides e Eva:

ele,
indio muy gaúcho
vidente do sistema antigo
que uma vez a palavra empenhada
e o aperto de mão dado
não voltava atrás,
do inesquecível carteadado aos domingos de tarde,
pelos exemplos de honestidade, seriedade e retidão.
ela,
da cozinha fabulosa,
grande sabedoria, imensa simplicidade,
do cuidado, do afeto e zelo,
foste segunda mãe para muitos sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado da colaboração e esforço de uma série de pessoas, fazendo valer a máxima de Paulo Freire de que conhecimento se produz a partir da interação enquanto processo coletivo.

Inicialmente, não poderia deixar de agradecer ao “Patrão Velho lá das Alturas” e a “Mãe Aparecida” pela força, proteção e saúde.

Como este é um trabalho que versa sobre família acreditamos que os agradecimentos podem começar por esta instituição milenar.

À Mariete companheira de todas as horas foi importante, o incentivo, o amor, a paciência a ajuda e as palavras de encorajamento em meio aos exaustivos deslocamentos entre Santa Maria, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga e Mata.

Ao Paulo Henrique e à Ana Paula, razão maior de minha existência, pela compreensão por todas as vezes que deixamos de ficar juntos para conversar sobre o Grêmio ou para brincar de boneca a fim de que o pai pudesse se dedicar às leituras, aos artigos, as transcrições das fontes manuscritas e à redação da dissertação.

Ao pai Hermes, a mãe Leontina e a irmã Angelita, pelo exemplo de trabalho, honestidade e espírito de luta, a fim de superar os obstáculos que a vida nos apresenta. E principalmente por terem segurado “as pontas” no aspecto financeiro.

Ao seu Ari e a dona Mafalda, respectivamente sogro e sogra, por estarem sempre por perto, de um modo especial pela disponibilidade naquelas horas que nós mais precisamos.

Aos cunhados (Odirlei, Luciandra, Taciano e Iara) e aos sobrinhos Jeferson, Daniel, Alexandre e Júlia pelo suporte logístico, principalmente pela acolhida ao longo de nossas andanças.

Não menos importante foi o papel do Paulo, caro orientador, companheiro de time e de política, gracias pela leitura atenta e pelas dicas bibliográficas.

A secretária Janaina pela amabilidade, solicitude e eficiência com que sempre resolveu meus problemas burocráticos. De um modo geral a cordialidade de todos os funcionários da UNISINOS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - que possibilitou a bolsa de estudo viabilizando a realização deste estudo, sem ela o sonho não teria se tornado realidade.

Meus agradecimentos também se estendem ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, de um modo especial aos professores Dr^a. Ana Silvia Volpi Scott,

Dr.^a. Eloísa Capovila da Luz Ramos, Dr. Karl Monsma, Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues e Dr. Martin Dreher pelo auxílio ao longo da caminhada, através do material disponibilizado e pelas discussões estabelecidas, muitas delas, fora da sala de aula. Muito do trabalho e das aulas vocês poderão encontrar nesta pesquisa.

Ao amigo Eron, meu sincero reconhecimento pelo trabalho abnegado desenvolvido junto ao museu *Fragmentos do Tempo*, pela atenção dispensada nas muitas vezes em que precisei de seus préstimos, seja através dos muitos emails que trocamos e pela acolhida nas vezes que conseguimos achar tempo e nos deslocarmos até este importante “lugar de memória”.

Não poderia deixar de agradecer a receptividade, atenção e boa vontade dos funcionários dos arquivos que pacientemente atenderam minhas solicitações, além do agradecimento peço escusas por não poder mencioná-los nominalmente.

Merecem também o meu reconhecimento pelas dicas e pelo material disponibilizado Enelita Ziegler Stüker, Janaina Souza Teixeira, Jandaira da Silva Rohde, Jonas Vargas, José Iran Ribeiro e Luís Augusto Ebling Farinatti.

Aos colegas professores das escolas Dona Joaquina e Florismundo Eggres da Silva, por terem “segurado as pontas” e pelo sacrifício que coube a muitos de vocês, em seus horários, a fim de que o meu ficasse fechado.

Aos colegas da pós-graduação, aqueles que compartilhamos alegrias e dificuldades, gracias pelas sugestões e pelas discussões, de um modo especial ao companheirismo da Denize Freitas e do Leandro Daronco.

A História não é como um castelo, com sua torre central, de onde um sujeito soberano pode visualizá-la em seu devir e pode tomar as decisões que vão mudá-la de rumo. A História é como um labirinto de corredores e portas contíguas, aparentemente todas semelhantes, mas que, dependendo da porta que o sujeito escolhe para abrir, pode estar provocando um desvio, um deslizamento para um outro porvir.

Durval M. de Albuquerque Júnior

RESUMO

Este é um trabalho que tem por mote estudar as redes sociais firmadas pelo estancieiro Randolpho José da Silva Pereira, dentro da região do Vale do Jaguari, entre meados do século XIX até o princípio do século XX, enquanto estratégias familiares de uma camada social intermediária, que na busca de reconhecimento e segurança econômica configurou laços e vínculos de caráter horizontal e vertical. Nesse sentido, a prática social do compadrio adquire papel de relevo enquanto mecanismo de estabelecimento de alianças que envolviam relações de reciprocidade, graça da dádiva, configurando interesses, entre outros, de ordem econômica e política. Concomitantemente, esta narrativa não ambiciona ficar circunscrita a um personagem, na medida em que a trajetória de vida de Randolpho será tratada como pretexto para o entendimento do tecido social no qual ele estava inserido, tendo em vista que outros sujeitos históricos também faziam parte do tramado. Buscando analisar o papel e a importância que diferentes tipos de redes tiveram no processo de notabilização obtido pelos Silva Pereira. Notoriedade essa percebida principalmente no que diz respeito à memória local e em torno de uma produção historiográfica que versa sobre a família em estudo.

Palavras-chave: família. redes. compadrio. estratégias. vale do jaguari.

RESUMEN

Este es un trabajo que ha de objetivo estudiar las redes sociales establecidas por el estanciero Randolpho José da Silva Pereira, dentro de la región del Valle Jaguari, entre mediados del siglo XIX hasta principios del siglo XX, mientras estrategias familiares de una capa social intermedia, que en la búsqueda de reconocimiento y seguridad económica ha configurado enlaces y vínculos de carácter horizontal y vertical. En consecuencia, la práctica social de compadrazgo adquiere papel importante como un mecanismo para el establecimiento de alianzas que involucran a las relaciones de reciprocidad, el regalo de la donación, el establecimiento de intereses, entre otros, el orden económico y político. Al mismo tiempo, esta narrativa no pretende limitarse a un personaje, en la medida en que la trayectoria de vida de Randolpho será tratada como un pretexto para comprender el tejido social en que se inserta, a fin de que otros sujetos históricos sociales también hicieran parte del tramado. Tratando de analizar el papel y la importancia que diferentes tipos de redes teneran en el proceso de notoriedad obtenido por los Silva Pereira. Notoriedad que se percibe principalmente en lo que respecta el lugar de la memoria local y alrededor de una producción histórica que se refiere a la familia en estudio.

Palabras - clave: familia. redes. compadrazgo. estrategias. valle jaguari.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE MAPAS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
PRIMEIRAS PALAVRAS.....	17
Capítulo 1 - REDES QUE SE CONFIGURAM	38
1.1 Uma biografia para Randolpho José da Silva Pereira?	38
1.2 A ocupação do Vale do Jaguari após a invasão do espaço missionário pelos portugueses	41
1.3 De Santa Catarina às margens do Toropi: andarilhos da sobrevivência, o caso dos Silva Pereira.....	45
1.4 Nos pagos do Vale do Jaguari nasce o menino: as incertezas da infância.....	49
1.5 “Em verdade te digo, quem não renascer da água e do espírito não poderá entrar no reino de Deus”	53
1.6 “Tenho feito rezar missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ela o fortaleça nas suas boas intenções”.....	61
1.7 “Até que a morte os Separe”: O casamento com Joaquina Alves da Conceição, vínculos de vizinhança que se reforçam.	65
1.8 “Crescei e multiplicai-vos”: A prole numerosa e as relações de parentesco simbólicas através dos ritos batismais.....	70
1.9 Outro olhar sobre a comunidade: A análise dos registros religiosos a partir do espaço	76
Capítulo 2 - A OPERACIONALIZAÇÃO DAS REDES	84
2.1 “Juntando os pontos”: A questão dos laços e dos vínculos no processo de formação das redes.....	84
2.2 “Diferentes ocupações, objetivos em comum”: os irmãos Silva Pereira.....	96
2.3 “O poder da pena” e as redes clientelares.....	109
2.4 “Um pedacinho de Rio Grande” arranjos e disputas políticas no povoado de São Vicente.....	114
2.5 A reconfiguração política após a emancipação.....	123

Capítulo 3 - REDES QUE SE (RE)CONFIGURAM.....	133
3.1 Entre as muitas histórias que se contam sobre a família Silva.....	133
3.2 “Pai nosso” que estais na terra, seja feita a vossa vontade? As segundas núpcias com Alsira Mello e a cisão na estirpe.....	137
3.3 “Paisagens do eterno”: o império do retrato.....	144
3.4 “Veio gente de todo o lado”: sociabilidades campeiras na estância de São Rafael.....	152
3.5 “Fazendas e reses”: os negócios na venda do coronel Christiano Haesbaert.....	159
3.6 Randolpho e os seus: engenharia parental através da nupcialidade.....	168
3.7 “Em nome do pai, do filho e do neto”: a graça do nome, a herança imaterial de Randolpho.....	174
ÚLTIMAS PALAVRAS.....	181
FONTES MANUSCRITAS.....	185
FONTES ORAIS.....	191
FONTES IMPRESSAS.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
REFERÊNCIAS DIGITAIS.....	204
ANEXOS	208

LISTA DE ABREVIATURAS

AHCMPA - Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AMFT - Arquivo Museu Fragmentos do Tempo

APERS - Arquivo Público do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Randolpho José da Silva Pereira e sua esposa Alsira Mello.....	147
Figura 2 - Randolpho de Oliveira da Silva, a nora Olicia de Oliveira, o filho Zeferino da Silva Pereira, Randolpho José da Silva Pereira e a sogra Mariana Leite da Conceição.....	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa mostrando o Rio Grande do Sul e o Uruguai.....	43
Mapa 2 - Mapa mostrando São Gabriel por volta de 1864 e o deslocamento de tropas da Guarda Nacional para áreas de conflito na fronteira do Rio Grande do Sul.....	104
Mapa 3 - Território de São Vicente a época que se desmembrou de São Gabriel.....	124
Mapa 4 – Itinerário que percorriam as embarcações do Vale do Jaguari até Uruguaiana.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações de apadrinhamento estabelecidas por Randolpho.....	57
Quadro 2 - Relações de compadrio estabelecidas a partir da prole de Randolpho e Joaquina.....	71
Quadro 3 - Ofícios, locais de moradia, relações de parentesco e patente militar nas redes de compadrio	87
Quadro 4 - Genros e noras de Randolpho e Joaquina.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Profissão pela qual foram qualificados os cidadãos do 4º distrito.....	89
Tabela 2 - Renda em mil réis pela qual foram qualificados os cidadãos do 4º distrito.....	89
Tabela 3 - Meação a que teve direito o viúvo Randolpho.....	138
Tabela 4 - Quantidade de animais e valores em réis que coube a Randolpho.....	138
Tabela 5 - Compras feitas junto à venda do coronel Christiano.....	161
Tabela 6 - Resumo dos gastos e dos pagamentos mensais feitos por Randolpho.....	163
Tabela 7- Formas de pagamento utilizadas.....	163
Tabela 8 - Pessoas que dispuseram de crédito na conta de Randolpho.....	164

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este é um trabalho que se propõe a estudar as redes sociais firmadas pelo estancieiro Randolpho José da Silva Pereira enquanto estratégias familiares de uma camada social intermediária, que na busca de reconhecimento social e segurança econômica configurou malhas de caráter horizontal e vertical dentro da paisagem agrária do Vale do Jaguari entre meados do século XIX e princípio do XX. Nesse sentido, a prática social do compadrio adquire papel de relevo enquanto mecanismo de estabelecimento de alianças que envolviam relações de reciprocidade, configurando interesses, entre outros, de ordem econômica e política. Concomitantemente, esta narrativa não ambiciona ficar circunscrita a um personagem, cuja trajetória de vida será tratada como pretexto para o entendimento do tecido social¹ no qual ele estava inserido, desse modo, outros atores também farão parte do tramado. Tendo como principal pergunta a ser respondida, em que medida as redes sociais firmadas por Randolpho e seus familiares contribuíram no processo de reconhecimento social obtido pelos Silva Pereira percebido principalmente no que diz respeito à memória local.

E foi justamente a partir de um comentário, fruto do imaginário popular coletivo, feito por uma aluna de 7ª série da Escola Florismundo Egges da Silva no ano de 1998 que surgiu o interesse pelo personagem que irá emprestar seu nome a fim de construir esta dissertação. Paralelamente às atividades docentes passamos a desenvolver também alguns estudos acerca da história local do município de Mata e da região na qual ele está inserido. Deparamo-nos com um quadro complicado, pois havia pouco material, uma síntese municipal feita por historiadores diletantes que recorreram principalmente à memória e apresentavam relatos desconexos sem nenhum embasamento documental, teórico-metodológico e bibliográfico. O resultado de tal pesquisa inspirou uma série de trabalhos que de certa forma reproduzem aquela versão ligada aos marcos fundantes de Mata, tendo Randolpho enquanto patriarca da família Silva Pereira e agente fundador da estância de São Rafael, uma das primeiras propriedades formadas no Vale do Jaguari após a conquista do espaço missionário, e que posteriormente deu origem ao referido município².

¹ Tecido social aqui entendido enquanto “*o substrato a partir do qual e para dentro do qual o indivíduo gira constantemente e tece suas finalidades na vida. Esse tecido social é o curso real de sua mudança como um todo, porém, não é obra da intenção nem do planejamento de ninguém*” (ELIAS, 1993, p. 194).

² Tivemos acesso a dez trabalhos que reproduzem essa versão oficial entre os quais elenca-se o livro **Mata: ontem madeira, hoje pedra** (MALFATTI e AGOSTINI, 2006), a dissertação **Análise da potencialidade do turismo no Município de Mata – RS como instrumento de sustentabilidade ambiental e econômica: um estudo de caso** (HAHN, 2007) e as monografias **O Município de Mata: Geografia e compartimentos**

Por volta de 2001 “descobrimos” no interior de Mata, José Eron da Silva Haesbaert, diretor proprietário do Museu Fragmentos do Tempo³. Junto às milhares de páginas que compõe o arquivo privado daquela instituição encontramos cerca de quatrocentas que tratavam direta ou indiretamente da família Silva Pereira. O material nos sugeria outro olhar sobre o processo de colonização e ocupação das terras situadas entre os rios Toropi e Jaguari. Ao passo que nos debruçamos sobre as fontes manuscritas outros personagens “foram cruzando nosso caminho”, assim como outro panorama sobre a paisagem agrária do Vale do Jaguari na primeira metade do século XIX foi se delineando.

Entre 2007 e 2008 cursamos junto ao Centro Universitário Franciscano a especialização Ensino e Pesquisa em História: Novas Abordagens. A especialização foi um momento impar, pois oportunizou, entre outros aspectos, o contato com a produção historiográfica recente e o embasamento necessário para a edificação de boa parte das bases que estão fazendo parte deste estudo. Além disso, foi durante a fase das disciplinas que conheci o professor Paulo Moreira e conversamos sobre a possibilidade do mestrado junto a UNISINOS. Sob a orientação atenta e dedicada da professora Janaina de Souza Teixeira construímos o trabalho *A estância de São Rafael e a família Silva Pereira: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865)* que como o próprio título sugere versou principalmente sobre questões inerentes a trajetória familiar e patrimonial que envolveu o “clã” dos Silva Pereira dentro do processo de ocupação da região oeste da província de São Pedro. Chegamos a nos “aventurar” nas redes de relacionamento firmadas pelo casal José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, principalmente aquelas que envolviam o mundo dos negócios, mas de uma forma rápida e simples.

Foi durante o trabalho de construção da monografia que descortinamos a possibilidade de direcionar a pesquisa para analisar as redes sociais estabelecidas pela segunda geração da família em questão. Assim, escolhemos o estancieiro remediado Randolpho José da Silva Pereira, por ainda se fazer presente no imaginário popular coletivo,

geomorfológicos (ESSI e LODETI, 1993), e **Valorização do patrimônio sócio-histórico-cultural na gestão das escolas do município de Mata** (PEREIRA, 2007).

³ O museu localiza-se no interior do município, mais precisamente na localidade de São José do Louro. O mesmo foi inaugurado em 11 de junho de 2000. Atualmente conta com sete salas onde estão reunidas suas mais de 7.500 peças que contam “fragmentos” das histórias de vida das famílias Alves, Xavier, Schereiner, Silva e Haesbaert. Apresentando um “*eclétismo de épocas e estilos*” como observou Mariete T. Uberti (2007, p.12) em seu estudo sobre o caráter artístico do mobiliário e das peças de porcelana expostas naquele espaço de memória. Além disso, Haesbaert conseguiu reunir no Fragmentos do Tempo um significativo número de documentos manuscritos que pertenceram aos seus ancestrais e foi justamente a partir desta documentação que fomos instigados a iniciar a pesquisa que nos possibilitou lançar este outro olhar a cerca da história da família junto ao Vale do Jaguari.

por haver uma produção historiográfica em torno de seu nome e principalmente por ter construído uma trajetória familiar marcada pela descendência numerosa, agregação de patrimônio e notoriedade social. Entendemos que ao analisar as teias sociais das quais o estancieiro e seus familiares faziam parte poderemos também olhar outros personagens que viveram no e nas imediações do povoado de São Vicente.

O trabalho também se justifica por tratar da temática da família num espaço, tempo e grupo que até o presente momento não despertou maiores interesses por parte dos historiadores. Tendo em vista que as publicações que tivemos acesso até então, falam principalmente das elites e dos subalternos, pois bem, vamos analisar o modo como a família mediana dos Silva Pereira organizou suas redes sociais envolvendo relações de vizinhança, de matrimônio, de amizade, de solidariedade, de herança, de sociabilidade, de clientela, de crédito, de parentesco (sanguíneo, afim e ou simbólico) e também de inimizades. Outra razão que também se aponta a fim de estudar os Silva Pereira dista sobre o período escolhido, pois, muitas vezes, os estudos sobre a família no Brasil se direcionam para o período colonial e algumas obras para o imperial. Já no que diz respeito a nosso recorte temporal centra-se entre o nascimento de nosso personagem em 1841, início do segundo império, e estende-se ao ano de sua morte em 1914, momento em que a república se consolidava, temos consciência de que se trata de um recorte cronológico um tanto longo, não obstante, nos possibilitará acompanhar permanências e transformações na vida familiar assim como mudanças na própria forma de se pensar a família e os arranjos por ela engendrados. Também cabe destaque que mesmo que tenhamos elegido como balizadores temporais o ano de nascimento e de morte do estancieiro, toda vez que julgarmos necessário, apresentaremos e analisaremos questões que extrapolam esses dois momentos.

Outra questão de relevância está ligada ao lugar onde a maior parte da trama se desenrola, pois o Vale do Jaguari⁴, ao longo do século XIX, se constituiu em região de importância estratégica e econômica. Dedicamos atenção especial logo no princípio do primeiro capítulo para tratar de algumas questões atinentes ao *locus* principalmente pelo fato de que enfrentamos algumas dificuldades, pois o Vale do Jaguari, ao longo do século XIX, fez parte dos territórios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta, São Gabriel e finalmente de São

⁴ A respeito do conceito Vale do Jaguari o mesmo foi trabalhado por Milton José Bolzan In: **As Reduções do Vale do Jaguari**: São Tomé e São José (1998), tendo como limites ao norte a Serra de São Martinho, ao sul o rio Ibicuí, de um modo especial os territórios situados entre as margens direita do rio Toropi e a esquerda do rio Jaguari. Atualmente a micro-região do Vale do Jaguari possui uma área 11.268 km², uma população de cerca de 117.285 e é formada por nove municípios. São eles Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda (FEE, 2010). Em termos de disposição do território dos municípios ver anexos, mapa a micro-região do Vale do Jaguari.

Vicente do Sul. Os sucessivos desmembramentos criaram obstáculos de “rastrear” nosso personagem bem como daqueles que irão compartilhar com ele às páginas desta história. Diante disso fomos instigados a reservar algumas páginas para tratar do espaço e das possíveis interlocuções entre história e geografia. Queremos deixar claro que nosso trabalho não é uma monografia local, pois contempla personagens e situações conjunturais e estruturas que extrapolam um município, tão pouco é um trabalho de história regional, haja vista que, mesmo reconhecendo a importância do espaço enquanto categoria ele não se constituiu na espinha dorsal da análise. Por fim o que ficou do projeto apresentado durante o processo de seleção foi à idéia de olhar as redes de relacionamento dos Silva Pereira tendo os registros de batismo como porta de entrada, no entanto, após ter cursado a disciplina *Redes sociais: As teias que a família tece*, fomos instigados a olhar outras pessoas e estirpes.

Diante das possibilidades e liberdades pessoais de interpretação, visualizamos na micro-história social italiana importante referencial teórico por entendê-la enquanto tentativa de reconstituir o vivido a partir de uma escala reduzida de observação que se coloca atenta a pequenas realidades cotidianas, dando nomes e reconstituindo papéis na história de indivíduos até então anônimos. Conforme enfatizou Jacques Revel (1998) a redução do campo de análise trouxe, em seu bojo, a renovação nos procedimentos analíticos inerentes à ciência histórica, uma vez que, “enriqueceu” as investigações dos processos através de categorias interpretativas mais palpáveis e da possibilidade mais concreta da verificação experimental, na medida em que o cruzamento de fontes pode possibilitar maior consistência na obra e ganhos em termos de profundidade.

A micro-história nasceu junto a um grupo de historiadores italianos a partir da década de 1970 através da publicação da Revista *Quaderni Storici*. Segundo Jacques Revel (In: LEVI, 2002, p. 8) a micro-análise “não constitui absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina” pode ser pensada como uma opinião “historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e certezas. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos”. No que concerne a esta “outra leitura do social” Edoardo Grendi (*apud* Lima, 2006, p. 158-159) apontou que esta última deu um papel central possibilitando tratar e embasar “os temas mais diversos de investigação a partir de uma perspectiva sintética e integradora, ao mesmo tempo em que atenta para a densidade e singularidade dos seus objetos”.

Entre as categorias do referido procedimento analítico, que dá grande ênfase ao caráter empírico e se apresenta ainda como uma forma de construção da narrativa histórica enquanto

uma prática dos historiadores e de historiografia, iremos nos valer do elegante oxímoro do *excepcional normal* de Grendi. A normalidade de nosso personagem quiçá fique por conta de ser um proprietário de posses medianas, que se casou por duas vezes, teve 15 filhos e apadrinhou pelo menos 18 crianças. Sua excepcionalidade talvez resida no fato de termos encontrado centenas de páginas em documentação onde seu nome foi mencionado de uma forma direta ou indireta, por ainda se fazer presente no imaginário popular coletivo no município de Mata, mesmo tendo passado quase um século de sua morte e por haver uma produção acadêmica que faz menção a ele enquanto um dos pioneiros no processo de ocupação do Vale do Jaguari.

Outra ideia que iremos utilizar do respectivo procedimento analítico é a do mediador, “um conceito com larga tradição na antropologia política” (LIMA, 2006, p. 270). Categoria essa entendida enquanto aquele que possuía capital relacional que lhe conferia “capacidade de ação e de consecução de objetos notáveis, que fazia dele um homem necessário e buscado pelos membros da comunidade para mover assuntos” (VARGAS, 2010, p. 41). Ao discorrer sobre as diferentes funções que poderiam envolver o mediador nos vem à mente a figura de Giovan Battista Chiesa, vigário do vilarejo de Santena, em 1697, personagem que serviu de pretexto para Giovanni Levi (2000) analisar as relações hierárquicas de poder que estruturam o Antigo Regime no Norte da Itália, bem como o papel que o exorcista possuía nas relações entre centro e periferia, numa época de construção do estado moderno. A figura do mediador será utilizada para tratar do personagem João Victorino Filho de um modo especial quando ele enviou uma carta a seu compadre Randolpho conclamando-o a participar de uma reunião, que ao que tudo indica possuía uma conotação política.

Mesmo encaminhando nosso olhar “ao rés do chão” temos consciência de que ele não se constituiu em uma panacéia. Conforme salientou Maurizio Gribaudi (*apud* IMÍSCOZ, 2004), só a redução da escala de observação não é suficiente para garantir uma maior cientificidade, pois pode haver variações segundo o objeto de estudo. Ao mesmo tempo, que não seja mal interpretado, de forma alguma estamos negando a importância das metanarrativas, pois conforme arguiu Revel não existe um “hiato, menos ainda uma oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global”, de uma forma “particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais; é, uma versão diferente” (1998, p.28). Nessa linha de análise, queremos ancorar nossas ideias em Bernard Lepetit (In: REVEL, 1998, p. 93) “o saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre suas

partes”, ou seja, “buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social” (VAINFAS, 1997, p. 447). Por seu turno, até mesmo autores com identificação com o materialismo histórico, que defendem os sistemas globais de explicação, tais como Ciro Flamarion S. Cardoso, têm adotado postura de equilíbrio ao tratar dessa polêmica, “mesmo porque achar as ‘inconsistências internas’ de uma teoria supõe levar em conta os sistemas normativos mais globais” (1997, p. 22). Tais proposições vêm de encontro ao que Durval Muniz de Albuquerque Júnior propôs ao defender a ideia da terceira margem, isto é, buscar os pontos de convergência apresentados pelos paradigmas rivais a fim de elaborar um novo jeito de “inventar o passado”, onde “os pretensos paradigmas estruturalistas e pós-modernos, frutos das atividades de purificação, de racionalização, de construção humana e social de objetos e de sujeitos como entidades separadas vêm se encontrar, vêm se misturar no fluxo no turbilhão das ações e práticas humanas” (2007, p. 26)⁵.

Cabe ainda destacar o método onomástico, onde o nome de certa forma passa a “conduzir” a pesquisa e a trama, pois segundo Carlo Poni e Carlo Ginzburg o centro de “investigación micronominativa persigue a individuos concretos, buscando descubrir una especie de tela de araña tupida, a partir de la cual sea posible obtener la imagen gráfica de la red de relaciones sociales en que el individuo está integrado” (In: SERNA e PONS, 1993, p. 113). Assim, a investigação micronominal que aqui propomos encontra-se nas linhas que partem e convergem para o nome, compondo uma espécie de teia de malha fina, onde se pode ter um panorama do tecido social no qual os agentes históricos estavam inseridos.

Ainda no que toca ao exercício de micro-análise que ora pretendemos desenvolver, ambicionamos utilizar também o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), buscando pistas, pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da narrativa. Mesmo se valendo do “cisco” existe a possibilidade de “reconstrução do real em sua totalidade, mesmo que essa reconstrução seja sempre atravessada pela subjetividade do historiador e datada historicamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 102-103). Num processo que Leandro Karnal chama atenção, tendo presente que:

Existe o passado. Porém, quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de história, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado [...] A representação do passado e do que consideramos importante

⁵ Vários autores têm tentado estabelecer o equilíbrio entre as leituras micro e macro, entre experiência e estrutura, ver, por exemplo: COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

representar é um processo de constante mudança. Se a memória muda sobre os fatos concretos e protagonizados por nós, também muda para fatos mais amplos. A história está envolvida em um fazer orgânico. É viva e mutável (2003, p.7-8).

O autor se posiciona sobre a subjetividade do historiador no processo de produção historiográfica e sobre a transformação da concepção de verdade em termos de produção do conhecimento histórico, suscitando que dentro do processo de configuração de novos objetos (LE GOFF e NORA, 1989), abordagens (LE GOFF e NORA, 1995) e novos problemas (LE GOFF e NORA, 1995) as dimensões e os domínios possibilitaram a ampliação dos “canteiros” bem como do aprofundamento dos métodos (BOUTIER e JULIA, 1998, entre outros), passaram a aceitar que todo trabalho de história é uma representação. Não se chega ao passado, mas se constroem versões sobre ele. As representações e os fatos “não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações”; desse modo tanto os fatos como “as representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (PORTELLI In: AMADO E FERREIRA, 2002, p.111). De certa forma, apresentamos versões sobre o que aconteceu fazendo com que muitos daqueles que desenvolvem o ofício de historiador prefiram falar em verossimilhança ao invés de tratar o conhecimento histórico enquanto verdade absoluta (BORGES, 2001).

Os registros religiosos são o ponto de partida para tentar entender algumas situações ligadas às redes sociais firmadas ou ratificadas através do parentesco fictício, de um modo especial o *compadrazgo*, pois tal prática cultural se constituía num “dos liames que criaram vínculos entre famílias e as posicionavam socialmente no mundo em que viviam” (PEDROZA, 2008, p. 70). Porém pistas oriundas de outras fontes farão parte deste trabalho, por entendermos que as mesmas podem elucidar algumas situações ligadas às estratégias que permeavam as teias sociais das quais os Silva Pereira faziam parte.

Maria L. Marcílio (2008) aponta que Pierre Chaunu foi um dos pioneiros a ver as possibilidades da utilização dos registros paroquiais enquanto fonte histórica, principalmente para os estudos demográficos, uma vez que acompanhavam o fiel do nascimento até sua morte. Ademais, “la posibilidad de estudios microhistóricos de redes sociales”, partindo das chamadas fontes demográficas, “aportan la ventaja de una cierta representatividad estadística, cubriendo universos más o menos amplios de personas” (MIGUEZ, 1995, p. 30). Por seu turno, João Fragoço aponta que tais registros possibilitam “recuperar a história social de uma população e de seus grupos”, pois “tais fontes capturam as opções feitas pelos indivíduos, ou por quase todos que integravam a população, em momentos decisivos de suas vidas:

nascimento, casamento e óbito” (2010, p. 100-101). Por sua vez, trata-se, na realidade, de uma “hierarquia complexa, pois envolvia não só a situação econômica ou política, como também a ‘qualidade’ da pessoa, identificada simbolicamente através de sua condição social”, concomitantemente os registros da catolicidade “esconderiam” muitas “riquezas”, e se constituiriam “num verdadeiro inventário da diferença” (VENÂNCIO et al, 2006, p. 3) na medida em que os assentos cobriam a população católica:

[...] integralmente, individualmente e independentemente de condição social [...] dos homens as mulheres; e dos recém-nascidos aos bem idosos; de solteiros, casados, viúvos e eclesiásticos. As variadas informações sobre cada indivíduo contidas em cada registro são muito ricas e constituem-se em dados fundamentais para a descoberta de uma nova história social [...] Em cada ato, assentava-se: a data completa do evento, o nome do sujeito registrado; nomes completos dos pais e, por vezes, até de avós do batizando ou dos noivos; local de residência e de nascimento de cada nome que aparece; a condição social (livre ou escravo; legítimo ilegítimo ou exposto); o estado civil (solteiro, casado ou viúvo nos óbitos), [...] paróquia e arcebispado dos pais dos noivos (MARCÍLIO, 2008, p.50).

Particularmente nos incomodou um pouco a expressão “integralmente e independentemente de condição social”, claro que tanto o filho do estancieiro quanto o de um escravo poderiam ser batizados numa mesma oportunidade, no entanto, temos que ter cuidado com esse caráter supostamente “abrangente” e “democrático” dos registros religiosos, enquanto frutos do ciclo natural da existência. E aqueles que não tiveram a “sorte” de receberem os santos óleos ou que morreram repentinamente sem a presença do padre? No que concerne à condição social as diferenciações são latentes, em se tratando de uma criança de família abastada o assento ocupava muitas linhas, chegando ao ponto de se colocar até a procedência dos padrinhos. O mesmo não foi observado quando se tratava dos subalternos, nesses casos o padre tendia a ser bem mais sucinto nas informações. A citação nos sugere ainda que são muitas as possibilidades de análise, porém, especialmente nos interessa verificar nos assentos os nomes dos pais e padrinhos e os locais onde o ritual fora realizado. Uma vez que nosso exame irá privilegiar as relações de compadrio enquanto prática de estabelecimento e ou ratificação de redes de relacionamento, mapeando “as relações de vizinhança e a geografia política (parentesco e clientela) de uma dada freguesia”, igualmente, “perceber pactos de alianças entre famílias” (FRAGOSO, 2010, p. 75). Os registros religiosos na demografia histórica muitas vezes são usados enquanto fonte seriada, contribuindo no estabelecimento de médias, e assim servindo para traçar um “perfil” de uma determinada população. Não é essa a nossa intenção no presente trabalho. Os assentos aqui analisados serão trabalhados enquanto “fragmentos” de vida que fizeram parte da trajetória dos Silva

Pereira e de outras famílias aliadas buscando apurar situações ligadas à prática do compadrio e as redes sociais que o parentesco simbólico poderia engendrar.

Carlos de Almeida Prado Bacellar (2008) em seu estudo sobre a família na capitania de São Paulo no século XIX seguiu a seara da demografia histórica, para tanto, se valeu das listas nominativas que foram cruzadas com inventários *post-mortem* e com registros paroquiais. Fomos instigados pelo historiador a fazermos o cruzamento dessa “fonte de primeira ordem para análise da família e da população” (BACELLAR, 2008, p.94) com outras fontes nominativas com o intuito de tentar perceber principalmente a natureza das teias sociais bem como a operacionalização das redes estabelecidas junto a pia batismal. Para tal intento vamos recorrer a outras fontes manuscritas, de um modo especial, dos documentos da câmara de São Gabriel e de São Vicente, relações do quadro da força e das qualificações da Guarda Nacional, registros paroquiais de terras, inventários *post-mortem*, ações judiciais, registros notariais (certidões de nascimento, casamento e de óbito, escrituras, procurações e autos de partilha), caderneta de compra a prazo e de uma correspondência que um dos compadres enviou a Randolpho, mesmo sabendo que esta última fonte seja “eivada de subjetividade” (KÜHN, 2006). Também usaremos entrevistas e fotografias por entender que “imagens, assim como os textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica” (BURKE, 2004, p.12). Ao darmos abertura à utilização de “nuevas fuentes que permanecieron durante mucho tiempo descuidadas” (LEVI, 2003, p. 288) não é nossa intenção questionar a “hegemonia do documento escrito”, mas “apresentar outras possibilidades da utilização simultânea desses três tipos de fontes que venham a contribuir na análise sugerindo outras questões” (THOMPSON, 2002, p. 18). Dessa maneira, as imagens e os relatos orais se constituem em instrumentos de apoio à pesquisa que possibilitarão desvendar e compreender outras faces do passado que as fontes manuscritas produzidas por diferentes esferas do poder nem sempre abarcam.

As fontes foram garimpadas principalmente junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRIS) e no Arquivo do Museu Fragmentos do Tempo (AMFT). Foram cerca de 3.200 páginas em documentação tentando colocar em prática as palavras de Flávio Heinz (2006, p. 31) de que o historiador social deve no decurso da “pesquisa, coletar dados como o faz um funcionário do censo. Ele deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação final que será tratada”, num processo onde “cada fonte me levava a outra; mas também cada problema levou-me a outro” (THOMPSON, 1997, p. 16). Destarte, elas serão tratadas de uma maneira intensiva buscando seguir os personagens que fazem parte da trama “nas múltiplas relações

que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes, ou melhor, em todas que retratassem os diversos aspectos - cultural, econômico, político etc. - do seu cotidiano” (FRAGOSO, 2002, p. 62). Esta técnica João Fragoso chamou-a de “afogar-se em nomes” e com tal “procedimento, poder-se-ia chegar às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, seria aberta uma porta para o entendimento de sua sociedade” (IDEM).

A que se mencionar ainda o número de registros paroquiais consultados, cerca de 13.950, em sua maioria assentos que se encontram no Bispado de Bagé e de Santa Maria. A maior parte deles foram localizados junto aos livros de batismo produzidos junto à freguesia, a capela e depois paróquia de São Vicente Ferrer, compreendendo o período de 1862 a 1914. O balizador inicial dos registros está relacionado ao momento em que Randolpho apadrinhou pela primeira vez, quanto ao marco final foi pensado a partir do ano em que ele faleceu. Cabe mencionar que nesse entrementes, mais precisamente em 1876, a capela do povoado foi elevada à categoria de paróquia o que a princípio nos fez pensar numa maior facilidade em termos de atendimento dos fiéis que habitavam o Vale do Jaguari. Nos assentos procuramos olhar quem o compadre Randolpho apadrinhou, com quem estabeleceu compadrio e onde foi estabelecido o parentesco ritual, assim como, após seu casamento com Joaquina Alves da Conceição passamos a ver quem se buscou para apadrinhar a prole do referido casal⁶. Ao longo dos 52 anos em que nos propusemos a estudar encontramos algo em torno de 100 assentos onde os Silva Pereira participaram dos ritos batismais nas imediações e junto a igreja de São Vicente, nos quais Randolpho esteve presente em 33, em 18 deles na condição de padrinho e nos 15 restantes compareceu “a pia batismal” na condição de pai. Concomitantemente também buscaremos analisar os locais onde os assentos foram produzidos, por entender que eles podem nos revelar aspectos interessantes ligados ao modo como os sacramentos eram aplicados naquelas plagas do Rio Grande.

Acreditamos que teoria e prática se complementam diante disso optamos por fazer uma discussão teórica pontual nesta parte introdutória, mais direcionada aos conceitos norteadores, aqueles que permeiam os três capítulos da dissertação. Os conceitos estruturantes são: família, redes e estratégia assim como algumas questões atinentes ao batismo, casamento e ao compadrio serão tratados nesta revisão bibliográfica. Quanto a outras categorias (cidadania, clientelismo, dádiva, elite, relações intergeracionais, iconologia e memória, entre

⁶ Iremos nos valer da ideia de prole, proposta por Klep (2004, p. 350-351) por apresentar “um caráter mais amplo valorizando a noção de filhos de todas as idades”, tendo em vista que mesmo filhos maiores de 18 anos, independente do lugar onde vivam, se na casa paterna ou em outro espaço, continuam sendo considerados sua prole.

outras) serão tratadas no decurso dos capítulos onde serão abordadas. Desse modo, as imprescindíveis questões teórico-metodológicas estão distribuídas “ao longo do trabalho (não compondo, portanto, um capítulo à parte), nem o “resultado de uma construção prévia que produzisse moldes pré-estabelecidos, onde o material ‘garimpado’ nos arquivos fosse inserido, muitas vezes a força” (MOREIRA, 2009, p.15)

Entre os estudiosos que nos instigaram a pensar nosso objeto de estudo e auxiliaram na construção da proposta de trabalho destacamos Giovanni Levi e sua obra *Herança Imaterial: A Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII* (2000). De um modo especial à micro-história social enfatizando os diferentes tipos de redes sociais que um indivíduo poderia estar inserido assim como o funcionamento das teias tendo presente o conceito de estratégia enquanto possibilidade de sucesso. Outro ponto que merece ser destacado junto aos escritos do historiador italiano são as descontinuidades do tecido social, as contradições dos sistemas normativos e a racionalidade limitada.

No que diz respeito à ideia de usar a biografia enquanto pretexto para analisar as redes sócio-familiares de Randolpho foi vislumbrada após a leitura dos textos de Andrea Reguera (2008, p.52) ao destacar que “la microhistoria italiana propone reconsiderar la cuestión de la experiencia individual y la manera en que ella se articula en la realidad colectiva”. Mas longe de ser um estudo de vida à moda antiga, “superficial, linear, descriptiva, anecdótica y cronológica y que no era capaz de mostrar la significación histórica general de una vida singular” (REGUERA, 2006, p. 54). O que almejamos é transitar pela senda da biografia modal, isto é, partindo “del sujeto individual reconstruir un espacio social colectivo que está en constante metamorfosis” (LORIGA *apud* REGUERA, 2008, p. 54). Assim, buscaremos apresentar diferentes facetas do referido personagem analisando as estratégias que permeavam as redes que ele configurou e ou que foram estabelecidas a partir de seu nome. Sem esquecer o alerta feito por Mary Del Priore (2009, p. 12) para aqueles que enveredam pela trilha das histórias de vida de atentar para “as realidades de ordem coletiva, tais como as forças sociais, a situação econômica, as pulsões culturais, religiosas e as mentalidades”. Ou seja, cuidar para não cair na vala comum da “biografia pela biografia” direcionando a análise somente ao indivíduo esquecendo o universo social que o rodeava.

Durante muito tempo, quando pensávamos a família, “era comum imaginá-la como se sempre tivesse existido na forma monogâmica e perfeita, uma criação de caráter divino” ligado a “uma representação bíblica que tinha nas figuras de Adão e Eva o primeiro par humano que deram origem a humanidade” (SILVA, 2000, p. 5). Porém nos últimos tempos, a temática da história da família e suas articulações têm despertado o interesse de muitos

cientistas sociais. Tais pesquisas têm ratificado certos axiomas, entre os quais, a família enquanto a mais antiga e a mais disseminada de todas as instituições sociais (THERBORN, 2006), pois “la familia es un hecho necesario y fatal [...] superior a la voluntad humana, no siento dueño el hombre de nacer fuera de ella, ni de dejar de pertenecer a alguna” (LÓPEZ, 2001, p.15). Eis que, “antes de sermos nós mesmos, somos o filho ou a filha de Fulano ou Beltrano; nascemos numa família, antes que possamos ter uma existência social própria, é por um nome de família que se nos referem” (ZONABEND In: BURGUIERÉ, 1998, p. 14). Todavia os trabalhos também têm apontado para experiências singulares que variam no tempo e no espaço, sendo “um consenso entre os estudiosos à dificuldade que impõe para analisar o conceito de ‘família’, instituição praticamente universal em todas as sociedades [...] que no senso comum, significa ser amado e amparado [...] mas que se constituiu um terreno movediço” (SCOTT, 2008b, p. 2). Na medida em que, na “história da família ocidental desde o século XVI aos nossos dias [...] nunca existiu, um sistema familiar único. O ocidente sempre se caracterizou pela diversidade das formas familiares, não só ao longo dos tempos, mas em pontos precisos do tempo” (ANDERSON, 1984, p. 10). Caracterizando uma instituição que encerra diferentes facetas enquanto espaço de “socialización, derechos y obligaciones jurídicas, ritos de paso, sentimientos de amor y odio, estructuras económicas, relaciones de poder” (LÓPEZ, 2001, p.24), constituindo-se num importante espaço que possibilita a “configuração de relações de grande importância na definição das atividades e relações sociais dos sujeitos, bem como era um vetor que influía na estratificação e reprodução social” (FARINATTI, 2010, p. 258).

Por conseguinte, tem-se observado diferentes possibilidades de ver e estudar a história da família, entre elas, menciona-se a demográfica, a genealógica, a sócio-econômica e a antropológica (CARBONARI, 2001). No que tange à primeira perspectiva, conforme já dito, este não é um trabalho de demografia histórica até trataremos de algumas situações ligadas aos Silva Pereira e aos Alves da Conceição, mas, antes de prosseguirmos, queremos deixar claro que os números apresentados servem a título de exemplificação, pois temos consciência de que apenas dois núcleos familiares representam uma amostragem muito restrita. Quanto às genealogias dos Silva Pereira, Alves da Conceição, Victorino dos Santos, Siqueira Gomes, Alves Mendes e dos Oliveira, encontradas junto aos anexos, foram construídas principalmente com o intuito de situar o leitor em relação a esses ramos familiares⁷. Particularmente nos

⁷ Quanto à ideia de genealogia vamos utilizar a que foi proposta por Mariana Muaze que a entende enquanto “auxiliadora da reflexão histórica e da discussão sobre os papéis familiares à luz da micro-história”. Conceição

interessa as abordagens antropológica e sócio-econômica, uma vez que, a partir do cruzamento de diferentes fontes, tencionamos compreender as redes sociais e familiares que envolveram, aproximaram e articularam a família Silva Pereira e as “gentes” do Vale do Jaguari através das práticas batismais e dos arranjos matrimoniais, assim como as bases materiais que propiciaram os meios de sobrevivência às duas estirpes que dedicaremos maior atenção.

Com relação à definição de família Eni M. Samara, em *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII* (1989), lembra que ela deve ser entendida em um conceito mais amplo, que ultrapasse critérios mais rígidos como a co-habitação e consangüinidade na definição de quem era parente. A autora discorreu sobre alguns tipos de família presentes em seu estudo: patriarcal, concubinato, fracionada, nuclear e extensa. É justamente do sentido desta última que iremos nos valer aqui. Sob esse mesmo enfoque, Maria Odila Dias em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. (2001), percebeu que em torno desse espaço social dos fogos se desenvolviam relações e vínculos de produção, de consumo, de reprodução e socialização. Ainda inferiu que muitas famílias eram chefiadas por mulheres no espaço urbano de São Paulo.

Tanto Samara quanto Dias estiveram no centro de uma discussão que envolveu os escritos de Gilberto Freyre, de um modo especial sua renomada obra *Casa grande e senzala* (1966). Onde supostamente ele teria defendido a existência de um domínio dos valores patriarcais nas sociedades açucareiras, de um modo especial na Bahia e em Pernambuco. Segundo as historiadoras o modelo patriarcal proposto por Freyre não abarcaria a complexidade social brasileira. Polêmica essa que transformou o pensamento “freyriano” no “saco de pancadas predileto entre os estudiosos interessados na história da família no Brasil colonial e no século XIX” (BARICKMAN, 2003, p.79). Segundo este último a visão atribuída ao estudioso pela historiografia partia do princípio de que a “casa grande do senhor de engenho ou do fazendeiro rico, com sua estrutura patriarcal, extensa, complexa e poligâmica, seria o melhor exemplo da ‘família brasileira’ até pelo menos o final do século XIX” (IDEM, p. 82). Bert J. Barickman ao estudar a freguesia de Santiago do Iguape na Bahia encontrou muitos elementos que de certa forma confirmaram os postulados de Freyre para o nordeste. Em vários momentos ao longo de seu texto afirma que em momento algum o pernambucano teria apregoadado que os valores patriarcais deveriam ser usados de modelo para o restante do país. Simultaneamente o brasilianista apontou que boa parte do problema reside no fato de

esta que se contrapõe a correntes memorialistas “que a compreende como instrumento de busca das origens, bagagem que se repete em tempos e espaços diferenciados, estando, portanto fora da história” (2008, p. 17).

que o cientista social não ter explicitado, de forma clara e objetiva o que entendia por família patriarcal, muito menos apresentado qual seria o seu entendimento sobre família. O autor teceu duras críticas ao trabalho revisionista, de um modo especial aos escritos das historiadoras citadas anteriormente, argumentando que ao analisarem as listas nominativas elas teriam se equivocado ao confundirem família patriarcal e família extensa, onde o conceito de patriarcalismo “pouco ou nada tem a ver com a presença de noras, genros, netos, filhos casados, sobrinhos e outros parentes como moradores da unidade doméstica”, antes, é uma categoria que remete, “sobretudo ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos, como pais e maridos, sobre seus filhos e esposas” (IBIDEM, p. 120-121). Ainda segundo Barickman a concepção utilizada por Freyre possivelmente seja a de um “grupo doméstico que compartilhava a mesma casa e, ao mesmo tempo, como uma rede de parentesco com mais de uma unidade doméstica” (2003, p. 130). Desse modo o compadrio e as redes que ele poderia engendrar adquiriam papel de relevo na definição de quem era parente. Proposição que ganha força ao analisarmos os escritos do próprio Freyre em *Sobrados e Mucambos* (1977) quando tratou do *compadrazgo* enquanto um elemento importante no estabelecimento das relações de parentesco.

Seguindo ainda pela seara da família também cabe ressaltar José L. Moreno (2004, p.13) que a entende enquanto “unidad de reproducción biológica y social”, que em suas relações, “con el mundo exterior y a su evolución en los distintos contextos geográficos e históricos, constituyó y constituye una de las instituciones sociales más dinámicas y cambiantes del mundo occidental”. Instituição com grande poder de adaptabilidade que mantém uma relação dialógica com a sociedade, pois “las relaciones entre familia e sociedad no son unidireccionales, sino que una y otra se influyen mutuamente: la familia se adapta a la sociedad, pero también la modifica” (LÓPEZ, 2001, p.17). Segundo Lévi-Strauss (*apud* ZONABEND In: BURGUIERÉ, 1998, p. 64) “não haveria sociedade sem famílias, mas também não haveria famílias se não houvesse já uma sociedade”.

Ao longo do recorte temporal desta dissertação (1841-1914) a família passou por algumas transformações, Samara (2002) chama atenção para as mudanças que ocorreram, entre o final do século XIX e o princípio do século XX. Onde a expectativa de vida das brasileiras tendeu a aumentar e pela primeira vez na história do país elas suplantaram, em termos numéricos, os homens o que teve implicações diretas no mercado matrimonial, na organização das famílias e dos domicílios. A que se mencionar ainda que com a proclamação da república e a promulgação da constituição de 1891, mesmo esta última não tratando especificamente da família, estabeleceu que o novo regime reconhecia apenas o casamento no

civil (art. 72, § 4º), segundo Domingues (2008, p. 1) a regulamentação só viria a *posteriori* com o Código Beviláqua, por volta de 1916, que reconhecia como família legítima unicamente “aquela derivada do casamento, o que excluía todos aqueles que, por algum motivo, não se submetessem ao procedimento da habilitação civil para o casamento”.

Mas mesmo com o advento de uma nova forma de governo, de um novo sistema jurídico e da consolidação de valores mais individualizados Marieta de Moraes Ferreira (2008) ressaltou a complexidade das teias de relações de parentesco. Ao analisar os ramos familiares aos quais, de um modo especial as trajetórias dos Moraes e Salusse que ocuparam de forma pioneira a região de Nova Friburgo na serra do Rio de Janeiro, os Braga e os Neves estirpes que despontaram como as principais em São João del Rei na capitania das Minas Gerais, destacou que um dos pontos centrais foram as estratégias matrimoniais acionadas enquanto instrumento para construção de alianças e de redes de solidariedade destinadas a garantir a aquisição e a permanência de fortuna ligada a estratégias de ascensão e ou manutenção de status social. Percebeu que antigas práticas relacionadas aos arranjos matrimoniais entre parentes sanguíneos, de um modo especial entre primos, tenderam a se manter mesmo nas primeiras décadas do século XX. O que nos remete aos escritos de Jacques Le Goff (2003) quando argumenta que as mentalidades possuem uma dinâmica bem mais lenta daquela apresentada por outras estruturas.

Outra categoria a ser explicitada é a de rede, para isso nos filiamos à definição proposta por Cacilda Machado em *A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista* (2008, p. 18) enquanto “um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que os afeta a todos direta ou indiretamente, ainda que de maneira desigual”. Outro aspecto pertinente dista sobre a importância do estudo das redes conforme destacou Franco Ramella (1995, p.10) ao afirmar que, “las implicaciones metodológicas y teóricas de la noción de red social están hoy, directa o indirectamente, en el centro del trabajo de revisión que se ha abierto en amplios sectores de las ciencias sociales”. Do ponto de vista analítico as redes podem se constituir em poderosa ferramenta nos revelando processos e interações que ocorrem nos interstícios de uma família e ou sociedade (LEVI, 2000). Pois “el análisis de redes sociales permite, al mismo tiempo, el recorte analítico y la restitución de la unidad ambigua de las cosas” refletindo sobre “la frontera entre la descripción y la elaboración de modelos” (MOUTOUKIAS, 1995, p. 227). Uma vez que “el cambio de óptica del procedimiento se invirtió: la fisonomía social de los individuos fue definida empíricamente a partir de las

relaciones personales que éstos entrelazan y activan, las cuales delinearán así las redes sociales en las que concretamente se encuentran insertos” (RAMELLA, 1995, p. 14). Desse modo, “en la visión estructural, un individuo es una concatenación de variables [...] en un análisis de redes, en contraste, es una concatenación de relaciones, más frecuentes, más intensas, verticales y horizontales (MIGUEZ, 1995, p. 23). O que de certa forma nos remete ao pensamento de Edward Thompson (2001) “de classe em si e classe para si”, ou seja, o fato de um indivíduo desenvolver uma profissão ou integrar um determinado estrato social não pode definir a *priori* seus interesses muito menos seu círculo de convivência sob pena de perder a dinâmica social que envolve o sujeito.

Já no que tange à natureza do processo de formação das redes de relacionamento Zacarías Moutoukias (1995) apontou três possibilidades. A primeira delas ele chamou de rede estrutural e está ligada ao exercício de uma profissão, onde o indivíduo de certa forma é “condicionado” a se inserir num determinado universo de relações, muitas vezes, sem ter firmado laços de parentesco consanguíneo e ou espiritual. O segundo viés é o da rede mais individualizada, onde existem vínculos de solidariedade e amizade, estabelecidos e ou ratificados pela formação de teias que perpassam pelo compadrio e pelo matrimônio. Já o terceiro caminho, de certa forma engendra as duas posições anteriores, onde o indivíduo, muitas vezes, a partir do exercício de uma atividade profissional passa a integrar uma determinada cadeia, mas, ao mesmo tempo existe uma margem de liberdade de escolha, isto é, a pessoa vai estabelecer conexões com quem ela bem entender.

Helen Osório, no artigo *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa* (2000), verificou o processo de formação e desenvolvimento do grupo de comerciantes na província de São Pedro, entre meados do século XVIII até o primeiro quartel do XIX. Foram cotejadas as formas de recrutamento, os sistemas de ajuda desenvolvidos a partir da prática mercantil e as teias sociais construídas por esses homens de negócios ao longo de suas vidas. A partir disso inferiu sobre as relações que o grupo mercantil de Rio Grande possuía com os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. No entanto, a autora verificou que as conexões, em muitos casos, se restringiam ao mundo dos negócios, portanto, uma rede de cunho mais estrutural.

Já Luís A. E. Farinatti (2010), em *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*, observou uma rede mais individualizada entre as famílias abastadas do município de Alegrete, percebendo que a formação de alianças político-militares e estratégias familiares de manutenção ou agregação de patrimônio passavam, principalmente, pelas teias do casamento. Famílias vizinhas, de pessoas que se

conheciam e conviviam sistematicamente, tendiam a solidificar relações anteriores através de enlaces matrimoniais, mas os negócios, em alguns casos, poderiam manter-se em separado.

O exemplo mais próximo, que conseguimos encontrar, do terceiro panorama de análise de redes, apresentado por Moutoukias pode ser representado pelo “bando” dos cunhados. Fábio Kühn (2006) em *Gente de Fronteira: Família, Sociedade e poder no sul da América portuguesa- Século XVIII* ao estudar os campos de Viamão entre 1720 a 1780 percebeu a atuação de uma rede de aliados, a qual ele chamou de bando dos cunhados. Denominou-os desta forma, ao perceber que entre os seis membros do séquito cinco haviam se casado com as filhas de Antônio Furtado de Mendonça e Isabel da Silveira. Além da engenharia nupcial averiguou o reforço dos vínculos através de relações de compadrio. Os cunhados desenvolveram ainda ações conjuntas que lhes possibilitaram ganhos pecuniários e posições de comando junto à câmara de Viamão. Ademais, na busca de afirmação social também tiveram papel ativo junto às irmandades e ordens terceiras.

Ainda tratando de redes, outro ponto que merece ser destacado está ligado às categorias trabalhadas por Zacarias Moutoukias (2000, p. 136) de “redes densas (*close-knit*)” e “redes sueltas (*loose-knit*)”. Onde nem todas as teias possuíam o mesmo grau de intensidade. Para aquelas que tinham um maior grau de cumplicidade o historiador argentino usou o termo “redes densas”, já para aquelas onde os nós aparentemente são mais frouxos recomenda o uso da expressão “redes sueltas”. As reflexões do estudioso do tema nos invitaram a analisar o “tricô” entre Randolpho e seus compadres a partir do prisma dos vínculos e dos laços, desse modo, os pontos mais “apertados” serão considerados como vínculos enquanto que os mais “frouxos” serão tratados como laços. Ao olharmos no dicionário estas duas palavras são apresentadas como sinônimas⁸, mas ao buscarmos a etimologia delas junto ao latim encontramos diferenças. Laço deriva de *laqueus*⁹ que significa nó corredo, enquanto que, vínculo tem sua origem em *lat vinculu*¹⁰, tudo aquilo que aperta; ainda entre as suas definições esta última faz menção a relação de amizade ou parentesco. Diante disso todos aqueles compadres que conseguimos encontrar seus nomes, mais de uma vez, junto à documentação, em empreitadas conjuntas a Randolpho, serão tratados sob a ótica dos vínculos. Ao mesmo tempo, convém explicitar que não estamos propugnando que as relações com os demais compadres devem ser caracterizadas automaticamente sob a égide de

⁸ MICHAELIS. *Dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008, p. 504 e 911.

⁹ *DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO-PORTUGUÊS*. 2ª ed. Rio de Janeiro: CNNE, 1956, p. 530.

¹⁰ *Idem*, p. 1030.

laços. Seria uma afirmação, apressada, determinista e de sustentação muito frágil, que facilmente cairia por terra diante da descoberta de outros documentos.

Entre as leituras que trataram do compadrio elenca-se a tese de Martha D. Hameister *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)* que sem dúvida foi o trabalho que aguçou nosso interesse para a possibilidade de abordar Randolpho sob a ótica das relações de compadrio, estratégias e redes. Entre as possibilidades de análise sugeridas por Hameister destacamos a questão do compadrio enquanto dom e contra dom, isto é, a troca de afilhados. O dom estaria em oferecer um filho como afilhado e passado algum tempo o compadre retribuir a gentileza, tornando-se compadres duplamente. O ato de dar, responsável por configurar a rede, implicava outros dois, receber e retribuir, sendo esta tríade a responsável pela sedimentação das relações de compadrio. Outro elemento apontado pela autora está ligada ao estabelecimento do prenome recebido no momento do batismo enquanto uma graça que possibilitava a pessoa adentrar no mundo da cristandade. Ademais o ato de nomeação do indivíduo enquanto prática social, passível de estabelecer, ratificar e de romper elos, buscando “perpetuar” um nome que poderia circular numa mesma família em várias gerações.

Silvia Brügger no artigo *Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850)* analisou expressiva amostragem de registros batismais tentando perceber as relações de poder constituídas através do parentesco simbólico. A respeito do compadrio observou que estabelecia uma via de mão dupla, pois “tanto os padrinhos podiam beneficiar-se dos trabalhos, dos préstimos e da fidelidade dos afilhados quanto estes esperavam contar com o cuidado, a proteção e o reconhecimento daqueles” (BRÜGGER, 2007a, p. 338). Frisou ainda que as relações de parentesco ritual não eram homogêneas, isto é, um indivíduo poderia “apadrinhar na mesma oportunidade um escravo e o filho de um rico minerador” (BRÜGGER, 2007b, p. 382). Desse modo, “ricos e pobres eram aceitos como compadres, sugerindo uma concepção de sociedade baseada na troca de favores, na circulação de dádivas e contradádivas” (VENÂNCIO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 249)

Por estratégia Jacques Revel (1998, p.26) defende que “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada”. Manuela Pedroza chamou atenção para os cuidados inerentes ao se tratar as estratégias sociais a partir de um “desenrolar mecânico de uma estrutura fixa de regras infalíveis a serem seguidas, mas sim como um conjunto por vezes caótico de ações, onde

jogadores devem transformar seus lances a cada novo movimento no tabuleiro” (2008, p. 69). Ao tratar das estratégias familiares Revel (In: LEVI, 2000, p. 30) assinalou que “não podem ser compreendidas ao nível da família tomada como unidade residencial”, mas deve-se pensar “em frentes familiares formadas por unidades que não residem juntas, mas unidas por laços de parentesco consanguíneo, por alianças ou relações de parentesco fictícias”.

O conceito de estratégia será de grande valia principalmente quando discutirmos as práticas matrimoniais que envolveram os dois casamentos de Randolpho, bem como das uniões de alguns membros de sua prole. Pois “el matrimonio creaba más que uniones entre un hombre y una mujer. En la sociedad el matrimonio aliaba a las familias” (SOCOLOW, 2005, p.29). Devido a isso, “a escolha pelos cônjuges se dava entre o grupo ao qual pertenciam, até mesmo porque era com quem tinham relações de equidade, com quem compartilhavam festas e saraus, enfim toda uma vida social” (BARBOSA, 2009, p.59). Desta forma, por detrás da nupcialidade, de um modo especial daqueles que tinham posses, geralmente estava à preocupação em “transmitir às gerações vindouras o poder e os privilégios herdados. Estratégias essas que não passam necessariamente pela vontade consciente de todos os agentes sociais nelas envolvidos” (MONTEIRO, 1993, p. 923).

Os capítulos se articulam na compreensão das redes num processo de configuração, operacionalização e (re)configuração enquanto um conjunto de valores e práticas que coloca no centro a ação social de Randolpho e das famílias Silva Pereira e Alves da Conceição.

No primeiro capítulo procuraremos entender o processo de estabelecimento do casal José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto. Respectivamente pai e mãe do personagem que empresta seu nome para o título desta dissertação, junto ao Vale do Jaguari, apresentando alguns problemas enfrentados pela estirpe numa região de fronteira onde a senda da guerra volta e meia era trilhada e a disputa com a família dos Siqueira Gomes que possivelmente resultou no assassinato do alferes José. Trataremos dos desafios que coube a viúva Francisca em manter sua família, administrar os bens deixados por seu finado marido e ao processo de obtenção de tutela dos filhos menores num quadro de incertezas. Em meio às turbulências o menino Randolpho se fez homem e como tal passou a servir na condição de padrinho junto à freguesia de São Vicente. Não tardou a arranjar uma companheira que morava nas vizinhanças, tratava-se de Joaquina membro da família aliada dos Alves da Conceição, com a qual sob as bênçãos da igreja teve pelo menos 15 filhos o que oportunizou, através da prática do compadrio, o estabelecimento e ou reforço de novas relações de parentesco sanguíneo, afim e simbólico. Reavivando antigas práticas familiares de solidificar os vínculos familiares através da tática de convidar parentes para servir como padrinhos e dar as crianças prenomes

que além de uma homenagem aos dois ramos familiares representavam uma espécie de herança imaterial da graça.

No capítulo segundo ocorrerá o mergulho sobre a dinâmica das redes buscando verificar que tipo de relação elas representavam e que tipos de bens por elas circulavam. Isso se desenvolvendo paralelamente ao processo de transformação do povoado de São Vicente de distrito para município independente. Buscando ver o tecido social no qual o estancieiro e seus compadres estavam imiscuídos, para tanto traçaremos um perfil desses personagens, dando ênfase aos lavradores, profissão que a maioria do grupo de compadres desempenhava, e as funções militares, de um modo especial para aqueles que possuíam postos de comando na Guarda Nacional. Em termos de nominata destacamos as relações que o sujeito que nos serve de pedra angular nesta dissertação estabeleceu com seus irmãos Cândido e Basílio José da Silva Pereira e principalmente os vínculos com o comerciante João Victorino Filho. Este último um verdadeiro “especialista” na arte de apadrinhar que juntamente com o Barão de Candiota fez parte, junto à paróquia de São Gabriel, de um seletivo grupo de eleitores em 1871, o que nos sugere prestígio e poder político. Destacaremos uma carta que o compadre João enviou a Randolpho enquanto um trabalho de mediação e mobilização da parcialidade dos liberais junto ao Vale do Jaguari, num tramado que envolvia a ocupação de cargos, tanto na esfera pública quanto na militar, e conectava a “aldeia” de São Vicente a outros espaços da província e do império.

No terceiro, e derradeiro, capítulo a atenção recai sobre o processo de (re)configuração das malhas, ou seja, de reafirmação de antigos sistemas de relações, bem como do estabelecimento de novas alianças. Processo esse pensado após o falecimento da esposa Joaquina e do casamento com Alsira Mello, a partir das relações intergeracionais e através da engenharia parental centrada na nupcialidade. Ainda abriremos espaço para as teias de sociabilidade desenvolvidas junto à estância de São Rafael mediante a articulação de lides campeiras, refeições coletivas e os bailes que ocorriam junto à sede da propriedade. Também analisaremos os negócios firmados junto ao estabelecimento do coronel Christiano Haesbaert olhando as compras e as formas de pagamento por um período de um ano, mas o destaque principal recairá nas redes de crédito onde Randolpho usava de seu “bom nome” a fim de que outras pessoas pudessem comprar a prazo em sua caderneta. Aliás, falando em “bom nome” é justamente disso que trataremos no último subtítulo quando abordarmos a transmissão da graça de Randolpho a seus descendentes enquanto um processo de herança imaterial.

Queremos ainda tecer rápidas considerações sobre o procedimento historiográfico que no entendimento de Justo Serna e Anacleto Pons (1993, p. 100) tem como mote principal

“captar el mayor número de lectores, dado que uno de los problemas básicos de la disciplina histórica es de comunicación” devendo assim o historiador em seu *metieur* “llevar a cabo una investigación con todo el rigor que ello requiere no le obliga [...] a escribir con frialdad, pues el sabio cumple tanto mejor su función cuando más gusta a los que leen, y los retiene y cautiva con los ornamentos de su estilo”. Nesse sentido, Peter Burke (1992) defende um novo estilo de historicizar, mais próximo da trama literária, sem perder o “rigor” histórico, tornando mais apazível e, porque não dizer, compreensível, a leitura. O debate não deve ficar circunscrito ao retorno da narrativa, mas ao modo como construí-la. Na busca do entrelaçamento da forma mais didática possível dos dados empíricos, das reflexões teóricas metodológicas e das discussões bibliográficas Durval de Albuquerque Júnior (2007, p.31) realçou que narrar é como tecer, é “pôr em contato, entrelaçar linhas de diferentes cores eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final. Este trabalho de tessitura é, no entanto, obra da mão de quem tece, da imaginação e da habilidade de quem narra”. Por fim, só nos resta invitar o leitor para que vire a página e trilhe o rastro de histórias de vida num tempo e num lugar não muito distante.

Capítulo 1

REDES QUE SE CONFIGURAM

A história é um labirinto. Acreditamos saber que existe uma saída, mas não sabemos onde está. Não havendo ninguém do lado de fora que nos possa indicá-la, devemos procurá-la nós mesmos. O que o labirinto ensina não é onde está a saída, mas quais são os caminhos que não levam a lugar algum.

Norberto Bobbio

1.1 Uma biografia para Randolpho José da Silva Pereira?

Durante muito tempo as biografias históricas direcionaram seu olhar para a vida dos *les grands hommes*, nos últimos anos, no entanto, têm ganhado espaço junto à produção historiográfica obras que versam sobre histórias de pessoas comuns, entre outras se elenca o moleiro Menocchio de Ginzburg (1987) em o *Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, ou exorcista Chiesa em *Herança imaterial: A Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII* de Levi (2000), a negociante Gliklihein bas Judab, a religiosa Marie d'Incarnation e a artista Maria Merien de Natalie Z. Davis (1997) no livro *Nas Margens: três mulheres do século XVII* ou o fiador dos brasileiros, Antonio Pereira Rebouças, personagem *sui generis* trabalhado por Keila Grinberg (2002).

Independente de modismos, muitas vezes influenciadas pelo mercado editorial que se vale atualmente da enorme curiosidade de consumir a vida dos outros (BORGES, 2001), entendemos que os estudos biográficos podem contribuir com o conhecimento histórico, uma vez que este retorno ao estudo do comportamento de atores individuais, trouxe em seu âmago uma nova dinâmica, possibilitando que personagens de menor “quilate” também ganhassem um “lugar ao sol”. Constituindo-se num “espaço privilegiado para discutir temas centrais da historiografia contemporânea”, na medida em que esse processo pode ser inserido “dentro de um movimento amplo de renovação dos instrumentos conceituais e metodológicos da história, assim como o repensar de uma concepção do que é o homem e sua relação com a história” (LIMA *apud* SCHMIDT, 2000, p. 123). Giovanni Levi (In: AMADO E FERREIRA, 2002, p.180) salientou que as histórias de vida podem compor um campo privilegiado “para verificar o caráter intersticial da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais são isentos de contradições”.

Ao perseguir os vestígios de sujeitos “inglórios”, deixados em diferentes locais, instituições e esferas do poder, além da possibilidade de recuperar a dinâmica de vida dos indivíduos, o cientista social pode desenvolver “la reconstrucción de grupos familiares, según fundamentos socio-económicos o socio-ocupacionales” (REGUERA, 2006, p. 10). O panorama social do qual o personagem fazia parte pode ser trazido à tona, conforme indica Mary Del Priore (2009, p. 9), “os indivíduos representam mais do que eles mesmos, e cada qual a seu modo exprime algo do coletivo do qual não podem se abstrair”, dessa maneira, ao examinar os atores enquanto “testemunhas, de uma época” suas narrativas de vida podem revelar “uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos de significação histórica geral”.

Sylvian Bourdon (2009, p.3) também alude que a perspectiva biográfica pode permitir examinar:

[...] la capacidad de los individuos de influir en el curso de su vida, individualizar sus trayectorias al eximir las de las normas y rituales establecidos, frente al riesgo y la incertidumbre [...] las vidas son interdependientes y que las influencias sociales e históricas son expresadas y percibidas a través de redes de relaciones compartidas.

Talvez resida na possibilidade de escolhas por parte dos agentes históricos uma das grandes contribuições deste novo gênero biográfico. Escolhas feitas pelas pessoas nas encruzilhadas da vida que podem resultar em sucesso ou fracasso, podendo tais decisões repercutir pelo restante de suas existências. O autor também chama atenção para possibilidade de articulação entre a construção da história de vida e a análise das redes construídas pelos sujeitos.

Desta forma, pretendemos nos valer da biografia enquanto pretexto a fim de reconstituir uma série de situações individuais e familiares nas quais Randolpho esteve envolvido. Devo alertar os leitores de que não se trata de uma biografia a moda antiga que na maioria das vezes apresentava “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI In: AMADO E FERREIRA, 2002, p.169). Limita-mos a usar a trajetória de Randolpho a fim de tentar entender às teias sociais em que estava inserido, trilhando alguns dos principais passos de nosso personagem ao longo de sua *life course*, almejando visualizar alguns dos diversos papéis que desempenhou no decorrer de sua existência (criança, adulto, filho, pai, vizinho, patrão, parente, compadre, amigo e inimigo), o que no entender de Ana Silvia Scott (2008a, p. 5) “só parece ser viável ao nível da micro-análise, apanhando o ambiente no qual os indivíduos passaram o seu dia-a-dia até ao momento em que deixaram a vida terrena para a eterna”.

Levi (*apud* MENDES, 1992) discorreu sobre as diferentes modalidades e possibilidades para o estudo das trajetórias de vida enquanto gênero histórico, apresentando as seguintes tipologias: biografia linear, a prosopografia e a biografia modal, biografia e contexto, biografia e os casos limite e a biografia e suas relações com a hermenêutica. Apesar de apresentar nuances de linearidade (entre as quais nascimento, casamento e morte de Randolpho), fatias do contexto no qual viveu o personagem (disputas políticas travadas no povoado de São Vicente e em São Gabriel) e nuances de prosopografia¹¹ (as trajetórias de vida dos irmãos Silva Pereira e de alguns dos compadres do personagem em tela) este trabalho transita pelos caminhos da biografia modal, pois parte de um sujeito, mas concomitantemente se constituiu em “pretexto para reconstituição do ambiente social” (LEVI, 2000, p.47), desejando ao analisar a malha social na qual ele estava inserido ver a coletividade. Renato P. Venâncio (In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 239) entende a biografia modal enquanto possibilidade analítica que “volta-se para a análise de indivíduos que expressam as características do grupo social a que pertencem, indicando, na prática, o funcionamento das normas e regras estruturais existentes na sociedade”. Portanto, nosso personagem não será tratado com uma pessoa singular, mas um indivíduo que encerra as características do grupo do qual fazia parte.

Por fim, a que se ter cuidado para não cair nos perigos que rondam a *illusion biographique*, tendo em vista que estudar “os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção” (THOMPSON, 2002 p. 137), isto é, as situações sugeridas pelas fontes são fragmentos da vida do personagem, sujeitas ao crivo e a interpretação daquele que se propõe a estudá-las, de tal modo, o produto final tende a ser representações acerca da trajetória do agente em tela.

Na sequência iremos desenvolver uma breve caracterização histórica e geográfica acerca do conceito de Vale do Jaguari, pois, conforme apresenta José Amado Mendes (1992, p. 359), entre os “contributos” que a “nova biografia” trouxe, encontra-se a possibilidade analítica que articula as relações entre “homem e o meio envolvente”.

¹¹ Por prosopografia nos associamos à definição de Hubert Boni (*apud* MENDES, 1992, p. 360) que a entende enquanto “a reconstituição de um conjunto de biografias, para detectar as características de um grupo social ou profissional”. Sem embargo, Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre (In: HEINZ, 2006, p. 205) chamam atenção para o fato de que a análise prosopográfica só pode ser feita “sobre grupos bem documentados” que apresentem “qualidade e a quantidade nas informações”.

1.2 A ocupação do Vale do Jaguari após a invasão do espaço missioneiro pelos portugueses

A posse definitiva dos territórios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul por parte dos lusos, oficialmente só veio com a invasão e conquista da província das Missões, realizada por José Borges do Canto, Manoel dos Santos Pedroso e Gabriel Ribeiro de Almeida, e culminou com a assinatura do tratado de Badajóz, em 1801 (QUEVEDO, 1999). Até aquele momento, segundo Pont (1983, p. 23),

Nenhuma das duas coroas, porém, saberia dizer a seus vassallos por onde passariam no terreno, as respectivas linhas confrontantes. A posse das coisas, portanto, não se dava num espaço nacional conhecido. O possuidor, com sua nacionalidade, é que delimitava, por assim dizer, a soberania de seu estado.

Os processos de concessões de sesmarias atendiam aos interesses da coroa, pois ao ocuparem as terras do espaço missioneiro, os estancieiros-militares tacitamente assumiam a tarefa de salvaguardar a fronteira de possíveis represálias dos castelhanos¹². Essas questões de ocupação do espaço ligadas a interesses geopolíticos também estiveram presentes nas áreas destinadas a colonização de imigrantes europeus nas primeiras décadas do século XIX, conforme observou Altiava Balhana (1989). Um dos espaços que passou ao domínio luso,

¹² CARBONARI, Maria Rosa. **População, Fronteira e Família: A região de Rio Cuarto no período colonial tardio** (2001) discute as diferentes dimensões de entendimento de fronteira enquanto espaço político, estatal e emocional dentro da perspectiva da história diplomática e militar; fronteira zona *locus* de trocas comerciais e humanas, com status político fluido; fronteira-linha, controle fiscal das pessoas, de obrigações militares, delimitação estatal; fronteira móvel, espaço regional de contato, espaço dinâmico aberto ao intercâmbio de mercadorias, pessoas, relações de trabalho e familiares. Entende ainda a diacronia e a polissemia do conceito, uma vez que simultaneamente separa, mas também une, ao mesmo tempo constituem-se em lugar de transição dinâmica, espaço de convívio social, trocas culturais e econômicas. No artigo **Fronteiras na História: O espaço norte americano e platino no século XIX**, Souza (2005) sustenta a posição de que as fronteiras na região do Prata se estabeleceram a partir dos conflitos Estado contra Estado. Também discorreu que as franjas dos territórios nacionais constituíram-se em lugar de trânsito e cruzamentos de pessoas e mercadorias, destacando o contrabando como elemento integrador e contestador dos altos tributos cobrados muitas vezes nos dois lados da fronteira. FLORES, Mariana Flores da C. T. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)** (2007, p. 39) discorre sobre os variados significados que a fronteira assumia para diferentes agentes que por ela transitavam bem como o dinamismo nas “*relações que os grupos fronteiriços estabeleciam com seus Estados Centrais*”. Sobre fronteira, ver ainda: FLORES, Mariana Flores da C. T. FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2009, p. 145-176. Onde os autores trataram do “manejo” do espaço fronteiriço enquanto “*locus onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos sem um contexto social específico*” (FLORES e FARINATTI, 2009, p. 153). Conforme demonstrou Paulo Moreira em **Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre** (2009) a fronteira assumia, no século XIX, também uma dimensão de lugar “idílico”, na representação mental de muitos cativos, tendia a significar local de liberdade.

dentro daquele contexto de ampliação da fronteira, foi justamente a região¹³ do Vale do Jaguari, antiga área de criação missioneira (MENZ, 2001).

A respeito do Vale do Jaguari queremos trazer algumas informações presentes nos relatos de Auguste Saint-Hilaire, que o transpôs entre o final de março e o princípio de abril de 1821. Assim se referiu o viajante:

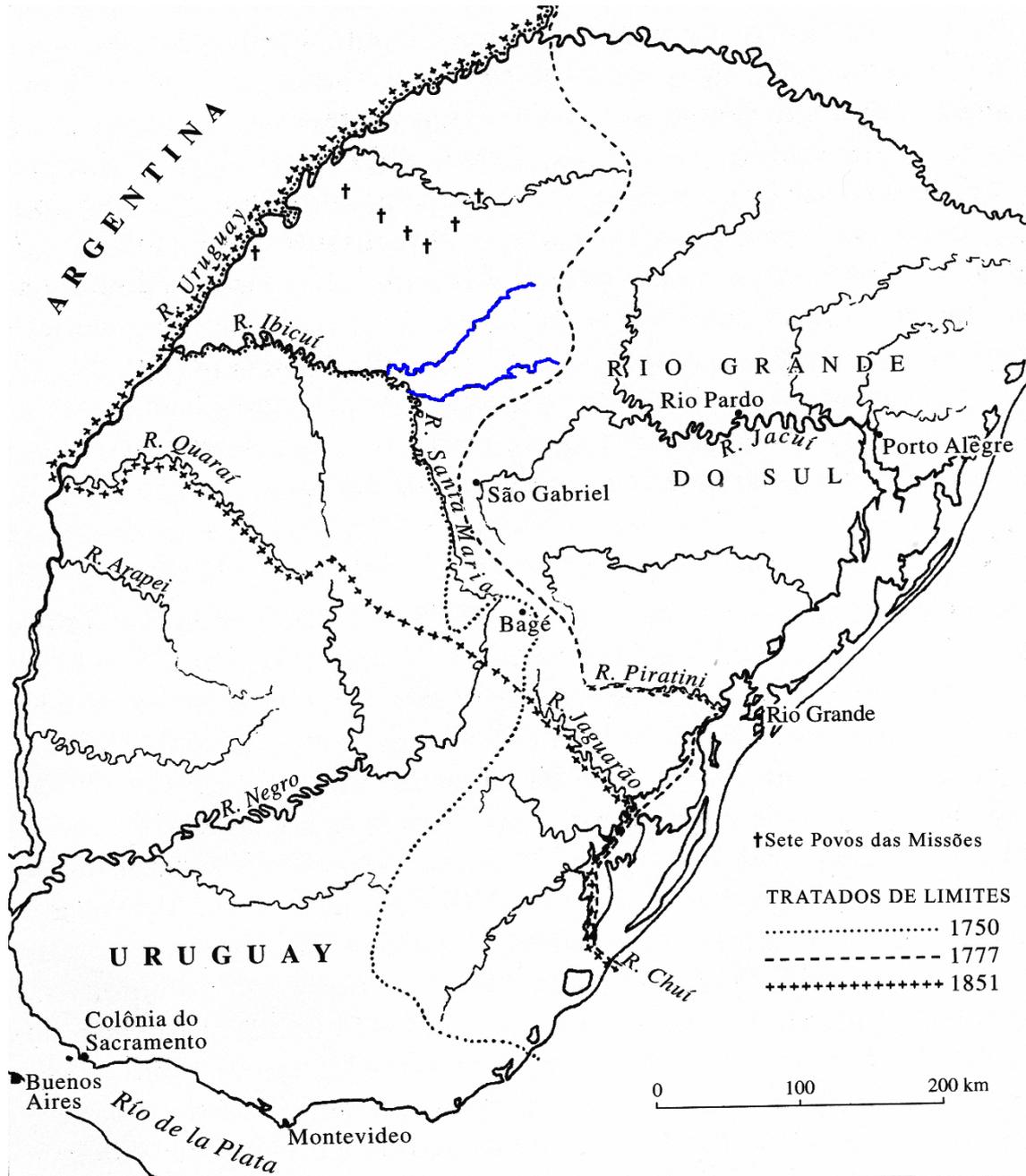
Ao pé da serra, saímos de bosques sombrios e espessos que varamos no espaço de mais de uma légua e onde desfrutamos sempre de um verde encantador. Passamos por uma pastagem desigual, cortada por riachos e barrancos, contornada de montanhas [...] Estas montanhas são apenas a continuação e quase a extremidade de uma grande cadeia extensa, que segue a costa do Brasil. Aqui recebe o nome de serra de São Xavier (1987, p. 391-393).

Francisco Teixeira da Silva arguiu que “quanto mais natural for a paisagem, maior será seu apelo de sedução”¹⁴, destarte, o naturalista francês ficou impressionado com “o verde encantador” serpenteado por montanhas e cortado por cursos d’água. O botânico escreveria ainda em seu diário os principais rios que se constituíam nos delimitadores do vale e fornecedores de boas aguadas para a pecuária que se desenvolviam no entorno de suas margens. No sentido norte, o rio Jaguari, no sul o rio Toropi e pelo oeste o Ibicuí, (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 395), conforme pode ser visto no mapa que segue.

¹³ Santos (1997) demonstrou que o conceito de região enquanto delimitador de territórios, do ponto de vista físico, é algo genérico de difícil aplicabilidade, uma convenção, muitas vezes arbitrária a fim de caracterizar um determinado espaço. Dentro desta perspectiva Silva (1990) defendeu a importância de entender a categoria em suas várias facetas, enquanto espaço geográfico, político, cultural, econômico, étnico, simbólico, histórico e ecológico. Compartilhando de posição semelhante Ardengui chamou atenção para o fato de que ao trabalharmos com a ideia de região, devemos considerar as “*articulações entre espaço regional e o espaço mais vastos sem, no entanto, perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidade e de práticas políticas específicas*” que historicamente foram construídas e possuem “*características internas determinadas e determinantes da sua interação com o todo*” (2003, p.44-49).

¹⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 216.

Mapa 1 - Mapa mostrando o Rio Grande do Sul e Uruguai



Fonte: Adaptado de (Bell *apud* Farinatti, 2010, p. 69).

O mapa anterior foi escolhido não somente pela possibilidade de destacar o Vale do Jaguari através de seus balizadores, os rios Jaguari e Toropi, mas também pelo fato de fazer menção aos tratados de fronteiras, bem como as discussões sobre os domínios dos territórios situados na região oeste do Rio Grande do Sul, sítio onde se desenrola a maior parte desta história. Merece ser mencionado que os rios correm no sentido leste-oeste e a região onde ambos nascem são espaços de planalto. Em seus caminhos rumo a bacia do Ibicuí Mirim

cortam a ramificação da serra geral (Serra de São Xavier) e desembocam na parte mais plana do Vale, composta por coxilhas, campos e várzeas.

Essa rápida caracterização geográfica foi pensada a partir da leitura de um artigo de Bernard Lepetit, onde o autor retoma a reflexão do espaço como possibilidade analítica do historiador, rompendo o hiato que se criou, nos últimos tempos, entre história e geografia. Nesse sentido descreve que:

[...] para poder desenhar um mapa é necessário sacrificar o traçado de um rio ou de uma margem em função da escala de representação escolhida, é diminuir o número das variações reconhecidas como pertinentes [...] um mapa é uma redução de um território. A escala é a relação entre um comprimento medido no mapa e a medida real no local. Por trás da operação cartográfica figura um realismo. A escala do geógrafo associa um representante, o mapa, e um referente, o território cuja configuração está dada e precede a operação intelectual que é a realização do mapa (In: REVEL, 1998, p. 79 e 90)

No núcleo do debate está a questão das escalas de observação e paralelamente o autor sinaliza a possibilidade de se estabelecer a necessária articulação entre espaço e tempo. O próprio Fernand Braudel (1993), em sua clássica obra *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, já apontava para a importância das características geográficas enquanto elemento necessário para a compreensão da história. Pois “olhamos pouco a geografia” e quando o fazemos tratamos de assuntos atinentes ao espaço, na maioria das vezes, como algo dado, que se justifica por si só. Quando recorremos ao uso de mapas em nossos trabalhos, eles nos servem, na maioria dos casos, como meros fins ilustrativos. O que tentaremos ao longo deste texto é estabelecer possíveis e necessárias interlocuções entre história e geografia onde “o quadro de referência topográfico” (LIMA, 2006, p. 210) seja mais um elemento a fim de melhor entender relações sociais que se desenvolveram em torno dos lugares e das gentes que habitavam o Vale. Olhando o espaço, conforme sugeriu Lucien Febvre (1991), enquanto um possibilismo, onde o ser humano possui margens de liberdade e de ação frente ao meio. O homem enquanto um ser que atua sobre o espaço, mas que simultaneamente sofre influências dele, rompendo com a antípoda entre *Natur* e *Kultur* uma vez que as relações entre homem e natureza segundo Carlos Silva (In: CARDOSO e VAINFAS, 1997) possuem uma relação intrínseca.

Outros fatores que nos instigaram a olhar o meio geográfico foram as dificuldades que as sucessivas secessões pelas quais o Vale do Jaguari passou no decorrer do século XIX e XX. Para tanto, a fim de podermos acompanhar a trajetória dos Silva Pereira e dos Alves da Conceição tivemos que buscar outros pontos de referência. Os rios Toropi e Jaguari, a serra de

São Xavier, as estâncias de São Rafael e de São Xavier, assim como a própria capela, depois matriz, de São Vicente Ferrer se constituíram em cenários de um jogo complexo, que engendrava sistemas de alianças e uma gama variada de redes.

Salientamos, mais uma vez, que este não é um trabalho de história regional, pois o espaço não irá ocupar o centro de nossa atenção, é apenas mais um dos elementos enquanto possibilidade analítica. Também não é nossa intenção ficar restrito ao âmbito local, haja vista que as situações analisadas se sobrepõem ao território de um município; o que tentaremos é dialogar e articular diferentes espaços da província através da trajetória de um indivíduo, daqueles que estavam ao seu entorno e ou estabeleceram relações com ele, para isso entendemos que o “tramado” das redes requer o conhecimento do meio no qual estava inserido o “artesão” Randolpho.

1.3 De Santa Catarina às margens do Toropi: andarilhos da sobrevivência, o caso dos Silva Pereira

Antes de adentrarmos em nosso objeto de análise, faz-se necessária uma rápida abordagem das trajetórias dos personagens José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, respectivamente pai e mãe de Randolpho, (ver anexos genealogia ascendentes de Randolpho), a fim de apresentar em que circunstâncias os Silva Pereira se estabeleceram no Vale do Jaguarí, como buscaram as bases materiais de sobrevivência, bem como as estratégias ligadas principalmente à ampliação de patrimônio, de um modo especial a aquisição de mais propriedades.

José nasceu na freguesia do Desterro em Santa Catarina e era filho de Joaquim da Silva Ramalho Pereira com Benedicta Benardina de Oliveira. Francisca também era catarinense, porém nascera na freguesia de São Miguel, filha legítima do capitão Severino Cardoso Vieira e de dona Anna Bernarda da Silva Pereira¹⁵. Não sabemos ao certo porque não recebeu o sobrenome paterno, por isso só nos resta lançar mão das seguintes hipóteses: tais sobrenomes derivam de alguma parenta ancestral, ou recebeu tal graça em homenagem a uma madrinha ou a uma pessoa querida da família (HAMEISTER, 2006). Ainda pode-se aventar a possibilidade de permanência do sobrenome de algum ramo familiar do qual ela descendia.

¹⁵ Os nomes dos pais e os locais de nascimento de José e de Francisca foram levantados a partir do registro matrimonial presente no AHCMPA, **Registro matrimonial de José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto**. Porto Alegre, a. 1819, liv. 3, ff. 10v.

A primeira informação apurada sobre José e Francisca na capitania do Rio Grande do Sul, foi justamente o registro de casamento feito a 07 de fevereiro de 1819 junto à matriz Madre de Deus em Porto Alegre. Pouco depois, José entrou com um requerimento junto ao governo provincial, solicitando um rincão de terras devolutas na província de Missões¹⁶. Naquela feita, ele se declarou como morador da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, onde desempenhava a função de ajudante da corda do piloto nas medições de terras nos confins daquele município¹⁷ e, para tanto, recebia 6\$000 réis por cada propriedade medida, além disso, a cada seis léguas percorridas o ajudante da corda do piloto recebia um adicional de 600 réis¹⁸. O parco pagamento nos faz pensar em condições materiais de sobrevivência restritas.

Os primeiros filhos do casal de que tivemos notícias foram João e Ana, que nasceram na Vila de Rio Pardo, respectivamente em 1820 e 1821¹⁹, não obstante, essas duas crianças não vingaram. Sérgio Nadalin (2003) chamou atenção para esse regime demográfico de alta natalidade e alta mortalidade por ele verificado nos campos paranaenses para o século XVIII, onde os precários preceitos de higiene e as doenças endêmicas contribuíam para ceifar a vida de 190 a 214 crianças, para cada 1.000 nascidos, antes de completarem o primeiro ano de vida.

Ainda em 1821 o catarinense José fora agraciado com a sesmaria que havia solicitado, sendo a propriedade localizada na margem leste do rio Toropi, possuindo uma légua de frente por três léguas de comprimento²⁰. O que nos leva a crer, que pouco depois os referidos cônjuges tenham migrado e ocupado efetivamente a sesmaria, pois a regulamentação da posse sesmarialista, em algumas vezes, só se tornaria plena mediante pagamento das taxas

¹⁶ AHRS, **Justificação da Concessão**. a. 1820, cx. 45, m.116, n.º 1362, ff. 2.

¹⁷ Segundo Farinatti (2007, p. 219) a vasta região conhecida como fronteira de Rio Pardo englobava, a grosso modo, o que hoje é a metade oeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Tiago L. Gil (2002, p. 5) aponta as fronteiras de Rio Pardo e de Rio Grande como os dois “*corredores de acesso junto aos domínios espanhóis, onde circulavam homens e mercadorias*”. Ver também LAYTANO, Dante. **Almanaque de Rio Pardo**. Porto Alegre: Editora do Governo do Rio Grande do Sul, 1946.

¹⁸ Ordenações Filipinas, **Sobre a confirmação das sesmarias, forma de nomeação dos juizes, e seus salários**, liv. 4, tit. 46, p. 1028 e 1029. Além do ajudante da corda do piloto também faziam parte da equipe que media as terras o juiz das sesmarias, o piloto e o escrivão. O ajudante de corda era uma espécie de auxiliar do agrimensor oficial, sua tarefa principal era esticar a corda a fim de se proceder as medições. Quanto aos salários o juiz recebia 20\$000 e o piloto 12\$000 por propriedade medida, além disso, havia o adicional de 2\$000 para o juiz e 1\$200 para o piloto a cada seis léguas percorridas. Quanto ao escrivão não sabemos ao certo qual era a remuneração a que tinha direito.

¹⁹ AHCMPA, **Registros de batismo de João**. Rio Pardo, a. 1820, liv. 10, ff. 43.

AHCMPA, **Registros de batismo de Ana**. Rio Pardo, a. 1821, liv. 10, ff. 98.

²⁰ AHRS, **Registro de concessão**. Fazenda, a. 1821, liv. n.º F-1237, ff. 118 e 119. Segundo Paulo Afonso Zarth (2002, p.61) tal dimensão de terras correspondia a algo em torno de 13.000 hectares. Ao cruzar pelo Vale do Jaguari em abril de 1821 o botânico francês Auguste Saint-Hilaire (1987, p. 397) atravessou o rio Toropi destacando que seu nome significava rio dos couros de touros.

processuais, habitação, medição, cultivo e conservação de certas árvores (OSÓRIO, 1990). Além disso, Marcia M. M. Motta (2005) destacou outra forma de obtenção de sesmarias. Inicialmente haveria a ocupação para num segundo momento ocorrer à solicitação da graça, para tanto o ocupante poderia justificar o benefício valendo-se do fato de que havia ocupado as terras de forma pacífica e que já estava cultivando-as.

Em 1824 a parelha já era moradora efetiva no Vale do Jaguari, conforme pode ser visto na declaração que eles fizeram durante uma ação movida na justiça de Rio Pardo contra Gonçalo Xavier da Silva, na qual cobravam uma dívida. Ao mesmo tempo José foi citado como alferes do regimento de Dragões de Rio Pardo²¹, mas não sabemos quando, nem por quanto tempo ele desempenhou tal função. A mudança de Rio Pardo até terras situadas próximas do Toropi, representou uma situação muito comum no Brasil, conforme destacou Sheila de Castro Faria,

O homem colonial era essencialmente migrante. O fluxo intenso de gente, a transitoriedade de residência, de ocupação e de fortuna, a aventura, as possibilidades de enriquecimento, a abertura de novas áreas de exploração, as lutas cotidianas e a rapidez das transformações eram as fortes características da sociedade colonial brasileira. Maneira geral a tentativa de enriquecimento era o motivo que levava à migração (1998, p. 194).

Francisca e José foram apenas mais um casal que pode ser inserido na categoria de andarilhos da sobrevivência. Sendo ambos de Santa Catarina, tiveram ao que tudo indica uma rápida passagem por Rio Pardo, local que, ao longo das primeiras décadas do século XIX, serviu como centro militar e comercial (COSTA, 2006), e finalmente se deslocaram até os antigos campos de criação da região missioneira, paragem muito distante de suas comunidades de origem. Provavelmente a atividade de ajudante da corda lhe forneceu conhecimento do território, seja através de suas observações diretas ou por intermédio de informações obtidas de outros *andarilhos*, nas suas andanças em medições de terras na fronteira de Rio Pardo. Segurando a corda para a medição da terra alheia, deve ter tido condições de sondar onde havia terras ainda devolutas e bem localizadas, para instalar sua família e criar raízes.

Em 1826 nasceu Cândido, posteriormente Francisca (1833), Carlota Benedicta (1835), Basílio (1837) e finalmente Randolpho (1841). Possivelmente houve outras crianças que também acabaram morrendo, o que pode ser pensado pelo significativo intervalo de tempo entre o nascimento do mais velho e os demais. No que diz respeito aos cinco filhos, por

²¹ APERS, **Acção de Assignação de José da Silva Pereira contra Gonçalo Xavier da Silva**. Rio Pardo, 1º Cartório do Cível e Crime, a.1824, n.º 1870, m. 55, est. 49.

desconhecemos estudos que tenham versado sobre o tamanho das famílias no Vale do Jaguari, é difícil especular até que ponto esse representava uma tendência em termos de média ou se tratava de uma prole pouco numerosa. Concomitantemente ao nascimento dos filhos conseguimos apurar a realização de negócios, principalmente os que envolveram terras, dentro de um processo de expansão dos domínios dos Silva Pereira. Por não termos conhecimento de estudos que versem sobre a família no Vale do Jaguari não sabemos ao certo o tamanho médio

Entre as seis propriedades adquiridas pelos consortes, após terem se estabelecido no Vale do Jaguari, destacamos o campo na costa do Rio Toropi, comprado junto a Mariano Torres, propriedade essa que deu origem a estância de São Rafael²², lugar de morada da estirpe em estudo, e veio a se converter no principal estabelecimento produtivo, concentrando a maior parte do gado e era junto daquela unidade de produção que se encontrava a atafona utilizada, conforme defendemos em trabalho anterior, usada provavelmente no beneficiamento de farinha para o consumo próprio e para as famílias vizinhas²³. Igualmente elencamos o negócio envolvendo os campos de Payré que motivaram três contendas judiciais (1826-1856), inicialmente junto à vila de Rio Pardo e depois São Gabriel²⁴, valendo-se da “variável implícita do nome” (GARCIA, 2005, p. 120), isto é, do predomínio em posição social e riqueza, os Silva Pereira confirmaram o domínio sobre as terras em litígio²⁵. Edward Palmer Thompson (1997), em seu estudo sobre a aplicação da lei negra na Inglaterra do século XVIII, que visava punir com a morte aqueles que estavam questionando a ampliação do domínio privado por parte dos notáveis ingleses sobre terras que até então haviam sido de uso comum, propugnou que a interpretação dos jurados e dos juízes, bem como a aplicação da sentença, estava condicionada a duas variáveis: a condição sócio-econômica dos réus e contra quem havia sido cometido o “crime”, havendo uma tendência de prevalecer à lei do mais forte. Em meio às disputas pelos campos de Payré o alferes José foi assassinado em 17 de dezembro de 1843 em circunstâncias que não conseguimos apurar com precisão, haja vista que não conseguimos localizar o processo crime²⁶.

²² APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira*. Cruz Alta, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1845 n.º 26, m. 2, est. 61, ff. 07r.

²³ UBERTI, Hermes Gilber. *A estância de São Rafael e a família Silva Pereira: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865)*. Santa Maria: UNIFRA, 2007, 75 F. (Monografia de Especialização).

²⁴ APERS, *Ação ordinária movida por José Manoel de Siqueira e Fidelles Gomes de Siqueira contra Francisca Pereira Pinto e outros*. São Gabriel, Cartório do Civil, a. 1856, n.º 608, m. 20, est. 108.

²⁵ UBERTI, Hermes Gilber. *Os Silva Pereira: patrimônio e conflito na mesopotâmia do Vale do Jaguari (1821-1856)*. Porto Alegre: Anais do II Encontro do GT História Agrária, 2009. Cd-rom ISSN 2176:3925

²⁶ APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...* op. cit. ff. 05v.

Ao analisarmos seu inventário observamos a cifra mediana de 20:683\$400 contos de réis (cerca de £ 2.153) por isso inserimos os Silva Pereira na categoria de remediados²⁷. Tal proposição ganha mais força se compararmos os números apresentados no inventário e as médias obtidas por Thiago Leitão de Araújo (2008) em seu estudo sobre as bases patrimoniais²⁸ do município de Cruz Alta entre 1834 a 1884, tanto o plantel de escravos (dezesseis peças), quanto o número de cabeças de gado obtidas a partir da soma de bovinos e muares (seiscentos animais) reforçam a ideia de proprietários medianos.

Em março de 1845 Francisca Pereira Pinto deu entrada na documentação a fim de proceder o inventário de seu falecido marido. Transcorreram quinze meses entre a morte de José e o início do processo legal, sendo o principal argumento apresentado pela viúva, a fim de justificar o atraso, os empecilhos criados pela guerra civil. Por seu turno, o embate farroupilha também havia criado problemas no que diz respeito às frequentes requisições de gado para abastecer as tropas, o que provocou grande desfalque nos rebanhos, conforme podemos observar na fala que segue: “acontece q’ a guerra civil trouxe a ruína das fazendas, a ponto q’ em Sam Rafael, só ficarão dous cavallos manços”²⁹. A leitura deste breve relato nos fez lembrar de *Herança Imaterial* (2000) quando Giovanni Levi descreveu as dificuldades dos Perrones, Cavagliattos e Domeninos após a passagem dos exércitos e o confisco de seus animais. Claro que temos consciência de que são estratos sociais e realidades totalmente distintas, afastadas no tempo e no espaço, mas entendemos que de certa forma as aflições dos pequenos proprietários e arrendatários de Santena, no final do século XVII, se assemelham àquelas manifestadas por Francisca.

1.4 Nos pagos do Vale do Jaguari nasce o menino: as incertezas da infância

Conforme explicitado anteriormente, corria o ano de 1841 quando nos pagos do Vale do Jaguari nasceu o menino Randolpho, sendo o neófito o sétimo filho do alferes José e de

²⁷ Sheila de Castro Faria (1998) assim define as famílias e ou pessoas que se situavam no setor intermediário, uma vez que não possuíam patrimônio suficiente para figurar entre os abastados, mas ao mesmo tempo seu capital material os distinguia dos pobres. O patrimônio deixado pelo alferes ficava muito aquém daquele percebido por Fábio Kühn (2006) ao analisar os inventários *post-mortem* de Rafael Pinto Bandeira, Manuel Bento da Rocha, Manuel Fernandes Vieira e José Francisco da Silveira Casado, todos moradores da Vila de Viamão, ou daquele visto por Farinatti (2007) ao estudar alguns “notáveis” de Alegrete, entre os quais Manuel José de Carvalho, Antônio José de Oliveira, Bento Manuel Ribeiro de Almeida e de dona Febrônia Cândida. Quanto às conversões que serão feitas até o ano de 1889 foram baseadas na tabela presente em Mattoso (1982, p.154). A partir do referido ano a base de cálculo foi estabelecida a partir de **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3.

²⁸ O conceito de patrimônio aqui será tratado como o conjunto de bens materiais privados pessoais e familiares e não em sua dimensão de caráter público (COELHO, 1999).

²⁹ APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...* op. cit., ff. 28-29.

Dona Francisca. Os primeiros anos de sua infância, ao que tudo indica, foram marcados por uma série de dificuldades, privações e dúvidas ligadas inclusive a sua sobrevivência, pois no ato da partilha dos bens de seu finado pai, concluídos em setembro de 1848, lhe couberam somente dívidas a receber junto a Liandro Joaquim Vieira no valor de 2:068\$340 réis³⁰ (cerca de £ 215). Além disso, o que se depreende da documentação é que não foram tempos fáceis, segundo nos sugere as declarações feitas pela matriarca Francisca ao se dirigir ao juiz de órfãos da Vila de São Borja, a fim de solicitar a troca do tutor dos bens dos órfãos em 1848:

[...] pois não tinha a *supplicante* huma só pessoa de quem se confiar, e de todos os lados só via traiçoens e proximo ante via a total ruina de seus haveres, e de seos piquenos filhinhos [...] em breve somente ficarião os bens de raiz, que também os da *supplicante* sofrião o mesmo destino, que athé, os Escravos erão induzidos para fugirem que também as carretas estavão sentenciadas a serem incendiadas que já a *supplicante* não podia sofrer tantas mal verçaçoens, que para poder salvar alguma couza que inda lhes restava, tornava-se urgentissimo retirar-se para bem longe dos flagellos que a circunvizinhava e que não o podia fazer por cauza dos bens dos Órphãos [...] pois só assim fazendo, terião alguma tranquilidade, conservação de vidas, e bens, vivendo longe do precipicio que tanto os tem atormentado, e prejudicado³¹.

Particularmente nos chamou atenção à passagem “os flagelos que a circunvizinhavam”, onde vizinhos não se constituíam somente em redes de solidariedade, mas também poderiam ser um perigo concreto que morava ao lado. Aliás, Faria (1998) já havia destacado que mulheres viúvas com filhos pequenos a criar que não dispusessem de uma rede de parentela próxima e ou contassem com a colaboração da vizinhança, tendiam a ter inúmeros problemas, principalmente em termos de administração do patrimônio logo após terem passado ao estado de viuvez.

Tal situação nebulosa tendeu a mudar após a transferência do distrito de São Xavier da jurisdição de São Borja para a comarca da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Enquanto esteve sob os cuidados do juiz de órfãos de São Borja, a mãe Francisca tentou, sem sucesso, por treze vezes tirar João Lopes Lencina da função de tutor sob a alegação de que o mesmo estava surrupiando os bens de seus filhos menores. Uma vez sob a jurisdição de Cruz Alta seu requerimento foi rapidamente atendido sendo nomeado como novo tutor Mattias Teixeira d’ Almeida³². O que nos sugere que o espaço não pode ser visto meramente como categoria física, mas enquanto possibilidade de entrecruzamento de relações e operacionalização de redes.

³⁰ APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...* op. cit., ff. 23.

³¹ Idem, ff. 36v.

³² Ibidem, ff. 38v.

Entendemos que o outro rumo tomado por esse caso não ficou restrito somente a troca de comarca, deveu-se e muito a participação de João Chrisóstemo de Oliveira. Este último havia firmado matrimônio com a viúva por volta de 1846, antes porém, valendo-se da condição de homem letrado havia ocupado as funções de escrivão e depois tabelião do primeiro cartório, também desempenhando a função de escrivão da câmara e finalmente como rábula tornou-se procurador de causas, estabelecendo, entre 1844 a 1846, um círculo privilegiado de relações entre aqueles que tinham poder de decisão em Cruz Alta. No entanto, o segundo casamento de Francisca foi conturbado e efêmero, pois em julho de 1849 João Chrisóstemo morreu, conforme vimos em trabalho anterior, ao que tudo indica assassinado pelos irmãos de Randolpho³³.

No ano seguinte o ultimogênito viu sua mãe entrar com outro requerimento, solicitando a revisão das partilhas, pois no dizer de Francisca a legítima de Randolpho estava perdida, pois “a dívida de Liandro Joaquim Vieira hé incobavel, e que por isso deve ser rateada por todos”³⁴. Ainda em 1850 também deve ter ficado impressionado com a notícia da morte de sua irmã Carlota, que em setembro fora chamada, juntamente com seu marido Felisberto José Fagundes, a fim de tratar da nova partilha, e no final do mês de outubro foi descrita como morta, óbito esse relacionado ao parto da sobrinha Francisca³⁵. Dois anos mais tarde, quando já contava com treze anos, a revisão da partilha e da reforma do pagamento ficou pronta, sendo que desta vez recebeu, além de uma pequena parcela da referida dívida, terras, escravos e animais, e ao mesmo tempo sua mãe foi nomeada tutora de seus bens, cabendo a ela o dever de educar seus filhos³⁶.

No que toca à questão da instrução, ao que tudo indica não foi mandado à capital da província a fim de estudar, tal como havia ocorrido, anos antes, com seu irmão mais velho. Tal situação foi percebida a partir da prestação de contas no inventário de seu pai, onde entre as despesas apresentadas figuraram os gastos com o colégio de Cândido em Porto Alegre.

³³ UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira....** op. cit., ff. 34. “*Recorremos ao imaginário popular para levantar algumas situações ligadas ao matrimônio de Francisca com João. Dizem os descendentes dos Silva Pereira que ele a tratava muito mal, teria dilapido parte de seu patrimônio, confiscado todos os seus documentos e colocado em um baú. Isso nos faz pensar na justificativa apresentada por Francisca quando encaminhou o pedido de registro de legitimação da posse e, ao mesmo tempo, rogou a anulação da multa por não ter registrado as terras em tempo hábil, uma vez que o documento havia desaparecido e que afinal encontrou-se entre os papéis de um terceiro depois de falecido. Entendemos que possivelmente esse terceiro fosse João C. de Oliveira. Em virtude de tudo isso um dos filhos de Francisca teria alvejado-o com um tiro de pistola. Para encobrir o crime o cadáver teria sido amarrado a um cavalo e arrastado num terreno pedregoso a fim de desfigurá-lo antes que o ‘acidente’ fosse comunicado às autoridades*”.

³⁴ APERS, **Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...** op. cit., ff. 44r.

³⁵ Idem, ff. 52.

³⁶ Ibidem, ff. 58. Merece destaque que o termo educar, presente na nomeação de tutela, foi entendido no sentido proposto por Flandrin (*apud* BRÜGGER, 2007b, p. 153), enquanto sinônimo de alimentar e criar.

Para poder custar os estudos do filho e conseguir recursos a fim de manter sua família, a viúva negociou mercadorias junto ao estabelecimento Silva e Mello, em Porto Alegre, e na casa de comércio de José Antonio Soares em Rio Pardo³⁷. Randolpho possivelmente deve ter se valido dos préstimos de seu padrasto João Chrisóstemo durante o curto espaço de tempo em que ele esteve casado com sua mãe, pois, outra profissão desempenhada pelo pernambucano, durante o período em que morou na Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, foi a de professor de uma escola de meninos.

E, finalmente, em 1856, o mesmo foi citado durante uma ação de libelo civil na cidade de São Gabriel, onde fora retomada a contenda sobre o domínio dos Silva Pereira sobre os campos de Payré, naquela feita foi referido como Randolpho José da Silva Pereira³⁸. Segundo Hameister:

Somente num segundo momento, no avançar da vida da criança, seria agregado um sobrenome, não necessariamente o dos pais, podendo ser também o dos avós, de algum parente mais distante ou, em alguns casos, sobrenomes cuja origem talvez remetendo aos padrinhos ou a alguma forma de homenagem a pessoas próximas, poderosas ou queridas da família (2006, p.97).

A incorporação de outros nomes e dos sobrenomes representava a entrada do indivíduo na vida adulta e isso acontecia geralmente após a confirmação do batismo, no ato do recebimento do sacramento da crisma. Chegar à idade adulta e receber um nome completo significa reduzir o campo da incerteza, pois segundo Sérgio Nadalin (2003), na sociedade brasileira a morte estava no centro da vida. Na medida em que mulheres morriam durante o parto ou logo após terem dado a luz, centenas de crianças morriam antes de completar seu primeiro ano de vida e chegar à idade adulta não era de todo uma garantia de vida longa, pois de um modo especial homens morriam, muitas vezes de forma violenta. No caso específico de nosso personagem, além do desafio de se tornar adulto, as brumas também estiveram ligadas a possibilidade de sobrar alguma coisa para herdar, haja vista a conjuntura da guerra, dívidas não pagas e ou pela ação de aproveitadores, que se valendo da circunstância da mãe com filhos pequenos a criar tiraram vantagens. Em meados do século XIX, no rincão de São Xavier, nasceu o menino que, mesmo em meio a um quadro de muitas dúvidas, se fez homem. Casou, teve muitos filhos e chegou inclusive a batizar alguns de seus netos, mas isso é outra história que veremos mais adiante.

³⁷ APERS, *Inventário post-mortem de José da Silva Pereira...* op. cit., ff. 28.

³⁸ APERS, *Ação Ordinária movida por José Manoel de Siqueira e Fidelles Gomes de Siqueira contra Francisca Pereira Pinto e outros* op. cit.

1.5 “Em verdade te digo, quem não renascer da água e do espírito não poderá entrar no reino de Deus”³⁹

A passagem bíblica que abre esta seção introduz a temática do batismo e do compadrio. Ela foi pensada enquanto uma provocação, pois normalmente a maioria das pessoas tende a pensar o batismo enquanto a consubstanciação de um sacramento que se encerra em sua dimensão religiosa. Ao trabalharmos a questão da religiosidade ligada à prática do primeiro dos sacramentos, de certa forma ratificamos aquilo que Durval Albuquerque Júnior (2007, p.103) cotejou sobre o processo de reconstrução do passado sendo “atravessado pela subjetividade do historiador e datado historicamente”, isto é, quando desenvolvemos a escrita da história, muitas vezes não conseguimos omitir aquilo com que nos identificamos. Nesse sentido “encaramos a religião numa perspectiva social, a religião como uma realidade humana nascida das relações do homem com o seu meio”, a religiosidade enquanto realidade empírica capaz de “instituir, fundar e dar sentido às configurações socioeconômicas” (BIASOLI, 2010, p. 17). Mas além de trazer em seu núcleo a dimensão religiosa, o ato de ser batizado também engendrava uma prática social da benção, pois inferia em questões ligadas a cidadania, relações de poder, assim como a composição e inserção em redes sociais. Todavia, antes de iniciarmos a análise dos registros onde Randolpho e seus familiares foram citados como participantes da prática do compadrio, entendemos ser importante fazer algumas rápidas considerações a respeito do sentido religioso do batismo, assim como de sua dimensão enquanto registro civil na sociedade brasileira no século XIX.

Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia “o Batismo é o primeiro de todos os Sacramentos, é porta por onde se entra na Igreja Católica” (DA VIDE, 1707: Livro I, Título X, Parágrafo 33). Mais do que isso, no entender de Hameister

[...] a imersão na água benta, acompanhado dos demais atos do rito, purifica a alma e purga este pecado. Através do batismo, o ser humano renasce para o Reino de Deus, tocado pela graça divina, purificado, limpo de alma, redimido tanto do pecado original como dos atuais. O batizando, através do rito do batismo, morre para sua vida carnal e renasce para a vida espiritual [...] com os Santos Óleos o pároco unge em cruz a testa do pequenino. Esse sinal desaparecerá da pele da criança. É perene em sua alma: marca indelével dos membros do rebanho do Senhor, daqueles que foram libertos do pecado original. Por essa marca Deus reconhece seus filhos e pelo prenome dado ao batismo eles serão chamados no Dia de Juízo (2006, p.200).

³⁹ A referida passagem bíblica foi retirada do livro de João (3: 5-6), **BIBLIA SAGRADA**. 57ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987, p. 1386.

Um momento de libertação da alma do pecado original, um rito de passagem onde o neófito recebia um prenome, ao se ungir o corpo da criança e ao pronunciar eu te batizo “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt. 28: 19-20)⁴⁰ o sacerdote também marcava sua alma. O batismo foi sem dúvida o sacramento mais buscado entre os adeptos do catolicismo e boa parte desta situação devia-se a “crenças populares muito arraigadas, que demandavam rituais de purificação e proteção de recém-nascidos, o que contribuía para a adesão geral ao sacramento ou mesmo um culto à água batismal” (VENÂNCIO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 244).

Mas o ser batizado também engendrava a prática social da benção, isto é, as relações de compadrio-comadrio envolvendo compadres-comadres e afilhados configuravam alianças sociais e sistemas de redes que, caso fosse necessário envolviam a defesa de interesses e em última instância engendravam relações de poder. Evidenciando “um espaço cercado nos campos de batalha abertos [...] pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros [...] e o combate perpétuo por direitos e obrigações” (THERBORN, 2006, p. 11). Destarte, o ato de tomar a benção junto aos pais, aos avós e aos padrinhos, segundo o entendimento de Gilberto Freyre, passou por um processo de transformação durante a expansão do patriarcalismo em direção às cidades. Ao longo do século XIX “já não se tomava a benção com o mesmo medo dos tempos rigidamente patriarcais”, o arrefecimento de tal prática resultou numa menor “absorção do filho pelo pai, do neto pelo avô” (1977, p.87), todavia, o ato de abençoar ainda permaneceu em muitas regiões do Brasil durante o século XX.

Outra faceta que envolvia o ato de abençoar era a condição de intercâmbio, pois “à benção que se pede e à benção que se dá” poderia assumir ainda a condição de ritual quotidiano, uma vez que ser abençoado em nome de Deus - pelos pais, avós e ou padrinhos - constituía uma espécie de dom e contra dom (*give and take*), configurando um sistema de troca no qual o bem intercambiado, a benção, podia ser determinado “por las características específicas de quienes los intercambian, al punto de que un mismo bien adopte valores distintos según quiénes sean las personas que entran en la transación”(LEVI, 2002, p. 107). Destarte, mesmo a benção sendo gratuita adquiria a condição de bem imaterial que trazia junto consigo uma relação de reciprocidade, “desnecessário dizer que reciprocidade não significa igualdade” (FRAGOSO, 2003, p. 16), tendo presente que, da parte de quem a

⁴⁰ Idem, ff. 1321.

concedia estava o direito e o poder de abençoar, já da parte de quem a solicitava, além da obrigação de pedir, estava à submissão e o respeito.

Ainda discorrendo sobre a benção, em sua dimensão de reciprocidade que muitas vezes poderia permear as relações de compadrio, iremos abordá-la enquanto prática ligada à tríade da graça sustentada pelas três vigas mestras do dar, receber e retribuir, quando tratarmos das relações entre João Victorino Filho e Randolpho Silva⁴¹. Para tanto, ancoramos nossas idéias nos sociólogos Marcos Lanna, Marcel Mauss e Eric Sabourin, que entendem as relações de reciprocidade enquanto “fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas” (LANNA, 2000, p.173), ao mesmo tempo como uma “rocha matriz das relações e das civilizações humanas”, através da qual “as coletividades se obrigam mutuamente”, trocando “gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares [...] danças, festas” (MAUSS, 1974, p. 44-45). Por sua vez a reciprocidade das dádivas imbricava “a universalidade da tríplice obrigação dar, receber e retribuir” enquanto uma relação mútua reversível entre dois sujeitos ou partes que transferiam bens (materiais e imateriais) e “serviços realizados mediante contrapartida ou equivalência entre uns e outros” (SABOURIN, 2008, p.137). No entanto, o ato de dar, de estabelecer a aliança pode se constituir num momento crítico, pois “há sempre o perigo de não sermos aceitos” (LANNA, 2000, p.180). Ainda segundo Lanna (2000, p.175) a trilogia da graça se constituiu num dos principais sustentáculos das “relações de compadrio e patronagem no Brasil” no decorrer do século XIX e XX.

Cabe ainda ponderar que os batismos também representavam “o registro de sua existência, de sua condição civil” (MENEGAT, 2009, p. 81). Desta forma, o assento produzido nos livros paroquiais católicos possuía grande relevância “numa sociedade marcada por elevado número de iletrados”, o registro de batismo “constituía um dos raros testemunhos escritos que provavam o vínculo familiar e a condição social dos indivíduos” (VENÂNCIO et al, 2006, p. 2). Pois em boa parte do período estudado esteve em vigor o padroado, onde havia a “junção” do Estado e da Igreja Católica. Esta última desfrutava de estreitíssimas relações com o império, o que lhe conferia o posto de religião oficial, a única reconhecida por ele. Outros credos eram apenas tolerados, isto acabava trazendo implicações importantes para a vida quotidiana dos não católicos, pois “havia batismo, mas não registro civil: casamento na Igreja, mas não casamento civil; cemitérios das irmandades, mas não cemitérios públicos onde todos pudessem ser enterrados sem discriminação” (BEOZZO, 1993, p.12),

⁴¹ Merece registro que as três graças já se faziam presentes na mitologia grega onde “Agláé representava a ação de doar, Eufrosina, a de receber, Talia a de devolver” (PROENÇA, 2005, p. 67). O ritual seria destacado na obra Primavera do artista renascentista Sandro Botticelli onde as três ninfas formam um círculo dando a entender relações de reciprocidade “formando um ciclo repetido eternamente” (IDEM).

configurando “uma clara limitação da cidadania, já que aqueles que não professavam a fé católica não poderiam ser cidadãos plenos, mesmo que satisfizessem as outras exigências existentes na lei” (GRINBERG, 2002, p.318-319). Portanto, entrar na Igreja Católica, através das bênçãos do batismo e dos demais sacramentos, era condição *sine qua non* para ingressar na sociedade civil e desfrutar de uma cidadania plena⁴².

No quadro a seguir foram sistematizadas dezoito relações de compadrio apuradas junto aos registros de batismo de São Vicente entre 1862 a 1902. Buscamos ao longo das quatro décadas observar algumas situações que envolveram Randolpho enquanto agente apadrinhador destacando os nomes das crianças, bem como as graças dos compadres e comadres e das mulheres que em sua companhia serviram na condição de madrinhas com o intuito de verificar que tipos de liames foram firmadas através do parentesco ritual⁴³.

⁴² Segundo José Murilo de Carvalho (2002) a ideia de cidadania plena esta relacionada à conjunção de direitos que o cidadão pode usufruir nas esferas política, civil e social.

⁴³ Fagundes (2009) ao tratar da documentação religiosa, de um modo especial os assentos de batismo, deixou o alerta de que são informações datadas “em um determinado momento, aqueles indivíduos estiveram próximos o suficiente para investirem no estabelecimento de um parentesco simbólico”, porém “esses laços não eram necessariamente eternos e podiam ser quebrados ou desrespeitados” (2009, p. 128).

Quadro 1 - Relações de apadrinhamento estabelecidas por Randolpho

Criança	Ano de Nasc.	Ano Bat.	Local em S. Vicente	Pai	Mãe	Madrinha
Julia	1860	1862	Capela		Maria Magdalena	Francisca da Silva Fagundes
Christina	1855	1866	Idem	Jeronimo Pereira de Quadros	Domingas Martins de Quadros	Francisca Martins de Oliveira
Amelia	1867	1868	Idem	Manoel José de Serqueira	Rosa Francisca Ves	Florisbela Cardoso Vés
Joaquina	1868	1868	Idem	Jenuino Machado de Bittencourt	Delfina Francisco Mendro	Joaquina Alves da Silva
Randolpho	1868	1868	Idem	Domingos Rosa	Maria do Carmo	Idem
Inocencia	1873	1874	Idem	Candido Ferreira da Trindade	Ana Fagundes Guimarães	Idem
Marcelino	1867	1878	Casa Luis Weis	Honorio d'Oliveira Sanches	Paulina Fagundes da Conceição	Idem
José	1874	1878	Idem	Felisberto d'Alencastro	Joana de Siqueira	Idem
Antonia	1882	1882	Freguesia	Joaquim Machado Vieira	Arminda Virgilia Machado	Cândida da Silva Pereira
Cantidio	1880	1890	Idem	Manuel Eneas Flores	Francisca Fagundes da Silva	Joaquina Alves da Silva
Maria	1888	1894	Idem		Virgilina Maria Prudencia	Cândida da Silva Pereira
Alcides	1893	1894	Idem	José Canabarro Filho	Mariana da Silva Pereira	Joaquina Alves da Silva
Julio	1893	1894	Idem	Galdino Candido da Costa	Joaquina Siqueira da Costa	Cândida da Silva Pereira
Rita	1889	1895	Idem	Quirino Alves Machado	Carolina Etelvina Alves	Joaquina Alves da Silva
Ernesto	1895	1895	Idem	José Canabarro Filho	Mariana da Silva Pereira	Cândida da Silva Pereira
Rita	1895	1896	Idem	José da Silva Pereira	Mariana d'Oliveira	Joaquina Alves da Silva
Domingas	1890	1902	Idem	Boaventura José de Quadros	Christina Pereira	Idem
Florismundo	1897	1902	Idem	Martimiano Eggres da Costa	Joaquina Alves da Silva	Idem

Fonte: Quadro elaborado a partir dos registros de batismo de São Vicente encontrados junto a Mitra Diocesana de Bagé e de Santa Maria.

O primeiro assento que tivemos acesso onde Randolpho aparece na condição de padrinho remonta o ano de 1862. Aos 21 anos apadrinhou, possivelmente pela primeira vez, juntamente com sua sobrinha Francisca da Silva Fagundes, tornando-se os pais espirituais da menina Julia, filha natural de Maria Magdalena⁴⁴. Segundo Giovanni Levi (*apud* PEDROZA, 2008, p.70) os padrinhos de batismo tinham um papel fundamental, se constituindo numa espécie de

[...] nós de redes complexas, que ensejam, ao mesmo tempo, reforçar antigas alianças e criar novas, horizontais – de amizade ou reciprocidade entre parentes ou amigos de mesmo status – ou verticais – de tipo patrão-cliente [...] a função social dos padrinhos combinava proteção e patrimônio simbólico com funções sociais e econômicas que não podiam ser precisamente quantificadas, mas que eram essenciais para a unidade familiar.

Reportando-nos ao registro da inocente Julia, queremos destacar a questão da “filha natural”, situação muito freqüente nos assentos da freguesia de São Vicente, não foi possível descobrir se a referida menina era fruto de uma aventura amorosa de uma mãe solteira ou de uma relação consensual. Geralmente, os padres tendiam a não colocar o nome do pai da criança quando o casal mantinha “relações ilícitas, não legalizadas junto à igreja” (MOREIRA, 2009, p. 172). No que concerne a atuação da igreja no Brasil, “diferentemente do embate que ela travou no continente europeu onde as principais preocupações do clero estavam relacionadas a “exaltar a indissolubilidade do matrimônio e condenar o adultério” (MACHADO, 2008, p. 146), o combate as uniões conjugais ilícitas, converteu-se na principal frente de batalha. Sérgio Nadalin ao tratar das questões de amancebamento nos campos paranaenses, falou sobre uma possível “flexibilidade por parte do baixo clero na aplicação das normas conciliares” (2003, p. 236), bem como do conflito velado que envolvia bispos e padres no tocante a tornar gratuito o casamento para os pobres. O pagamento das espórtulas se constituía numa das principais fontes de renda dos sacerdotes, a gratuidade afetaria as condições de sobrevivência da maior parte do clero. Desta forma, os religiosos das paróquias, muitas delas localizadas muito distantes, não estavam muito preocupados com “a legalização dos diversos tipos de mancebias”(IDEM). Ao mesmo tempo Faria (1998) ao analisar os dados de diversas regiões brasileiras, afirmou que foi no século XIX, principalmente na segunda metade do referido século, o momento em que a ilegitimidade se tornou mais expressiva. A possível explicação para tal situação apresentada por Brügger (2007b, p. 78) passa pelo “processo de romanização, tornando-se sua hierarquia mais ciosa do cumprimento das

⁴⁴ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Júlia**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1862, *liv.* 7b, *ff.* 62, *n.*º 308.

determinações tridentinas, o que pode ter se refletido num maior rigor burocrático para a tramitação dos processos matrimoniais”.

José O. Beozzo (1993, p.41-42) apontou que o batismo de certa forma poderia assumir, em casos de mães solteiras, a condição de redenção, uma vez que:

[...] a criança que não tinha pai reconhecido, ganhava de imediato um padrinho e uma madrinha que contraíam para com ela obrigações sagradas e por toda a vida. Ali na pia batismal estabelecia-se uma teia complexa de relações, compadres e comadres, padrinhos e madrinhas, afilhados e afilhadas, num código não escrito, mas sempre lembrado por gestos e palavras que estruturavam obrigações mútuas, seladas pelo sacramento.

Do ponto de vista religioso, ter um padrinho significa ter alguém que lhe dava fiança ante Deus, já do ponto de vista civil, o pai espiritual abonava o afilhado perante a sociedade, talvez assim diminuindo a marca da ilegitimidade. Ao responderem em alto e bom tom as perguntas que o cura lhes proferisse, os padrinhos transformavam-se “em fiadores públicos daqueles por quem respondiam”. Simultaneamente, tal compromisso representava “privilégios e deveres de ambas as partes, os quais eram reconhecidos através da obediência, fidelidade e reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades dos padrinhos” (VENÂNCIO et al, 2006, p. 2).

As Constituições Primeiras em seu Livro I, Título X-XX (DA VIDE, 1707) determinavam que os padrinhos constituíam-se nos pais espirituais assumindo a obrigação de ensinar aos “afilhados a doutrina cristã e os bons costumes”, bem como se tornavam “fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé”. Estabelecendo ainda que a competência de atribuir o nome ao batizando caberia aos padrinhos, determinando que fossem escolhidos nomes cristãos e de preferência de santos. Não obstante, Martha Hameister (2006, p.96) defendeu que “possivelmente os padrinhos só oficializavam o prenome escolhidos pelos pais da criança”. Tendo em vista que, apesar das regras e formalizações, a busca pela regulamentação já tornava as normativas passíveis de adaptações. Nesse sentido, queremos trazer a baila o assento do inocente Randolpho, filho legítimo de Domingos Rosa e Maria do Carmo⁴⁵. O registro nos revela aquilo que Hameister (2006, p.80) chamou de “herança imaterial da graça”, pois a criança recebeu o prenome do padrinho. Por seu turno, “ao ingressar na família espiritual de seu padrinho, o fez na condição de débito: pois lhe devia o ingresso no mundo católico bem como seu próprio nome”. Já do ponto de vista do padrinho, mais que uma lisonja, tal situação talvez aponte na direção de mecanismos de ascensão e

⁴⁵ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Randolpho**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 9b, ff. 185, n.º 358.

reprodução social, pois ao “emprestar” seu prenome ao menino também poderia passar a ser reconhecido através de seu afilhado e ao mesmo tempo se seu nome estava sendo repassado, isto quer dizer que sua graça era um “bom nome”.

Outro ponto que merece ser discutido é a ideia de quem era parente, pois segundo Joan Bestard Camps (*apud* FARINATTI, 2010, p. 256):

[...] nas sociedades com filiação indiferenciada, os limites do parentesco são difíceis de precisar, com exatidão, porque se produzem de *fato* e não de *direito*. Porém, a prática das relações sociais concretas tende a fazer surgir níveis de parentesco. As pessoas envolvidas conseguem determinar um círculo de parentes próximos, outro de parentes distantes até o limite daqueles que não são considerados parentes.

O historiador espanhol entende o parentesco a partir das relações sociais concretas, assim sendo, compartilhar o mesmo sobrenome e o mesmo teto não seria a garantia de relações amistosas e afetuosas entre pais e filhos, entre irmãos ou netos e avós. Posicionamento semelhante é compartilhado por Silvia Brügger (2007b, p. 281) ao defender que o sentimento de pertencimento a uma família “não era determinado biologicamente, só pela consangüinidade, mas era também fruto de escolhas”. Muitas delas se pautando “em critérios que definiam a família, fosse ela consangüínea ou ritual, como o *locus* fundamental de atuação social, política e econômica”. Portanto, as relações externas estabelecidas pela família, tanto o casamento, quanto as relações de compadrio, se constituíam em elementos importantes no alargamento da parentela e na definição de quem era parente. Assim, “una vez casados, los parientes de uno de los esposos se convertían en parientes del otro, y el parentesco político era considerado tan fuerte y vinculante como los lazos de sangre” (SOCOLOW, 2005, p.29). Desse modo, “instituciones como el compadrazgo formaron parte de las tramas de parentesco [...] y tienen mucho peso en las relaciones entre grupos sociales” (MORENO, 2004, p.15), pois uma das principais especificidades do compadrio residia justamente na grande possibilidade de extensão haja vista que “uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando a sua parentela inúmeras famílias” (BRÜGGER, 2007b, p.325).

Mesmo sendo os registros de batismo nosso alvo principal nesta primeira parte do trabalho, o próximo passo que queremos trilhar, seguindo o nome enquanto fio condutor, está ligado ao casamento de Randolpho e Joaquina. Mas antes de abordarmos esse momento da vida desses atores, faz-se necessário ver quem era Joaquina e quem eram os seus, direcionando nosso olhar nas bases materiais e em algumas situações familiares que envolveram os ascendentes da noiva de Randolpho.

1.6 “Tenho feito rezar missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ela o fortaleça nas suas boas intenções”⁴⁶

Com relação à família da noiva, apuramos através dos registros paroquiais de terras que os mesmos eram proprietários de estabelecimentos produtivos no Vale do Jaguari desde 1810, quando seus bisavôs Joaquim José de Araújo e Maria Leite adquiriram mediante compra a estância de São Xavier⁴⁷ (ver anexos genealogia dos Alves da Conceição).

A unidade produtiva de Joaquim José foi mencionada por Auguste Saint-Hilaire por ocasião de sua hospedagem na referida propriedade em 02 de abril 1821. Vejamos algumas informações dadas pelo francês a respeito de seu anfitrião:

O proprietário goza, contudo, de certa fartura, pois tem gado, várias carroças, alguns negros, fazendo o comércio de couros, tecidos e mate, adquiridos nas Missões e vendidos nos arredores de Rio Pardo. Este homem me disse que era paulista e, com efeito, é fácil comprovar, por sua polidez e seu ar agradável e comunicativo, coisa rara nesta província [...] Meu hospedeiro que é branco, apaixonou-se em sua terra, por uma mulata. Seu pai se opôs a esta união, mas os dois amantes fugiram e vieram se casar aqui. Depois meu hospedeiro se enamorou por um uma índia, com a qual tem filhos e, apesar de saber que ela se entrega a qualquer um, não cessa de presenteá-la. Sua legítima mulher se desgostou com esse modo de vida e o abandonou (1987, p. 391).

Joaquim e a mulata Maria eram oriundos de Curitiba e teriam deixado àquela freguesia a fim de poderem se casar, pois a união não havia sido aprovada pelo pai dele. Não sabemos ao certo quando fugiram para Capitania de São Pedro, nem onde se estabeleceram, muito menos quando ocorreu o enlace matrimonial, no entanto, tal união resultou no nascimento de pelo menos um filho, João, que posteriormente se tornou o único herdeiro de seus pais⁴⁸. Tal situação nos faz pensar que nem só de estratégias eram movidas as uniões conjugais, posição compartilhada por Cristina Cancela ao analisar os casamentos entre as famílias proprietárias de terra e gado paraense na segunda metade do século XIX. A autora assinala oportunamente que os acordos pessoais, familiares e patrimoniais não eram estabelecidos sem

⁴⁶ Essa passagem foi retirada do depoimento de uma das escravas de Joaquim José de Araújo, bisavô de Joaquina pela parte materna, que tinha a firme esperança de que seu senhor fosse embora do Vale do Jaguari e se deslocasse para onde sua mãe morava. O fragmento na íntegra diz o seguinte: “*Meus filhos não precisam mais de mim, mas não há um dia em que a lembrança de minha mãe não se apresente em meu espírito e não me faça chorar. Meu patrão diz, às vezes, que deixará esta região e seguirá para onde ela mora. Tenho feito rezar missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ela o fortaleça nas suas boas intenções*” (SAINT HILAIRE, 1987, p. 392). Selecionamos esta passagem por entender que esta negra também é parte integrante desta história, mesmo não cabendo a ela o poder de decisão, mas seu interesse de ir para junto de sua genitora encontrava consonância nos planos de seu senhor. Numa perspectiva de uma história vista de baixo, conforme sugeriu Edward P. Tompshon (2001) dando espaço e voz aos que foram silenciados.

⁴⁷ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 32, n.º 123.

⁴⁸ APERS, **Inventário post-mortem de Joaquim José de Araújo**. Rio Pardo, 1º Cartório do Civil e Crime, a. 1830 n.º 58, m. 2, est. 49, ff. 1.

tensões e conflitos, “as famílias nem sempre conseguiam dar conta das contingências patrimoniais e das inclinações individuais de seus membros, quando da organização das alianças matrimoniais” (CANCELA, 2009, p. 32). A estratégia familiar poderia não funcionar, pois um “ingrediente” tal como a paixão poderia não levar muito em conta a vontade nem os interesses da família. Mary Del Priore (2006) discorreu que pessoas oriundas dos estratos subalternos tendiam a escolher a(o) cônjuge não sendo as “vantagens comparativas” o principal critério⁴⁹. No entanto, a “história de amor” não durou para todo sempre, pois Joaquim se enamorou por uma índia com a qual teve outros filhos, o que desgostou profundamente sua primeira esposa, que veio a abandoná-lo passando a residir na Vila Nova de São João da Cachoeira⁵⁰. A questão do concubinato no entendimento de Brügger (2007b, p. 122) poderia se constituir num “espaço para satisfação de interesses pessoal, inclusive os de cunho afetivo e sexual”. Por sua vez o botânico francês não deixou de comentar as relações escandalosas em que viva seu anfitrião em relação ao amancebamento com uma índia assim como a licenciosidade do curitibano que fazia vistas grossas ao comportamento de sua concubina que se “entrega a qualquer um”.

Além da voracidade sexual da indígena também não passou despercebido do olhar etnocêntrico do viajante francês a condição de mulata da personagem Maria, todavia entre a documentação que tivemos acesso, onde seu nome foi citado, em momento algum se fez referência as suas origens étnicas. Segundo Machado, a questão da hierarquia e da posição social definia a cor da pessoa num processo fluido que “dependia de circunstâncias sociais, sendo negociada e reatualizada [...] determinando que as mesmas pessoas frequentemente mudassem de cor” (2008, p. 134-138). Assim a “cor da pele de alguém estava nos olhos do observador, mas o status social e econômico do observador e sua cor também desempenhavam seu papel em qualquer dessas atribuições, assim como a época e a região”.

Outro aspecto interessante desta do modo como Joaquim ganhava a vida, um comerciante que comprava produtos na província de Missões e os transportava até o povoado de Rio Pardo onde esses gêneros eram revendidos. Miguel A. da Silva Costa (2006) destacou a importância que a Vila de Rio Pardo teve para a economia da província até meados do século XIX, principalmente na articulação de negócios estabelecidos junto à fronteira oeste tanto na aquisição como no fornecimento de mercadorias. Ainda no que tange às condições

⁴⁹ Sobre a consideração das vontades e paixões dos cônjuges, ver também: SANTOS, Sherol. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 184F. (Dissertação de Mestrado).

⁵⁰ APERS, **Inventário post-mortem de Joaquim José de Araújo...** op. cit., ff. 2-4.

materiais de sobrevivência o viajante Auguste Saint-Hilaire apontou pistas importantes a fim de caracterizar o perfil produtivo dos ancestrais de Joaquina ao comentar que:

Os habitantes deste rincão, quase todos estrangeiros, fabricam farinha de milho e servem-se do monjolo, engenho tosco, movido a água, para pilar milho [...] As terras são favoráveis a toda a espécie de cultura produzindo algodão, milho, amendoim, trigo, arroz, feijão, frutas e legumes em abundância. Joaquim José me informou que dezesseis alqueires de trigo lhe tinham rendido cem. O mesmo terreno pode produzir duas vezes por ano, durante seis anos, ou mais, sem deixá-lo descansar e sem adubá-lo (1987, 392-393).

Conforme pode se depreender, o proprietário da estância de São Xavier, além da atividade comercial também se dedicava a agricultura, sendo esta última desenvolvida num sistema tradicional, onde se usava a terra até sua exaustão, tendo presente que não se recorria à técnica da adubagem e mesmo assim se fazia no mínimo 12 colheitas numa mesma área até que a roça fosse mudada de lugar. Esse dinamismo em termos de matriz produtiva também foi percebido entre os Silva Pereira, rompendo com a idéia da estância enquanto *locus* exclusivo de produção de gado⁵¹.

Por fim, o naturalista falou da vontade do curitibano de ir embora da região, afim de se “livrar dos vexames a que está sujeito. Constantemente requisitam seus bois e cavalos, acabando de tomar-lhe, como a todos os estancieiros da vizinhança, um grande número de vacas para servir de alimento aos soldados acantonados em São Miguel” (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 394). Situação semelhante anos mais tarde também foi apontada pela futura sogra de Joaquina como sendo uma *práxis* lesiva aos interesses dos criadores que ficavam a mercê das requisições de animais desenvolvidas pelos militares.

Mas a vontade de Joaquim de deixar a região não se concretizou, pois em abril de 1828 ele veio a falecer ainda como morador do distrito de São Xavier, o que nos faz imaginar que tal caso frustrou os planos da escrava, que ao que tudo indica era denominada de Josefa, que anos antes contara ao viajante estrangeiro que “tenho feito rezar missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ela o fortaleça nas suas boas intenções” de migrar e voltar ao local onde havia ficado sua mãe. Ela era uma das nove *peças* que fizeram parte do plantel de escravos presentes no inventário *post-mortem* de seu senhor, que teve como seus únicos e legítimos herdeiros sua mulher, Maria Leite e seu filho João Leite, naquela feita moradores da Vila de Cachoeira⁵². Apesar de gozar de certa fartura, segundo observou Saint-Hilaire, o

⁵¹ UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira...** op. cit.

⁵² APERS, **Inventário post-mortem de Joaquim José** op. cit., ff. 8.

inventário de Joaquim apresentou um modesto patrimônio chegando o montante bruto de 3:942\$800 réis (cerca de £ 404) dos quais um conto estava comprometido em dívidas⁵³.

Não sabemos ao certo quantos filhos resultaram do amancebamento de Joaquin José com a índia, não obstante, "sólo aquellos niños nacidos de una unión permitida por la iglesia reunían las condiciones de hijos legítimos y, por consiguiente, de herederos legales" (SOCOLOW, 2005, p.29). De qualquer maneira os frutos bastardos que nasceram da relação consensual do curitibano com uma índia não tiveram direito algum a herança deixada por seu suposto pai.

Quanto ao filho João, obtivemos poucas informações a respeito desse indivíduo. Quando por ocasião da partilha dos bens de seu finado pai contava com quarenta e seis anos e naquela época era solteiro. Conseguimos, através do registro de batismo de seu neto que também se chamava João⁵⁴, apurar que o mesmo se casou com Maria da Conceição de Souza e do referido matrimônio nasceu, em 1834, Mariana Leite da Conceição⁵⁵. Dez anos mais tarde encontramos uma carta de alforria concedida ao crioulo Cristino onde ele foi mencionado como morador do distrito de São Xavier e que por "não saber ler nem escrever o senhor pediu a Francisco da Silva Pereira que a fizesse e assinasse a rogo"⁵⁶.

Infelizmente não sabemos precisar quando faleceu, o certo é que em 1856 a estância de São Xavier já estava sob o controle de sua filha e do genro Zeferino, que naquela feita declarou, junto aos registros paroquiais de São Gabriel, possuir, além da estância em cima da serra, mais duas propriedades contíguas ao referido estabelecimento⁵⁷. Zeferino Alves Machado era natural da freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, mais precisamente do Rincão de São Pedro. Cabe destaque que juntamente com sua esposa Mariana, tiveram pelo menos oito filhos, e se constituíram num casal muito solicitado na tarefa do compadrio junto à freguesia de São Vicente. Talvez em muito tenha contribuído para as dezenas de afilhados que o casal obteve o fato de manterem junto à propriedade um oratório particular onde o sacramento do batismo fora ministrado a dezenas de neófitos. Entre os muitos afilhados que acumularam elenca-se Benedicta filha natural da escrava Maria, numa situação pouco comum

⁵³ Idem, *ff.* 10v.

⁵⁴ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de João**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v., *n.º* 265.

⁵⁵ TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE SÃO VICENTE, **Certidão de óbito de Mariana Leite da Conceição**. *a.* 1924, *liv.*C-1, *ff.* 01, *n.º* 1. Estamos nos valendo da certidão de óbito de Mariana para confirmar sua condição de filha legítima de João Leite e Maria da Conceição de Souza tendo em vista que não conseguimos localizar seu registro de batismo.

⁵⁶ **DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade**. Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. I. p. 830.

⁵⁷ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, *a.* 1856, *liv.* 47, *ff.* 32, 33 e 60, *n.º* 123, 125 e 214.

onde os senhores batizaram a filha de uma de suas escravas⁵⁸. No ano de 1874 foi qualificado junto à guarda nacional com 42 anos, desempenhando a função de lavrador⁵⁹. Por fim, a última informação que tivemos a respeito do sogro de Randolpho dista do ano de 1887, quando por ocasião da elaboração do relatório da câmara de São Vicente o mesmo foi descrito como o antigo zelador da boca da picada de São Xavier e que havia falecido no ano anterior⁶⁰. Mas não queremos alongar demais esta história, para dar fim a esta parte cabe dizer que da união entre Mariana e Zeferino nasceu, em 1851, a primogênita Joaquina.

1.7 “Até que a morte os Separe”: O casamento com Joaquina Alves da Conceição, vínculos de vizinhança que se reforçam

Fizemos questão de acentuar na seção anterior os locais onde os ancestrais de Joaquina Alves da Conceição viveram, a fim de tentar caracterizar que o registro produzido pelo reverendo José Coelho de Souza junto à capela de São Vicente em 10 de outubro de 1868, quando Randolpho recebeu em matrimônio sua consorte, representava a sedimentação de vínculos de vizinhança⁶¹. Tendo em vista que “o novo casal cria um elo de comunicação entre as duas famílias e, assim, expande o campo parental de ambas” (FARINATTI, 2010, p. 257). Os laços sociais entre os Silva Pereira e os Alves da Conceição, já existiam há algum tempo, pois em junho de 1861 seu irmão mais velho, Cândido, batizou a inocente Candida, se convertendo em compadre de Zeferino e Mariana⁶².

As Constituições Primeiras (DA VIDE, 1707) estabeleciam uma série de orientações para que o casamento pudesse ocorrer dentro dos preceitos Sagrados do Concílio Tridentino. Entre os quais elenca-se a inexistência de parentesco de até quarto grau de consanguinidade, a inexistência prévia de promessa de casamento justada com outra pessoa, por parte de um dos noivos, a ocorrência de cópula ilícita com parente do outro até segundo grau de consanguinidade; ainda parentes espirituais, padrinhos e madrinhas estavam legalmente impedidos de contraírem matrimônio com seus (suas) afilhados(as). Para isso os “banhos”, os proclames que antecederiam a boda, serviam para evitar uma situação indesejável como, por

⁵⁸ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Benedicta**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57v., n.º 266.

⁵⁹ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 60.

⁶⁰ AHRs, **Relatório apresentado pela camara municipal da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial**. São Vicente, correspondência expedidas, a. 1887. ff. 19.

⁶¹ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 4, ff. 82v., n.º 33.

⁶² MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Cândida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 54., n.º 264.

exemplo, a bigamia. Por sua vez, a idade mínima para o casamento era de 12 anos, para as moças, e 14 no caso dos rapazes. No entanto, Faria (2000) defendeu que tais regras não representavam necessariamente um grande empecilho para que a população contraísse núpcias sob as bênçãos da igreja burlando as diretrizes canônicas, principalmente quando os contraentes eram oriundos de freguesias distantes⁶³. Ainda no que diz respeito às exigências eclesiásticas para o estabelecimento das bodas de acordo com o capítulo X, na sua sessão 24 do Concílio Tridentino era proibido à realização de matrimônio durante determinadas épocas do ano, os ditos “tempos proibidos”, que se constituíam “os períodos correspondentes à quaresma e ao advento”, isto é, “deveriam ser evitadas as celebrações de casamento desde a quarta-feira de cinzas até o oitavo domingo de Páscoa e, durante [...] as quatro semanas que antecedem o natal” (FREITAS, 2010, p.5). Neste particular, vale dizer que o enlace entre Randolpho e Joaquina realizou-se em tempo litúrgico que propiciava não só o casamento mas o recebimento das bênçãos segundo o cerimonial romano.

Ainda sobre as dimensões religiosas e sociais do matrimônio na América Latina Socolow as entende enquanto “un sacramento de la iglesia y, de acuerdo con el derecho canónico, no se podía obligar a las personas a cumplir con ningún sacramento, incluido el matrimonio, en contra de su voluntad. En teoría, entonces, ambas partes llegaban al matrimonio ejercitando el libre albedrío”. Por conseguinte, “aseguraba que la pareja evitara los escándalos sociales en este mundo, a la vez que protegía sus almas y condición ante Dios en el otro” (2005, p.19).

⁶³ UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira....** op. cit., ff. 57-59. Em 1873, Randolpho, representando Francisca Pereira Pinto, iniciou um processo na comarca de Cruz Alta pedindo a anulação do segundo casamento de sua mãe sob a alegação de que João Chrisóstemo de Oliveira já era casado em Pernambuco quando estabeleceu união conjugal com a matriarca dos Silva Pereira e que não havia agregado nenhum tipo de patrimônio ao consórcio. Tal situação foi motivada pelo aparecimento de João Chrisóstemo de Oliveira Pelagio Filho, que requereu herança em função do matrimônio de seu pai com Francisca. Coube aos Silva Pereira provar que o finado João Chrisóstemo era pobre quando casou com Francisca e, mais do que isso, que ele já era casado, de modo que cometera o crime da bigamia. A prova cabal foi uma certidão anexada ao processo, em que constava o registro de batismo realizado a 01 de janeiro de 1835, na Igreja de São Gonçallo, freguesia de Bautista, província de Pernambuco, onde recebeu os santos óleos João Chrisóstemo de Oliveira Filho, filho legítimo de João Chrisóstemo de Oliveira e de dona Margarida Anna Paula Lenthics. O referido documento é datado de 22 de março de 1851, o que nos mostra que os Silva Pereira tinham conhecimento sobre a situação de bígamo do marido de sua mãe e, ao requerem tal documento, estavam se precavendo de problemas futuros. Diante da prova irrefutável, a apelação dos Silva Pereira foi julgada procedente. Não satisfeito com a sentença desfavorável em Cruz Alta João Chrisóstemo Filho entrou, em 13 de dezembro de 1876, com uma notificação solicitando ao juiz de São Gabriel que obrigasse Francisca a proceder ao inventário de seu finado pai dando-lhe sua legítima. Para tanto nomeou como seu procurador a Zeferino José de Souza Leal, é mister ressaltar que este último era casado com Francisca da Silva Pereira, portanto era genro de Dona Francisca Pereira Pinto. Ação teve uma tramitação muito rápida sendo encerrada em 27 de fevereiro de 1877, por desistência de João Chrisóstemo Pelagio o que nos sugere que o veredicto anterior que havia sido proferido na comarca de Cruz Alta fora ratificado.

Era uma manhã de sábado do mês de outubro, por volta das 09 horas, quando Randolpho e Joaquina confirmaram seus votos matrimoniais e receberam o sacramento segundo os preceitos tridentinos. Quando lhes foram conferidas as bênçãos Joaquina estava, segundo o registro, com dezesseis anos, enquanto que Randolpho foi descrito com vinte, porém tal informação não encontrou respaldo; ao fazermos o cruzamento com outras fontes estas nos apontaram que a idade que ele possuía no momento em que contraiu núpcias estava entre os vinte e seis e vinte e sete anos⁶⁴. Maria Beatriz Nizza da Silva (*apud* Scott, 2008b, p. 16) aponta que “a idade dos indivíduos só era conhecida aproximadamente e, para mentalidade da época, o rigor nesta informação era considerado desnecessário”. Ainda tratando da idade dos cônjuges Ana Silvia Volpi Scott (1995, p. 100) discorreu que “a idade média ao casar para a mulher da elite paulista situava-se em torno dos 19-20 anos, portanto com idade bastante precoce [...] no caso dos homens os casamentos eram realizados em torno dos 30 anos”. Desconhecemos trabalhos que tenham tratado sobre a nupcialidade junto à freguesia de São Vicente, aliás, uma perspectiva interessante para pesquisas futuras, não sabemos precisar se isso representava um caso isolado ou uma tendência, pois além do referido casamento só levantamos outras duas uniões onde os Silva Pereira foram participes e mesmo tendo uma variação nas idades de seu irmão Cândido e de sua sobrinha Francisca, algo nos chamou atenção, a diferença de idade entre os cônjuges ficou sempre próxima de uma dezena. Nesse ponto encontramos consonância com o trabalho de Scott (1995) que percebeu que os homens tendiam a serem, em média, dez anos mais velhos de que suas esposas.

Ainda tratando das idades dos nubentes Silvia Brügger (2007b, p. 98) afirmou que “o casar-se cedo constituía-se numa estratégia para tentar diminuir os riscos de ilegitimidade e ao contraírem precocemente as primeiras núpcias aponta para uma estratégia familiar de estabelecimento de alianças o quanto antes”. Nesse sentido Socolow observou que existia uma correlação direta entre a idade da noiva e sua posição social, uma vez que “quanto más joven la novia, más prominentes eran sus antecedentes sociales” (2005, p.39). Portanto, o casar-se jovem também se constituía numa estratégia das famílias que detinham prestígio sócio-econômico, como é discutido por Faria (1998), noivas “castas” significavam a manutenção de uma “honra familiar” bem como o processo de construção da imagem da figura feminina. Portanto, segundo a autora, o casar-se virgem para as filhas das famílias abastadas, tinha uma grande importância para preservação do nome da estirpe.

⁶⁴ Afirmamos tal proposição a partir do inventário *post-mortem* de seu pai, das relações de qualificação para Guarda Nacional e de sua certidão de óbito que apontam para a data de nascimento ocorrida em 1841.

Paralelamente, trouxemos o registro matrimonial de Randolpho e Joaquina à cena, não só para elencar esse momento importante das trajetórias de vida dos referidos personagens, mas também para discutir outras razões que permeavam “a escolha do cônjuge”, pois, “constituía um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais” (CUNHA *apud* GOUVÊA, 2004, p. 101). De modo em geral, os estudos históricos têm visto a prática social do casamento “enquanto um facilitador de circulação de bens materiais (patrimônio) e ou imateriais (relações sociais)”, desta forma, através das alianças “construíam-se e ou reforçavam-se linhagens que legitimavam o poder econômico, social e político” (FREITAS, 2008, p.38). Concordamos com Cancela (2009, p. 30) quando ela argumenta que o casamento também poderia imbricar um “jogo de trocas e estabelecimento de alianças que envolviam os interesses na manutenção do patrimônio”, o que não coadunamos é tentar explicar as uniões somente pelo viés das estratégias. Acreditamos que os escritos de Simona Cerutti podem nos ajudar, principalmente quando alertou sobre os perigos das pré-determinações de grupos sociais tentando defini-los *a priori*, bem como de suas estratégias, o que pode incorrer numa lógica mecanicista da sociedade, uma vez que “as regras do jogo são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência do indivíduo” (*apud* REVEL, 1998, p. 188). Que não sejamos mal interpretados, não estamos negando, em momento algum, que o matrimônio, enquanto veículo social, engendrava interesses e para tanto servia ao propósito de formar e ou ratificar alianças patri-matrimoniais, o que defendemos é que sejam consideradas outras variáveis, assim, estamos chamando atenção para o caso de que “pode-se inferir para questões relacionadas ao amor e a paixão” (FREITAS, 2008, p. 61). Mesmo que esse seja um chão que apresente dificuldades aos historiadores, uma vez que o amor “es una emoción, un sentimiento privado y por momentos irracional. Filósofos y psicólogos debaten si el amor es innato y universal o una interpretación cultural” (SOCOLOW, 2005, p. 71). Nesse sentido Mariana Muaze (2008, p. 49), arguiu que a partir de meados do século XIX “já é possível perceber, no arranjo de casamento, algumas preocupações que fariam parte do ideal de amor romântico: união entre pessoas de faixas etárias próximas e noivados longos para que os noivos não fossem meros desconhecidos”.

A autora referida por último, a nosso ver, conseguiu uma posição de equilíbrio, pois em momento algum deixou de considerar o negócio que envolveu a união entre Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar, notáveis que estabeleceram vínculos diretos com D. Pedro II, porém, a partir das missivas trocadas entre 1841 a 1849 pôde perceber, ao longo do período em tela, a gestação de sentimentos. Aliás, a escrita epistolar pode “permitir a los historiadores obtener alguna idea sobre el amor entre un hombre y una mujer” (SOCOLOW,

2005, p.26). No caso ora em questão, não dispomos de cartas que tenham sido trocadas entre Randolpho e Joaquina, se é que elas existiram, a fim de sustentar uma possível afinidade afetiva, entretanto, elas tendiam a ser escassas segundo apregou Socolow pois na América Latina no decorrer do século XIX vivia-se “en un mundo donde la alfabetización se limitaba a unos pocos hombres y menos mujeres aún” (IDEM).

Porém acreditamos que é plenamente possível inferir sobre o enlace matrimonial levando em conta às seguintes possibilidades: não havia muitas outras moças e ou rapazes disponíveis no mercado matrimonial, eram vizinhos, se conheciam, estavam em idade de casar, suas famílias eram “amigas” e pertenciam ao mesmo segmento social, ratificando uma tendência percebida por Socolow (2005, p.45) de que para determinados grupos “existía una importante tendencia a casarse con gente de la misma calidad y clase”. Desse modo a boda representou uma “homogamia social e geográfica” (SCOTT, 1995, p. 128), na medida em que uniu famílias que pertenciam ao mesmo estrato social e que viviam próximas uma da outra.

Outro ponto que merece destaque está ligado à questão da escolha do cônjuge. Oliveira Viana (2005, p. 172) discorreu que ainda “no segundo império havia o costume reinante de escolherem os pais os noivos às filhas”. À luz disso, definir o cônjuge “era uma tarefa decisiva para a família, e não podia ser deixada sob a responsabilidade dos jovens. O cálculo matrimonial sugeria que fossem “consideradas diversas variáveis, ligadas, sobretudo, às possibilidades de manutenção do *status quo* ou de ascensão social do grupo” (BOTELHO, 2004, p.2). Farinatti (2010, p. 265) aponta que “parece seguro afirmar que os pais, se não decidiam por si mesmos a escolha dos cônjuges para seus filhos, ao menos deveriam aprová-los, dentro de um campo de cônjuges aceitáveis”. Todavia, “há uma tendência a associar ao processo de modernização uma maior mobilidade na escolha dos parceiros. Os indivíduos passariam a levar em conta outros fatores que não apenas as estratégias familiares” (BOTELHO, 2004, p.2). Segundo Anderson a segunda metade do século XIX lançou as bases da “revolução”, representada pela união dos corações a partir das ligações afetivas, que se generalizou e consolidou no século XX onde “a escolha pessoal e a consideração da expressão das opiniões e sentimentos substituíram os critérios utilitários como a base fundamental da seleção do cônjuge” (1984, p. 48).

Este processo de consolidação de outra mentalidade inerente ao matrimônio, também teria motivado uma mutação na concepção da sexualidade. Onde o sexo no casamento passou a ser encarado não necessariamente “como uma necessidade pecaminosa só justificada pela necessidade de propagação da espécie e como um dever que a mulher não podia recusar”

(FLANDRIN *apud* ANDERSON, 1984, p. 42), mas enquanto um agente que levava “ao apoio e reforço do amor [...] uma fonte de prazer emocional e sexual” (ANDERSON, 1984, 52).

Por fim, o matrimônio segundo o ponto de vista de Rowland (*apud* SCOTT, 1995, p. 99) representava a “criação de uma nova célula do organismo social, além de constituir um momento no processo de reprodução das estruturas sociais e refletir o modo como é socialmente organizada e controlada a reprodução biológica da população”. No que tange à procriação sugerida na citação se constituía num dos pilares básicos da família segundo a moral católica (BRÜGGER, 2007b), dessa maneira Joaquina e Randolpho foram extremamente prolíferos, pois constituíram uma prole ampla como veremos a seguir.

1.8 “Crescei e multiplicai-vos”: A prole numerosa e as relações de parentesco simbólicas através dos ritos batismais

Passando a analisar as relações estabelecidas a partir dos ritos batismais, na sequência direcionaremos nosso olhar para tentar destrinchar os vínculos firmados junto a outras pessoas que serviram na condição de padrinhos e madrinhas. Buscando ver quem foram os escolhidos para apadrinhar os quinze rebentos que Joaquina e Randolpho tiveram entre 1869 a 1892, sendo oito mulheres e sete homens. Paralelamente, olharemos também outros temas que foram pensados a partir de leituras que trilham pela demografia histórica, tendo presente que “o interesse dos registros paroquiais é, no entanto, e justamente, revelar, além de cifras, comportamentos”⁶⁵, de modo em especial o reforço dos vínculos familiares por meio do parentesco simbólico e dos nomes dados e sobrenomes incorporados pelos filhos. Temos presente os limites de nossa amostragem, circunscrita a apenas duas família, no entanto, acreditamos que algumas situações em termos comportamentais podem enriquecer a análise na medida em que tratam de outros aspectos envolvendo os Silva Pereira e os Alves da Conceição.

No que tange às relações de compadrio estabelecidas por Randolpho e Joaquina elaboramos o quadro a seguir onde, entre outras informações, destacamos os nomes dos compadres e das comadres que foram escolhidas para servirem de pais espirituais para prole do casal, assim como os nomes dos quinze rebentos o ano em que nasceram o ano em que foram batizados e local onde receberam as bênçãos do batismo.

⁶⁵ BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 60.

Quadro 2 - Relações de compadrio estabelecidas a partir da prole de Randolpho e Joaquina

Criança	Ano de Nasc.	Ano do Bat.	Local em S. Vicente	Padrinho	Madrinha
José	1869	1870	Capela	Zeferino Alves Machado	Mariana Leite da Conceição
Zeferino	1870	1871	Capela	Basílio José da Silva Pereira	Francisca Pereira Pinto
Cândida	1872	1873	Capela	João Victorino Filho	Candida Victorina dos Santos
Mariana	1873	1874	Capela	José Antônio Rodrigues Evangelho	Viriginia de Freitas Evangelho
Randolfo	1876	1877	Matriz	Jerônimo Pereira de Quadros	Maria Jeronima de Quadros
Rita	1878	1878	Casa Luis Weis	João Antonio de Oliveira	Rita Alves de Oliveira
Joaquina	[1879]	1882	Freguesia	Antonio Alves Machado	Elvina Domingues Prestes
João	1880	1882	Freguesia	João Alves Machado	Maria Alves da Conceição
Silvia	1881	1882	Freguesia	Quirino Alves Machado	Cândida Alves da Conceição
Quirino	1882	1882	Freguesia	João Ignácio Nunes	Hortência Leite d'Oliveira Nunes
Alfredo	1885	1893	Matriz	Rufino Leivas Fernandes	Maria Constancia
Junia	1887	1890	Freguesia	José da Silva Pereira	Eneticia Pereira de Quadros
Alzira	1888	1890	Freguesia	Zeferino da Silva Pereira	Lucinda d'Avila Flores
Maria	1890	1891	Matriz	Major José Fernandes Junior	Teodora d'Oliveira Jardim
Juvenal	1892	1894	Freguesia	José Crispim Jardim Fernandes	Cristina Jardim Fernandes

Fonte: Quadro elaborado a partir dos registros de batismo de São Vicente encontrados junto a Mitra Diocesana de Bagé e de Santa Maria

O primogênito recebeu a graça de José, numa homenagem clara ao avô paterno, gerando o terceiro homônimo José da Silva Pereira, tendo como seus padrinhos os avôs maternos Zeferino e Mariana⁶⁶ (ver anexos genealogia dos Silva Pereira descendentes de Randolpho). Segundo o ponto de vista de Françoise Zonabend (In: BURGUIÈRE, 1998, p. 24) o costume de batizar o “primogênito com o nome de seu avô paterno traduz a distinção de que são objecto nas nossas culturas estas duas posições genealógicas, o que é corroborado por inúmeros usos populares em que avô e neto são supostos agir conjuntamente em múltiplas circunstâncias”. O segundo, denominado de Zeferino, homenageava o pai de Joaquina e teve como padrinhos seu tio Basílio José da Silva Pereira e a avó Dona Francisca Pereira Pinto⁶⁷. Dos 30 compadres e comadres que o casal teve a oportunidade de escolher, 14 possuíam relações familiares diretas. Desse modo, além dos pais e dos irmãos, os referidos cônjuges, também converteram em seus parentes espirituais: cunhados (as) e os próprios filhos. Por exemplo, o padrinho de Junia era seu irmão mais velho José⁶⁸, enquanto que o padrinho de Alzira foi seu irmão Zeferino⁶⁹ (ver quadro 2). Zonabend (*apud* HAMEISTER, 2006, p. 212) em seu estudo sobre o compadrio e suas relações, de um modo especial o parentesco ritual contraído junto ao batismo, percebeu que havia um padrão para a escolha dos padrinhos na França no início da modernidade, “onde as crianças mais velhas eram geralmente pessoas da família e por fim, os últimos filhos tendiam a ser batizados com mais frequência por pessoas alheias à família”. Carla Menegat (2009, p.65) afirmou que

[...] recorrer a parentes próximos no ato do batismo evidenciava que mesmo havendo a possibilidade de estabelecer laços tão sólidos como os do compadrio com indivíduos que não compartilhavam os laços sanguíneos a percepção da necessidade de reforçar estes últimos era privilegiada.

Quanto a esse reforço dos vínculos familiares também pôde ser observado ao analisarmos o rol dos prenomes utilizados por Joaquina e Randolpho, uma vez que os prenomes de dez dos quinze filhos que o casal teve representavam homenagens diretas a membros dos dois ramos familiares a que pertenciam. Quanto à escolha do prenome José Luiz da Veiga Mercer e Sergio Odilon Nadalin (2008, p. 12) defenderam que este não era um ato de escolha de absoluta liberdade, pois além do agrado aos parentes também envolvia “regras

⁶⁶ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de José**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 128v., n.º 364.

⁶⁷ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Zeferino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1871, liv. 10a, ff. 200, n.º 360.

⁶⁸ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Junia**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 94 n.º 42.

⁶⁹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Alzira**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 95, n.º 43.

de transmissão de bens reais e simbólicos, à ação do estado e da igreja, às normas do jogo social próprias do grupo de pertencimento, enfim a um gosto vivido como indivíduo, mas socialmente determinado”. Ainda no que concerne ao rito do compadrio e ao prestígio desse tipo de relação que reforçava as afinidades familiares, “relatos coevos aludem à extrema importância dada às relações de compadrio, havendo registro de parentes consangüíneos preferirem se intitular de compadres” (MACHADO, 2008, p. 197).

Situação interessante verificada junto aos livros de batismo de São Vicente, em relações que articularam prole e genitor, através da prática cultural do parentesco ritualizado, foi ver Cândida da Silva Pereira amadrinhando juntamente com seu pai. Isso ocorreu pela primeira vez em 1882, quando ela contava com apenas dez anos. Segundo as diretrizes das Constituições Primeiras a pessoa só estaria autorizada à prática do batismo desde que fosse batizada “e o padrinho não será menor de quatorze anos e a madrinha não será menor de doze” (DA VIDE, 1707, Livro I, Título XVIII, parágrafo 64). No entanto, ao batizar Antonia⁷⁰, a menina iniciou sua carreira de madrinha dois anos antes do recomendado pelas normas canônicas. Situações como estas evidenciam que as regras não eram seguidas a risca, abrindo espaço para adequações locais do que era válido para o mundo católico, havendo uma distância entre o determinado e o vivido. Tendo em vista que “por mais que a Igreja buscasse a plenitude da aplicação das normativas, as adaptações e remediações a realidade luso-brasileira flexibilizaram muito as normativas, tornando nem sempre a prática um reflexo da teoria” (FREITAS, 2010, p.5). Menegat (2009) discorreu que a determinação eclesiástica, no que diz respeito à idade mínima para o apadrinhamento, não era devidamente respeitada junto à freguesia de São Francisco de Paula. Ao estudar as redes de parentela formadas pelo casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, observou os filhos ainda na fase da inocência desenvolvendo a prática do apadrinhamento a outras crianças. Na visão de Hameister (2006, p. 282) “acompanhar os pais desde pequeno, em momento tão solene, poderia configurar junto a pia batismal redes de parentesco simbólico que no futuro poderiam se reverter em um verdadeiro patrimônio imaterial”. Cândida fez par na pia batismal com seu pai em mais três oportunidades (como pode ser visto no quadro 1). Por sua vez, cabe apontar que, não encontramos nenhum registro onde Joaquina tenha batizado sem a presença de Randolpho, tal situação não ocorreu antes do casamento e depois também não localizamos

⁷⁰ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Antonia**. São Vicente, a.1882, liv. 2, ff. 72, n.º 138.

nenhum assento onde ela juntamente com seus filhos tivesse servido na condição de madrinha e estabelecido relações de comadrio⁷¹.

É importante observar, conforme já dito anteriormente, que ao serem batizadas as crianças não recebiam sobrenomes, apenas o nome inicial, pelo qual eram identificadas até chegarem à idade adulta. Cruzando os registros de batismos com os registros cartoriais de transmissões de propriedades⁷² foi possível verificar a “falta de um padrão” na incorporação do sobrenome, situação também observada por Hameister uma vez que entre irmãos “não é difícil encontrar sobrenomes díspares para os filhos do mesmo casal. Incomum, para muitas famílias é encontrar toda a prole com um mesmo sobrenome” (2006, p.100). Conseguimos obter maior clareza com relação ao sobrenome incorporado pela prole de Randolpho e Joaquina ao analisar os registros cartoriais civis, de imóveis (negócios de terras e direitos de herança) onde constavam referências indiretas aos nomes dos pais. Caso contrário teria sido impossível precisar que possuíam qualquer tipo de relação de parentesco, pois entre o grupo de irmãos encontramos quatro terminologias de sobrenome diferentes. Houve um predomínio na incorporação do sobrenome Silva Pereira tendo sido tal forma apropriada por José, Zeferino, Candida, Mariana, Junia, Alzira e Juvenal. Já a terminologia, da Silva Alves, foi repassada a João, Silvia, Quirino e Maria, houve ainda Alves da Silva incorporados por Joaquina, Rita e Alfredo e somente Silva por parte de Randolpho Filho. Carla Menegat argumentou que a adoção de sobrenomes pode ser compreendida como uma opção de “pertencimento a um costado familiar, ou uma estratégia de identificação com um costado” (2009, p.78). Desta forma, “los cambios de apellido entre generaciones de una misma familia”

⁷¹ O batismo também abria o canal para o comadrio. Aliás, pouco se fala sobre esse tipo de conexão, de um modo em geral a historiografia que trata das redes a partir da égide do batismo dá grande ênfase a figura masculina como sendo a principal na definição das teias sociais e na maioria das vezes negligencia o papel feminino. Um dos raros textos a que tivemos acesso foi o artigo **Os muitos obséquios das senhoras:** mulheres em Santa Maria, século XIX de Nikelen Witter (2010). A autora demonstrou com propriedade que, no universo social santamariense, na segunda metade do século XIX, mulheres dos estratos subalternos teceram cadeias por onde circulavam os mais diversos favores. A respeito das teias de comadrio apontou que as “*parentas e vizinhas tinham por costume revezar-se no auxílio daquela que precisasse e, dentre todas, a figura mais presente era, geralmente, a da comadre*”. Na medida em que “*sua posição privilegiada de partilha a fazia participante dos momentos mais importantes da história da família: dos nascimentos, dos aniversários, das doenças e da morte*”. Ademais, “*faziam seu papel ajudando nas costuras, no preparo das comidas e remédios, nos cuidados dispensados aos doentes. Muitas vezes era também a principal conselheira, aquela com quem se dividia os problemas da família nuclear e extensa*”. Destarte, “*o comadrio estreitava laços de sangue ou ampliava o sentido de família para a vizinhança, fazendo da proximidade um compromisso régio[regido] por leis sagradas*” (2010, p. 268).

⁷² TABELIONATO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, **Livros de Transcrições e Transmissões**. São Vicente do Sul, livros 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G, 3I, 3J, e 3L para o período de 1920 a 1955, tendo como primeiro registro o de número 948 e o último o de 7.143.

TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, **Certidão de óbito de José da Silva Pereira**. a. 1926, liv.C-1, ff. 06v. e 7r., n.º. 15.

TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, **Certidão de óbito de Zeferino José da Silva Pereira**. a. 1941, liv.C-1, ff. 152v., n.º. 153.

(MOUTOUKIAS, 2000, p. 136), nos sugere uma relação intergeracional, que inclusive pode refletir momentos da dinâmica interna da família, pois recorrer a um ramo ora recorrer a outro pode ser um forte indício a qual segmento havia maior identificação naquele período. Ainda tratando dos sobrenomes da prole do casal queremos trazer à cena as reflexões de Manoela Pedroza (2008) que ao estudar a freguesia de Irajá Rio de Janeiro percebeu no decorrer do século XVIII que as “moças pobres”, com poucos capitais sociais e econômicos, valendo-se da escassez de mulheres brancas até conseguiam se casar com noivos de um estrato social superior, porém tendiam a não passar seus sobrenomes aos filhos. Com Joaquina não ocorreu tal fato uma vez que sete de seus quinze rebentos agregaram o sobrenome de seu pai Zeferino Alves Machado.

Segundo Mary Del Priore (2008, p. 30) aos olhos da igreja “as relações conjugais deveriam servir enquanto veículo de domesticação do desejo, do amor e das demais tentações terrenas [...] neste caso, a sexualidade permitida direcionava-se para o âmbito da procriação”. Neste sentido, a fecundidade do casal foi alta: Joaquina revelou-se extremamente prolífera, para tal situação em muito deve ter contribuído o fato de ter se casado jovem, o que aumentava e muito as possibilidades de reprodução. O intervalo protogenésico, período entre o casamento e o primeiro parto, ficou em 11 meses. Entre o primeiro e o último parto foram 272 meses de intervalo, o que dividido pelo número de filhos deu uma média de 18 meses, isto é, a cada ano e meio, Joaquina desenvolvia uma nova gestação e entrava em trabalho de parto. Tal média nos sugere que durante o período de amamentação já estava em curso uma nova gravidez. Ainda tratando da média há que se considerar que nela não constarem aquelas possíveis crianças que nasceram e foram batizadas em casa, pois em muitos casos “o batismo era realizado às pressas, logo após o nascimento, para que, em caso de uma fatalidade, a criança não se fosse deste mundo sem a bênção sagrada de Deus” (MUAZE, 2008, p. 186). Entre os principais males que mais ceifavam vidas logo após o nascimento estava o “tétano que chegou a receber a denominação popular do mal dos sete dias” (VENÂNCIO, 2009, p. 245). Além desses possíveis filhos que acabaram falecendo antes de serem batizados junto aos representantes da Santa Sé, devido a isso seus nomes não constarem nos assentos de batismos, também a que se ventilar a hipótese de uma mortalidade fetal pré-natal o que pode ser pensado se olharmos os dois triênios no quadro 2 (1873-1876 e 1882-1885), onde não consta o nascimento de nenhuma criança.

Joaquina teve o primeiro filho aos dezessete anos e o último aos quarenta e dois. Esta idade foi muito semelhante àquela encontrada por Nadalin (2004) ao estudar a média da última parturição para as curitibanas na segunda metade do século XVIII em torno de 40,6.

Quiçá Joaquina seja uma exceção ou talvez seja um exemplo de um sistema demográfico que estava se gestando, conforme observou Nadalin ao analisar o comportamento da comunidade luterana em Curitiba no final do século XIX, onde as taxas de mortalidade tiveram queda, enquanto que as taxas de fecundidade se mantiveram praticamente inalteradas. “A partir de 1870, observamos um incremento gradativo, graças à tendência de queda da mortalidade que se anunciava timidamente” (IDEM, p. 156). Mas não fora somente um novo sistema demográfico que marcou as metamorfoses da família no Brasil na segunda metade do dezenove, conforme Mariana Muaze também verificou uma modificação interna no que concerne aos papéis familiares onde “o antigo páter-famílias fora transformado em cidadão e pai extremoso, a quem cabia a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos”. Simultaneamente “à luz de um novo habitus” a mulher foi elevada ao papel de “mãe e nutriz”, ficando suas atribuições “circunscritas à esfera doméstica, ao governo da casa e à criação dos filhos”, para tanto “sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual tinha vindo ao mundo, uma espécie de dom natural dado por Deus” (MUAZE, 2008, p. 166 -205).

Outra situação que buscamos observar foram os meses dos nascimentos e a maioria deles, oito casos, ocorreram entre julho a setembro. Ao mesmo tempo nos valem do operador **MOD** sistema desenvolvido pela UFRGS⁷³ a fim de calcular o tempo da páscoa e respectivamente o período da quaresma com intuito de tentar perceber se o referido período era respeitado. Ao levarmos em conta apenas àquelas crianças que tivemos acesso a seus registros batismais e estando as datas e meses de nascimento corretos, assim como que nem todos os rebentos tenham nascido no tempo certo, isto é, entre trinta e seis a quarenta semanas. Os resultados nos revelaram é que nenhum dos filhos foi concebido durante o período em que a cristandade era orientada a conter os “exageros da carne”.

1.9 Outro olhar sobre a comunidade: A análise dos registros religiosos a partir do espaço

Entre as possibilidades apresentadas por Fragozo para a abordagem microssocial, a partir dos assentos paroquiais, está a de “recuperar o cenário em que se desenrola o processo geracional da ação social” (2010, p. 76). Desta forma, além das informações já exploradas nos assentos religiosos, percebeu-se também a possibilidade de olhar outra perspectiva inerente à

⁷³ Disponível em <http://www.inf.ufrgs.br/cabral/Pascoa.html>

prática do batismo junto à freguesia, igreja e paróquia de São Vicente, tendo o *locus* enquanto categoria analítica. Identificar nos registros o local onde o assento foi produzido, pois entendemos que essa informação, aparentemente simplória, pode nos revelar situações interessantes, ligadas ao modo como se recebia os sacramentos, as formas como se vivenciava o catolicismo naquelas plagas, assim como a importância social da capela de São Vicente enquanto espaço que possibilitava a configuração e a operacionalização de redes. Entre as principais conexões que formariam uma comunidade figurariam aquelas ligados ao lugar (vínculos geográficos) e a mente (sentimento de pertencimento a um grupo). Sendo a comunidade pensada enquanto um conjunto de indivíduos que “viveram num determinado espaço geográfico e num dado espaço temporal”, que ao longo do transcurso de suas vidas “definiram os seus arranjos familiares”, e ao se relacionarem “com parentes e vizinhos”, estabeleceram estratégias ligadas “à passagem das gerações” em termos de transmissão de patrimônio material e imaterial (SCOTT, 1999, p. 14).

Em 1834 cerca de vinte casais guaranis, remanescentes do povo de São Miguel, foram transladados para o Vale do Jaguari a fim de fundar uma povoação entre os rios Jaguari e Toropi (MENZ, 2001). Entre as primeiras construções erigidas estava à capela que teve na figura de São Vicente Ferrer o santo protetor que “emprestou” seu nome para batizar o novo povoado. Repetindo uma antiga fórmula que vinha desde os tempos coloniais onde a igreja através de “seus aparelhos tanto administrativo, cultural quanto ideológico” estava “engajada nas lutas pela expansão, governo e manutenção dos impérios” (BIASOLI, 2010, p. 78). Por isso “não havia povoado ou vila que fosse criado sem o aval da construção de [...] uma capela, que não tivesse seu crescimento marcado pelos símbolos da Igreja Católica” (IDEM). A escolha do santo protetor talvez não tenha sido aleatória, pois o religioso espanhol teve como marca maior em seu processo de canonização a habilidade conciliatória, elemento de fundamental importância naquele contexto histórico, onde após a invasão do espaço missionário pelos lusos, os indígenas estavam sendo incorporados ao império brasileiro como trabalhadores e soldados. Ademais, as capelas também tinham um papel primordial no processo de tessitura “das relações entre as ‘elites’, as esferas de poder, em especial os aparatos estatais, com a sociedade civil” (IANNI *apud* BIASOLI, 2010, p. 119). Durante boa parte do império foi no interior desses espaços religiosos que se desenvolveram o processo de qualificação de eleitores que produzia uma lista de votantes que “tinha que ser afixada no interior da igreja em lugar conveniente e à vista de todos” (GRAHAM, 1997, p. 151). Nesses locais também se realizava a cerimônia religiosa que precedia a reunião das mesas eleitorais que desenvolviam o processo eleitoral. Votação essa que frequentemente descambava para

violência⁷⁴ que derramava “o sangue brasileiro e católico [...] dentro dos pacíficos muros dos templos de Deus” (IDEM, p. 192), pois nesses dias era muito comum as igrejas abrirem “suas portas para darem entrada ao diabo, que de fato ali se apresentava sob múltiplos aspectos, disposto sempre a rusgar e a armar baderna” (PORTO ALEGRE *apud* VARGAS, 2010, p. 153). Por isso para evitar maiores problemas “eram retiradas todas as imagens, os círios, os candelabros, tudo quanto podia converter-se em arma ou projétil durante uma luta à mão armada” (SOUZA *apud* VARGAS, 2010, p. 153). Portanto, além de centros de vida religiosa e recintos de vida social, até pelo menos a implantação da lei de 1881 também serviram como locais onde os cidadãos participavam do “teatro das eleições” (GRAHAM, 1997, p. 157).

Uma vez instalada a primeira câmara de São Vicente, em 1883, uma das primeiras medidas dos vereadores foi buscar junto à presidência da província recursos a fim de reformar a matriz graças às verbas públicas a igreja pôde finalmente ser “assoalhada, forrada, envidraçada sendo rebocada e branqueada”. Ao prestarem contas de parte da verba recebida os membros da câmara lembraram as autoridades provinciais da urgência no repasse do restante do dinheiro “de preferência extraídos no exercício próximo futuro, por ser ao menos concluída interiormente”, caso contrário “não pôde haver a decencia condigna ao culto divino, devido a invasão de aves nocturnas no interior do edificio”⁷⁵.

A primeira observação que desejamos apresentar está relacionada ainda a fase em que a capela estava sob a incumbência dos padres de São Gabriel, entre 1858 a 1876, e os serviços religiosos eram realizados de uma forma esporádica, com fins ilustrativos citamos o fato de que em 1859 não foi registrado nenhum assento de batismo realizado junto à capela de São Vicente. Ainda vale ressaltar que entre os 7.120 registros que olhamos durante a primeira fase e os 6.830, entre 1876 a 1914, já no período em que havia sido elevada a condição de paróquia, um expressivo número de assentos foram produzidos junto a estabelecimentos rurais por onde os padres passavam. Os religiosos percorriam os rincões, muitos deles distando muitas léguas das sedes dos povoados (São Gabriel e São Vicente) a fim de ministrarem os sacramentos, principalmente o do batismo, o que exigia dos curas uma constante movimentação e de certa forma os tornava uma espécie de “andarilhos da religiosidade”.

⁷⁴ Fagundes (2009) demonstrou que o esfaqueamento do comendador Antonio Vicente da Fontoura, ocorrido junto à igreja matriz de Cachoeira do Sul durante o pleito para escolha do juiz de paz, ocorrido em setembro de 1860, teve motivações políticas. A liderança da parcialidade liberal veio a falecer cerca de um mês depois. Na mesma feita, outro componente da mesa, também pertencente facção Santa Luzia, acabou sendo ferido por um tiro de pistola.

⁷⁵ AHRS, **Relatorio da Camara da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial**. Correspondências da Câmara de São Vicente, a. 1887, ff. 24-25.

Perante a dimensão da freguesia fomos instigados a observar nos registos de batismos o local onde os neófitos de Joaquina e Randolpho receberam o primeiro sacramento. Sete deles entraram na vida cristã próximos da imagem do padroeiro São Vicente Ferrer. José, Zeferino, Candida e Mariana foram batizados ainda durante a fase em que a capela era atendida pelos padres de São Gabriel e após o estabelecimento da matriz também receberam as bênçãos junto a pia batismal Randolpho, Alfredo e Maria (ver quadro 2). A menina Rita foi batizada na casa do vizinho Luis Weis e nos assentos de Joaquina, João, Silvia, Quirino, Junia, Alzira e Juvenal consta, como local de batismo, o genérico termo, nesta freguesia. Diferentemente daquilo percebido por Venâncio (et al, 2006, p. 8), em seu estudo sobre o compadrio entre as elites econômica e política das Minas Gerais durante o século XVIII, onde “o local de ocorrência do batizado tinha um significado importante” pois informava “sobre as variações do prestígio social”, para os Silva Pereira parece que esta “hierarquia dos lugares” (SCOTT, 1999, p.144) não tinha o mesmo peso, não havendo qualquer distinção entre batizar próximo ou distante da imagem do padroeiro.

Particularmente, nos interessam os batizados que foram realizados fora do espaço físico da igreja. Foi possível perceber que, mesmo com a elevação do templo a condição de paróquia e a presença mais próxima do pároco, a antiga prática de usar as casas como espaço para ministrar o sacramento persistia. Acreditamos que as palavras de Eduardo Hoornaert servem para a freguesia de São Vicente, ao nos mostrar que:

A religião é principalmente vivida em pequenas localidades separadas umas das outras, onde não se sente muito a influência do bispo, muito menos de Roma. As visitas pastorais são raríssimas numa terra extensa e pouco habitada, com distâncias enormes (1974, p. 78).

Os livros de batismos do período em que São Vicente foi elevada a condição de paróquia apontam que o vigário Boaventura Garcia continuava fazendo uma espécie de “rodízio” através dos estabelecimentos produtivos, onde casas de moradas e oratórios particulares continuaram sendo locais em que se dava a assistência religiosa. Essa dificuldade da igreja, enquanto instituição, de ter uma presença mais efetiva junto aos fiéis, foi comentado por Arlindo Rubert, em seu estudo sobre a religiosidade entre os açorianos, o referido autor advertiu que

[...] ficaram longe do sacerdote, enfraqueceram-se na fé e abandonaram as práticas religiosas. Aos poucos ficaram praticamente só com o batismo. As vezes, os mais devotos montavam algum oratório particular [...] onde se reuniam para a oração (1998, p. 37-38).

Estamos cientes de que o espaço e o momento observado por Rubert possuem suas singularidades, e apesar de observamos algumas similitudes, entre as quais a “preponderância do batismo” e a presença de oratórios enquanto locais de assistência religiosa, não concordamos quando ele fala de enfraquecimento da fé, por entendermos que é difícil, para não dizer impossível, mensurar a dimensão da crença de uma pessoa. O que fica patente na afirmação do referido autor é de que seu modelo de igreja é institucional, isto é, somente havia igreja, práticas religiosas e a verdadeira fé onde existia o representante legalmente autorizado pelo bispo. A nosso ver o fato das pessoas manterem oratórios representava um investimento familiar no espiritual com repercussões no social, um símbolo de status, uma vez que era visto por muitos como “remédio e meio de conservar a fé e piedade no povo simples e religioso dos nossos interiores que aí ouvem missa e confessam-se em grande número” (FREYRE, 1977, p.148) ⁷⁶.

No entender de Gilberto Freyre (1977, p.124) a manutenção destes “espaços com entradas francas para todos” era importante mecanismo para suprirem a falta de capelas. Tais locais de culto e de administração dos sacramentos geravam ônus e recompensas. As despesas ficavam por conta da hospedagem e da alimentação de dezenas de pessoas por muitos dias seguidos. Já os “ganhos” vinham de forma indireta, pois uma das formas de retribuir as gentilezas da hospitalidade era estreitando os laços através do compadrio o que conferia a seus proprietários uma oportunidade privilegiada para afirmação e exercício do poder.

No primeiro livro de batismos de São Vicente encontramos, para o ano de 1878, 53 batizados que foram realizados junto ao oratório da estância de São Xavier⁷⁷. Os batizados “a granel” aproveitaram a figura do padre itinerante, pois conforme os assentos sugeriram o religioso vinha somente uma vez por ano. O saldo após uma semana de batizados foram 17 de compadres-comadres para o grupo de Zeferino e Mariana, conforme mostrado anteriormente sogros de Randolpho. Outra situação que os assentos de batismo nos fazem imaginar está relacionada à santa de devoção do oratório, pois algumas das crianças que foram batizadas junto aquele sítio quando tiveram como madrinha entidades religiosas, em todas as oportunidades se fez menção à Nossa Senhora da Imaculada Conceição⁷⁸. Não conseguimos encontrar nenhum tipo de registro produzido por ocasião da desobriga anual, isto é, confessar-

⁷⁶ O historiador Mauro Tavares, pesquisando irmandades nos oitocentos em Porto Alegre, critica a visão historiográfica tradicional sobre a falta de crença religiosa dos moradores do Brasil meridional. Ver: TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006, 279 F. (Dissertação de Mestrado).

⁷⁷ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA. *Liv. 1, ff. 46 v. a 53 v. n° 82 a 135.*

⁷⁸ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA. *Liv. 2, ff. 10 a 12 v. n° 138 a 151.*

se pelo menos uma vez ao ano, de preferência durante a quaresma ou no período do advento, no entanto, em nível de conjectura acreditamos que além de batizados e casamentos o período em que o sacerdote permanecia na casa de moradas dos Alves da Conceição também era aproveitado para fins de contar possíveis falhas recebendo a penitência e o perdão. Desse modo os oratórios se constituíram numa “forma alternativa para realizar suas obrigações religiosas”, mas simultaneamente “passaram a ser, também, peças-chave para distinção social, já que traduziam o status de muitas famílias” (MARTINY, 2010, p. 206).

Ao tratar da importância dos oratórios enquanto espaços de credo em 1886 o Internúncio de Otranto dirigiu uma circular aos bispos brasileiros onde condenava o “abuso de celebrar a santa missa em casas particulares, nos oratórios de família. Irregularidade que seria punida com suspensão *ad celebratione Missae*” (FREYRE, 1977, p. 123). Tal determinação estava atrelada as decisões do Concílio Vaticano I e visava “aumentar o controle da Igreja sobre os fiéis, [...] aumentar o enquadramento disciplinar do clero e das ordens religiosas; e fundamentalmente, a independizar a Igreja brasileira em relação ao trono e vinculá-la mais estritamente aos princípios teológicos e políticos da Cúria Romana” (BIASOLI, 2010, p. 40). Desta forma os “assuntos administrativos das capelas e igrejas”, assim como os “aspectos do culto, do rito e da espiritualidade, tudo foi passando para o controle dos vigários. Ao mesmo tempo, foi se constituindo um clero menos imiscuído na vida popular [...] mais alinhado e dependente do episcopado” (IDEM, p. 42). Entretanto, a normativa que vinha de encontro aos preceitos da romanização despertou reações em várias regiões do Brasil tanto da parte dos senhores, quanto dos religiosos, evidenciando “uma carga de contradições e disputas centradas num velho problema que atingia a Igreja Católica, a diferença entre a ‘religião do povo’ e a ‘religião dos padres’” (SCOTT, 1999, p. 84). Entre os protestos mais contundentes elenca-se o que foi apresentado por Antônio Maria Correia de Sá e Benevides bispo da diocese de Mariana, na província das Minas Gerais, que assim se referiu acerca da normativa religiosa “existem freguesias com vinte, trinta e até cinqüenta léguas de uma a outra extremidade. De modo que a maior parte da gente não podia ir a matriz ou à igreja para comungar, não uma vez no ano, mas uma vez na vida” (FREYRE, 1977, p. 124). O mal estar causado fora tamanho que no ano seguinte o representante da Santa Sé junto ao governo imperial voltou à Itália e um dos primeiros atos de seu sucessor foi declarar nula a instrução religiosa. Em relação ao oratório dos Alves da Conceição não percebemos qualquer tipo de alteração pelo menos até o princípio do século XX.

Martha Hameister (2006, p.30) percebeu para a vila de Rio Grande que havia uma tendência de uma “maior precisão no registro dos nomes” em se tratando dos assentos de

membros das famílias da elite. Mesmo sendo Joaquina e Randolpho representantes de estratos medianos os padres que produziram os assentos dos filhos do referido casal, tenderam a produzir registros completos, isto é, as informações neles presentes eram as mesmas encontradas para os registros das melhores famílias do vale. Após a capela ter sido elevada a condição de matriz, os registros ficaram mais “econômicos” e algumas informações desapareceram, tais como, os nomes e a procedência dos avôs, bem como o local de residência dos partícipes do rito batismal. A possível explicação para tal fato talvez fique por conta de ser uma paróquia “menor” o que teoricamente facilitaria a identificação dos fiéis.

Por fim nos pareceu que o catolicismo desenvolvido junto à freguesia de São Vicente Ferrer continuou tendo um caráter rural sendo praticado por pequenas comunidades de vizinhos abrindo possivelmente espaço para “um cristianismo de muita reza pouco padre, muito terço e pouca missa” (HOORNAERT, 1991, p. 63).

*

* *

Ao longo desta primeira parte do trabalho abrimos espaço tanto para os ascendentes de Randolpho quanto para os de sua esposa Joaquina, observando a forma e o momento em que os Silva Pereira e os Alves da Conceição se tornaram moradores efetivos do Vale do Jaguari. Enfocando aspectos inerentes ao patrimônio material, representado principalmente pelas estâncias de São Xavier e São Rafael. Também abordamos situações de conflitos internos e externos que marcaram as trajetórias das duas famílias.

Privilegiamos os registros de batismo onde perseguimos o agente histórico Randolpho José da Silva Pereira no conjunto de práticas sociais e relações por ele estabelecidas através das redes de compadrio. Apresentamos e analisamos situações que envolveram nosso personagem e os assentos do sacramento que era o *vestibulum* para fazer parte da comunidade de fiéis católicos. Procuramos chamar atenção que o rito e a prática do compadrio congregavam princípios transcendentais e imanentes, uma vez que a *práxis* do apadrinhamento implicava na formação de um séquito de compadres e afilhados, sacramentados pelos laços religiosos, que se convertiam em aliados para as demandas mundanas.

Entre as questões vistas tratamos inicialmente da ilegitimidade, condição muito presente nos registros analisados da Igreja de São Vicente Ferrer tentando mostrar a importância do papel do padrinho, enquanto pai espiritual, para crianças que fossem registradas em tal condição. Na sequência abordamos a “herança imaterial da graça” quando

apresentamos um assento onde o nome Randolpho foi concedido ao afilhado enquanto mecanismo de reprodução social ligada à transmissão do bom nome.

Uma vez casado com Joaquina, num processo de reforço dos elos de vizinhança, a ciranda do compadrio nos mostrou o reforço dos vínculos familiares diretos, tanto entre os parentes sanguíneos – irmão, mãe e filhos - assim como os parentes afins - sogros e cunhados (as) - foram convertidos em parentes espirituais, o que os tornava duplamente parentes. Outro aspecto que os assentos da prole de Joaquina e Randolpho nos sugeriram foi à preocupação da continuidade da graça, pois dos quinze filhos em dez oportunidades conseguimos perceber homenagens a parentes.

Debruçamo-nos ainda sobre a prática de Randolpho fazer par com Cândida que desde muito jovem, passou a acompanhar seu pai na tarefa de batizar, construindo sistemas de alianças, e se constituindo na repositória do patrimônio imaterial que sua família havia construído. O que de certa forma nos fez pensar naquilo que Graham (1997, p. 50) preconizou ao escrever que “os filhos de uma mesma família, embora igualmente ligados ao pai” não “eram considerados iguais entre si”.

Também fizemos algumas considerações sobre o modo como o batismo era ministrado nos arrabaldes e na igreja do povoado de São Vicente tendo como norteador o local onde os assentos foram produzidos. Dos trinta e três registros em que o nome de Randolpho foi mencionado em vinte deles se fez menção a freguesia de São Vicente. Merece destaque que as duas dezenas foram produzidas a partir de 1876 quando a capela de São Vicente já havia sido elevada a condição de matriz. Pelo exposto, parece-nos que mesmo tendo o padre mais perto, as andanças pelos rincões, a fim de administrar os sacramentos e prestar o atendimento espiritual junto às casas e aos oratórios particulares, permaneciam.

Por fim, mesmo sem a presença sistemática do sacerdote, isto não quer dizer que aquelas gentes não vivenciassem sua fé e de um modo especial a prática da bênção na medida em que, o direito de abençoar não era monopólio da igreja, pois mães, pais, avós, avôs, madrinhas e padrinhos também estavam autorizados a abençoar em nome de Deus seus parentes sanguíneos, afins e ou simbólicos, num ritual que poderia ser vivenciado no dia a dia, ao levantar, ou antes, de dormir, pois afinal de contas, a bênção que se pede e a bênção que se dá, está relacionada com o sagrado e ao mundano, e uma vez solicitada não pode, nem deve ser negada.

Capítulo 2

A OPERACIONALIZAÇÃO DAS REDES

Canta a tua aldeia e cantarás o mundo.

Leon Tolstoi

2.1 “Juntando os pontos”: A questão dos laços e dos vínculos no processo de formação das redes

Poderíamos ter concluído nosso estudo no capítulo anterior, pois num primeiro momento, a ideia era apenas direcionar o olhar para as redes de compadrio tendo como fonte privilegiada os registros religiosos. Com o andar da investigação fomos levantando outras pistas mediante o garimpo de documentos em outros arquivos de natureza não eclesiástica e na medida em que as leituras foram sendo feitas, vislumbrou-se a possibilidade de ver “o mesmo indivíduo em contextos sociais diversos” (GINZBURG, 1989, p. 174).

A partir do momento em que efetuamos o cruzamento das mesmas, algo nos causou grande inquietação, havia compadres cujos nomes apareciam no registro batismal, mas que em nenhum outro momento encontrávamos qualquer indício de que o grau de cumplicidade evidenciado através do estabelecimento das relações de parentesco simbólicas tinha se mantido. Ou seja, era possível ver a configuração da rede, todavia, não conseguíamos verificar se os aliados mantiveram esta condição pelo restante de suas vidas. Entendemos que o batismo ratificava relações anteriores e que ninguém escolheria para a tarefa do compadrio alguém que não fosse de seu círculo de convivência e que não inspirasse confiança. Não obstante, entendemos que as relações humanas são dinâmicas e, por conseguinte, cambiantes, assim defendemos que as relações de parentesco rituais não podem ser tratadas como “alianças vitalícias”, sob pena de cair num determinismo. Afinal, novas demandas poderiam surgir ao longo da vida dos indivíduos, ocasionando afastamentos e até mesmo rompimentos, conforme destacou Fagundes (2009) ao analisar as relações envolvendo Antonio Vicente da Fontoura e José Pereira da Silva Goulart. Em sua dissertação a historiadora apurou que Fontoura e Goulart eram compadres e durante partes de suas vidas mantiveram relações ligadas à atividade prestamista, porém em virtude de divergências políticas acabaram rompendo. A atuação em parcialidades rivais teria sido uma das principais motivações que

levou o compadre José da Silva Goulart em conjunto a outros membros da facção Saquarema de Cachoeira do Sul, a tramarem o atentado que resultou no assassinato do comendador Fontoura.

Entre às possibilidades analíticas dos estudos que versam sobre redes J. C. Mitchell (*apud* IMÍSCOZ, 2004, p. 122) apontou que “pueden usarse para interpretar el comportamiento social de las personas implicadas [...] una herramienta analítica operativa para medir y representar las relaciones entre individuos [...] que tiende a valorar más los aspectos cualitativos de las relaciones”. Dentro do processo de construção de uma micro-história intensiva e nominativa, iremos caracterizar algumas relações de vínculo entre Randolpho e alguns dos camaradas que fizeram parte do séquito de compadres. Relações essas que foram pensadas a partir do número de vezes que encontramos, junto à documentação, os nomes desses sujeitos em ações conjuntas. Destarte, todos aqueles que estabeleceram contato ou estiveram envolvidos em alguma demanda, após o estabelecimento das relações de compadrio, serão tratados sob o prisma dos vínculos.

Partindo-se do pressuposto que a família era o “capital social básico no mundo rural” (FARINATTI, 1999, p. 119) e que “o compadrio permitia a criação de um capital relacional de enorme importância” (VENÂNCIO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 239), abriremos espaço para os nomes de outros indivíduos que fizeram parte do círculo de convivência de Randolpho e das famílias que ele possuía vínculos diretos (Silva Pereira e Alves da Conceição). Objetivando desenvolver um rápido exercício a partir do desafio proposto por João Fragoso de “se “afogar em nomes”. Isto é, ao investigar o sujeito em diferentes tipos de fontes e ambientes abre-se a porta para que outros nomes também participem da trama, podendo chegar assim “às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo [...] o entendimento de sua sociedade” (FRAGOSO, 2002, p. 62), buscando assim, “aproximar-se do tecido social e ver como ele se trama” (LIMA, 2006, p. 15). Por conseguinte, “el análisis de redes de vínculos primarios constituye un adecuado instrumento para reconstruir la articulación de agentes sociales, pertinente para comprender la acción colectiva que generan las relaciones mutuas en el interior de configuraciones cambiantes” (MOUTOUKIAS, 1995, p. 238). Para isso, realizaremos o cruzamento da documentação eclesiástica com os registros notariais, processos de qualificação de eleitores e as atas das eleições da câmara de São Gabriel e autos de qualificação da Guarda Nacional⁷⁹, para tentar compreender que tipo de

⁷⁹ Foram usados os seguintes documentos da Guarda Nacional na tentativa de traçar um perfil profissional e principalmente para observar a presença ou não de patente militar.
AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 59.

relações o compadrio sedimentou, buscando traçar um “perfil” de alguns desses compadres e analisar que tipos de vínculos se mantiveram após o estabelecimento do parentesco fictício. Ao mesmo tempo apresentar possíveis benesses que as teias sócio-familiares propiciaram para seus integrantes.

Ao olharmos somente as figuras masculinas e tendo Randolpho como parâmetro, constatamos que ele detinha vinte e sete compadres, conforme pode ser visto no quadro que segue, onde se destaca a ocupação profissional, se havia uma relação anterior ao apadrinhamento, se os indivíduos desempenharam alguma função militar e o local de moradia, tentando caracterizar possíveis relações de vizinhança. Quanto àqueles atores históricos que apresentaram divergência na profissão, surgiram nos documentos em mais de uma oportunidade desempenhando atividades diferentes, optamos pela ocupação que apareceu o maior número de vezes. Esses desencontros no tocante ao exercício profissional podem estar ligadas a ocupações múltiplas, realização paralela de mais uma atividade (CARVALHO 2007), a equívocos dos qualificadores, ou no decurso da vida o personagem pode ter trocado de ofício. O mesmo vale para possíveis diferenças para o local de moradia escolhemos o local que foi mencionado mais de uma vez.

Idem, *a.* 1873, *m.*58.

Ibidem, *a.* 1874, *m.*60.

AHRS, **Quadro da força Guarda Nacional**. São Vicente, *a.*1886, *m.* 60.

Idem, *a.* 1893, *m.*99.

Quadro 3 - Ofícios, locais de moradia, relações de parentesco e patente militar nas redes de compadrio

Compadres	Profissão	Local de moradia	Relação de parentesco anterior ao compadrio	Patente militar
Antonio Alves Machado	Lavrador	Rincão dos Alves	Cunhado	Sargento
Basílio José da Silva Pereira	Lavrador	10º quarteirão	Irmão	Tenente coronel
Boaventura José de Quadros	Criador	9º quarteirão	-	Cabo
Candido Ferreira da Trindade	Lavrador	9º quarteirão	-	-
Domingos Rosa	-	-	-	-
Felisberto d'Alencastro	-	-	-	-
Galdino Candido da Costa	-	-	-	-
Honorio d'Oliveira Sanches	Lavrador	9º quarteirão	-	-
Jenuino Machado de Bittencourt	Agências	2º quarteirão	-	-
Jerônimo Pereira de Quadros	Criador	8º quarteirão	-	-
João Alves Machado	Criador	Rincão dos Alves	Cunhado	Sargento
João Antonio de Oliveira	Criador	Júlio de Castilhos	Cunhado	Capitão
João Ignácio Nunes	Criador	4º quarteirão	-	Capitão
João Victorino Filho	Negociante	7º quarteirão	-	Coronel
Joaquim Machado Vieira	Agências	7º quarteirão	-	-
José Antônio Rodrigues Evangelho	Lavrador	1º quarteirão	-	Capitão
José da Silva Pereira	Lavrador	São Rafael	Filho	-
José Canabarro Filho	Lavrador	10º quarteirão	Genro	Tenente
José Fernandes Junior	Criador	São José	-	Major
José Crispim Jardim Fernandes	Lavrador	São José	-	Capitão
Manoel José de Serqueira	Lavrador	9º quarteirão	-	-
Manuel Eneas Flores	Oleiro	5º quarteirão	Sobrinho	Capitão
Martimiano Eggres da Costa	Criador	São José	Genro	Capitão
Quirino Alves Machado	Lavrador	São Rafael	Cunhado	Capitão
Rufino L. Fernandes	-	-	-	-
Zeferino Alves Machado	Lavrador	10º quarteirão	Sogro	-
Zeferino da Silva Pereira	Criador	São Xavier	Filho	-

Fonte: Registros religiosos, registros cartoriais (certidões de óbito, escrituras, procurações e registros de imóveis) e Guarda Nacional (qualificação e quadro da força).

No que tange as relações familiares Randolpho converteu em compadres o sogro (Zeferino Alves Machado), o irmão (Basílio José da Silva Pereira), os cunhados (João Antonio de Oliveira, Antonio, João e Quirino Alves Machado), os filhos (José e Zeferino da Silva Pereira) e fora convidado para servir de padrinho pelo sobrinho Manuel Eneas Flores, pelos genros José Canabarro Filho e Martimiano Eggres da Costa. Desta forma, onze entre os vinte e sete compadres que formavam o séquito já possuíam algum tipo de relação de parentesco anterior, afim e ou sanguínea, que fora ratificada mediante o estabelecimento do parentesco ritual. Mas além da ratificação dos vínculos familiares percebe-se um sentimento de reforço das conexões com os vizinhos, pois pelo menos dezesseis compadres viviam nas

imediações da estância de São Rafael. O distrito de São Vicente até o ano de sua emancipação (1883) era subdividido em dez partes, Randolpho e boa parte de seus compadres eram moradores do 9º e do 10º quarteirão⁸⁰.

Também buscamos destacar a inserção de Randolpho junto às redes de militares. Mesmo que apenas José Fernandes Junior desenvolvesse a atividade profissionalmente, onde se reformou como major, pelo menos outros treze ocuparam postos de comando junto à Guarda Nacional, sendo a função mais exercida a de capitão. Entre os oficiais mais graduados destaca-se o tenente coronel Basílio José da Silva Pereira e João Victorino Filho que chegou ao topo dentro da hierarquia da milícia cidadã ao ocupar o posto de comandante superior do 36º corpo de cavalaria⁸¹. Farinatti, ao debruçar-se sobre o cenário da fronteira de Alegrete, demonstrou que a ocupação de postos militares de comando era uma importante fonte de capital simbólico uma vez que ostentar uma patente de:

[...] Brigadeiro, Coronel, Major, Capitão eram expressões que traziam, implícitas, uma história de reconhecimento por parte das instâncias superiores quanto ao valor e às qualidades da pessoa, e também traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger seus aliados. Ao invés de uma designação “profissional” das forças armadas, eram formas de expressar um modo de hierarquização social, construído a partir dos cabedais militares (2007, p. 179).

Ao cruzarmos a documentação da Guarda Nacional com os registros de batismo da capela, freguesia e depois matriz de São Vicente percebeu-se que esses personagens tiveram seus nomes citados com muita frequência, nos fazendo supor que o papel ativo na tarefa do apadrinhamento deveu-se em função de gozarem de um bom prestígio junto a vizinhança, entre os quais elenca-se principalmente os compadres João Victorino Filho e o sogro Zeferino Alves Machado.

Também foi possível observar a ocupação profissional de vinte e três compadres, onze deles desenvolviam a atividade de lavrador, outros oito desempenhavam a função de criador, dois viviam de suas agências⁸², um ganhava a vida como oleiro e havia outro que era

⁸⁰ Após o estabelecimento do novo município, surgiram novas expressões para os locais de residência, desta forma os moradores do 9º quarteirão passaram a viver nas localidades de Rincão dos Sanches (depois Demétrio Ribeiro), São Xavier e Rincão dos Alves. Situação semelhante ocorrera com aqueles que habitavam o 10º quarteirão que passaram a ser designados como ocupantes das localidades de São Rafael, Rincão dos Weis, São Miguel e São José.

⁸¹ AHRs, **Guarda Nacional**. São Vicente, a. 1893, m. 99. Aliás, “a patente mais alta era a de coronel, mais tarde rebatizada de Comandante Superior, um para cada município” (GRAHAM, 1997, p.92).

⁸² O termo agência é de difícil definição, aparecendo muitas vezes acompanhado de outras profissões. O dicionário Moraes Silva (1813, p. 806) indica agência como “*trabalho, indústria, grangearia, modo de ganhar a vida. Administração; solicitação de algum negócio*”, e também “*procurar, tratar negócio alheio, como agente deles*” Adhemar Lourenço da Silva Junior (2004, p.200), ao investigar as **Mutuais étnicas e trabalhadores em**

negociante. A fim de melhor articular a questão das profissões e da renda, elaboramos a tabela que segue, onde estão expressos os valores pelos quais foram qualificados os cidadãos do 4º distrito de São Gabriel em 1873, local onde vivia a maior parte desses indivíduos.

Tabela 1 - Profissão pela qual foram qualificados os cidadãos do 4º distrito

Agências	Carreiro	Criador	Lavrador	Negociante	Outras	Total
135	28	52	108	14	65	405
33,33%	6,91%	12,83%	26,66%	3,45%	16,82%	100%

Fonte: Qualificação da Guarda Nacional. São Gabriel, a. 1873, m.58.

Tabela 2 - Renda em mil réis pela qual foram qualificados os cidadãos do 4º distrito

100-200	300-400	500-700	800-900	1:000\$000	Total
239	133	26	4	3	405
59,01%	32,84%	6,43%	0,98%	0,74%	100%

Fonte: Qualificação da Guarda Nacional. São Gabriel, a. 1873, m.58.

É possível observar na tabela 1, que entre as profissões mais citadas, destacaram-se aqueles que viviam de agências (33,33%), seguida pelos lavradores (26,66%) e em terceiro lugar os criadores (12,83%), os carreiros (6,91%) e negociantes (3,45%). As demais profissões que aparecem na tabela que foram expressas sob a denominação de outras, correspondente a 65 indivíduos, são os ofícios de carpinteiro, pedreiro, capataz, ferreiro, sapateiro, caixeiro, oleiro e fazendeiro que em termos percentuais chegaram a 16,82%. É mister dizer que esses números representam de forma parcial as gentes que viviam no distrito de São Vicente, pois não abarcavam todos os homens que habitavam naquele espaço. Neles não aparecem aqueles sujeitos que não conseguiam ganhar os 100\$000 de réis anuais, valor mínimo exigido pela lei, ou aqueles que por inexistência de documentação a fim de

Porto Alegre no século XIX, trata da dificuldade em definir os status e ocupações específicas de cada ofício indicado. Ele inseriu, mesmo que com ressalvas, os que "viviavam de agência (seja qual for o sentido da expressão)", entre os pobres sem qualificação profissional. Usando as informações dadas por um funcionário encarregado de várias estatísticas no município de Pelotas, Adhemar reforça seu argumento, já que este explica que "Sob o título de 'Diversas' estão compreendidos todos aqueles que vivem de agência e que não têm profissão reconhecida". Jonas Vargas (2010) chega à idêntica conclusão ao analisar a lista de votantes de 1880, da paróquia do Rosário, de Porto Alegre Assim, mesmo que admitamos que possa haver uma pequena variação entre o universo urbano e o rural (mesmo em um período em que os mesmos eram intercambiáveis), podemos conjecturar que agência era referência profissional de setores sociais baixos ou médios. Eram indivíduos que se ocupavam em atividades diversas, sendo parte delas concentrada na ação como intermediários (principalmente em atividades mercantis), sempre como "agentes" de terceiros tratando "negócio alheio".

comprovar a renda também não puderam se qualificar⁸³. Dos quatrocentos e cinco cidadãos aptos a servirem na milícia, tanto no serviço ativo como na reserva, duzentos e trinta e nove (59,01%) foram qualificados com renda inferior a 200\$000⁸⁴, sendo a ampla maioria composta por lavradores e pessoas que viviam de suas agências, mas se somarmos também os cento e trinta e três que foram agrupados na segunda coluna da tabela 2 chegamos a 91,85% dos milicianos. Dos dezessete compadres que foi possível observar a renda, dezesseis ficaram dentro deste percentual, sendo que o ganho mais comum, nove casos, foi de 300\$000, aliás, esse também foi o valor pelo qual o próprio Randolphe foi qualificado.

Conforme demonstrado no quadro 3 o estancieiro possuía dois compadres que viviam de suas agências, em relações de apadrinhamento onde ele fora escolhido para servir como pai espiritual, possivelmente essas conexões representaram redes verticais para baixo uma vez que os indivíduos foram qualificados com o valor mínimo. No mesmo quadro é possível visualizar que cerca de 40,7% dos compadres desempenhava a função de lavrador, e com exceção de José Antônio Rodrigues do Evangelho, morador do 1º quarteirão, todos os demais eram moradores do 9º e 10º quarteirões. Ao olharmos especificamente para esses dois locais, algo chama atenção, 50% de todos os lavradores que foram qualificados junto ao distrito de São Vicente eram habitantes daqueles pontos, ou seja, de um total de cento e oito agricultores presentes na lista, cinquenta e nove deles ocupavam aqueles espaços. Uma possível explicação talvez fique por conta de que as referidas localidades eram em boa parte áreas de relevo acidentado, o que a princípio não favorecia muito o desenvolvimento da pecuária extensiva e desta forma, talvez não tenha despertado o mesmo interesse que os grandes proprietários demonstravam por terras de menor declive, proporcionando, desse modo, que pessoas de menor posses se estabelecessem e explorassem aqueles sítios. Tais como o compadre Honório d'Oliveira Sanches, um pequeno posseiro morador do distrito de São Vicente, conforme foi declarado nos registros paroquiais de terras por seu vizinho e compadre

⁸³ Ainda há que se destacar que essa fonte estava sujeita a todo tipo de manipulação, uma vez que, longe de ser um censo fidedigno ou algo semelhante a uma lista nominativa, as qualificações da Guarda Nacional comportavam grande possibilidade de fraude, pois laços clientelares podiam influenciar na presença dos nomes de alguns homens. Do mesmo modo, a renda anual tendia a ser largamente arbitrária e não serve para estimar uma hierarquia de riqueza confiável, mas diante da impossibilidade de trabalhar com os inventários *post-mortem* de São Vicente usamos as qualificações de forma especulativa para observar as hierarquias sociais presentes na milícia cidadã.

⁸⁴ Segundo Jonas Vargas (2010, p. 168) “*a maneira mais comum de se provar a renda era através de pagamento de imposto de profissão ou indústria, de anexo de bens recebidos em inventário ou de registro de compra de imóvel rural ou urbano. O cálculo sobre o valor dos bens de raiz é que definia se o requerente estava apto para ser eleitor ou não. Somava-se o valor das terras ou imóveis e calculava-se 6% do mesmo*”.

Zeferino Alves Machado, possuía uma data de matos no lugar denominado Sam Xavier⁸⁵. Em 1878 Randolpho se tornou seu compadre por ocasião do batizado de Marcelino⁸⁶. A condição humilde de Honório foi pensada pela pequena parcela de terras que possuía e nas três qualificações a que tivemos acesso da Guarda Nacional, o nome do lavrador figurou somente na que foi produzida em 1874⁸⁷. Cacilda Machado ao estudar as relações assimétricas que envolviam o estabelecimento do parentesco espiritual junto à freguesia de São José dos Pinhais, no final do século XVIII e início do XIX, defendeu que “ser compadre de alguém também significava estar em boa amizade. Pois a casa de um compadre passava à condição de território amigo, ou familiar, onde o outro compadre e sua família teriam trânsito livre” (2008, p. 198).

Seguindo por esta mesma linha de pensamento Silvia Brügger (2007a, p. 337) destacou que “ideologicamente as distâncias sociais se minimizavam” a partir das relações do compadrio. Conferindo ao parentesco ritual um papel importante “no processo de produção e reprodução de uma hierarquia caracterizada pela ambigüidade, pois permitia a vigência da familiaridade sem deixar de marcar a distância social” (MACHADO, 2008, p. 199). Parece-nos que este batizado configurou, por parte de Randolpho e Joaquina, uma relação vertical para baixo, que buscava entre os subalternos formas de consenso e legitimação, criando de certa forma um espírito de coesão. Já do ponto de vista de Honório e de sua esposa Paulina os papéis se inverteram, pois ligar-se a “pessoas situadas num patamar superior da hierarquia social representava um mecanismo de ascensão” (BRÜGGER, 2007a, p. 321), simultaneamente criar laços morais com pessoas de recursos poderia significar proteção para si e para seus filhos diante de situações adversas, tais como os frequentes recrutamentos e mobilizações militares da população sul-riograndese para compor as tropas de primeira linha no decorrer do século XIX (RIBEIRO, 2006 e FERTIG, 2010). Este tipo de relação de apadrinhamento nos sugere que “nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade” que de forma alguma impedem “as formas de dominação”, mas eram capazes de “condicioná-las e modificá-las” (LEVI, 2000, p. 45).

⁸⁵ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 68, n.º 320. A serra de São Xavier é o modo como é chamada a Serra Geral (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 393), local onde Luís Farinatti (1999), em seu estudo sobre a paisagem agrária de Santa Maria da Boca do Monte, entre 1845 a 1880, percebeu expressiva presença de homens e mulheres que fizeram da lavoura de alimentos uma forma alternativa de sobrevivência e até mesmo de possibilidade de prosperar, possibilidades essas que aumentavam ainda mais com a instalação de algum tipo de engenho (atafona, alambique e moinho).

⁸⁶ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Marcelino**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 56, n.º 157.

⁸⁷ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 60.

Durante as discussões sobre a instalação de uma linha regular de navegação a vapor, proposta por Augusto Cavamartori junto à câmara de São Gabriel, ligando o 4º distrito até o povoado de Uruguaiana, no ano de 1876, os camaristas argumentaram que tal linha iria dar ainda mais “vida e animação à agricultura” no município de São Gabriel. Com o objetivo de justificar a viabilidade do projeto os vereadores enviaram a presidência da província um relatório onde destacavam alguns dados ligados a fabricação de farinha de mandioca. A produção girava em torno de 10.000 alqueires-ano que era “toda exportada para fronteira por água e por Serra [...] sendo que cada barco transportava de 6 a 10 cargas cada um [...] além disso grande quantidade de milho, feijão e madeiras”⁸⁸. Tanto os documentos da câmara quanto as qualificações da Guarda Nacional nos sugerem que a agricultura tinha importância junto ao 4º distrito, mais do que isso, muitas famílias labutavam nessa atividade e ela deveria figurar como uma das principais fontes de renda para aqueles lavradores. Revelando-nos um panorama bem diferente daquele proposto por Gampert (1982), Malgarin (1984), Malfatti e Agostini (2006) que deram pouca evidencia ou simplesmente negligenciaram esses sujeitos históricos ao propalar que o desenvolvimento da atividade agrícola junto ao distrito de São Vicente e ao Vale do Jaguari como um todo só teria ocorrido após o estabelecimento dos imigrantes europeus no final do século XIX. Feitas essas considerações a respeito do *modus vivendi* desses lavradores, passaremos a apresentar outras situações que envolveram outros compadres que ganhavam à vida dedicando-se a outras fainas.

Queremos também apresentar as relações firmadas entre Randolpho e Jeronimo Pereira de Quadros⁸⁹. Redes de compadrio construídas por dois vizinhos que se dedicavam ao ofício de criador, profissão desenvolvida por oito indivíduos conforme aparece no quadro 3. Em 1866 se tornaram compadres quando Randolpho batizou sua filha Christina⁹⁰, pois bem, passados dez anos inverteram-se os papéis, quando por ocasião do batizado de Randolpho Filho tendo na pessoa de Jeronimo seu “pai espiritual”⁹¹. Entendemos que os registros nos mostram muito mais do que uma simples troca de afilhados, o dom e contra dom (HAMEISTER,

⁸⁸ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, a. 1875, ff. 06.

⁸⁹ Jeronimo Pereira de Quadros é tido no imaginário popular coletivo como um grande proprietário de terras e animais. Não encontramos nenhum documento que corroborasse tal informação. Em relação ao tamanho dos rebanhos o único dado apurado para o século XIX foi obtido a partir do relatório enviado pela câmara municipal a assembleia legislativa no ano de 1887 onde se fez menção a um rebanho que chegou próximo das 54.000 cabeças de gado vacum.

AHRS, **Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial**. São Vicente, a. 1887, ff. 19.

⁹⁰ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Christina**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1866, liv. 8, ff. 150, n.º 249.

⁹¹ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Randolpho**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 9b, ff. 185, n.º 358.

2006), nos fazem pensar em “una reciprocidad que emanaba de la buena voluntad y la amistad” (LEVI, 2002, 109). Houve ainda outra relação de troca de afilhados, mas ao contrário da que foi descrita anteriormente, essa ficou no âmbito familiar. Em 1882, Joaquina e seu marido Randolpho tornaram-se compadres de seu irmão/cunhado Querino Alves Machado. Este último em companhia de sua irmã, Cândida Alves da Conceição, batizaram a inocente Silvia⁹². Cerca de treze anos mais tarde a dádiva foi retribuída quando Randolpho e Joaquina se tornaram os pais espirituais de Rita⁹³, filha de Querino e Carolina Etelvina (ver quadros 1 e 2).

Em 1873, a terceira filha do casal Randolpho e Joaquina foi batizada junto à capela de São Vicente Ferrer. Naquela feita, a menina Cândida⁹⁴ teve escolhidos para servirem como seus “pais espirituais” sua tia Cândida Victorino dos Santos e o irmão de sua madrinha João Victorino Filho, este último um verdadeiro “especialista na arte de apadrinhar”. Entre os registros da capela, depois matriz, de São Vicente, arquivados na Mitra de Bagé e de Santa Maria, contam-se dezenas de assentos onde seu nome é citado na condição de padrinho, sugerindo que ele detinha uma posição de prestígio no contexto de uma vizinhança alargada⁹⁵. Os autos de qualificação da Guarda Nacional sugerem que o negociante despontava como um dos homens melhor situados economicamente daquelas paragens. Entre os quatrocentos e cinco cidadãos, ver tabela 1, que foram qualificados para o serviço ativo e para servirem na reserva em 1873, junto ao 4º distrito de São Gabriel, João Victorino Filho foi qualificado com renda equivalente a 500\$000⁹⁶. No caso específico dos negociantes, profissão desempenhada pelo personagem citado anteriormente, se tratavam, em sua maioria, de homens com menos de quarenta anos. Foram apenas quatorze indivíduos que em termos percentuais representaram apenas 3,45%, mas apresentaram os maiores valores em termos de renda. Para se ter uma ideia a menor qualificação entre os comerciantes ficou por conta de João Victorino

⁹² MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Silvia**. São Vicente, 1882, *liv. 2, ff. 71v, n.º 137*.

⁹³ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, 1895, *liv. 4, ff. 85v, n.º 355*.

⁹⁴ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Cândida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a. 1873, liv. 10a, ff. 292, n.º 01*.

⁹⁵ Segundo o assento de casamento produzido junto à matriz de Santa Vicente, João Victorino Filho nasceu em 1834 na freguesia de São Gabriel. Era filho de João Victorino dos Santos e de Joaquina Carolina Fagundes. Por volta dos 50 anos casou-se com a viúva Carolina da Silva. Do referido consórcio nasceram pelo menos dois filhos, Maria em 1890 e João em 1896 (ver genealogia dos Victorino dos Santos).

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de casamento de João Vítorino Filho e Carolina da Silva**. São Vicente, *a. 1883, liv. 1, ff. 56, n.º 7*.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, *a. 1890, liv. 4, ff. 5, n.º 151*.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de João**. São Vicente, *a. 1896, liv. 5, ff. 7v, n.º 24*.

⁹⁶ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, *a. 1873, m. 58*.

Filho e de Cândido José da Silva Pereira que foram apresentados com meio conto de réis, mas na categoria daqueles que viviam de comerciar apareceram três indivíduos que chegaram a 1:000\$000 (ver tabela 2). Ainda no que concerne ao compadre João Victorino, trataremos, mais adiante, de sua atuação junto ao partido liberal em São Gabriel, enfatizando o seu papel de mediador nas articulações da parcialidade entre a sede do município e o povoado de São Vicente, num emaranhado que mobilizava “conectividades mais ou menos intensas” que podiam “ser acionadas em momentos e situações diversas” (VENÂNCIO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 240). Rendas elevadas presentes nas listas de qualificação da Guarda Nacional, oriundas da prática comercial, a ocupação de postos de comando junto à milícia e o desempenho de cargos políticos também foi percebida por Carina Martiny (2010) em seu estudo sobre a “elite política” de São Sebastião do Cay (1876-1900).

Em relação à categoria de elite⁹⁷, segundo os três atributos preconizados por Fábio Kühn (2006) - riqueza, status e poder - João Victorino Filho talvez seja um dos poucos compadres de Randolpho que podem ser inseridos nesta categoria. O referido personagem, além da atuação no campo da economia, também galgaria projeção política e militar dentro do Vale do Jaguari, ao conseguir em pelo menos uma oportunidade ser escolhido como eleitor de 2º grau num seletivo grupo de quatorze cidadãos de São Gabriel. Naquela feita suplantando, em nove votos, o poderoso Barão de Cambay, uma das principais lideranças políticas dos conservadores em São Gabriel e em toda a região da campanha⁹⁸. Quanto ao poder militar, conforme já dito, João Victorino, no início da década de 1890, ascenderia ao cargo de coronel do regimento de cavalaria sediado em São Vicente. Desta forma, do ponto de vista de Randolpho, o compadrio com esse membro da elite local representou uma relação vertical

⁹⁷ Flávio Heinz entende que “*trata-se de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’*”. Ou seja, “*os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados ou os privilegiados*”. Destarte, as elites são definidas pela “*detenção de um certo poder ou então como um produto de uma seleção social ou intelectual*”, o estudo da referida categoria social “*seria um meio de determinar quais os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes*” (2006, p. 7-9), isto é, as estratégias que esses grupos se valem para se sentirem e serem reconhecidos enquanto a fina flor da sociedade. Cristina Cancela ao tratar das elites paraenses no final do século XIX e nas três primeiras décadas do XX demonstrou que: “*embora a fortuna lhes abrisse a possibilidade de participação no universo restrito da elite [...] nem sempre ela era garantia de prestígio e reconhecimento. Fazia-se fundamental unir à riqueza a outros fatores como nome e tradição familiar [...] É sempre bom lembrar que para fazer parte dos grupos de elite, não é necessário apenas possuir bens e dinheiro. Deve-se aliar a estas prerrogativas a capacidade de mostrar-se e ser reconhecido como pertencente a uma determinada classe social, ter um status diferenciado. Elementos como comportamento, modos de falar, relacionamentos estabelecidos, roupas e educação constituem-se em alguns dos predicados que expressam a forma pela qual as pessoas se reconhecem na sociedade, determinam seu lugar, o qual deve não apenas ser mapeado por si, mas também pelos demais. Essa espécie de capital simbólico é tão fundamental quanto o conjunto de bens e riqueza mantidos pelos indivíduos*” (2009, p. 28).

⁹⁸ AHRS, **Eleições**. São Gabriel, a. 1871, cx.205, m. 242.

para cima, estabelecida junto a um homem situado “socialmente num patamar superior” (BRÜGGER, 2007b, p. 286). Ao se inserir na rede de aliados de um poderoso, o estancieiro teve a seu “dispor [...] mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio” (IDEM, p. 286). O que nos faz especular que, mesmo não sendo um notável, havia canais que lhe possibilitavam chegar até a esses estratos superiores na hierarquia social. Talvez estejamos diante daquela situação proposta por Jaqueline Lalouette que apregoa a possibilidade do conceito também ser estendido para além da “fina flor da sociedade”, abarcando “também a uma camada média de elites subordinadas [...] que mantêm relação de subordinação com estratos cimeiros” (In: HEINZ, 2006, p. 70).

Outra rede de parentesco ritualizado firmada por Randolpho e que sedimentou laços de vizinhança, deu-se com o major José Fernandes Junior, eles se tornaram compadres em maio de 1891, mediante o batizado de Maria⁹⁹. O referido militar e sua esposa Christina Alves Jardim Fernandes eram moradores da localidade de São José, espaço vizinho a São Rafael. O local de moradia foi apurado através de uma escritura de compra de duas datas de matos junto a serra de São Xavier¹⁰⁰. Num negócio no mínimo curioso, pois num intervalo de oito dias o major comprou e vendeu a mesma porção de terra pelos mesmos 400\$000 que havia comprado¹⁰¹. A peculiaridade reside no fato de que a primeira transação ocorreu quando ele adquiriu a propriedade de Dona Francisca Pereira Pinto, conforme dito anteriormente matriarca dos Silva Pereira. Pouco depois negociou o quinhão de terras com Randolpho. A menos que tenha surgido algum imprevisto, que motivou o futuro compadre a se desfazer das duas datas de matos, nos parece que ele atuou como uma espécie de intermediário.

No referido assento atentamos também para o título registrado pelo pároco, o padrinho ostentava a patente militar de major reformado, o que sugere que o batizado da ulltimogenita representou, além do reforço das redes de vizinhança, a inserção na rede de um oficial graduado. Venâncio et al (2006, p. 3) assim como Brügger (2007b, p. 287) apontam que a presença de expressões ligadas a algum tipo de prestígio social eram importantes indicadores para se ter um panorama das malhas sociais em que os agentes históricos estavam inseridos. O interessante é que ao olharmos as dezenas de assentos de batismo em que ele se fez presente até o ano de 1890, em apenas duas oportunidades se fez menção a patente militar que ele ostentava, quando isso ocorreu pela primeira vez foi citado ocupando o posto de capitão e

⁹⁹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1891, liv. 4, ff. 12v., n. 35.

¹⁰⁰ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente do Sul, 1º tabelionato, a. 1890, liv.4, ff.63 - 65r.

¹⁰¹ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente do Sul, 1º tabelionato, a. 1890, liv.4, ff.55 - 57r.

pouco depois como major reformado, de certa forma nos parece que talvez estejamos diante de uma nova dinâmica em relação à valorização dos oficiais do exército brasileiro após a proclamação da república em 1889¹⁰². Outra situação interessante que fecha os pontos da teia foi percebida a partir do batizado de Junia, filha legítima do Major Fernandes e de Cristiana A. Jardim que teve como “pais espirituais” João Victorino Filho e sua esposa Carolina da Silva Victorino¹⁰³. Portanto, Randolpho era compadre de João Victorino e do Major Fernandes que, paralelamente, também haviam estabelecido laços através do parentesco ritualizado.

2.2 “Diferentes ocupações, objetivos em comum”: os irmãos Silva Pereira

Neste subtítulo trataremos da operacionalização das redes envolvendo os irmãos Silva Pereira, mesmo que tenham atuado em campos diferentes. Cândido era comerciante e desempenhou por pelo menos duas vezes a função de juiz de paz distrital junto ao povoado de São Vicente, já Basílio era lavrador e alcançou postos de comando junto à Guarda Nacional, enquanto que Randolpho limitou-se a desempenhar a atividade de criador. Mesmo que não tenha havido entre nosso personagem principal e seu irmão mais velho uma relação de compadrio, talvez em parte influenciada pelo fato que do casamento de Cândido com Dona Cândida Victorino dos Santos não houve filhos, entendemos que o fato de Cândido ter servido de testemunha no enlace matrimonial de seu irmão caçula com Joaquina Alves da Conceição, de certa forma pode ser pensado enquanto um reforço das relações de parentesco sanguíneo. Por isso, o colocamos dentro deste capítulo que tem por mote olhar os compadres de

¹⁰² A bem da verdade essa maior evidência do exército já vinha ocorrendo desde o final da guerra com o Paraguai. Antes, porém, ser um oficial que servia no exército não possuía o mesmo “glamour” que ser oficial da Guarda Nacional, conforme aponta José Iran Ribeiro, pois era “*um sinal de status político e social [...] um reconhecimento público de que o indivíduo era um cidadão ativo naquela sociedade, comprometido com a ordem estabelecida, e não um desordeiro*” (2005, p. 191). Enquanto junto à milícia cidadã os guardas nacionais passavam por um processo de qualificação, os praças do exército eram recrutados “*quase sempre pela força, ou a laço, como se dizia na época*” (CARVALHO, 1980, p. 148). Na maioria das vezes, o recrutamento recaía sobre “*elementos insubmissos e que, a fim de não perturbarem mais o sossego público*” eram “*recrutados como uma forma de punição e controle (ou correção). Serviço militar no Exército ou Armada, que atingia quase que unicamente as camadas mais baixas da população, não era visto como um prêmio ou uma prova de coragem, mas como castigo exemplar*” (MOREIRA, 2009, p.46). Desta forma, “*ao sujeitar os indivíduos à dura disciplina militar*” esperava-se “*podar os maus instintos, os vícios da ociosidade e do crime*” (IDEM p.48). Assim, muitos homens usavam “*o Exército como a Polícia como refúgio; o alistamento podia encobrir a condição de cativo ou um passado criminoso*” (IBIDEM, p. 67). Assim como eram símbolos de poder o “*fardão vistoso, os passamanes de ouro e prata [...] os bonés galantes, o coruscar das dragonas, o tintinar das espadas roçagantes*” (VIANA, 2005, p. 218).

¹⁰³ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Junia**. São Vicente, 1892, liv. 4, ff. 26v., n.º 49.

Randolpho, analisando que tipos de teias foram estabelecidas e principalmente qual a dinâmica dessas redes, isto é, de que forma elas funcionavam.

Ao explorarmos algumas das facetas das redes de irmãos, a documentação nos sugeriu que mesmo atuando em campos diferentes parece que havia uma convergência em termos de estratégias que buscavam em última instância proeminência social. Uma vez que os homens

[...] colocados em uma arena, que é a sociedade [...] lutam para atingirem seus objetivos, para realizarem seus projetos, para materializarem seus sonhos e, para isso, escolhem caminhos diversos, posicionam-se em diferentes lugares, adotam táticas e estratégias diversas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 168).

Cândido José da Silva Pereira nasceu em 1826, pouco depois de seus pais, José e Francisca, terem se estabelecido no Vale do Jaguari. Ao que tudo indica foi mandado a Porto Alegre onde estudou por um período e retornou para casa após o assassinato do alferes. Por ocasião da conclusão do inventário de seu falecido pai, recebeu o estabelecimento produtivo denominado de Santa Luzia, onde possivelmente passou a residir. O auxílio dispensado a sua mãe na administração dos negócios da família foi recompensado pela matriarca Francisca em julho de 1855, quando, “em remuneração a boa administração, e cuidado que tem o ditto seu filho de todos os seus bens”¹⁰⁴, recebeu uma doação de meia légua quadrada de terras desmembradas da estância de São Rafael, que juntou a seus campos na estância de cima da serra, numa clara situação de antecipação de herança, pois a parcela doada seria descontado da terça do inventário de sua mãe quando esta viesse a falecer. No ano seguinte, seu nome também figuraria na terceira contenda envolvendo os campos de Payré, onde ao ser inquirido a fim de comparecer junto a audiência de conciliação em São Gabriel se disse “pronto a queimar até o ultimo pé de capim para defender a cauza de minha familia”¹⁰⁵.

Conseguimos apurar que casou junto ao oratório da estância de São Xavier, em fevereiro de 1862, com Cândida Victorina dos Santos¹⁰⁶, tendo como testemunhas os cunhados José Maria Machado de Bittencourt - Maria Victorino dos Santos e os compadres Zeferino Alves Machado - Mariana Leite da Conceição. Os vínculos com seu irmão caçula

¹⁰⁴ APERS, **Autos Civis de insinuação de doação de um rincão de campo, doadora Francisca Pereira Pinto – doado Candido José da Silva Pereira**. Cruz Alta, Cartório do Cível e Crime, a. 1855, n.º 1092, m.34, est. 62, ff. 03-07v. A palavra insinuação anteriormente referida faz menção a expressão latina *insinuatio* que significa circunstância ou cláusula em documento público que se constituía na confirmação autêntica de uma doação. GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (1960, p. 871). No que toca a lei a referida doação estava alicerçada nas ORDENAÇÕES FILIPINAS no Livro 4 Tit. 61: **Do benefício do Senatus consulto Velleano, introduzido em favor das mulheres que ficam por fiadoras de outrém** (Conc.)

¹⁰⁵ APERS, **Ação Ordinária de José Manuel de Siqueira e outros contra Francisca Pereira Pinto e outros...** op. cit., ff. 21.

¹⁰⁶ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv. 4, ff. 3, n.º 8.

seriam reafirmados pouco depois quando Cândido e sua esposa serviram como testemunhas do enlace de Randolpho e Joaquina ocorrido em 1868¹⁰⁷. Como já visto Dona Cândida Victorino dos Santos se tornaria também comadre de Randolpho e Joaquina após ter batizado a terceira filha do casal em 1873, menina que recebeu a mesma graça de sua madrinha¹⁰⁸.

Por essa época Cândido já despontava como uma das lideranças políticas junto às gentes que viviam no povoado ou nas imediações de São Vicente, tendo em vista que havia sido eleito em 1863 para servir no cargo de juiz de paz distrital, função esta que ocuparia por pelo menos mais outra oportunidade¹⁰⁹, sugerindo-nos a existência de um capital político em torno de seu nome¹¹⁰. Pois como bem demonstrou Jonas Vargas (2010) tudo passava pela paróquia e mesmo muitas vezes estando sujeitas a grande distâncias, as conexões entre as “aldeias” e a “corte” foram fundamentais no jogo político do império.

O juiz de paz figurava entre os principais “caudatários dos potentados locais” (VIANA, 2005, p. 213). Durante muito tempo foi peça chave no processo de qualificação, onde juntamente com outros “respeitáveis da aldeia”, indicavam aqueles que iriam servir na milícia cidadã, apontando os nomes dos cidadãos que iriam ocupar as funções de comando, em outras palavras tinha o poder de distribuir dádivas. Talvez isso ajude a explicar porque seu irmão Basílio José da Silva Pereira chegou ao posto de tenente coronel e que seu cunhado João Victorino Filho tenha chegado ainda mais longe. Participar dos conselhos de qualificação era uma oportunidade de exercício do mandonismo local, uma vez que poderia também beneficiar aliados “com a designação para a reserva da instituição” ou fazer com que os “desafetos” fossem “mais onerados com o serviço da Guarda Nacional” (RIBEIRO, 2005, p. 189).

A figura do juiz de paz também tinha um papel de relevo nas eleições, onde poderia esconder os diplomas de votantes das facções contrárias, entregando os títulos de eleitores somente para aqueles homens que fizessem parte de sua parcialidade (VARGAS, 2010). A partir da lei eleitoral de 1875, a comprovação do domicílio deveria ser atestada pelo delegado ou pelo juiz de paz e também caberia a ele presidir “as mesas eleitorais das paróquias e quem

¹⁰⁷ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição** op. cit.

¹⁰⁸ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Cândida.....** op. cit.

¹⁰⁹ AHRS, **Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel. a. 1863 e 1872, cx. 205 e 207, m. 240 e 243.**

¹¹⁰ Capital político aqui entendido enquanto “*uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhe reconhecem obtendo assim, uma forma de capital simbólico, de crédito firmado na crença*” (BORDIEU, 2007, p. 187). Richard Graham ao tratar do capital político destacou que ele deve ser pensado enquanto um recurso ligado a família que possibilitava a ocupação de cargos oficiais e o exercício do domínio local e através da política essas famílias lutavam para preservá-los e “*todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo*” (2010, p. 39).

contaria os votos dos Colégios Eleitorais” (GRAHAM, 1997, p. 117). Vejamos como Graham descreveu a atuação do juiz de paz no processo eleitoral

[...] na manhã do dia da eleição, o juiz de paz entrava a passos largos na igreja de um vilarejo remoto e, destemido, ocupava seu lugar ‘no topo da mesa’, com dois membros da junta em cada lado [...] nada se fazia à noite; as eleições eram um negócio diurno. Os trabalhos começavam às 9h da manhã e terminavam ao sol posto [...] À noite o juiz de paz, que era o presidente, lacrava a fenda com cera, na qual imprimia seu lacre. Depois, colocava a urna eleitoral ‘dentro de um cofre de três chaves ficando em poder do presidente uma chave e outra em poder do mesário [...] e outra em poder do secretário, sendo o cofre lacrado [...] a mesa eleitoral transportava então essa caixa para a parte mais visível e pública da igreja matriz, que permanecia aberta a noite inteira. Os homens da guarda nacional revezavam-se para vigiá-la e a troca da guarda era executada de modo formal e cerimonioso (1997, p. 148-162).

Carina Martiny chega a afirmar que o juiz de paz era “um homem de posses, um membro diferenciado na estrutura social local, alguém que, dentro da hierarquia social vigente no século XIX, encontrava-se em posição privilegiada” (2010, p. 59). Destarte, ter o juiz de paz como parte integrante do grupo político, era um dos principais elementos para que a facção se sagrasse vitoriosa nas urnas. Além disso, uma vez “de posse das câmaras municipais e do aparelho eleitoral, os caudilhos rurais” tendiam a escolher para compartilhar as benesses “homens da sua parcialidade e confiança” (VIANA, 2005, p. 213).

Encontramos Cândido junto aos registros batismais, enquanto agente apadrinhador, em quinze oportunidades, todas elas fazendo par com Cândida Victorino dos Santos. Em sete batizados, as crianças receberam a graça dos padrinhos, nos fazendo supor sobre a transmissão de um bem simbólico ligado ao nome. Entre as demais relações de apadrinhamento, destacamos o batizado de Maria, filha legítima de Januário Gonçalves das Chagas e Donna Maria Victorino das Chagas¹¹¹. O referido batizado sedimentou entre os concunhados relações de parentesco ritualizado. Ainda cabe destaque que a rebenta Maria era neta do barão e da baronesa de Candiota, conforme será visto mais adiante ao que tudo indica aliado dos irmãos Silva Pereira.

Após ter deixado o cargo de juiz de paz em 1875, Cândido comprou uma casa junto a Rua do Comércio na Vila de São Gabriel¹¹², onde passaria a residir juntamente com sua esposa. Talvez a migração para o termo da Vila tenha sido uma estratégia a fim de dinamizar suas atividades comerciais ou “um investimento em diferencial social” (MUAZE, 2006, p. 211), isto é, morar no termo da Vila era uma medida importante no processo de notabilização

¹¹¹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1879, liv. 1, ff. 67v., n.º 24.

¹¹² APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 04, ff. 71 e 72.

social, pois implicava no “ser visto” (MARTINY, 2010, p. 262). Uma vez que, muitas casas “eram carregadas da simbologia do poder econômico e político. Elas tinham, além da função de abrigo, a de serem representações do poder e do prestígio de seu dono” (RAMOS, 2006, p. 428). Mas o mais provável deve ter sido o mal estar familiar após ter chamado a juízo seu sogro João Victorino dos Santos¹¹³, a fim de que o mesmo procedesse ao inventário de sua falecida sogra¹¹⁴. Em São Gabriel continuou exercendo a função de comerciante e foi naquele povoado que legou, em 1881, suas últimas vontades a seu cunhado João Victorino Filho¹¹⁵, vontades essas que seriam colocadas em prática no ano seguinte quando faleceu, tendo sua esposa como única herdeira, pois do consórcio com Cândida não houve filhos e quando fez o testamento excluiu sua mãe Francisca de qualquer direito a herança¹¹⁶.

O inventário do primogênito dos Silva Pereira atingiu o montante de 5:847\$500 (cerca de £ 514) apresentando como bem mais valioso a chácara com casa, localizada nos subúrbios da vila de São Gabriel, avaliada em três contos de réis, cerca de 65% do patrimônio total do inventário. Ainda no que diz respeito a bens de raiz, também foi listada a outra casa, situada na Rua do Comércio. Em relação a equipamentos o único objeto listado foi uma carreta, articulada a uma única junta de bois, o que nos sugere o transporte de mercadorias, talvez além de mercadejar desenvolvesse a função de carreteiro. Por fim, a que se mencionam as seis escravas avaliadas a 1:800\$000.

Ainda versando sobre as cadeias que envolviam as redes de irmãos, abordaremos agora o personagem Basílio José da Silva Pereira, dando ênfase as suas funções desenvolvidas junto à milícia cidadã, onde ocuparia o posto de tenente coronel do 26º corpo de cavalaria de

¹¹³ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 04, ff. 84v. e 85.

¹¹⁴ APERS, **Inventário post-mortem de Joaquina Carolina Fagundes**. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1876, n.º 297, m.16, est.107. O inventário ao que tudo indica foi um momento de grande tensão. Parece que o “clã” cindiu, de um lado ficaram a maioria dos filhos homens juntamente com o pai, do outro os genros e as filhas mulheres. As atribuições que começaram no ato de abertura do inventário teriam continuidade no transcurso do mesmo, a título de ilustração, em 1878, ano em que os avaliadores procederam o levantamento dos bens, o grupo liderado por Cândido pediria uma nova avaliação sob a alegação de que o sogro havia negligenciado animais. O montante mor, deduzidas as dívidas, ficou em 143:329\$110 réis (cerca de £ 13.676), tocando para cada um dos herdeiros 7:952\$725 (cerca de £ 759). O pagamento só ocorreu em fevereiro de 1883, quando já fazia quase um ano que Cândido havia falecido. Com relação a sua esposa, a herdeira Cândida Victorino dos Santos, de sua legítima fora descontado o dote de 1:200\$000 e além disso deveria também arcar com a dívida de 900\$000 que seu finado marido devia a seu pai. Com relação à viúva Cândida a única informação posterior ao encerramento do inventário que tivemos desta ao ano de 1893. A partir do traslado de uma procuração feita na cidade de Cahoeira do Sul, local onde residia, a seu irmão Jacinto Victorino dos Santos, a época do conturbado inventário o único menor entre os herdeiros, a fim de que o mesmo procedesse a venda de uma chácara “nos arrabaldes da Villa de São Vicente” situada a beira da estrada que da “mesma Villa se dirige ao passo do rio Toropy”.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º cartório. a. 1893, liv. 08, ff. 39v. - 41r.

¹¹⁵ APERS, **Testamento de Cândido José da Silva Pereira**. São Gabriel, Provedoria, a. 1881, n.º 174, m.7, est.108.

¹¹⁶ APERS, **Inventário post-mortem de Cândido José da Silva Pereira**. São Gabriel, Provedoria, a. 1882, n.º 17, m. 1, est. 108.

São Gabriel¹¹⁷. Entre os três irmãos, o que conseguimos obter o menor número de informações foi sobre ele, sendo que a maioria delas esteve relacionada à sua atuação junto à Guarda Nacional. A primeira delas foi apurada a partir da ação ordinária movida pelos Siqueira Gomes contra sua família em 1856, onde foi aludido como “de nome Basilio que será citado por via de Despacho por se achar acampado como *Guarda Nacional*, nos Suburbios desta *Villa* com a pena de revelia, não comparecendo na audiencia acima indicada”¹¹⁸.

A Guarda Nacional foi uma instituição criada à época do período regencial, era formada por cidadãos eleitores que “não exerciam profissionalmente a atividade militar, mas, depois de qualificados como guardas nacionais, passavam a fazer parte do serviço ordinário ou da reserva da instituição” (RIBEIRO, 2005, p. 139). Ser qualificado como guarda e principalmente ocupar postos de comando junto à instituição era sinônimo de distinção social, representava ser “cidadão do Império, digno de alguma respeitabilidade social” (FERTIG, 2010, p. 31).

Para desempenhar funções junto a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, a partir do decreto 2.029 de novembro de 1857, era necessário “uma renda de apenas 100 mil réis. E os pobres como era de se esperar, buscavam ali proteção, oferecendo em troca a única coisa que poderiam oferecer, a fidelidade pessoal ao seu protetor” (FERTIG, 2010, p. 70). Do ponto de vista daqueles que exerceriam as funções de comando, essa era uma ótima oportunidade de estabelecer uma rede de clientela resultante do poder de recrutamento, determinando “quem iria para o campo de batalha, arriscando sua vida e, quase sempre, prejudicando seus interesses econômicos e quem, embora qualificado, ficaria na reserva” (IDEM, p. 61). No entendimento de Graham (1997) o chefe miliciano ao ter a capacidade de decidir sobre a vida das pessoas acabava agregando prestígio capaz de formar sua própria clientela. O exercício desse tipo de relação fazia do patrão um ser respeitado e muito procurado na sua região.

No entanto, mesmo ocupando várias funções de comando, entre as quais a de tenente coronel, e, portanto, com poder de proteção em suas mãos, se o número de compadres é medida de um homem, conforme defendeu Graham (1997), encontramos Basílio enquanto agente apadrinhador em apenas onze oportunidades: de todos os personagens até aqui destacados foi o que menos vezes compareceu a pia batismal. Das crianças que batizou seis eram legítimas e cinco eram naturais. Todos os assentos foram produzidos entre 1858 a 1878,

¹¹⁷ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1871, m.98.

¹¹⁸ APERS, **Ação Ordinário de José Manuel de Siqueira e outros contra Francisca Pereira Pinto e outros ...** op. cit., ff. 2v.

depois ele simplesmente desapareceu dos registros. As três últimas relações de apadrinhamento ocorreram junto ao oratório da estância de São Xavier, tendo como participantes do ato a irmã de sua cunhada Joaquina, Maria Alves Conceição¹¹⁹ e Nossa Senhora da Conceição¹²⁰. Ainda tratando da questão das mães espirituais, em cinco oportunidades teve a companhia de pessoas do ramo familiar (sua mãe Francisca, a irmã Francisca da Silva Pereira e a sobrinha Francisca Carlota Fagundes da Silva). Salientamos que foi em companhia de sua mãe que batizou o sobrinho Zeferino¹²¹, na relação de apadrinhamento em que sedimentou os vínculos parentais com seu irmão mais novo.

Os processos de qualificação, na maioria das vezes, acabavam se convertendo em “um terrível instrumento eleitoral, que os prepotentes do lugar, que geralmente são chefes da Guarda Nacional, usam para os seus próprios fins” (GRAHAM, 1997, p. 131), pois o fato de conhecer todos os “habitantes da região passíveis de se tornarem milicianos” proporcionava cooptar “homens livres pobres com a intenção de formar e aumentar as suas clientelas, porque essa era a maneira deles aumentarem sua influência e seu poder em determinada localidade” (VARGAS, 2007, p. 132), tendo em vista que “aquele que detinha maior número de subordinados, maior clientela, tinha mais condições de exercer o poder” (IDEM). Poder esse que era canalizado “em uma futura eleição, seja como votantes, cabos eleitorais ou mesmo milícia pessoal para coagir seus inimigos políticos” (FERTIG, 2010, p. 42-52). A utilização da milícia enquanto instrumento político-eleitoral, gestou “em seu interior redes que se dedicavam, nacionalmente, a manter os princípios de hierarquia, deferência e obrigação” (GRAHAM, 1997, p. 62). Por essas razões, os cargos de comando junto à instituição, geralmente, “eram muito cobiçados, pois deter tais comandos significava a possibilidade concreta de ter poder e influência sobre uma certa quantidade de guardas, potenciais clientes para as ambições de poder de muitos comandantes” que utilizavam “seus postos como o melhor caminho para se tornarem uma liderança política” (FERTIG, 2010, p. 68). Desta forma entendemos que é grande a probabilidade de Basílio ter usado de sua posição de oficial graduado para canalizar votos tanto para seu irmão Cândido como para seu colega de farda João Victorino Filho.

¹¹⁹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Severino**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 50, n.º 109.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 52v., n.º 127.

¹²⁰ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Selvina**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 51, n.º 119.

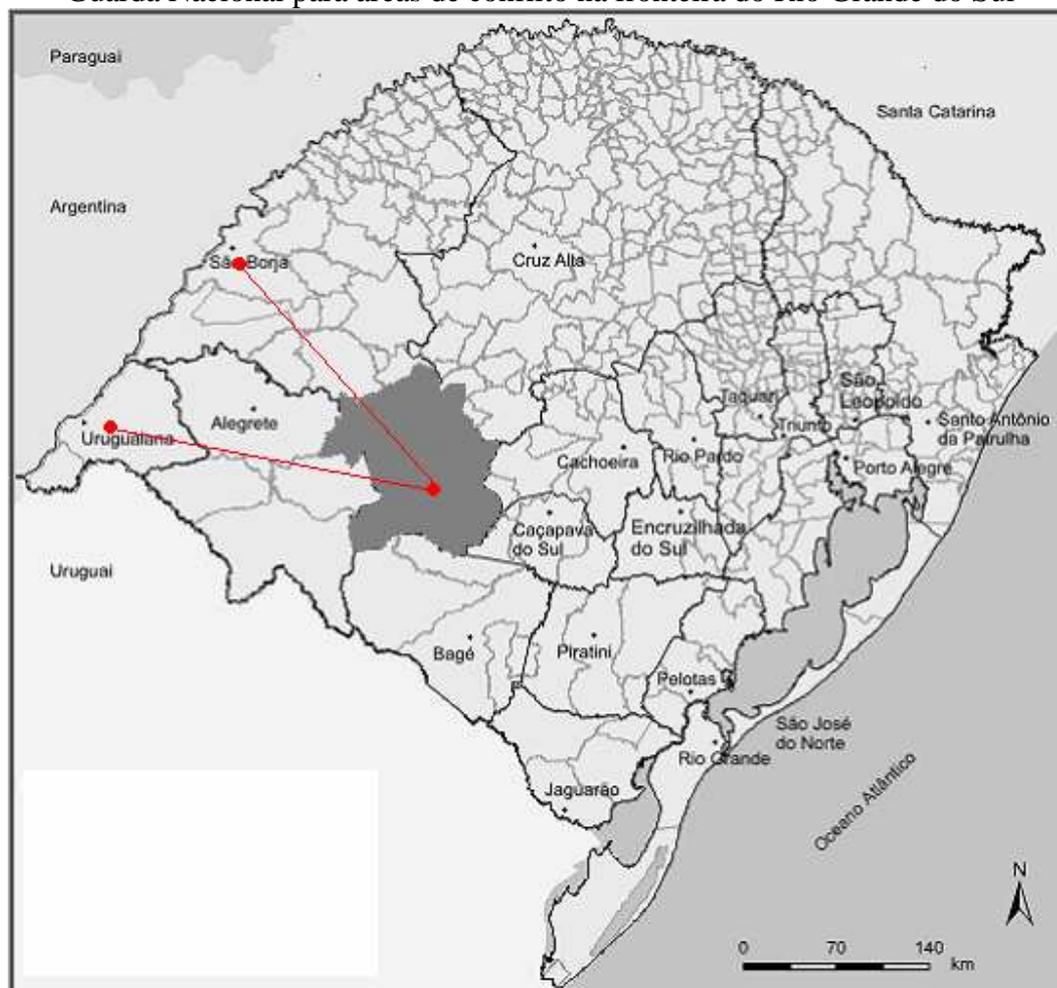
¹²¹ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de batismo de Zeferino**. São Gabriel, a. 1871, liv. 10a ff. 200, n.º 360.

Entre os principais objetivos da milícia cidadã estava o de “conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública” (GRAHAM, 1997, p. 102). Destarte, “seus homens participavam de tarefas como capturar criminosos, conduzir prisioneiros a julgamento, transportar valores, patrulhar as cidades e municípios, vigiar a cadeia e, não menos importante, dispersar comunidades de escravos fugitivos” (IDEM, p. 102). Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul ela também atuou “intensamente como força militar, substituindo ou auxiliando o Exército em guerras externas ou na guarnição da fronteira” (FERTIG, 2010, p. 61).

Em 1865, Basílio ocupava o posto de sargento, naquele ano juntamente com João Victorino Filho, Raimundo Victorino dos Santos, Luis Gonçalves das Chagas Filho, João Eneas Flores, Delfino José Mendes e outros integrantes do 26º regimento de cavalaria de São Gabriel foram deslocados para fronteira e pouco depois entraram em combate com as tropas paraguaias, próximo a vila de São Borja¹²².

¹²² AHRS, **Correspondência enviada pelo general David Canabarro ao comandante do 26º de cavalaria tenente coronel Sezefredo Coelho Alves de Mesquita**. São Gabriel, Guarda Nacional, a. 1865, m. 98. Além de São Borja outros documentos fazem menção ao deslocamento da tropa para Uruguaiana.

Mapa 2 - Mapa mostrando São Gabriel por volta de 1864 e o deslocamento de tropas da Guarda Nacional para áreas de conflito na fronteira do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado de SAA, elaboração SCP/DEPLAN – 01/2005. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>.

João Victorino Filho e Luís Gonçalves das Chagas Filho voltariam no final de 1865 e posteriormente foram promovidos respectivamente a capitão e a alferes¹²³. O primeiro após ter retornado teria seu nome envolvido numa acusação de acobertar desertores¹²⁴. Tal fato teria ocorrido em 25 de janeiro de 1867. Naquela ocasião supostamente o oficial da Guarda Nacional teria organizado uma reunião com dezenas de desertores, todavia o grupo fora surpreendido por uma patrulha liderada pelo subdelegado do 3º distrito de Santa Maria, onde foram aprisionados e reconduzidos a fim de defender os serviços da nação trinta e dois guardas nacionais e oito soldados do exército. Como era de se esperar a versão apresentada pelo comerciante difere um pouco da que foi contada pela autoridade policial. Segundo o negociante, estava apenas de passagem pelo dito local, pois seu destino era a vila de Rio Pardo, onde entregaria as mercadorias das quatro carretas de sua propriedade que foram

¹²³ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1871, m.98.

¹²⁴ AHRs, **Guarda Nacional**. Santiago, a. 1867, m.113.

impedidas de atravessar o passo de São Lucas¹²⁵. A autoridade do município vizinho trazia em seu poder alguns desertores, entre os quais se encontrava um conhecido seu. O mercador teria despertado a ira do subdelegado ao interceder para que não conduzisse de volta “ao serviço da guerra” o “Guarda Nacional Ignacio de tal, filho de uma pobre viuva com nome Rosa, Família de quem é único arrimo”¹²⁶. Diante disso, o policial teria procedido vilmente ao acusá-lo de organizar a reunião e incitar sua gente a não servir a pátria. Por fim, visando se livrar das “falsas acusações”, descaracterizou a principal testemunha da autoridade policial, o “*correntino*” Ladislau de tal, que por ser castelhano sua palavra não era de grande valia, e apresentou “um maço de excellentes qualidades” a fim de que o comandante superior encerrasse o caso¹²⁷. Pouco importa o fato de ter ou não organizado a reunião, de proteger ou não pessoas que haviam fugido da guerra, existem duas situações importantes nesta contenda. A primeira delas está relacionada ao transporte de mercadorias numa antiga rota que cruzava boa parte do Rio Grande, dirigindo-se até a antiga sede do povoado, a Vila de Rio Pardo. Ainda tratando das questões econômicas, a mercadorias transportadas nas carretas¹²⁸, nos faz ponderar sobre uma carga considerável, num homem de negócios de certa envergadura e detentor de capital relacional.

Voltando a falar em Basílio, fez toda a “campanha do Paraguay” e ao final do conflito foi promovido a tenente-coronel e fora condecorado com uma medalha em 1872, juntamente a outros camaradas do 26º de cavalaria de São Gabriel¹²⁹. Continuará servindo junto a instituição até o final da década de 1880¹³⁰, pelo menos foi até onde encontramos seu nome, porém, como destaca Fertig, após a guerra com o Paraguai a Guarda Nacional passou por um processo de desmobilização. Em setembro de 1873, com uma nova lei que regulamentava a atuação da instituição, ela passou a “atuar como mera coadjuvante em funções que até então havia sido protagonista, como na defesa da ordem interna e da integridade territorial do Império” a partir daquele momento chegaria o “tempo de desorganização, desmobilização e desmoralização da Guarda Nacional enquanto um dos fortes pilares de sustentação do Estado imperial” (2010, p. 288-289).

¹²⁵ O referido local faz parte do Rio Toropi e no século XIX era usado como passagem entre os campos de São Rafael e os campos de Payré.

¹²⁶ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1867, m.58.

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ Miguel Ângelo da Silva Costa (2006, p. 59-61), destaca a importância social dos indivíduos que se valiam desse meio de transporte a fim de ganharem a vida, não só pelo transporte de víveres e por facilitarem o deslocamento de pessoas, mas principalmente por serem os responsáveis pela circulação de informações entre os populares.

¹²⁹ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 98.

¹³⁰ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1886, m. 60.

Abrimos o parágrafo anterior destacando os “feitos heróicos” de Basílio e de seus companheiros de armas junto à fronteira da província no processo de expulsão das forças paraguaias. Entretanto, queremos destacar a atuação de outra personagem que nos bastidores também deu sua parcela de contribuição na defesa dos interesses da nação. Tratava-se de Luís Gonçalves das Chagas¹³¹, que segundo João Faria Viana contribuiu com o esforço de guerra “formando por conta própria, um esquadrão de Guerreiros. Quando *Sua Majestade Imperador* veio a esta província, mandou que um piquete o escoltasse a Uruguaiana” (1937, p.57). Além da força de voluntários, segundo Moacyr Flores (2004, p. 152), também teria “entregado grande quantidade de cavalos”. Tais atitudes teriam tido grande peso para que após o conflito ele viesse a ser agraciado com o título de Barão de Candiota. Mesmo que tenham sido mobilizadas outras duas unidades de São Gabriel rumo à fronteira - o 47º de cavalaria, sediado em Lavras do Sul, e o 2º esquadrão de lanceiros do 19º de infantaria¹³²- entendemos que possivelmente o corpo de voluntários que Viana (1937) se refere seja o regimento onde seu filho e os aliados políticos Basílio, João e outros serviram. A condição de aliados será melhor explicitada quando tratarmos das redes clientelares e dos arranjos eleitorais que entrelaçavam os Gonçalves das Chagas, os irmãos Silva Pereira e o clã dos Victorino dos Santos. Em relação à entrega de montarias para servir às brigadas de cavalaria, localizamos o fornecimento por vários criadores de São Gabriel, de 1.654 cavalos em fevereiro de 1865, dos quais quarenta e um animais foram fornecidos por Luís G. das Chagas, porém, as referidas montarias foram vendidas¹³³, o que não quer dizer que em outros momentos não o tenha feito sem a obtenção de ganhos pecuniários. A ajuda realmente dada pelo futuro barão, pelo menos a que conseguimos apurar junto a documentação, ficou por conta da “concessão de alimentos para as famílias dos guardas nacionais pobres”, que haviam marchado de São Gabriel “sob o comando do coronel Tristão José Pinto em janeiro de 1865”¹³⁴. Ao olharmos as práticas desenvolvidas tanto por João Victorino Filho, que em momento algum negou que tivesse intercedido pelo desertor Ignácio de Tal, quanto pelo futuro Barão de Candiota, que ao prover os familiares daqueles que se ocupavam do “serviço da guerra” nos sugerem práticas

¹³¹ Segundo o **Dicionário de História do Brasil** organizado por Moacyr Flores (2004) Luis Gonçalves das Chagas nasceu no atual município de São Gabriel em data indeterminada e faleceu em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1894. Casou com sua prima Ana de Ávila Chagas com a qual teve onze filhos. Grande proprietário possuía várias fazendas. Serviu nas forças farroupilhas, participando do combate do Seival que terminou com derrota dos imperiais e com o aprisionamento do coronel Silva Tavares. Por discordar da ordem de fuzilar o prisioneiro foi excluído das forças revolucionárias pelo general Antônio Souza Neto. Ascendeu ao título de Barão de Candiota, em 20 de março de 1875 em recompensa aos serviços prestados durante o conflito com o Paraguai.

¹³² AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1865, m. 98.

¹³³ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1865, m. 103.

¹³⁴ AHRs, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1867, m. 58.

clientelares onde em troca de proteção os apaniguados retribuíam com lealdade. Relações que devem ter contribuído em muito para que os últimos personagens referidos alcançassem prestígio e poder político junto ao município de São Gabriel.

Quanto ao “cliente” Basílio, após ter voltado a residir no Vale do Jaguari, foi selecionado várias vezes para servir como jurado nas audiências realizadas em São Gabriel¹³⁵. Esse era outro campo de atuação onde se poderia “beneficiar” aliados e perseguir adversários com os “rigores da lei”. José Murilo de Carvalho destacou que ser jurado “significava participar de modo direto do exercício do poder judicial, participação mais frequente e mais intensa, para os sorteados, do que aquela representada pelo exercício do voto” (1996, p. 3). Configurava-se numa das principais distinções que poderia ser concedida ao cidadão do império, pois para desempenhar o serviço do júri requeria “a capacidade de ler e escrever, o que reduzia drasticamente o número de cidadãos aptos para a função”(IDEM). O processo de seleção do jurado se dava através de sorteio dos nomes onde a lista “era feita por uma junta composta do juiz de paz, do presidente da câmara municipal e do pároco”, sendo que os nomes dos selecionados “eram colocados em urnas trancadas a chave para serem sorteados à época das sessões [...] em geral, havia duas sessões do júri por ano, com duração aproximada de 15 dias cada” (IBIDEM, p. 6). No entanto, havia grandes dificuldades para se formar o corpo de quarenta jurados, os problemas

[...] passavam pelo número restrito de cidadãos qualificados que preenchiam os requisitos bem como em povoados pequenos onde todos eram conhecidos – todos são parentes, amigos ou inimigos, influentes ou dependentes – o que dificultava o anonimato e acarretava um alto número de absolvições, seja para proteger amigos e parentes, seja por receio de represálias dos inimigos [...] em causas que envolviam pessoas poderosas os jurados simplesmente não compareciam aos julgamentos (IBIDEM, p. 7).

A questão da alfabetização representava uma faca de dois gumes, simultaneamente apontava para cidadãos qualificados que possuíam conhecimento das leis do país, contudo a exigência de saber ler e escrever limitava a participação da maioria. Ainda segundo Carvalho por volta de 1870 havia somente 80 mil pessoas em condições de servir como jurado e quem conseguia participar do “júri sem dúvida se aproximava do exercício do poder e adquiria alguma noção do papel da lei” (2002, p. 37). Basílio, acudiu ao chamado para desempenhar

¹³⁵ APERS, Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. a. 1872-1885, n.º 3145, m. 10, est. 109.

tal função em seis oportunidades nas oito em que foi sorteado. Nas duas últimas não compareceu por não ter sido notificado a tempo¹³⁶.

Em documentos da década de 1890, apuramos as últimas informações sobre este personagem, a maioria delas ligadas a questões de ordem patrimonial, que nos revelaram a transferência de São Vicente para Santa Maria, cidade ao que tudo indica onde passou seus últimos anos de vida. Naquele contexto legalmente ainda permanecia solteiro, pois não se faz menção a nome de esposa nas escrituras de venda de imóveis que fez junto a São Vicente. Num curto intervalo de tempo negociou a casa de material que possuía junto a Rua Sete de Setembro que foi comprada por Antonio Preste Filho¹³⁷ e cerca de dois anos depois vendeu terras que possuía junto ao distrito de São Rafael com João Ignácio Flores pela quantia de cinco contos de réis¹³⁸. A última informação levantada sobre ele data o ano de 1899 quando contratou, em Santa Maria da Boca do Monte, o agrimensor Vasco de Azambuja Cidade, para proceder ao acerto dos limites de 176 hectares de mato que lhe tocaram após a partilha do espólio de sua finada mãe. O referido documento faz menção a uma diferença entre o que constava nas escrituras e o que foi apurado através de medições. Com vistas a resolver a “falta” de terras, Basílio e seu irmão caçula entraram em comum acordo em acertar a divisa, abrindo mão de 250 metros cada um¹³⁹.

Bernard Lepetit (*apud* REVEL, 1998: p. 88) destacou que uma das principais contribuições de Fredrik Barth para os estudos de micro análise foi ter tomado emprestado do antropólogo norueguês a concepção de “indivíduo ativo e racional, que por seu lado opera escolhas num universo caracterizado por incertezas e obrigações que dependem particularmente da distribuição desigual das capacidades individuais de acesso a informação”. Tudo nos leva a crer que a inserção na estrutura de poder imperial, contatos com as diferentes esferas do poder por parte dos irmãos mais velhos e do próprio compadre João conferiram a Randolpho um papel privilegiado no tocante ao acesso a informação no campo da política, na área militar, na parte econômica, assim como na esfera do judiciário. Elemento importante no entendimento de Vargas, pois “em uma sociedade acostumada com o cotidiano da guerra, com a instabilidade financeira” a presença de um parente próximo nos círculos onde se tomava as decisões “aumentava, mas não garantia, uma maior segurança para a realização dos

¹³⁶ APERS, **Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel....** op. cit., a. 1872 ff. 02, a. 1873 ff. 12 e, 19v, a. 1874 ff. 30v., a. 1875 ff. 35, a. 1877 ff. 46, a. 1880 ff. 65, a. 1881 ff. 80.

¹³⁷ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas.** São Vicente do Sul, 1º tabelionato, a. 1894, liv.9, ff. 4v. e 5.

¹³⁸ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas.** São Vicente do Sul, 1º tabelionato, a. 1896, liv.12, ff. 1v. e 2.

¹³⁹ AMFT, **Acerto de divisas entre Randolpho José da Silva Pereira e Basílio José da Silva Pereira.** a. 1899.

seus investimentos econômicos, da manutenção do seu status e prestígio locais e da sua sobrevivência” (2010, p. 29).

2.3 “O poder da pena” e as redes clientelares

Na seção anterior demos uma espécie de “trégua” a Randolpho, pois falamos muito mais de outros sujeitos do que dele próprio. Não obstante, isso se fez necessário para que compuséssemos o panorama social e familiar, evidenciando os espaços onde a “elite” local atuava. Objetivando preparar o terreno para inseri-lo na facção do barão de Candiota. Feito isso, trataremos de uma correspondência que lhe foi enviada pelo compadre João, enquanto elemento de operacionalização de redes clientelares mobilizadas com finalidade política.

A escrita epistolar se constituiu, no entendimento de Richard Graham (1997), num dos principais meios no processo de operacionalização das redes de cunho político no Brasil ao longo do período imperial. Nesta parte do trabalho analisaremos a carta que o “mediador de aldeia” João V. Filho remeteu a seu compadre Randolpho, tentando perceber relações de clientela. Antes, porém, de tratarmos de possíveis códigos presentes na missiva, iremos proceder a uma rápida caracterização acerca das ideias de mediador e de redes clientelares, para depois trazermos à baila a discussão envolvendo o papel social das cartas enquanto fonte histórica.

Giovanni Levi ao tratar da figura do mediador, destacou que ele se constituía num “indivíduo que reúne em si [...] a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional” (2000, p. 51). Pois “apresentavam uma sorte de rosto de Jano”, com, uma das faces estava “voltada para o interno, isto é, em direção da comunidade, e a outra voltada ao externo” (LIMA, 2006, p. 450). Os mediadores de aldeia eram pessoas essenciais dentro da dinâmica eleitoral e do jogo político do segundo império, uma vez que eram eles que teciam os fios que conectavam as paróquias a corte no Rio de Janeiro, mediante “uma extensa rede de relações sociais que ligavam amigos, parentes e colegas, respectivamente com suas clientelas”. (VARGAS, 2010, p. 116). Entendemos que, ao enviar carta a seu companheiro Randolpho, a fim de conclamá-lo a se fazer presente na reunião que aconteceria junto à fazenda do Barão de Candiota, o compadre João estava realizando a tarefa de mediação.

Durante muito tempo, quando se tratou de clientelismo no Brasil, quase que de forma automática as análises remetiam à obra *Os donos do poder* de Raymundo Faoro (2001). O autor destacou que o patrimonialismo se constituiu numa das heranças legadas pelo império português ao novo país. Analisou o patronato como um sistema que se espalhou pelo território

nacional articulando favores em troca de lealdade. A figura do imperador representaria tanto o início quanto o final do sistema que teria sido fundamental no processo de estabilidade política do império. Ao delegar poderes aos coronéis caberia a estes últimos prover “tutela aos interesses particulares”, conceder “benefícios e incentivos”, distribuir “cargos” e ao mesmo tempo distribuir a “justiça” (FAORO, 2001, p. 876). Maria de Fátima Gouvêa (et al 2004) destacou o amplo leque para se tratar das relações clientelísticas e sua operacionalização junto às redes políticas, sociais, materiais e culturais¹⁴⁰. Seguindo esta seara, Alexandre Cunha e Marcelo Godoy, ao abordarem as redes clientelares na província de Minas Gerais, inverteram o foco da análise do estado para a sociedade buscando compreender a “dominação de base senhorial empreendida no contexto agrário, a trama da sociabilidade que envolve indivíduos submetidos à situação de dependência pessoal” (2004, p.4). Num jogo através do qual “a dualidade entre graça e reciprocidade [...] enredava as pessoas” em “cadeias de gratidão” (IDEM, p. 12), que muito além dos “laços horizontais no interior da oligarquia” também apresentam “laços verticais, em particular a relação patrão-cliente, que permite analisar a ligação entre os poderosos e os grupos sociais subalternos” (KÜHN, 2006, p. 20-21).

Quanto à dinâmica do clientelismo a entendemos enquanto um sistema que “significa tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes” (GRAHAM 1997, p. 16), “fazendo com que todas as relações sociais consistissem numa troca de proteção por lealdade, o que acentuava a hierarquia social e promovia, como fim último, o controle social, já que lealdade significava também obediência e, porque não dizer, submissão” (FERTIG, 2010, p.19). Richard Graham lembra ainda que, ao longo do século XIX o clientelismo constituiu “a trama de ligação política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político. A lógica dessas relações pessoais seria a concessão de proteção, cargos públicos e favores (pelo patrão) em troca de lealdade pessoal e política do (cliente)” (1997, p. 16). O exercício de posições de comando dentro da Guarda Nacional, tais como as que foram ocupadas por Basílio J. S. Pereira e João V. Filho, possibilitava cooptar “homens que poderiam atuar como seus clientes em alguma disputa eleitoral em que ele estivesse pessoalmente envolvido ou em que seus interesses pessoais estivessem em jogo” (FERTIG, 2010, p. 106).

Pilar Leiva defendeu que uma das principais contribuições para os estudos históricos das redes clientelares de cunho vertical estaria ligada ao fato de que elas apontam que, mesmo

¹⁴⁰ Cunha e Godoy destacam que tais “*atitudes foram sendo progressivamente marginalizadas (no sentido inverso ao do progresso do aparelho de Estado), até adquirirem o epíteto de corruptas, e são actualmente conotadas como situações de ‘anormalidade’ institucional*” (2004, p. 12).

havendo hierarquias sociais, se “establece una conexión entre los poderosos y las capas inferiores de la sociedad” (2007, p. 03), através da qual “se trata de una relación que implica unas pautas de comportamiento, de intercambios y de obligaciones más o menos explícitos” (IDEM), onde os clientes não devem ser vistos como meros joguetes nas mãos de seus patrões, mas devem ser pensados enquanto pessoas que, ao escolherem em que malha da rede irão se inserir, exercitam o seu poder de barganha obtendo os maiores ganhos possíveis.

No que se refere à escrita epistolar e a sua possibilidade de utilização enquanto fonte histórica para abordar as redes sociais, Zacarias Moutoukias acredita que se

[...] constituye una huella fragmentaria del reciproco entrecruzamiento de redes egocentradas, de del destinatario y las de sus remitentes. Esta visión conduce a registrar a todas las personas mencionadas en cada carta [...] pero [...] la explotación intensiva del material pone a nuestra disposición una herramienta, la cual, empleada con prudencia, nos permite seguir la dinámica construcción por parte de los actores tanto de sus vínculos como de las configuraciones sociales que organizaban la acción de los mismos actores (2000, p. 141-142).

Uma ferramenta que possibilita não só levantar os liames existentes entre o remetente e o destinatário, como também as configurações sociais que motivaram o envio da correspondência. As cartas são documentos relacionais que se constituem numa “via privilegiada para investigar relações pessoais porque permitem distinguir marcas de relações mútuas”, onde “um indivíduo só existe em função do outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta, é, portanto, uma via de mão dupla, um ir e vir entre uma intenção pronunciada, uma espera ansiosa e uma resposta almejada” (VENÂNCIO In: GOMES 2004, p. 113). Um importante instrumento no processo de operacionalização “de redes e vínculos pessoais que possibilitem a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas” (MUAZE, 2008, p. 34).

O historiador argentino, em citação anterior, buscou alerta para se ter prudência ao usar tal tipo de fonte, por ser “um momento original de criação pessoal” (MUAZE, 2008, p. 140) a escrita epistolar é um produto de seu tempo sujeita “ao código sócio cultural de sua época” (BARBOSA, 2009, p. 22). Além disso, outro aspecto fica por conta da “carga de subjetividade nesse tipo de material” (MENEGAT, 2009, p. 15), uma vez que seleciona fragmentos e elabora uma “versão pessoal do acontecido” defendendo “seus próprios interesses e do grupo social no qual está inserido” (FAGUNDES, 2009, p. 40). Diante disso a importância de “estar ciente do contexto em que estas correspondências estão inseridas e conhecer as pessoas que as escreviam e recebiam, analisar como viviam, se relacionavam, como entendiam aos outros, a si mesmos, os acontecimentos e como organizavam suas ações”

(BARBOSA, 2009, p. 24). A subjetividade também se evidenciava por parte do destinatário porque “a leitura é sempre um ato de apropriação, invenção e produção de significados. Em seus diferentes instantes, o leitor tem a liberdade de interpretação e para cada uma das vezes desenvolve um ato singular” (MUAZE, 2008, p. 142).

Em 24 de setembro de 1876 João Victorino Filho escreveu a seu compadre e amigo Randolpho com as seguintes palavras:

Se ainda não desmereci de sua boa amizade e confiança me dirá se o título assim pode ser mais uma vez honrado com seu valioso apoio em prol da causa que sempre defendi; e em caso afirmativo conto que meo compadre, no dia 29 do corrente se reúna com nós na Fazenda da residência do Barão de Candiota pelo que desde já lhe antecipo meus sinceros agradecimentos – Aproveito ocasião para saudalo e minha presada comadre e afilhadinha e disponha do seu compadre e verdadeiro amigo¹⁴¹.

Parece claro que, ao mesmo tempo em que o compadre João pede desculpas por um possível afastamento, relembra-o a respeito de um pacto firmado, o qual já teria motivado outros encontros. Não temos aqui como saber se o destinatário compareceu ou não ao encontro, muito menos se esta correspondência foi respondida. Todavia, a recusa possivelmente seria entendida como uma grave afronta, equivalente “a declarar guerra”, pois significava “recusar a aliança e a comunhão” (MAUSS, 1974, p.58).

A julgar pelo intervalo de tempo entre a data em que a correspondência foi enviada e o momento no qual deveria acontecer o encontro, não deveria se tratar de uma distância muito significativa, pois no intervalo de cinco dias estava calculado o tempo para o compadre receber a carta, talvez respondê-la, e fazer o deslocamento até o local onde o encontro aconteceria. O que nos possibilita especularmos que a reunião iria ocorrer em uma das propriedades que o barão possuía nas imediações da estância de São Rafael, provavelmente em São Lucas ou na fazenda do Pau Fincado (VIANA, 1937, p. 57).

As maiores dificuldades ficariam por conta com certeza do momento em que deveriam se deslocar até São Gabriel, no caso do Silva Pereira, cerca de quatorze léguas. Para os Alves da Conceição era ainda maior chegando a cerca de dezesseis léguas, no entanto, as eleições tendiam a trazer a sede da paróquia “moradores de distintos e distantes povoados do município [...] obrigando o votante a realizar horas de viagem e muitas vezes, fazendo-o pernoitar no lugar em que dava a eleição” (MARTINY, 2010, p. 77).

¹⁴¹ AMFT, **Carta do compadre João Victorino Filho a Randolpho José da Silva Pereira**. São Vicente, 24 de setembro de 1876.

O remetente da carta apela para a relação de compadrio em três oportunidades ao longo das dezoito linhas que formam o texto, buscando assim convencer seu compadre a respeito da importância de sua presença. Ratificando que o parentesco simbólico estabelecido a partir do batismo, se entrelaçava a outras dinâmicas sociais que extrapolavam o seu sentido religioso. Evidenciando aquilo que Fábio Khün (2006) defendeu em seu estudo sobre a Vila de Viamão, onde o emaranhado de relações, teias sociais e redes familiares imbricavam em última instância o político, isto é, a relação política poderia se constituir em causa e ou consequência das relações de compadrio.

Em dois momentos distintos, no princípio e no final da missiva, o compadre recorre ainda às relações de amizade. Richard Graham a partir de expressiva análise de cartas trocadas pelas lideranças políticas de diferentes províncias, ao longo do período imperial, identificou que a palavra amigo apareceu em 41% das missivas. O autor defende que o sentido de tal palavra significava, na maioria das vezes, “protetor ou cliente”, mas também servia para designar “companheiro de partido ou partidário da mesma causa política, também chamado de correligionário”. O brasileiro também discorre que a “palavra era usada principalmente quando se tratavam de relações clientelistas para baixo” (1997, p. 304-305). Além disso, “ter amigos é ter, para o conselho, muitas cabeças [...] e, para a execução, muitas mãos, muitos olhos e muitos braços: nos perigos, e nas calúnias, muitas bocas que o defendem” (VENÂNCIO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 246).

Outro possível código presente nas entrelinhas da escrita epistolar fica por conta de que a mesma está sendo dirigida a um homem de honra, “o mais genuíno florão do nosso homem rural” (VIANA, 2005, p. 101). Ao tratar das diferentes concepções de honra, num negócio que envolveu um importante comerciante de Porto Alegre e um estancieiro de São Gabriel, Karl Monsma trabalhou com a concepção de que, principalmente no meio rural, a fidelidade à palavra dada figurava como um dos principais elementos para manter o capital simbólico que girava em torno da honra. Pois “um homem de honra tem tanto os recursos como a fibra moral necessários para assumir e cumprir compromissos, o que significa que ele é um parceiro valioso e confiável” (2009, p. 181) para os mais diversos tipos de situações. Ao recorrer para que o compromisso fosse mais uma vez honrado, João V. Filho utilizava-se de outro artifício a fim de poder contar com apoio de seu compadre e amigo.

Por fim, no ato da despedida, o compadre se coloca a disposição de Randolpho, numa possível “troca de proteção por lealdade, benefícios por obediência” (GRAHAM, 1997, p. 41). O chamado para participar do encontro na fazenda do barão, nos sugere que João Victorino Filho esperava contar com o apoio de seu compadre. Dando a entender que o papel

do estancieiro, dentro das relações assimétricas da rede clientelar, era o de posição, isto é, não era o membro mais importante da parcialidade muito menos caberia a ele a tomada de decisões (LOVE e BARICKMAN In: HEINZ, 2006), entretanto, além do voto, era capaz de mobilizar outras pessoas, compadres ou não, no intuito de que a parcialidade também pudesse dispor de mais votos. Infelizmente não tivemos acesso à ata da eleição a fim de verificar se a facção dos irmãos Silva Pereira tomou partido.

2.4 “Um pedacinho de Rio Grande” arranjos e disputas políticas no povoado de São Vicente

A certa altura a correspondência, anteriormente analisada, apresenta o seguinte fragmento “seu valioso apoio em prol da causa que sempre defendi”¹⁴². Mesmo dando margem a outras interpretações, acreditamos que o assunto a ser tratado tinha um “cheirinho” de encontro político. Sendo a prática de remeter correspondências, conforme visto, aos eleitores e fazer reuniões de cunho político, principalmente antes dos pleitos, figurava como a principal estratégia utilizada com o intuito de angariar apoio e mobilizar os membros da parcialidade a fim de buscar a vitória nas urnas (GRAHAM, 1997).

Pretendemos nesta parte do trabalho discorrer sobre o funcionamento da rede política da facção liberal da qual, ao que tudo indica, o cidadão Randolpho e seus irmãos faziam parte. Fios que partiam do 4º distrito passavam pela fazenda de moradia do Barão de Candiota, desembocavam na mesa paroquial de São Gabriel, onde João Victorino Filho e Luis Gonçalves das Chagas foram qualificados como eleitores, ao longo da década 1870, pelo menos uma vez. Conexões que chegavam a Porto Alegre através do primo do barão Henrique Francisco D’Avila, como deputado provincial ou presidente da província, e após a eleição do mesmo para servir como deputado geral, senador e como ministro do império atingiam a cidade do Rio de Janeiro, num imbricamento das elites locais, regionais, provinciais e nacionais. Pois, conforme destacou Oliveira Viana, uma coisa é estudar “as instituições políticas como elas aparecem abstratamente, nos sistemas de leis e das Constituições”, outra “coisa é estudar as instituições políticas como elas existem na sociedade, no viver prático e habitual dos homens” (2005, p. 413).

De acordo com a constituição de 1824 para poder participar das eleições era necessário ser do sexo masculino, ser homem livre, maior de vinte e cinco anos, se “fosse casado tivesse

¹⁴² AMFT, *Carta do compadre João...* op. cit.

recebido consagração religiosa ou uma patente de oficial militar” (GRAHAM, 1997, p. 142), o limite de idade baixava para os 21. Havia ainda a necessidade de comprovação da renda mínima exigida. Inicialmente, o valor para ser eleitor era de “100 mil réis anuais para os votantes e 200 mil réis para os eleitores” (VARGAS, 2010, p. 144). Não havia “restrições quanto ao grau de instrução, isto é, os analfabetos podiam votar” e “o voto era obrigatório” (CARVALHO, 1996, p. 5). Diante disso “uma ampla parcela da sociedade participava das eleições e que para os votantes – homens de menor condição social - era importante qualificar-se”, isso “lhes rendia prestígio junto aos fazendeiros e cabos eleitorais, reforçando alianças clientelísticas do cotidiano e garantindo um protetor nas disputas locais” (VARGAS, 2010, p. 144).

A eleição era “indireta, feita em dois turnos. No primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios” (CARVALHO, 2002, p. 30). Aqueles que conseguiam ter seus nomes escolhidos como eleitores da paróquia “votavam nos deputados e senadores – cargo para os quais o candidato devia apresentar renda anual superior a 400 mil e 800 mil réis, respectivamente” (VARGAS, 2010, p. 145). Os senadores eram “eleitos em lista tríplice da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência” sendo que o cargo do senado era vitalício, já “os deputados tinham mandato de quatro anos, a não ser que a câmara fosse dissolvida antes” (CARVALHO, 2002, p. 30). De modo em geral, o “teatro” das eleições acabava expressando “uma estratificação socioeconômica que buscava definir o lugar de cada cidadão dentro da vida política nos municípios” (VARGAS, 2010, p. 145).

Apesar de o voto ser obrigatório, para todos aqueles que tivessem seus nomes presentes nas listas de qualificação, afixadas nas portas ou no interior das igrejas paroquiais, a junta que presidia as eleições na maioria das vezes tendia a ser benevolente com os ausentes, pois “desculpava e perdoava as multas de todos os que não compareciam, acrescentando assim mais um gesto de paternalismo magnânimo ao distinguir aqueles que tinham poder dos que não o tinham” (GRAHAM, 1997, p. 163).

O presidente da mesa chamava cada votante nominalmente e em caso do mesmo não ser devidamente reconhecido a junta se valia de testemunhas. Entre as mais abonadas estavam o juiz de paz, o padre paroquial ou qualquer cidadão a quem a mesa julgava ser uma pessoa de qualidade. Desse modo, caberia a mesa estabelecer quem seria uma testemunha confiável. Na medida em que cada homem votava tinha seu nome riscado da lista, depois se procedia a uma segunda chamada entre todos aqueles que ainda não haviam participado da votação. Por fim

os ausentes eram chamados uma terceira vez. Entre as três chamadas deveria ocorrer um intervalo de no mínimo uma noite.

Em relação à participação política, uma boa parcela da população masculina tomava partido das eleições. Os 100 mil réis necessários para poder ser qualificado como votante, em 1846, correspondiam aproximadamente a 50 dólares, de modo que o “valor estipulado era tão baixo que quase todo mundo podia ganhar aquele tanto” (IDEM, p. 142). Segundo o relatório do ministério do império de 1872 foram registrados 1.039.659, dos quais cerca de 1.000.000 teriam participado das eleições primárias daquele ano, isto significa que, a ampla maioria dos votantes compareceu as urnas naquela feita. Em termos percentuais isso representou cerca “44,1% de todos os homens livres de 21 anos ou mais” (CARVALHO, 1996, p. 6).

Graham enfatizou que eleições, fraudes e violência caminhavam juntas. Entre os métodos espúrios mais correntes estavam à leitura errada da cédula anunciando “o nome de outro candidato. Ou aumentar os números escritos para um nome escolhido”, ou simplesmente lavrar as atas “em casa particulares, e até na ausência de alguns dos indivíduos mencionados nelas como membros da mesa” (1997, p. 182-183). No que tange a violência ela poderia irromper antes, durante ou depois das votações e segundo a mentalidade corrente a época ela “não afetava a força parlamentar de um partido. Usava-se a força não para se ter eleitores suficientes para eleger um deputado, mas sim para afirmar quem tinha força na paróquia” (IDEM, p. 190).

Carvalho discorreu que “o que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão¹⁴³, mas o domínio político local” (2006, p. 33), destinando aos vencedores “uma série

¹⁴³ Parafrazeando um deputado que tomou parte dos trabalhos da primeira constituição do Brasil em 1824, em nosso país havia “brasileiros” e “cidadãos brasileiros” (MOREIRA, 2010, p. 131). Sobre à cidadania no Brasil, na época do império, Keila Grinberg discorreu que “*havia habitantes do Brasil que, mesmo tendo nascido no país, não podiam ser considerados cidadãos, porque não eram membros da sociedade. Mais do que isso, havia habitantes do país que não podiam ser cidadãos porque, mesmo sendo brasileiros, eram propriedade de outros brasileiros*” (2002, p.110). André Fertig também aponta limites dessa cidadania até mesmo entre os cidadãos “qualificados”, pois muitos deles eram recrutados à força para servirem junto à Guarda Nacional. Segundo o autor “*essa prática é um bom indicador do processo de constituição da cidadania no Brasil ao longo do século XIX, que se deu à base da força, a partir da ação estatal e não a partir da ação voluntária dos próprios indivíduos*” (2010, p. 190). Caso instigante também foi analisado por Vânia Moreira (2010) junto aos índios carijós na localidade de Itaguaí, província do Rio de Janeiro. Os indígenas que viviam na dita vila eram legítimos possuidores das terras que ficavam no entorno do aldeamento onde residiam graças à compra que os padres jesuítas haviam feito em nome deles. Após a criação da Guarda Nacional passaram a ser qualificados como cidadãos, mas mesmo participando do “pacto social” foram tendo suas terras esbulhadas pelos colonos brancos com a conivência das autoridades. Ainda no que diz respeito à cidadania na sua dimensão política José Murilo de Carvalho (1996), fala que a exposição das listas de qualificação nas igrejas e nas câmaras municipais tornava público quem era qualificado, trazendo constrangimentos sociais. Richard Graham defende que até mesmo entre os votantes as diferenciações imperavam, uma vez que “*a alfabetização separava claramente os poucos que dirigiam as eleições dos muitos que apenas votavam. O simples fato de os iletrados votarem tornava-os simultaneamente atores e público, num drama que os rebaixava*” (1997, p. 158). O caso é que o exercício de

de valores materiais e sobretudo simbólicos” (FAGUNDES, 2009, p. 109). A derrota significava “desprestígio e perda de controle de cargos públicos, como os de delegado de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas, de postos na Guarda Nacional” (CARVALHO, 2006, p. 33). Por outro lado, as disputas “por cargos e poder também significava que os políticos perdiam oportunidades de tomar medidas que beneficiariam o país, pois se um partido apoiava determinada ação, o outro se oporia a ela independentemente de seu mérito” (GRAHAM, 1997, p. 231). Mas querelas a parte pelo menos um ponto de congruência havia entre eles, o fato de que os “partidos funcionavam bem o suficiente para manter a hegemonia dos ricos” (IDEM, p. 231).

Entre as figuras proeminentes que marcaram o jogo político à época do império, na região da campanha da Província de São Pedro, destacou-se Luís Gonçalves das Chagas. Este último foi agraciado com título nobiliárquico em reconhecimento aos serviços prestados a nação durante a guerra com o Paraguai. Pois “o governo central sabia [...] que a vitória naquela campanha militar não teria sido possível sem o empenho dos estancieiros rio-grandenses”. Estes últimos “havia despendido suas fortunas e mobilizado ‘suas gentes’ numa luta que também lhes interessava, pois envolvia muitos dos seus negócios no mundo platino” (VARGAS, 2010, p. 20).

A atuação política do poderoso estancieiro já vinha de longa data, pelo menos desde a época da guerra civil (1835-1845), quando juntamente com seu pai, o coronel Gonçalves Avila, integrou a facção farroupilha. Seu pai acabaria falecendo envenenado, enquanto que o então capitão Chagas seria excluído da força após discordar de ordens do general Souza Neto (VIANA, 1937). Jonas Vargas (2010) apresentou que entre os cinquenta e oito “nobres”, que a província teve entre 1825 a 1889, vinte e dois combateram na Revolução Farroupilha. Destes dois lutaram entre os rebeldes, dezenove eram legalistas e um ele não conseguiu descobrir o lado em que lutou. Ao apresentar esses números demonstrou que a pecha de rebelde se constituiria num entrave poderoso ao processo de aquisição de títulos nobiliárquicos para muitos membros da elite, assim durante muito tempo recairia sobre os “ombros” desses homens a desconfiança acerca da lealdade ao império. Uma das exceções foi justamente o Barão de Candiota que, conforme sugerem as atas das eleições de São Gabriel, já despontava há algum tempo como uma das forças políticas dos liberais naquele município. Os principais adversários da facção liberal, também chamada de Santa Luzia, ao longo do

segundo império, foram os conservadores, também conhecidos como Saquaremas (MATTOS, 2004). Essas parcialidades manifestavam “divisões ou agrupamentos políticos que cindiam a cena política em disputas por representatividade e espaço na esfera pública municipal, provincial e imperial”, por seu turno, tais rivalidades eram “a base fomentadora das organizações político-partidárias, e eram compostas de bandos opostos” (FAGUNDES, 2009, p. 104).

O papel de Luís G. das Chagas como liderança política, junto ao município de São Gabriel, pode ser verificado a partir da década de 1850. Entretanto, nos parece que o mesmo passaria a ter um maior protagonismo a partir da década de 1870, pois nas eleições da década de 1860 teve seu nome citado como suplente de eleitor. Entendemos que possivelmente a morte de Antonio Martins da Cruz Jobin (Barão de Cambahy), seu adversário desde os tempos da revolução farroupilha, deve ter dado novo alento aos liberais daquele município¹⁴⁴. Ao mesmo tempo, foi na década de 1870 que os liberais conseguiram obter uma grande vitória junto as eleições gerais para composição da câmara dos deputados, o que nos sugere que o crescimento da parcialidade não se deu só em São Gabriel, mas na província como um todo (VARGAS, 2010).

Desta forma, no ano de 1871, Luís G. das Chagas juntamente com João V. Filho foram qualificados para comporem o grupo dos quatorze eleitores que participariam da eleição geral, o segundo turno, o curioso é que os dois obtiveram os mesmos duzentos e um votos¹⁴⁵. Digase de passagem, que só nessa segunda etapa da eleição, quando os eleitores já haviam sido escolhidos pelos votantes de 1º grau, é que “apareciam os nomes dos candidatos a deputado, e os eleitores votavam para tantos deles quantos a província iria mandar ao Rio de Janeiro” (GRAHAM, 1997, p. 155). No ano seguinte encontramos junto à documentação eleitoral da câmara um recurso registrado na ata da eleição impetrado por doze cidadãos protestando contra a validade do pleito sob a alegação de que o presidente da junta eleitoral Manuel Ribeiro Balthar teria usado a lista de qualificação do ano anterior, além disso, que o membro da mesa eleitoral (João Pereira da Silva Borges Fortes) e o Doutor Jonathas Abott, que havia alegado estar doente a fim de não compor a mesa, tomaram parte nas discussões suscitadas e que de certa forma teriam induzido os votantes¹⁴⁶. Estes três últimos, ocuparam várias cargos importantes junto à câmara, bem como a função de juiz de paz, além de terem seus nomes qualificados como eleitores de 2º grau, ao que nos pareceu eram aliados do falecido Barão de

¹⁴⁴ FREITAS, Sérgio. **A nobreza brasileira de A a Z**. Disponível em <http://www.sfreinobreza.com> acessado em 01/2011.

¹⁴⁵ AHRS, **Correspondência da câmara: relação dos eleitores gerais**. São Gabriel, a.1871, cx.205, m. 242.

¹⁴⁶ AHRS, **Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel**. a. 1872, cx.207, m.243.

Cambay, e possivelmente figuravam entre as principais lideranças do partido conservador na sede do município. No tocante as atas das eleições Graham nos mostra que:

[...] quando um adversário já conquistara suficiente influência para insistir em que as opiniões da facção que liderava fossem registradas é porque a oposição já obtivera suficiente poder para exigir ter alguma voz nos documentos cruciais. A fraude, ou melhor, a alegação de fraude nos documentos oficiais, tinha suas raízes na ameaça de violência. Dessa forma, um adversário podia garantir o direito de apresentar queixa contra uma suposta desonestidade praticada pela maioria da mesa eleitoral e uma declaração dessas podia ser registrada em suas atas (1997, p. 166).

Poder contar com um barão dentro da parcialidade, sem dúvida nenhuma, era um importante mecanismo a fim de firmar novas e mobilizar antigas alianças eleitorais. Numa época onde prevalecia à natureza personalística, aliás, características “presente até hoje na política brasileira” (FERTIG, 2010, p. 56), onde o comportamento:

[...] político das pessoas não era ditado pelas idéias políticas contidas nos programas partidários, discursos e editoriais de imprensa, mas, antes, pelas relações familiares impregnadas com suas paixões, ódios e rivalidades. Certamente que nos principais centros urbanos, os debates ideológicos exerciam importante papel, mas cremos ter demonstrado que a base de sustentação política destes ‘ideólogos’ estava nas estâncias e nas charqueadas, onde os chefes políticos, muitas vezes analfabetos, exerciam uma importante influência e eram decisivos na reprodução do próprio sistema político, pois, a árdua tarefa de vencer as eleições estava em suas mãos (VARGAS, 2010, p. 261).

Encontros dos liberais nas propriedades de Luís G. das Chagas não era novidade, já aconteciam há algum tempo conforme pode se inferir a partir de carta que Henrique Francisco D’Avila¹⁴⁷ escreveu, anos antes, a seu compadre e “padrinho político” Manuel Luís Osório. Por ocasião das eleições gerais de 1864 o bacharel mencionou as articulações que estavam ocorrendo com o propósito de somar forças na busca do triunfo nas urnas, para tanto estavam sendo feitas “reuniões e já se distribuíram os votantes, segundo a marcha ensinada pelo Compadre na eleição passada. Por fora, o José Maria, o Maximiano, o Thomas Bento, os **Chagas** (grifo nosso), têm já feito muito” (VARGAS, 2010, p. 143). É mister ressaltar que Henrique D’Avila era primo e compadre de Luís G. das Chagas e como representante do partido liberal ocupou os cargos de deputado provincial e geral, presidente das províncias de

¹⁴⁷ Henrique d’Ávila, nasceu em 1831, “*provinha de uma família de abastados estancieiros de Jaguarão*”, se formou em direito na província de São Paulo “*onde exerceu o cargo de oficial de gabinete do presidente*” daquela província, “*o que lhe permitiu conhecer todos os tramites burocráticos da época e boa parte da elite política paulista*”. Estabeleceu matrimônio “*com Faustina Neto, da família de Antônio Souza Neto – rico estancieiro e líder revolucionário de 1835, talvez amigo de seu pai*”. Um dos filhos do referido consórcio “*foi batizado por Manuel Luís Osório que se tornou seu compadre e chefe político*”. Mesmo ocupando uma série de cargos de poder e decisão morreu num quadro de pobreza. Fato ocorrido em junho de 1903 na cidade de Porto Alegre. “*Tendo perdido todas as suas propriedades em hipotecas contraídas com empresários jaguarenses*” (VARGAS, 2010, p. 53-115).

São Pedro do Rio Grande do Sul e do Ceará, senador e ministro. Vargas (2010) o coloca com um dos membros do “topo da elite política”, fez parte do seletto grupo das oito lideranças políticas mais influentes da província na segunda metade do século XIX, ao lado de Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório. Entre suas habilidades estava à capacidade de conectar as paróquias da província a corte. Pois conforme destacou Maria Fernanda Martins para “compreender o sistema político imperial, devemos voltar nossos olhares para as famílias dos membros da elite política, assim como as redes de relações em que os mesmos estavam inseridos”, uma vez que “a existência das redes de sociabilidade e de parentesco que saíam da corte e penetravam por diversas regiões do país” (*apud* VARGAS, 2010, p. 23-24).

De certa forma a maioria dos aspectos que apresentamos até aqui, ao tentar traçar um panorama das eleições no Brasil durante o período imperial, pôde ser verificado ao analisarmos as correspondências da câmara de São Gabriel de 1876, ano em que João V. Filho enviou carta ao compadre Randolpho Silva. Entre janeiro e março, do referido ano, houve uma série de discussões envolvendo os procedimentos da junta paroquial do município a respeito, entre outros, de como proceder à qualificação dos cidadãos do povoado de São Vicente. No princípio daquele ano tinha ocorrido a transformação da capela a condição de matriz constituindo uma paróquia autônoma. No entendimento do presidente da junta paroquial, Manuel Ribeiro Balthar, os mesmos deveriam votar em separado e seus votos não deveriam ser contabilizados junto aos de São Gabriel. O mesmo, sob a alegação de que o prazo havia expirado confeccionou uma lista excluindo os moradores do 4º distrito. Tal procedimento, conforme relatou através de telegramas ao presidente da província teria provocado a insatisfação de parte da comissão. O presidente da província, Tristão de Alencar Araripe, interviria no caso ordenou que os cidadãos de São Vicente votassem em São Gabriel e que seus votos fossem computados junto aos daquela paróquia¹⁴⁸. Mesmo alegando que no seu entendimento “a qualificação anterior deve ficar intacta”, não teve jeito, a junta teve de se reunir novamente a fim de refazer a lista¹⁴⁹. Durante a empreitada a sala onde a comissão se reunia foi invadida “com gritos e protestos e intenções hostis da facção política da minoria e que se denominão liberaes” tendo o presidente que encerrar os trabalhos sem eles estarem devidamente prontos¹⁵⁰. Passaria cerca de um mês para que os contatos com Porto Alegre fossem retomados, entretanto, os telegramas passariam a ser assinados pelo cidadão Trajano Antonio Gonçalves de Medeiros Oliveira. O que nos remete as palavras de Carvalho ao

¹⁴⁸ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, 04 de abril de 1876, cx.207, m.244.

¹⁴⁹ Idem, São Gabriel, 07 de abril de 1876, cx.207, m.244.

¹⁵⁰ Ibidem, São Gabriel, 24 de abril de 1876, cx.207, m.244.

defender que o processo eleitoral era decidido “literalmente no grito. Quem gritava mais formava as mesas, e as mesas faziam as eleições de acordo com os interesses de uma facção” (2002, p. 33).

O novo presidente da junta não deixou escapar a oportunidade de apontar “os actos incompetentes de meu antecessor”¹⁵¹ e, por conseguinte, sua contrariedade em relação ao modo como a primeira lista havia sido formada destacando principalmente o fato de

[...] peons e posteiros: são os empregados nos serviços de costeiro das fazendas de criação de gados. Esta classe se compõe em quasi sua totalidade de individuos que nem têm domicilio certo, nem outro algum meio de vida, e que percebem salarios modicos; os proprietários a quem servem sendo estes todos como assalariados, immediatamente dependentes de seos patrões, ou d’aqueles que lhes pagão salarios. Compreendem os abaixo assignados que individuos em taes condição não podem deixar de ser considerados como creados de servir; e nem podem ter liberdade de acção como cidadão, quando se achão constituídos em tal dependência e subordinados a vontade d’aqueles de quem recebem salario [...] A estas condições, quando a lei exclue os caixeiros das casas commerciaes, que muitas vezes percebem rendimentos elevados e possuem qualidades distintas, como qualificar a aquelles que nem pela renda e menos pela qualidades moraes se podem com estes equiparar?¹⁵².

As relações clientelares são latentes no relato do presidente da junta Trajano Oliveira inicialmente critica as alterações na legislação que continuou permitindo que peões fossem qualificados como votantes, para depois lamentar o fato de que os caixeiros, pessoas de renda e supostamente de uma qualidade moral maior, fossem alijados do processo. É bom lembrar que Cândido da Silva e João Victorino Filho eram comerciantes e principalmente este último, ao que tudo indica, contava com pessoas que trabalhavam para ele.

O trabalho de qualificação ficaria pronto no final do mês de agosto e uma nova polêmica tomaria conta dos telegramas trocados entre a vila de São Gabriel e a capital Porto Alegre¹⁵³. Desta vez, as queixas ficavam por conta de que o novo presidente teria entregado os títulos apenas para os moradores da sede do município e para os cidadãos do 4º distrito, negligenciando o documento aos votantes do 2º e do 3º distrito¹⁵⁴. Conforme dito anteriormente não conseguimos ter acesso às atas de votação da referida eleição, diante disso não sabemos se os eleitores dos distritos por último citados puderam votar. Porém a confusão continuava, pois a 11 de outubro a mesa de apuração enviou telegrama para Porto Alegre apontando a morosidade e problemas no “processo de apuração”¹⁵⁵. A maior dificuldade, mais uma vez, ficou por conta dos votantes de São Vicente, haja vista que, junto aos votos daquela

¹⁵¹ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, 12 de julho de 1876, *cx. 207, m.244*.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, 30 de agosto de 1876, *cx.207, m.244*.

¹⁵⁴ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, 13 de setembro de 1876, *cx.207, m.244*.

¹⁵⁵ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, 11 de outubro de 1876, *cx.207, m.244*.

localidade foram encontradas cinco cédulas a mais. O juiz de paz distrital, Severino Pires de Oliveira, não tardou em intervir junto ao presidente da província para que os cinco votos fossem desconsiderados, pois era de fácil reconhecimento por se tratarem de cédulas diferentes das demais, o que não caracterizaria a fraude e muito menos a validade dos demais votos¹⁵⁶. Também não sabemos como terminou essa polêmica.

Jonas Vargas conjecturou (2010, p. 107) que “São Gabriel [...] parece ter sido [...] um reduto saquarema”, e não temos elementos suficientes para ratificar nem questionar tal proposição, no cômputo geral dos quatro distritos parece que os conservadores levavam ampla vantagem pelo menos até o início da década de 1870. Entretanto, a pressa do presidente Manuel Ribeiro Balthar em subtrair da lista os votantes do 4º distrito e depois o pedido de anulação dos votos da referida localidade que ele impetraria sob a alegação de fraude, nos parece plausível afirmar que, junto ao distrito de São Vicente, havia uma tendência de prevalecer a facção liberal. Pouco depois o povoado se emanciparia de São Gabriel e, conforme sugere a documentação do município, houve uma reconfiguração política através do aparecimento de novos personagens políticos que até então não tinham tido muito evidência no cenário político.

Renato P. Venâncio (In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 240) argumentou que no processo de formação das redes “somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros”. O que de certa forma serve para o papel de Randolpho e de seus irmãos dentro das redes políticas do partido liberal em São Vicente, provavelmente não tinham um “canal aberto” com influente político Henrique F. D’Avila, no entanto, através do mediador João V. Filho, pessoa com a qual dividiram uma série de demandas, conseguiam chegar até o Barão de Candiota e deste até a importante liderança do partido liberal. Desta forma, “o lugar do indivíduo passa a ser definido empiricamente a partir das relações pessoais que o mesmo entrelaça e dinamiza” num cenário onde “todos os atores são posicionados, e essencialmente é o posicionamento que dá sentido às relações” (MENEGAT, 200 p. 40), possibilitando a criação de solidariedades e alianças entre diferentes personagens de estratos sociais distintos num jogo de reciprocidades verticais e horizontais que propiciava a operacionalização de redes político-parentais.

¹⁵⁶ AHRS, *Correspondências da câmara*. São Gabriel, 19 de outubro de 1876, cx.207, m.244.

2.5 A reconfiguração política após a emancipação

Foi durante o período em que Cândido serviu como juiz de paz distrital pela segunda vez, que os cidadãos de São Vicente encaminharam junto à câmara de São Gabriel o requerimento onde pediam o desligamento daquele território através da formação de um novo município. Em correspondência de julho de 1875 os vereadores de São Gabriel comunicaram o presidente da província do desejo dos moradores e manifestaram apoio à causa, qualificando-a como justa, e pedindo que a mesma fosse encaminhada para “Assemblea Geral Legislativa” a fim de que o caso fosse apreciado¹⁵⁷.

Em abril do ano seguinte, através da lei provincial 10.032, foi elevada a condição de Vila e pela lei provincial nº 1364, de maio de 1882, seu território foi desmembrado de São Gabriel. Em janeiro de 1883 instalou-se a primeira câmara, no mês seguinte os vereadores em seu primeiro ato confirmariam a criação dos distritos de Jaguari, Vila Clara, Cacequi e Umbu¹⁵⁸. Portanto, além dos cidadãos do 4º distrito, também foram incorporados ao novo município os cidadãos do 2º distrito (Cacequi e Umbu).

Carina Martiny (2010), ao estudar o processo de estabelecimento de São Sebastião do Caí, em 1875, percebeu relutância e certa tensão por parte de alguns “notáveis” da antiga sede, São José do Hortêncio, que chegaram se dirigir a capital da província a fim de tentar barrar a criação do novo município. No caso de São Vicente a situação parece ter sido bem diferente, pois o que se percebe nas correspondências era um “tom voluntarioso” no que toca ao processo de secessão e formação da nova unidade administrativa. Talvez explicada pela possibilidade para a maioria saquarema que compunha a câmara de desmembramento dos territórios sob o domínio da facção rival representaria o enfraquecimento da parcialidade junto a São Gabriel.

O mapa abaixo intenta demonstrar as cerca de trinta e cinco léguas que formaram o território do novo município. Ademais, é possível se ter uma dimensão acerca do território que estava se desmembrando de São Gabriel. Mesmo que o mapa não privilegie os aspectos de relevo São Vicente apresentaria um bioma diversificado com a presença de várzeas, coxilhas, de serras e planalto na parte alta do Vale. Ao passo que a antiga sede ficaria servida basicamente de regiões planas.

¹⁵⁷ AHRS, *Correspondências da câmara*. São Gabriel, a. 1875, cx. 207, m. 243.

¹⁵⁸ **Histórico de São Vicente do Sul**, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>, acessado em 06/07/2010.

Mapa 3 - Território de São Vicente por volta de 1883



Fonte: Adaptado de SAA, elaboração SCP/DEPLAN – 05/2005. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>.

Em meio ao processo de formação do município de São Vicente ocorreram algumas alterações na legislação eleitoral do império através da lei Saraiva. Em 1881 as eleições deixaram de ser em dois turnos, além disso, a partir daquele momento também passou a se exigir que os eleitores fossem alfabetizados. A comprovação de renda ficou um pouco mais difícil, não podendo mais, a partir daquele momento, ser determinada por “testemunhas, mas somente através da apresentação de contratos públicos e recibos. Algumas profissões, pelo prestígio social e simbólico que emprestavam aos seus praticantes, garantiam o direito de voto simplesmente pela apresentação de diplomas” (GRAHAM, 1997, p. 242). Ainda a partir da referida lei “os votantes recebiam um título de qualificação eleitoral, o primeiro documento de identidade civil introduzido no país. Além do nome, a idade do votante, o estado civil, a profissão, a renda, a filiação, o endereço e o grau de instrução” (IDEM). A principal consequência de tal medida foi sem dúvida nenhuma a redução drástica no “número daqueles

que votavam de um milhão para cerca de 150 mil pessoas” (IBIDEM). Num processo de modernização conservadora que afastou os setores populares das eleições. No entendimento de Carvalho entre os setores mais prejudicados estiveram os lavradores que mesmo perdendo “o direito de voto” tentaram manter “algum contato com as instituições políticas do país”, para tanto “possuíam uniformes, faziam exercícios militares” (1996, p. 9). Mas como demonstrou Fertig (2010) naquele contexto a Guarda Nacional já não dispunha da mesma força demonstrada nas décadas anteriores. Entre os cidadãos que continuaram tendo o direito de participar politicamente através do voto estava Randolpho que em 21 de outubro de 1881 assinou de próprio punho a seguinte declaração: “recebi o meu título n.º 332. Mandei passar o presente que somente assigno”¹⁵⁹.

A questão da retirada do título parece ser um episódio fortuito, porém ao cruzarmos o registro com outros documentos algo interessante se apresentou. Entre agosto de 1881 e março de 1885 o personagem que se constitui no fio condutor da trama fora sorteado sete vezes para servir como jurado em São Gabriel, mesmo após a emancipação durante algum tempo São Vicente ainda continuou sob a jurisdição de sua antiga sede. O cidadão compareceu apenas uma vez em setembro de 1883, nas demais não se fez presente sob a alegação de que não havia sido notificado a tempo, de que eram quatorze léguas de sua residência até São Gabriel e que o tempo que duravam as sessões do júri, cerca de quinze dias, era demasiado grande para deixar mulher e filhos pequenos sozinhos¹⁶⁰. Suas justificativas em três oportunidades foram aceitas e nas demais não convenceram o juiz que o multou em 20\$0000. Além disso, cabe lembrar que, junto à documentação das eleições, seu nome também se fez presente no pleito de 1872. Ora, nos parece que para auxiliar a justiça cumprindo o seu dever de cidadão (CARVALHO, 1996), havia “um mar de dificuldades”, ao passo que para votar as distâncias se amainavam e os demais obstáculos tendiam a desaparecer.

Ao olharmos a composição camarária das duas primeiras legislaturas de São Vicente, um nome particularmente despertou nosso interesse, tratava-se de José Maria Machado de Bittencourt, eleito em 1882 e reeleito em 1886. O subdelegado de polícia havia servido anos antes como testemunha no casamento de Cândido com Dona Cândida Victorino dos Santos¹⁶¹. Através de outros registros batismais apuramos que era esposo de Maria Victorino dos Santos,

¹⁵⁹ APERS, **Livros diversos**. São Gabriel, a. 1881, m. 104, est. 109, ff. 16.

¹⁶⁰ APERS, **Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel**. a. 1881-1885, n.º 3147, m. 104, est. 109, ff. 46, 67, 73, 77, 82v., 100 e 157v-158.

¹⁶¹ MITRA DIOCESANA DE BAGÉ, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos...** op. cit.

portanto cunhado de João Victorino Filho e do falecido Cândido. Serviu ainda como testemunha no negócio de terras firmado entre Randolpho e o major José Fernandes Junior. Era primo e compadre de Zeferino Alves Machado e um dos seus irmãos Jenuino Machado de Bittencourt era compadre de Randolpho. Mesmo que não tenhamos encontrado uma conexão direta de compadrio, entre o subdelegado de polícia de São Vicente e Randolpho nos parece que no mínimo eles se conheciam e que faziam partes de redes familiares que se entrecruzavam.

Uma preocupação muito corrente das duas primeiras instituições camaristas de São Vicente esteve ligada a picada de São Xavier, espaço de suma importância para economia do município, conforme destacavam os representantes do poder legislativo, por ser a via de comunicação para a fronteira por onde passava o gado vacum de corte e as carretas que transportavam gêneros alimentícios e madeira serrada (taboas, caibros, linhas barrotes, moirões e madeira de ipê para carretas). Pela mesma estrada trafegavam as carretas rumo a Vila de Cruz Alta e ao distrito da Palmeira¹⁶² onde se desenvolvia o “commercio dos hervaes”¹⁶³. José Maria Machado de Bittencourt não mediu esforços para que fosse contratado o cidadão Zeferino Alves Machado a fim de abrir o novo caminho, haja vista que anos antes já havia trabalhado no processo de abertura da picada que possibilitou a instalação de colonos alemães no lugar denominado de Sertão¹⁶⁴. Segundo o contrato o lavrador Zeferino deveria abrir a nova picada, “emparelhar o eito com lages”, construir uma nova “ponte com madeira de lei”, aterrar os buracos onde se formavam os atoleiros, “cortar os barrancos e descortinar as arvores”, para tanto receberia dois contos de réis, um conto adiantado e o outro ao final da empreitada¹⁶⁵. O trabalho teve início em 1883 e ficaria pronto em março de 1886¹⁶⁶. Pela qualidade do serviço realizado fora confirmado na função de zelador da picada. Tarefa essa

¹⁶² Ao analisar as correspondências de várias câmaras municipais ao longo do século XIX Paulo Afonso Zarth percebeu que entre queixas mais frequentes estava o mau estado de conservação das estradas, além disso, também observou os pedidos para que novas vias fossem abertas “*para dar acesso aos locais remotos do território, com a alegação de escoamento da produção dos moradores, bem como para permitir a circulação de produtos manufaturados*” (2002, p. 37). José I. Ribeiro também destacou a precariedade dos “*caminhos naturais, pois não havia estradas construídas, ou se havia, mal se reconheciam no campo, tão reduzido era o trânsito, e no tempo das chuvas, quase não davam passagem*” (2005, p.95).

¹⁶³ AHRS, **Relatório de informações topográficas e históricas do municípeos do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

¹⁶⁴ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, a. 1871, cx. 205, m. 242.

¹⁶⁵ AHRS, **Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado**. São Vicente, 02 de março de 1887.

¹⁶⁶ AHRS, **Recibo de pagamento a Zeferino Alves Machado**. São Vicente, 02 de março de 1886.

que após a sua morte foi repassada ao filho João Alves Machado, que para manter a estrada em bom estado de conservação recebia da municipalidade 200\$000 anuais¹⁶⁷.

Outra forma de escoar a produção era através da “via fluvial em pequenos barcos e balsas que se dirigem ao porto de Uruguaiana” sendo a navegação em “sua parte mais importante sustentada pela exportação de produtos agrícolas [...] que descem pelo Rio Toropi”¹⁶⁸. As embarcações que transportavam as mercadorias desciam o Toropi, desembocavam inicialmente no Ibicuí Mirim depois no Ibicuí Maior e finalmente chegavam ao rio Uruguai onde encontravam o porto da cidade de Uruguaiana. Para aquela vila, eram transportados principalmente farinha de mandioca, milho e feijão, mas também se negociava polvilho e cachaça. No caso das balsas até mesmo as toras de madeira que haviam formado as embarcações eram vendidas.

Mapa 4 – Itinerário que percorriam as embarcações do Vale do Jaguari até Uruguaiana a partir do Rio Toropi



Adaptado de google mapas: Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, disponível em <http://www.google.com.br/search>, acessado em 11/2010.

¹⁶⁷ AHRS, **Relatório da Câmara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial**. São Vicente, a. 1887, ff. 17.

¹⁶⁸ AHRS, **Relatório de informações topográficas e históricas dos municípios do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

O itinerário visto no mapa anterior nos faz pensar numa integração comercial que articulava a região do Vale do Jaguari ao espaço fronteiro, possibilitando que muitas famílias agregassem renda através das “carreiras” que se fazia no Toropi. Talvez estejamos diante de um elemento que nos ajude a explicar porque dezesseis lavradores da serra de São Xavier, em 1873, tiveram seus rendimentos junto às listas de qualificação da Guarda Nacional calculados em 400 mil réis, renda que se igualava a que fora apresentada pelos criadores mais bem situados do 10º quarteirão de São Vicente¹⁶⁹. Ao mesmo tempo representava o dobro do valor apresentado por outros indivíduos que dedicavam às práticas agrícolas em outras partes do distrito de São Vicente.

Vista a importância para a economia de São Vicente que o transporte de mercadorias através da navegação no Toropi possuía, queremos trazer a baila o ultimato que o intendente Achilles Brandão enviou a Randolpho. Em documento da década de 1890 a autoridade assim se dirigiu ao cidadão que possuía sua propriedade a margem do Toropi:

Tendo chegado ao conhecimento desta municipalidade que vos tendes querido prohibir o embalçamento de madeiras no passo denominado Payré e sendo este procedimento irregular por ser publico o dicto passo tomo a deliberação como presidente da Intendência Municipal desta Villa e a bem dos interesses publicos de previnir-vos que não deveis continuar com semelhante procedimento que affecta os interesses Municipaes sob pena desta corporação mandar destruir tudo o que oppuserdes ao livre transito de madeiras no referido passo¹⁷⁰.

O estancieiro tinha o domínio da margem direita do referido passo¹⁷¹. Por não sabermos com exatidão a data em que o documento foi produzido não sabemos ao certo se naquele momento Basílio ainda era o dono dos campos de Payré, caso fosse os irmãos Silva Pereira “controlavam” os dois lados da passagem. Diante do obstáculo criado pelo proprietário de impedir a formação das balsas junto ao local o intendente municipal tratou de alertar que tal iniciativa era irregular, pois a referida passagem era um dos pontos onde não havia cobrança de pedágio. Nas últimas linhas usa de tom intimidatório, a fim de defender os

¹⁶⁹ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, 1873, m. 58.

¹⁷⁰ AMFT, **Notificação do passo do Payré**. a. 189[?]. Não sabemos precisar a data em que o documento foi produzido por Achilles Brandão, todavia, deve ter sido, entre 1890 a 1896, tendo em vista que, a partir de 1897 o cargo de intendente, conforme foi apurado junto ao livro de notas de São Vicente, fora ocupado por Manoel Eneas Flores. Este último era casado com Francisca Carlota Fagundes da Silva, sobrinha de Randolpho e de Joaquina. Além disso, após o batizado de Cantidio os casais também se tornaram compadres.

APERS, **Livro de notas e transmissões**. São Vicente, 1º Cartório. a. 1897, liv. 14, ff. 35v. 36.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Cantidio**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 94v., n.º 41.

¹⁷¹ Segundo Carina Martiny nos locais onde os caminhos eram cortados por algum rio “*eram instalados passos, que se constituíam em locais de travessia –de um lado a outro do rio- com balsas*”. Esses espaços “*eram municipais*” mas quando “*a câmara não possuía condições para fornecer as balsas e lanchões necessários e, ainda pagar a empregados pelo serviço, a solução encontrada*” era “*arrematar a particulares os direitos de dar passagem*” (2010, p. 294).

interesses da municipalidade tomaria medidas mais enérgicas caso fosse necessário buscando assim liberar o trânsito de madeiras. A questão que se impõe é por que Randolpho tomou a iniciativa de proibir que fossem formadas as balsas que iriam fazer carreira até o rio Uruguai? Resta-nos aqui conjecturar sobre as razões que levaram ele a adotar tal procedimento. Em momento algum o documento faz menção à questão de que tenha sido criado qualquer tipo de obstáculo à passagem de pessoas, de carretas, muito menos sobre as embarcações que cruzavam rio abaixo. O problema era essencialmente a questão da madeira e a formação das balsas no referido passo. Uma possível explicação fica por conta de que essa madeira estava sendo retirada, em grande quantidade, junto à mata ciliar da estância de São Rafael sem o devido retorno financeiro para a família. Essa possibilidade se torna plausível quando olhamos a documentação da câmara de São Vicente que anos antes havia tratado da “invasão dos contratantes de dormentes para a estrada de ferro de Quarahym a Itaqui”, motivando uma “limpeza” nas imediações do passo do Umbú¹⁷². Talvez a demanda por madeira a fim de poder sentar os trilhos tenha gerado uma nova “invasão”. Não conseguimos encontrar outros documentos que nos possibilitassem ver de que forma terminou essa querela, ficando a dúvida se a ordem do intendente municipal foi ou não acatada.

Do ponto de vista de Randolpho o episódio do passo do Payré é instigante, na medida em que nos sugere um revés talvez ligado a reconfiguração política com a criação do novo município e a implantação da república em 1889 que levou a nomeação de intendentes municipais. Neste particular de “perda de poder” e desagregação das redes devem ter contribuído a morte de seu irmão mais velho Cândido, o fato de Basílio ter se mudado para Santa Maria, o próprio barão de Candiota também havia deixado suas fazendas no Vale do Jaguari e se estabelecido em Porto Alegre (VIANA, 1937) e o compadre João Victorino Filho talvez já não tivesse a mesma evidencia de anos anteriores. Justo ele que tinha sido tão efetivo junto aos assentos de batismo nas três décadas anteriores, ao longo dos anos de 1890 seu nome foi citado apenas três vezes nos registros, uma na condição de pai e outras duas na condição de padrinho.

Aliás, falando dos liames com o compadre João ao analisar as fontes cartoriais “em busca de sinais, rastros e vestígios mínimos que revelassem um cotidiano vivido pelos diferentes personagens em questão” (MUAZE, 2008, p. 12), o recurso ao notário possibilitou verificar não só a manutenção dos vínculos, mas os esquemas operantes das malhas que foram acionadas em pelo menos duas oportunidades ao longo da última década do século XIX. Seu

¹⁷² AHRs, **Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembleia Legislativa Provincial**. São Vicente, a. 1887, ff. 21e 22.

nome apareceria servindo como testemunha em procurações impetradas por Randolpho. Na primeira delas, este último delegava plenos poderes a Azevedo e Irmãos e Companhia na cidade de Porto Alegre, a fim de requerer o pagamento, junto ao governo do estado, de quinze vacas gordas fornecidas às “forças civis reunidas a este município”¹⁷³. E em fevereiro de 1895 seu nome apareceria uma última vez quando novamente serviu a seu compadre em outra procuração resultante da abertura de inventário após falecimento de Dona Francisca Pereira Pinto¹⁷⁴. Mesmo que seja no papel de testemunha, esses dois documentos são relevantes, pois sugerem que as relações vinculares firmadas anos antes se mantinham. Quanto a atuação de Randolpho durante a Revolução Federalista, (1893-1896) pouco sabemos, além do episódio onde fornecera animais para as tropas castilhistas. O que conseguimos apurar é que seu compadre João Alves Machado era republicano histórico¹⁷⁵, além disso, seus genros João Carlos da Costa Junior¹⁷⁶ e Martimiano Egges da Costa lutaram ao lado dos chimangos¹⁷⁷. Mas não temos elementos suficientes para sustentar que ele tenha apoiado essa facção. Até porque, como destacou Carina Martiny “o pertencimento a uma mesma família poderia não significar o compartilhamento por todos os membros das mesmas ideias políticas, ou que todos tivessem os mesmos interesses e que não houvesse divergências entre estes” (2010, p. 138).

*

* *

Ao longo da segunda metade do século XIX o povoado de São Vicente deixou a condição de distrito de São Gabriel para ser alçado ao status de município. Em meio a esse processo e na busca de dar uma maior consistência analítica ao exercício de micro-história desenvolvido, cruzamos as informações obtidas nos registros da catolicidade com outras fontes a fim de perceber não só a configuração das redes mas a dinâmica de algumas dessas teias. Privilegiamos o emaranhado que envolvia Randolpho, seus irmãos Cândido e Basílio, o mediador de aldeia João Victorino Filho e o Barão de Candiota. Este último, não se fazendo de rogado em abrir as porteiras de suas fazendas para que se fizessem reuniões. Encontros marcados através da prática epistolar onde ao que tudo indica nosso personagem central

¹⁷³ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente do Sul. *a.* 1893 *liv.* 8, *ff.* 32v. e 33r.

¹⁷⁴ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente do Sul. *a.* 1895, *liv.* 10, *ff.* 12v. e 13r.

¹⁷⁵ **Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista**. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 260.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 670.

¹⁷⁷ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente do Sul. *a.* 1895, *liv.* 11, *ff.* 20v. Requereu o vencimento do 5º batalhão de infantaria civil onde desempenhava a função de alferes.

tomava partido. Num primeiro momento pensamos que as conexões que envolviam os sujeitos por último referidos se tratavam de cadeias de curto alcance, restritas a uma área geográfica, todavia ao “mergulharmos” nas malhas estabelecidas com o compadre João percebemos uma complexa engenharia parental através da qual os Silva Pereira conseguiram estabelecer elos com familiares de Luís Gonçalves das Chagas, vindo a fazer parte, juntamente com seus irmãos, da facção liderada pelo Barão de Candiota, importante liderança política na província de São Pedro ao longo do século XIX. Num tramado onde fios partiam da “aldeia” de São Vicente, passavam por São Gabriel, pela capital da província e por fim chegavam até a corte no Rio de Janeiro. Propiciando a operacionalização de teias que envolviam compadres e culminavam com vitórias eleitorais e a ocupação de postos de comando tanto na esfera pública quanto na militar.

Processo esse, onde certamente um dos principais objetivos era a busca de notabilização social. Sugerindo-nos uma “trilogia da graça” consubstanciada mediante o ato de dar, receber e retribuir, num círculo “de apadrinhamento-eleições-apadrinhamento” que fortalecia “os valores do próprio sistema clientelista, baseado na troca de gratidão por favor” (GRAHAM, 1997, p. 299-304). Do ponto de vista analítico o funcionamento dessas redes nos sugeriram a combinação simultânea de teias de cunho estrutural e individualizada (MOUTOUKIAS, 1995), na medida em que, a ocupação de cargos assim como o exercício de uma profissão era sedimentada por vínculos de solidariedade, amizade e parentesco sanguíneo, afim e ou simbólico. Relações de familiaridade que foram estabelecidas e ou reafirmadas por teias que perpassavam pelo compadrio e pelo matrimônio. Ratificando a ideia de Graham de que, as famílias poderiam representar importante “fonte de capital político” sendo que “os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos” (1997, p. 39). Uma vez que “a proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se [...] a uma ampla gama de relacionamentos [...] todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo” (IDEM).

Debruçamos-nos sobre as relações de compadrio firmadas junto aos militares num processo de aproximação de pessoas que possuíam poder de comando bélico, tanto da parte daquele que desempenhava profissionalmente junto ao exército como para outros que ostentaram patentes dentro da Guarda Nacional. Também evidenciamos a inserção junto aos lavradores, função predominante entre os compadres de Randolpho, buscando não só caracterizar a dinâmica das redes sociais, mas também caracterizar a presença deles junto a Serra Geral, bem como a importância que possuíam na economia num primeiro momento de

São Gabriel depois para São Vicente. Mediante a produção e fornecimento de várias mercadorias para os mercados locais como também para as Vilas de Rio Pardo e Uruguaiana. Produção transportada através de carretas como também por embarcações que faziam “carreira” no rio Toropi até o espaço fronteiriço. Destacamos as relações tecidas junto aos setores menos privilegiados economicamente através da relação de apadrinhamento de Marcelino, filho do posseiro Honório, nos sugerindo que ao trançar teias com os subalternos buscava-se uma aproximação de diferentes estratos sociais a partir do parentesco ritualizado.

No tocante as profissões, abordamos ainda as relações de compadrio firmadas por Randolpho com o criador Jeronimo Pereira de Quadros, atividade econômica que naquele momento propiciava as condições materiais de sobrevivência aos dois compadres. A troca bilateral de afilhados foi tratada enquanto um processo gerador de uma solidariedade entre pares (não só pela atividade profissional em comum mas pelo fato de entendermos que se tratavam de famílias de condição social semelhante) onde o apadrinhamento serviu para aproximar e solidificar laços de vizinhança.

Para completar essas reflexões finais que se fazem a guisa da conclusão do presente capítulo, é mister destacar que a documentação consultada da segunda metade do século XIX, sugere que, naquele momento, os irmãos mais velhos alcançaram um protagonismo bem mais expressivo do que o obtido por Randolpho. Todavia, mesmo não ocupando funções de poder e decisão (CARVALHO, 1980) usufruiu das “benesses” que os cargos que seus irmãos e outros aliados desempenharam se inserindo nas teias por eles tramadas. Paralelamente construiu suas próprias redes, uma trajetória patrimonial e familiar que, mesmo sujeita a reveses, tais como o do Passo de Payré, viria anos mais tarde lhe conferir proeminência social, o que será visto no próximo capítulo. Arriscamos inclusive a dizer, que em termos de herança imaterial, bem mais expressiva do que a alcançada por Cândido e Basílio. O que de certa forma ratifica as palavras de Durval M. de Albuquerque Júnior (2007, p. 168) quando nos diz que os indivíduos “lançam mão de suas habilidades e de todo o aprendizado que puderam fazer em sua vida, mas o resultado final ninguém pode prever”.

Capítulo 3

REDES QUE SE (RE)CONFIGURAM

No ato de discernir, porque existe e não só vive, se acha a raiz, por outro lado da descoberta de sua temporalidade, que ele começa a fazer precisamente quando, varando o tempo, de certa forma então unidimensional, atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã [...] O homem existe – *existere* – no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se.

Paulo Freire

3.1 Entre as muitas histórias que se contam sobre a família Silva

Desde pequeno ficava fascinado com as histórias que se contava a respeito da família Silva Pereira. Entre as quais, aquelas que tratavam da estância de São Rafael, formada por terras a perder de vista e ocupada por milhares de cabeças de gado. Também despertava grande interesse os casos de assombração¹⁷⁸ e de enterros de dinheiro. Havia ainda representações, na memória coletiva, sobre um tal de Randolpho, o qual as pessoas falavam com respeito, pois se devia a ele a ocupação de forma pioneira das terras onde mais tarde surgiu o município de Mata. No imaginário do menino o estabelecimento produtivo figurava como um lugar idílico, ao passo que a estirpe era vista como a portadora de uma série de situações ligadas ao fantástico e ao maravilhoso. Pois bem, por volta de 2001, foi encontrado junto a um dos descendentes de nosso personagem um “tesouro” em documentação. As centenas de páginas em fontes manuscritas nos instigaram a ver até que ponto elas encontrariam respaldo na documentação escrita. A partir do momento em que a verificação experimental foi se desenvolvendo, algumas dessas histórias foram sendo ratificadas enquanto outras apontaram em outra direção.

Algumas dessas histórias ligadas à memória coletiva e familiar serão apresentadas e discutidas ao longo deste terceiro capítulo, onde os relatos de duas “vozes do passado” serão trabalhados enquanto elementos que nos instigaram a pensar situações que envolveram nosso ator principal e seus familiares no que tange as redes familiares de sociabilidade e de crédito, bem como aos conflitos que surgiam após a morte de sua primeira esposa e a reconfiguração dos arranjos familiares, trataremos ainda do processo de herança material legada a seus

¹⁷⁸ Ver, DEVOS, Rafael Victorino. **Uma “ilha assombrada” na cidade:** estudo etnográfico sobre o cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre. UFRGS – PPGAS, 2002, 295F. (Dissertação de Mestrado).

descendentes e da construção de seu “bom nome”. As fontes orais serão chamadas a contribuir “de forma inequívoca para que novas falas sejam encenadas pelos historiadores e seus personagens para que novos olhares sobre o passado sejam possíveis” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 234). Que fique bem claro, não é nossa intenção fazer *oral history*, o que intentamos é nos valer da fonte oral “definida como o material recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses particulares” (FERREIRA, 2004, p. 325). Nesse sentido a história oral aqui será utilizada enquanto técnica que “propõe o diálogo a partir de pressupostos estabelecidos, com a documentação escrita”, portanto “as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais” (MEIHY, 2005, p. 48-51). De certa forma, levaremos a cabo aquilo que Albuquerque Júnior propôs ao defender que não é recomendável que a história oral deva ser encarada de forma dicotômica ao documento escrito, vista “como duas realidades distintas e distantes, mas, como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos” (2007, p. 230).

Além da possibilidade de utilizar os relatos orais paralelamente as fontes manuscritas, Levi também apontou que a história oral pode se prestar para “introducir, casi físicamente en la investigación, las voces de los protagonistas” onde os relatos “convertidos ahora en documentos vivos, comunicaban no solamente los contenidos, sino también las respuestas y las valoraciones” (2003, p. 286). Por sua vez Marieta Ferreira destaca ainda que esse jeito de fazer história apresenta “pequenas relíquias do passado” tanto “daqueles que se dedicam ao estudo das elites” quanto “dos que se voltam para o estudo dos excluídos” (2002, p. 325). Florence Descamps (*apud* FRANK, 1999, p. 106) realçou que as fontes orais podem desenvolver um papel primordial no processo de “cobrir lacunas”, enquanto que Robert Frank salientou que ela também pode contribuir para “o estudo da mobilidade profissional ou geográfica, a análise do percurso de uma carreira, a reconstituição das redes de relações, profissionais e mundanas”, auxiliando na busca dos “fios dessa sociabilidade” (1999, p. 110).

Estamos cientes de que o uso da história oral também pode se revelar um terreno movediço, entre os “perigos” mais frequentes está “o caráter de documento elaborado a partir de relatos orais que sempre são tendenciosos, imprecisos e variáveis: e as derivações naturais da transferência do estágio oral para o escrito, que implica um tratamento com interferência no texto” (MEIHY, 2005, p. 53). Desse modo, ao estudar o documento oral a que se levar em conta que ele pode ser fruto “do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma ‘invenção’ de fontes”, assim “o testemunho serve

para provar um fato ou uma asserção para estabelecer uma verdade. Serve para “provar, não é a prova” (VOLDMAN In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 250-258), isto é, o processo de “invenção” do depoimento oral nos propicia uma versão e uma visão do passado. Outrossim a que se ter o maior cuidado “para não se colocar na boca de quem é entrevistado as palavras que se deseja ouvir. Eticamente também se deve prestar atenção para não usar o narrador como referência do que já se sabia” (MEIHY, 2005, p. 132). Outro aspecto polêmico das fontes orais está relacionado a sua credibilidade, na medida em que muitos historiadores entendem os depoimentos orais enquanto “fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa” (THOMPSON, 1992, p. 18). A subjetividade é algo intrínseco que acompanha todas as fontes históricas, tanto da parte de quem a produz, quanto da parte de quem a lê. Tendo em vista que “a fonte escrita é também uma fonte construída, e também tem seu grau de impureza” (FRANK, 1999, p. 106) e independente da natureza, diferentes leituras e interpretações podem ser feitas nas fontes orais, escritas e as visuais, pois a construção da trama se constituiu num “processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo” (THOMPSON, 1992, p. 185).

Os dois colaboradores Eurides Alves Mendes (2010) e José Eron da Silva Haesbaert (2010) se constituem em descendentes de alguns dos personagens que fazem parte deste trabalho e mesmo não compartilhando dos mesmos sobrenomes os “casamentos endogâmicos” através de “sucessivas gerações”, produziram um “grupo portador de características identitárias¹⁷⁹ baseadas na existência de antepassados comuns” (FERREIRA, 2008, p. 11). A escolha destas duas *voices of the past* não foi aleatória, pois os referidos senhores possuem outro ponto em comum que se constitui na habilidade retórica, fazendo com que suas histórias possuam um tom requintado e envolvente, transformando os “objetos de estudo em sujeitos”, contribuindo para uma história “mais viva e mais comovente” (THOMPSON, 1992 p. 137). Cabe mencionar que não são propriamente reminiscências, por não se tratarem de “testemunhas oculares” dos acontecimentos, por meio de um processo de recordação onde “pedaços da própria pessoa bóiam do passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 202), mas relatos de uma tradição oral fruto da memória familiar e coletiva. Esta

¹⁷⁹ Hall (2005) entende identidade enquanto sistema de representação de relações de indivíduos e grupos que se identificam com algo. Destacou que o processo de mundialização tem feito com que as identidades sejam cambiantes, isto é, volúveis conforme as circunstâncias. Porém, o processo de massificação das culturas regionais tem gerado situações dicotômicas, pois, ao passo que motiva questionamentos e crise de sistemas como identidade, memória, tradição oral, cultura e patrimônio, simultaneamente, tem despertado espaços e estratégias de resistência.

última entendida enquanto um conjunto de “lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais”, mas que expressa um “fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade” (MEIHY, 2005, p. 63-64)¹⁸⁰.

A princípio foi pensado um roteiro de entrevista semidirigida, a fim de se chegar a “um meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto” (BONAZZI In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 237). Entretanto, com o desenrolar dos encontros às perguntas não foram mais necessárias, pois se sentiram perfeitamente à vontade para falar e outras questões foram surgindo a partir da própria fala dos entrevistados. Acreditamos que muito disso tenha sido possível graças ao fato de que as falas foram feitas na casa dos entrevistados o que criou um ambiente mais favorável à conversação, desenvolvendo um sentimento de cumplicidade entre o historiador e o entrevistado naquilo que Philippe Jourtard (*apud* FRANK, 1999, p. 107) chamou “de ‘laço carnal’ com a testemunha”. Por fim chegou o momento de proceder às transcrições, momento classificado por Ecléia Bosi (*apud* ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 207), como um ato de violência do historiador pois “na memória fica o que significa, na história se ressignifica o que fica” atribuindo-se “novos significados ao que ficou guardado nas memórias; recortando-as, reconstruindo-as, desmanchando suas telas”. Esse processo, por mais bem feito que seja se torna uma “interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade”. Buscando “um meio-termo entre duas exigências: a máxima fidelidade ao discurso e a necessidade de torná-lo acessível ao leitor” (BONAZZI In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 239-242). O resultado das entrevistas pode ser observado nos anexos e algumas “pistas” que os relatos nos propiciaram serão exploradas a partir do próximo subtítulo onde trataremos da morte de Joaquina e da união de Randolpho com Alsira Mello.

¹⁸⁰ Ainda sobre o conceito de memória Le Gof (2003) entende que ela proporciona atualizar impressões, individuais ou coletivas, ligadas a informações passadas ou que ela(s) representa(m) como passadas. Todavia, ressalta que ela pode registrar tanto fatos e atores fundados em situações concretas como pode tratar de projeções de qualidade e atributos que se transferem para a necessidade de construções de uma identidade, sem necessariamente terem pertencido ao mesmo espaço-tempo. O antropólogo Gilberto Velho (1994) destaca a relação essencial e orgânica existente entre identidade e memória, afirmando que toda memória contém e expressa uma identidade, da mesma forma que toda identidade tem na memória um elemento constitutivo essencial e toda identidade/memória encerra e revela um projeto, que o autor define como uma forma de negociação com a realidade.

3.2 “Pai nosso” que estais na terra, seja feita a vossa vontade? As segundas núpcias com Alsira Mello e os atritos na estirpe

A pergunta que abre esta seção foi colocada com o intuito de estabelecer uma discussão em torno da vontade de Randolpho. Vontade que foi posta a prova principalmente após a iniciativa de recompor a unidade doméstica quando se propôs a casar novamente. Acontecimento que motivou momentos de tensão e ocasionou divisões internas na família acerca da nova companheira do velho patriarca. Antes porém apresentaremos situações inerentes ao último batizado que tomou partido, bem como teceremos algumas considerações sobre a morte de Joaquina e discutiremos alguns aspectos sobre os bens deixados por sua primeira esposa, tentando estabelecer um “perfil” desse patrimônio. Para depois analisarmos os arranjos internos da estirpe no processo de reconfiguração das redes familiares após as segundas núpcias, tendo presente que, “apesar da República e das mudanças que estavam ocorrendo, a vida continuou girando em torno da família” (SAMARA, 2002, p. 8).

O último registro que tivemos acesso, onde Randolpho e Joaquina apadrinharam juntos, foi em 1902, quando batizaram o neto Florismundo¹⁸¹ repetindo uma antiga estratégia de avigorar os vínculos familiares através dos ritos batismais, onde relações de parentesco biológico eram fortalecidas pelo parentesco simbólico, o que de certa forma os tornava duas vezes parentes, de sangue e por opção¹⁸². Cinco anos mais tarde Joaquina veio a falecer encerrando esta página na vida dos consortes¹⁸³. Entre o casamento e óbito foram 39 anos, tempo próximo daquele obtido por Michael Anderson (1984) ao olhar as médias de duração dos casamentos por volta de 1900 que ficaram em torno dos 35 anos.

Joaquina faleceu de causa natural, quando contava com 56 anos de idade. Na declaração de óbito, feita por seu filho Zeferino da Silva Pereira, consta que no momento de sua morte toda sua prole ainda estava viva, sendo que dos quinze filhos três eram menores de idade. O auto de partilha revelou que o casal havia constituído um patrimônio considerável

¹⁸¹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Florismundo**. São Vicente, a. 1902, liv. 5, ff. 61, n.º 91.

¹⁸² Além de Florismundo (filho de Martimiano Eggres da Costa e Joaquina Alves da Silva) o avô Randolpho também batizou os netos Alcides, Ernesto (filhos de João Canabarro Filho e Mariana da Silva Pereira) e Rita (filha de José da Silva Pereira e Mariana d’Oliveira).

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Alcides**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 51, n.º 135.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Ernesto**. São Vicente, a. 1895, liv. 4, ff. 86, n.º 357.

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, a. 1896, liv. 4, ff. 99, n.º 77.

¹⁸³ TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, **Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva**. a. 1907, liv.1, ff. 47, n.º 161.

que chegou a cifra de 54:471\$876 (cerca de £ 3.442). Chegamos a esse valor a partir da meação a que teve direito o viúvo e as legítimas que couberam aos herdeiros Randolpho da Silva Filho e Quirino Alves da Silva, uma vez que o inventário não foi encontrado. No entanto, sabemos, através dos documentos por último citados que o mesmo teve uma tramitação muito rápida, pois foi encerrado em 29 de agosto de 1907. Quanto ao que coube a seu marido construímos as tabelas que seguem com o intuito de sistematizar os bens recebidos e compreender algumas situações ligadas ao patrimônio.

Tabela 3 - Meação a que teve direito o viúvo Randolpho

Animais	Equipamentos	Terras e benfeitorias	Total
10:865\$00	500\$000	15:870\$938	27:235\$938
£ 686	£ 32	£ 1.003	£ 1.721
39,89%	1,84%	58,27%	100%

Fonte: AMFT, Meação do viúvo Randolpho José da Silva Pereira por ocasião do falecimento de sua mulher Joaquina Alves da Silva.

Tabela 4 - Quantidade de animais e valores em réis que coube a Randolpho

	Reses	Bois	Cavalos	Éguas	Mulas	Total
Número de animais	500	8	7	30	4	549
Valor unitário	20\$000	40\$000	25\$000	7\$000	40\$000	
Valor total por tipo de gado	10:000\$000	320\$000	175\$000	210\$000	160\$000	10:865\$000
	£ 632	£ 20	£ 11	£ 13	£ 10	£ 686

Fonte: AMFT, Meação do viúvo Randolpho José da Silva Pereira por ocasião do falecimento de sua mulher Joaquina Alves da Silva.

Apesar de representar a metade do patrimônio construído pelo casal, alguns elementos chamaram nossa atenção na parcela do viúvo¹⁸⁴, pois, mesmo tendo passado várias décadas entre o inventário *post-mortem* de seu pai, José da Silva Pereira, e os bens que sua mulher estava deixando os documentos nos sugeriram algumas situações em comum no que diz respeito ao “perfil do patrimônio” (CANCELA, 2009). Segundo Fragoso e Pitzer a transmissão de patrimônio, vista através de inventários, testamentos e autos de partilha

¹⁸⁴ AMFT, Meação do viúvo Randolpho José da Silva Pereira por ocasião do falecimento de sua mulher Joaquina Alves da Silva. São Vicente do Sul, 17 de dezembro de 1907, ff. 36 - 37.

possibilita “ver a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças” (1988, p. 30), revelando novos empreendimentos ou a manutenção de bases produtivas entre diferentes gerações. De forma geral, chamou nossa atenção algumas estruturas produtivas ligadas à estância de São Rafael, mais precisamente à fabricação de farinha de mandioca e a prática da pecuária, de um modo especial a presença de muare.

Cabe ressaltar que, mesmo representando uma visão parcial os dados nos possibilitaram visualizar que esse ramo da família Silva Pereira continuava dedicando-se a produção de farinha de mandioca, pois o item equipamentos faz menção a uma máquina de fabricação do produto. Ao comentar sobre o processo de marcação anual que ocorria na estância, Eurides Mendes (2010) falou que ao “meio dia tinha churrasco, carneavam uma rês e misturavam a carne assada com farinha. Eles plantavam mandioca pra depois fazer farinha que trocavam por erva lá na Palmeira. Levavam a farinha de carreta muitas léguas distantes daqui”. Além do consumo próprio e do mercado de Palmeira das Missões, conforme explicitado anteriormente, parte da produção possivelmente continuava sendo direcionada a Uruguaiana numa relação comercial que deve ter tido nova dinâmica após o estabelecimento da navegação a vapor junto ao Toropi¹⁸⁵.

Outro elemento que merece ser salientado foram às práticas econômicas desenvolvidas por este ramo da estirpe relacionadas à produção pecuária. Em relação ao item animais, responsável por 39,89% do patrimônio recebido pelo viúvo, é mister dizer que não sabemos ao certo de quantos animais o casal dispunha, pois além da meação só tivemos acesso a mais duas partilhas, das quinze que foram produzidas, respectivamente os quinhões de Randolpho Filho e Quirino que receberam somente bens de raiz¹⁸⁶. Entretanto a quantia que tocou para Randolpho, cerca de quinhentos e quarenta e nove animais, não é muito expressiva se formos levar em conta os parâmetros utilizados por alguns pesquisadores da história agrária do Rio Grande do Sul. Segundo os critérios por eles adotados o tamanho do rebanho lhe permitiria

¹⁸⁵ No princípio do século XX o coronel Christiano Haesbaert construiu “*o vapor Eugênia*”, que passou a fazer “*carreira de Vila Clara a Uruguaiana*” (ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, 1934, p. 670), transportando os mais diversos gêneros (milho, melado, amendoim, rapadura, banha, arroz, polvilho feijão, aguardente e farinha de mandioca), conforme pode ser verificado junto ao manifesto de viagem elaborado pelo comerciante.

AMFT, **Manifesto de viagem do vapor Eugenia de Villa Clara a Uruguaiana**. a. 1903, ff. 22.

¹⁸⁶ AMFT, **Legítima a que teve direito Randolpho da Silva Filho por ocasião do falecimento de sua mãe Joaquina Alves da Silva**. São Vicente, a. 1907, liv. 3-a, ff. 40.

AMFT, **Legítima a que teve direito Quirino Alves da Silva por ocasião do falecimento de sua mãe Joaquina Alves da Silva**. São Vicente, a. 1907, liv. 3-a, ff. 42v e 43 r.

integrar o estrato intermediário dos criadores¹⁸⁷. Vale aludir que a criação de muare, atividade que na geração anterior parece ter figurado entre as principais possibilidades de sustento do “clã”, no princípio do século XX já não tinha mais o mesmo peso. Na listagem dos animais não consta nenhum burro reprodutor e foram contabilizadas apenas quatro mulas mansas, embora aparecendo em número pouco significativo representaram juntamente com os bois de canga os animais mais valiosos individualmente, sendo avaliadas em 40\$000 réis (£ 2,52). Segundo Paulo Afonso Zarth a “queda vertiginosa da produção de mula” no final do século XIX princípio do XX “é atribuída à melhoria dos sistemas de transportes, principalmente à construção de ferrovias” (2002, p. 234). A função de criador, que já havia sido apurada junto aos autos de qualificação da Guarda Nacional, de certa forma é ratificada pelos bens legados e pela análise das formas de pagamento junto à caderneta de compra a prazo no estabelecimento do coronel Cristiano Haesbaert¹⁸⁸. A fonte manuscrita, que será analisada numa das próximas seções, permitiu rastrear suas compras, entre maio de 1911 a maio de 1912, chamando nossa atenção para o fato de que parte do pagamento das mercadorias ter sido feito mediante a entrega de vacas gordas, novilho, couros e crinas. Além disso, os débitos também foram saldados, em pelo menos uma oportunidade, com a entrega de farinha de mandioca o que nos faz pensar numa antiga prática que vinha da geração anterior de desenvolver o consórcio entre pecuária e agricultura, ou seja, a prática simultânea do pastoreio, possivelmente a principal base material, mas que não excluía o desenvolvimento das atividades agrícolas. Ainda tratando das bases materiais a que se fazer menção a prática do arrendamento, o que ocorreu em pelo menos em duas oportunidades, onde o estancieiro transferiu os direitos de exploração de terras que legalmente lhe pertenciam a terceiros¹⁸⁹.

Ainda pela meação ficamos sabendo as dimensões que a estância de São Raphael contava quando da morte de Joaquina. Eram cerca de vinte e cinco quadras de campo, algo em torno de 2.178 hectares, das quais quatorze quadras ficaram em poder de Randolpho. Além do campo, localizado no quarto distrito de São Vicente do Sul, também conseguimos apurar através da legítima de Randolpho Filho, a existência de 1.352 hectares de terras de matos

¹⁸⁷ Entre os historiadores que trabalharam com tabelas e classificaram como medianos aqueles criadores que possuíam um rebanho entre 500 a 1.000 animais elenca-se Osório (1990 e 1999), Zarth (2002), Garcia (2005), Araújo (2009) Külzer (2009) e Farinatti (2010).

¹⁸⁸ AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda do coronel Cristiano Haesbaert**. a. 1912. ff. 290 v.

¹⁸⁹ AMFT, **Contrato particular de arrendamento que faz Randolpho Jose da Silva Pereira proprietário e arrendador ao arrendatário Vicente Israel dos Santos**. a. 1898.

AMFT, **Recibo de pagamento de arrendamento que faz Randolpho Jose da Silva Pereira proprietário e arrendador ao arrendatário Honório Eneas Flores**. a. 1907.

junto às margens do Toropi, totalizando algo em torno de 2.530¹⁹⁰. Para completar o rol dos bens de raiz menciona-se que a sede da estância e as benfeitorias que existiam no local como a casa de material, velha, cercados e mangueira também ficaram em poder do viúvo¹⁹¹. Não sabemos se a referência ao mau estado de conservação da casa revelava o estado real da construção, se tratava de um estratagema de subvalorização dos avaliadores a fim de favorecer aquele que ficaria com o bem (MARTINY, 2010), ou se era para reduzir o valor do montante-mor e assim pagar valores mais baixos nas taxas que os inventários produziam (GARCIA, 2005).

O óbito de Joaquina abriu há possibilidade para que Randolpho encontrasse outra mulher para viver em sua companhia. Alsira Mello era filha de Cesnaudo Ignacio de Carvalho e Maria Roza de Mello¹⁹². Ao estabelecer o consórcio, Alsira possuía algo em torno de 27 anos e seu noivo tinha 66, portanto havia uma diferença de quase quatro décadas entre os consortes. Por seu turno, o nome de seu pai não foi encontrado entre os cidadãos qualificados para servir junto a Guarda Nacional, muito menos entre aqueles que participavam das eleições, o que nos faz pensar que se tratava de gente que apresentava condições materiais de sobrevivência limitadas. A diferença considerável entre as idades e na condição social dos nubentes, nos remeteu aos escritos de Susan Socolow que destacou que “había poca correlación entre los matrimonios en segundas nupcias y la riqueza y la posición social indica que el amor fuera un factor más importante en las segundas nupcias que en las primeras” (2005, p.41), isto é, as estratégias poderiam ser deixadas de lado e havia uma tendência de os sentimentos prevalecerem. Mas não podemos excluir a variável dos interesses pessoais, na medida em que ele velho necessitava de alguém que o cuidasse e ela aparentemente moça pobre almejava uma vida melhor.

Alsira não foi uma madrinha muito assídua, conforme sugerem os livros de registros batismais de São Vicente do Sul. Conseguimos encontrar seu nome na condição de madrinha somente em três oportunidades e em todas elas ratificou relações de parentesco sanguíneas. Em uma delas batizou na companhia de Antonio Pedro de Mello sua irmã Dulcineria¹⁹³, está última conforme depoimento oral após o casamento passou a viver junto com o casal no distrito de São Rafael (HAESBAERT, 2010). Não sabemos ao certo em que circunstâncias se viram pela primeira vez, mas os registros de batismo apresentam que em 1902 durante os

¹⁹⁰ AMFT, **Legítima a que teve direito Randolpho da Silva Filho...** op. cit.

¹⁹¹ AMFT, **Termo de pagamento a Randolpho José da Silva Pereira.** São Vicente, a. 1907, liv. 3-a, ff. 36v.

¹⁹² MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Alzira.** São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 15, n.º 138.

¹⁹³ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Dulcineria.** São Vicente, a. 1898, liv. 5, ff. 33, n.º 163.

batizados “coletivos” que aconteciam junto à estância de São Xavier, compartilharam o oratório daquela propriedade ao ratificarem eles familiares com membros de suas respectivas estirpes¹⁹⁴.

Ana Scott em seu estudo sobre famílias na capitania de São Paulo percebeu uma vantagem para os homens no mercado matrimonial, segundo a estudiosa havia um desequilíbrio dos sexos, com um número maior de viúvas, o que conferia aos varões maior facilidade para conseguirem uma segunda companheira. Ainda destaca que “em sociedades tradicionais encontramos uma expectativa de se recompor a unidade conjugal quebrada tão rapidamente quanto possível, para buscar manter a estabilidade da unidade doméstica” (1995, p. 102). No caso ora estudado a assertiva de Scott se confirmou em parte, pois segundo Haesbaert (2010) seu bisavô não ficou muito tempo solitário, provavelmente ainda em 1907, no máximo em 1908, ele passou a viver com a Alsira, porém, as segundas núpcias não trouxeram “estabilidade doméstica”, pois acabou gerando conflitos motivados por questões patrimoniais.

Uma das principais razões do desentendimento teria ficado por conta do presente de “casamento” que Randolpho deu a sua nova mulher. No ato do enlace ele teria feito a doação de uma quadra de campo. O regalo representaria para ela a possibilidade de sobrevivência no futuro, bem como a garantia de que os demais herdeiros não criariam “complicações” quando chegasse à vez de proceder à partilha de seu pai. Mariana Muaze destacou que os momentos de discussão da herança eram momentos tensos, pois estava “no ar as possibilidades de desunião da parentela e de quebra na solidariedade familiar”, entretanto, “conforme a lógica social vigente, os desentendimentos do presente não deveriam atingir as gerações futuras, sob pena de as enfraquecerem o poder e a importância da família” (2008, p. 84).

Segundo Haesbaert (2010) teria ocorrido uma “cisão” dentro da linhagem, a maioria da prole não teria aprovado a segunda união, “o tio Doito foi o único que concordou com o segundo casamento do pai dele”. Mesmo “ante la imposibilidad de la corroboración empírica” do momento familiar “que ha quedado en la memoria de la gente y se ha transmitido por generaciones” (REGUERA, 2006, p.23) o depoimento oral é particularmente instigante pois dá a entender que as conexões que permeiam as redes familiares estiveram suscetíveis a “puntos de inflexión [...] de disonancia, que significa la discordancia de un conjunto de sonidos que produce una impresión de inestabilidad y tensión (BOURDON, 2009, p. 08).

¹⁹⁴ Naquela feita Randolpho batizou o neto Florismundo enquanto Alsira batizou sua sobrinha Luiza. MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Florismundo...** op. cit. MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Luiza.** São Vicente, a. 1902, liv. 5, ff. 62, n.º 97.

Uma vez que “las trayectorias familiares ponen de manifestó que las relaciones de parentesco no siempre son positivas - los conflictos también forman parte de la historia de la familia, los vínculos dependen de situaciones cambiantes (LEIVA, 2007, p. 05).

Em troca do apoio ao segundo casamento de seu pai, Randolpho Filho teria sido beneficiado com a escolha da localização de sua parcela de campo na herança de seu pai e ainda obteve a preferência de compra dos 87,12 hectares que o velho Randolpho havia dado de presente para Alsira (MENDES, 2010). Tais fatos nos sugerem que a vontade do *pater familias* não pode ser considerada como um poder supremo, um sistema que imperava de forma absoluta, mas como algo sujeito a negociação. De forma geral, mesmo sendo os papéis dentro da família

[...] hierarquizados, a estratégia familiar era construída dentro de um processo de interação entre todos os seus membros. Não se tratava de uma larga linhagem com um patriarca fundador que comandava e elaborava estratégias sociais da qual seus descendentes eram pouco mais do que instrumentos (FARINATTI, 2010, p. 268).

Ou seja, não se pode negar a autoridade paterna, muito menos que os filhos estivessem num patamar inferior, porém a que se considerar também os papéis que alguns agentes sociais possuíam dentro da estrutura interna da família que lhes conferia poder de barganha e que a decisão final estaria muitas vezes de acordo com os seus interesses.

Outra situação percebida, ao longo dos sete anos em que estiveram casados é que em momento algum foram chamados para batizar qualquer criança junto à paróquia de São Vicente. Provavelmente esta espécie de “ostracismo” seja resultante da idade avançada de Randolpho, haja vista que, como observou Hameister (2006) com o transcorrer da vida e na medida em que se chegava próximo da velhice a frequência a pia batismal tendia a diminuir, pois padrinhos muito velhos não representavam a segurança necessária caso os pais viessem a faltar. Ainda segundo a memória familiar (MENDES, 2010), após ter se tornado viúva em 1914 Alsira juntou todos os seus pertences numa carreta, negociou as terras e foi embora para o Mato Grosso. Diante da recusa de Dulcineria em acompanhá-la em tal empreitada a “destemida” Alsira não teria exitado em obrigar sua irmã e afilhada a se casar com Juvenal da Silva Pereira¹⁹⁵. Ainda segundo Haesbaert (2010) “alguns anos depois ela voltou para o Rio Grande do Sul, e trouxe junto penas de pavão de presente para as netas”. Estas últimas “eram

¹⁹⁵ A relação matrimonial entre Dulcineria e Juvenal foi ratificada através de um registro de batismo datado do ano de 1917. Quando serviram de padrinhos para Eliza, filha natural de Joaquina Machado da Silva. O pároco Vicente Dias Elias acrescentou o Silva a seu sobrenome e destacou que eram “unidos só civilmente”. MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Eliza**. São Vicente, a. 1917, liv. 7, ff. 84v, n.º 587.

na realidade netas do Randolpho, mas Alsira as considerava como tais. Minha mãe foi uma das que recebeu uma pena”. O que nos sugere que a contrariedade com o segundo casamento de nosso personagem talvez não tenha passado, pelo menos para parte da família, de um “mal estar” efêmero, caso contrário dificilmente ela teria trazido mimos para as netas de seu finado marido. Pois em caso de rompimento definitivo teria sido pouco provável que o velho patriarca posasse ao lado de Zeferino e do neto que inclusive recebeu a mesma graça do avô conforme veremos numa das fotos que analisaremos na próxima seção.

3.3 “Paisagens do eterno”: o império do retrato

O jargão de William Saroyan de que “uma imagem vale por mil palavras” prevaleceu durante um bom tempo conferindo as fotografias uma dimensão quase absoluta em termos de prova, pois em sua objetividade e neutralidade a imagem não poderia jamais ser contestada enquanto testemunha fidedigna do que aconteceu. A “câmera nunca mentiria e o retrato falaria por si só”, axioma este ainda muito corrente na imprensa escrita onde “há muito tempo os jornais utilizam fotografias como evidência de autenticidade” (BURKE, 2004, p.18). O retrato “adquiriu uma condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências”, vindo a se constituir em uma “arma temível, passível de toda a sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas a ‘expressão da verdade’[...] resultante da imparcialidade da objetiva fotográfica” (KOSSOY, 2001, p. 27). Sem embargo, ao selecionar “que aspectos do mundo real vão retratar”, não era propriamente a “realidade social” que era mostrada, mas “ilusões sociais”, performances montadas segundo o “olho clínico” do fotógrafo (BURKE, 2004, p.20).

Inicialmente pensamos usar as fotografias que seguem com meros fins ilustrativos, como representações de momentos familiares e a fim de dar um “rosto” para alguns dos personagens que são abordados nesta dissertação, porém após ter tido contato com a obra *Fotografia e História* de Boris Kossoy (2001) pareceu-nos plausível a possibilidade de nos aventurarmos no “movediço terreno” da iconografia e da iconologia, isto é, analisar e interpretar as fotos, assim como os possíveis códigos ligados as imagens. Tal perspectiva foi reforçada após a leitura de *As memórias da viscondessa: Família e poder no Brasil Império*, onde Mariana Muaze (2008) usou, a nosso ver, com maestria as imagens em seu trabalho de doutoramento. Diante disso fomos instigados a tentar dar nossa parcela de contribuição na reflexão em torno deste tema tão atual e importante da pesquisa histórica, analisando as fotos, e a sua preservação, enquanto processo de construção de uma memória familiar e ao mesmo

tempo discutindo, entre outros, questões ligadas às redes familiares, a um possível patriarcalismo¹⁹⁶ e ao papel social da mulher e da infância no princípio do século XX.

Por fotografia nos identificamos com a definição proposta por Cardoso e Mauad (1997, p. 408) enquanto um “artefato produzido pelo homem que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança” e simultaneamente como “mensagem que transmite significados relativos a própria composição da mensagem fotográfica”¹⁹⁷, uma “necessidade do ponto de vista psicológico, pois o homem em todas as latitudes nele percebera uma possibilidade de perpetuação de sua própria imagem congelando-a de forma nobre”, isto é, o retrato fotográfico enquanto estratégia “digna para imortalidade” (KOSSOY, 2001, p. 109). Estamos cientes de que as fontes imagéticas não representam uma panacéia, assim como outras fontes possuem seu “calcanhar de Aquiles”, entretanto, acreditamos que “o emprego das imagens como fonte de informação é apenas um dentre tantos” (MENESES, 2003, p. 29). Representam mais uma possibilidade de análise dentro do mosaico que se constitui o processo de construção do conhecimento em história.

De modo em geral os historiadores são renitentes quanto ao uso das imagens enquanto fontes visuais. Este ceticismo vem de longa data e teria “penetrado nas fronteiras da História” no final do século XIX e “continua a privilegiar ainda hoje a função da imagem enquanto ilustração” (IDEM, p. 20). Quando elas são reproduzidas nos livros, na maioria das vezes os historiadores se privam de quaisquer comentários. O principal empecilho para o uso de imagens como evidência histórica, estaria no fato delas serem “ambíguas e que podem ser ‘lidas’ de muitas maneiras” (BURKE, 2004, p.07). Ou seja, podem apresentar diferenças entre intenções e efeitos. Onde os supostos códigos relacionados à imagem “são de competência de quem a observa e decodifica” (MUAZE, 2008, p. 153). Outra fragilidade que merece ser apontada está ligada ao fato de que a fotografia não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo do passado. Deve-se “ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um só enfoque da realidade passada: um aspecto determinado” (KOSSOY, 2001, p. 107). Ao exercitar a iconologia o cientista social enxerga somente aquilo que lhe interessa, ou aquilo que os personagens que posaram para o retrato queriam que fosse visto, e nesse jogo de intenções o fruto deste olhar pode não resultar propriamente na mensagem que os personagens retratados queriam transmitir.

¹⁹⁶ Cabe explicitar que diante das possibilidades de interpretação do genérico conceito de patriarcalismo (MACHADO, 2008), o mesmo aqui será tratado enquanto familismo, isto é, estratégia de auto-afirmação do poder familiar e sistema que conferia a algumas estirpes poder de decisão e notoriedade social (FARIA, 1998) e (BRÜGGER, 2007b).

¹⁹⁷ CARDOSO, Ciro F. e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Os textos que se propõem a abordar e discutir os “níveis mais profundos de experiência que as imagens sondam” (IDEM, 2004, p.12), não se apresentam em grande quantidade. Até mesmo obras de impacto que se propuseram a discutir o *metieur* de historiador e a produção historiográfica tendem a dar pouco espaço para tratar das fontes imagéticas. Entre elas elenca-se a trilogia organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora que se propõe a apresentar e discutir os novos problemas, novos objetos e novas abordagens, entretanto entre os três volumes se encontra apenas um capítulo dedicado ao uso das imagens. Situação semelhante no plano nacional, uma das poucas obras que tivemos acesso e que se propôs a realizar uma tímida discussão é *Domínios da História* organizada por Cardoso e Vainfas (1997) onde também consta apenas um capítulo que se dispôs a estabelecer o diálogo entre a história e as fontes visuais.

Segundo Kossoy muito desta “invisibilidade do visual” está relacionada “a resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema decodificado” (2001, p. 109), pois para muitos historiadores é difícil romper o “aprisionamento multissecular da tradição escrita enquanto transmissão do saber” (IDEM). Ao criticar tal postura Burke chama atenção para o fato de que os historiadores têm se referido “aos seus documentos como ‘fontes’, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens” (2004, p. 16). Mas acabam esquecendo o fato de que as fontes manuscritas também podem apresentar um caráter ambíguo, pois um mesmo documento é passível de diferentes leituras. Uma vez que as respostas obtidas estão intrinsecamente ligadas às perguntas que o historiador faz ao documento. Na sequência teceremos algumas considerações que envolveram Randolpho e seus familiares buscando através das fontes imagéticas tentar desvendar que “tipo de mensagem a imagem elabora” (BARTHES *apud* CARDOSO e MAUAD, 1997, p.410).



Figura 1 - Da esquerda para direita: (Alsira Mello e sua irmã Dulcineria –moça- a enteada Alice e Randolpho).
Fonte: AMFT

Esta seria apenas mais uma foto esquecida numa gaveta caso não fosse a memória familiar que nos possibilitou identificar quem eram os personagens que faziam parte dela, pois conforme argüiu Kossoy (2001, p. 29) “à medida que esta se distancia da época em que foi produzida, mais difíceis as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas, e portanto menos úteis serão ao conhecimento”. O referido autor também destaca que um bom ponto de partida para a iconologia é a análise da composição da imagem. Assim, invita aqueles que se propõe a trabalhar com as fontes visuais a ficarem atentos para o fato que:

[...] não é demais enfatizar que este conteúdo é resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante (IDEM, p. 107).

Os personagens estão dispostos em dois planos, num primeiro espaço estão Alsira, Alice e Randolpho enquanto que Dulcineria está atrás, mas pelo fato de estar em pé no centro da imagem à posição acaba lhe conferindo destaque, além disso, também contribui para dar evidência à moça a pequena bolsa que traz na mão direita, o camafeu e o colar que contrastam com o vestido de chita. O posicionamento dos personagens retratados era fruto de “uma negociação entre o retratista e o retratado” cabendo ao retratista “o conhecimento técnico: a busca do melhor ângulo, iluminação, enquadramento, foco, nitidez e harmonização dos planos, segundo os padrões estéticos” (MUAZE, 2008, p. 148). Apesar dos “personagens estáticos e mudos” (KOSSOY, 2001, p. 116) a foto procura passar uma atmosfera de proximidade, na medida em que Alice usa suas mãos para tocar o braço de Alsira e a perna de Randolpho se constituindo numa espécie de elo entre eles¹⁹⁸. Interessante notar que a posição central da foto coube à menina, no entendimento de Muaze (2008), essa centralidade não era uma posição muito comum para crianças, quando retratadas na companhia de adultos, pois a tendência era que elas ocupassem as margens da imagem.

Peter Burke (2004, p.17) destacou que devemos ficar atentos não somente aquilo que as imagens deixam transparecer, mas também aquilo que elas omitem, às vezes pequenos detalhes são muito significativos. O que nos instigou a ler nas entrelinhas observando os adornos que mesmo não aparecendo em grande número nos sugeriram uma situação familiar interessante. O foco não é dos melhores, existe ainda uma dobra que passa sobre os dedos da mão esquerda de Randolpho e, além disso, a posição de repouso dos braços nos encostos laterais da cadeira não permite uma visualização nítida dos dedos das mãos do casal, desse modo, não se consegue ver o símbolo da união matrimonial o que indica que a foto possivelmente foi tirada antes do casamento.

¹⁹⁸ A condição de enteada de Alice foi sugerida por Haesbaert (2010), no entanto, não encontramos o seu registro de batismo, portanto não sabemos quem eram seus pais, muito menos de que forma se tornou “protegida” de Alsira. Além disso, ao contrário da maior parte dos demais personagens que conseguimos localizar algum tipo de informação posterior a foto, no que diz respeito à menina não sabemos nada sobre sua trajetória de vida.



Figura 2 - Da esquerda para direita: o neto Randolpho, a nora Olicia, o filho Zeferino, Randolpho e a sogra Mariana. Fonte: AMFT

Os cinco personagens estão todos sentados ocupando o mesmo plano tendo às paredes de tábuas a vista de um “velho rancho” de madeira como plano de fundo. Apesar de terem sido dispostos lado a lado os homens ocupam a posição central enquanto que para o menino e as mulheres foram reservadas as margens do retrato. Mariana Muaze percebeu que “a postura feminina [...] secundária” era uma constante nas fotografias das famílias por ela estudadas e que essa disposição “reproduzia os lugares sociais ocupados” (2008, p. 138). Apenas Randolpho está sentado em uma cadeira com encosto, há que se conjecturar que poderia ser a única que estivesse à disposição, ou temos aí mais um símbolo de hierarquia. Segundo Burke (2004, p.32) “certos objetos simbólicos referem-se a papéis sociais específicos”, cadeiras mais altas podem conferir “aos modelos uma aparência de realeza” pois remetem ao soberano sentado em seu trono.

A imagem procura passar um ar de temperança seja através de expressões sérias, do cabelo preso das senhoras e das vestes que trajam, pois “as roupas escuras e os cabelos presos garantiriam sobriedade às personagens” (MUAZE, 2008, p. 177). As mulheres estão de vestidos enquanto que os homens usam terno e gravata borboleta, o que nos faz supor que neste ponto a foto se constitui num objeto de manipulação, se afastando da “verdadeira aparência física ou natural do seu referente” (BURKE, 2004, p. 32), uma vez que é muito

pouco provável que essas fossem roupas usadas no cotidiano. A sobriedade também é ratificada pelo “olhar estereótipo de austeridade entendido e recebido como indicador de posição social e idoneidade moral” (IDEM), diante disso “a expressão facial, a direção do olhar [...] eram calculados para produzir uma imagem condizente com os símbolos da classe com a qual a pessoa gostaria de ser identificada” (MUAZE, 2008, p. 148).

Ainda tratando do semblante dos personagens, Morelli (*apud* BURKE, 2004, p. 25) destacou que devemos olhar cuidadosamente esse detalhe, pois “há sempre no rosto das pessoas alguma coisa da história da sua época a ser lida”. Particularmente chamou nossa atenção nos homens “a moda dos bigodes e das barbas grandes” o que segundo Gilberto Freyre seria uma das características principais do “patriarcalismo brasileiro” que assim como “o chinês, o hebreu, e o árabe” haviam produzidos “homens exageradamente barbudos” (1977, p. 98).

No que tange ao patriarcalismo, conforme explicitado anteriormente, a concepção que nos interessa é a de familismo, segundo a qual o que estava em jogo, não “era necessariamente o sexo do chefe da família”, ou o poder dos “pais sobre os filhos”, mas a “representação do poder familiar” (BRÜGGER, 2007b, p. 49). Desta maneira acreditamos que as fotografias podem também ser pensadas enquanto uma estratégia de afirmação do poder patriarcal dos Silva Pereira, pois entendemos que não devem ter sido muitas as estirpes no princípio do século XX naquelas plagas que tiveram o privilégio, para não dizer o poder, de terem momentos familiares retratados para a posteridade. Mariana Muaze ao discorrer sobre a família patriarcal observou que as fotografias a partir da segunda metade do século XIX passaram a trazer em seu bojo os “valores da civilização européia” que motivaram “um processo de ressignificação que buscava conciliar modernidade e ideal aristocrático” (2008, p. 121). Aliás, a corrente do relógio de bolso, possivelmente de metal nobre, se constituiu num símbolo de fidalguia, por meio do qual se busca passar a ideia de senhor do tempo. Ainda no que tange aos adornos a que se destacar os brincos de Olívia e a aliança no dedo anelar menor da mão esquerda de Randolpho também se sobressai.

Do ponto de vista técnico a fotografia apresenta pelo menos dois problemas, Randolpho de Oliveira da Silva está se mexendo o que contribuiu inclusive para que ele ficasse fora de foco. O movimento da criança pode ser percebido pelo fato de que sua mãe o segura com as duas mãos e por estar as voltas com o irrequieto menino ela acaba perdendo o momento em que a foto foi batida, seu olhar fica perdido, ela não olha diretamente para a câmera, mas para o lado direito do fotógrafo. As “limitações técnicas que exigiam a imobilidade do fotografado diante da lente de um profissional”, faziam com que “o tempo de exposição se tornasse

também um tempo social necessário para que o indivíduo representasse o seu papel num determinado cenário” (MUAZE, 2008, p. 119).

Mas a fotografia também sugere um momento simbólico importante, suscitado pela “narrativa visual conduzida através do fio da família extensa” (IDEM, p. 150), outrossim “por detrás das fotografias estão imbricadas as redes de relações sociais” (MACHADO JUNIOR, 2008, p. 07). Logo, a foto pode ser ainda analisada como um momento de afirmação de tradições e investindo na manutenção de relações afetivas e familiares. Pois, ao posarem diante da câmara quatro gerações, abria-se a possibilidade de formação de laços do menino com seus ascendentes, de um modo especial ao avô. O que pode ser percebido pelo prenome que lhe foi dado, que além de uma clara homenagem ao velho patriarca também pode ser pensada enquanto uma espécie de transmissão de bem imaterial que ao ser transmitido “para linhagem assumia a condição de localizador social” (MENEGAT, 2009, p. 80)¹⁹⁹.

Um paralelo possível entre as duas fotografias está relacionado à questão do local onde elas foram tiradas. Enquanto que a primeira, parece ter sido tirada no interior de um estúdio sem grande valorização estética do cenário, a segunda foi emoldurada pela parede de madeira de uma velha casa, portanto ao ar livre. No verso das fotos não há qualquer tipo de indicação de quem, muito menos de quando e onde foram tiradas, pois o entrelaçamento do texto escrito e imagético poderia ter se constituído num importante auxílio na definição dos significados das imagens. Uma vez que, o verso “assim como a própria imagem revelada, buscava hierarquizar. Os estúdios mais caros, os fotógrafos condecorados ou premiados nas exposições nacionais e internacionais constituíam um status a mais na disputa pelo capital simbólico” (MUAZE, 2008, p. 150). Está última ainda aponta que a fotografia, a partir “da década de 1880, já estava totalmente popularizada entre as práticas familiares do cotidiano dos mais abastados” (2008, p. 181). Assim, entre os poderes do retrato estava o de marcar a notabilização social. Poucas pessoas tinham acesso a ela e mesmo os que detinham, a perspectiva de registrar a imagem era restrita e cara. Com certeza essas dificuldades tendiam a aumentar mais ainda para aquelas famílias que habitavam o interior de pequenos rincões e dependiam da passagem de algum fotógrafo itinerante.

¹⁹⁹ Além de Randolpho de Oliveira da Silva, também encontramos entre os netos José Randolpho da Silva Canabarro (filho de José Canabarro Filho e Mariana da Silva Pereira) e Randolpho Cesar da Silva (filho de Randolpho da Silva Filho e Duçolina César). O filho caçula de Zeferino e Olicia morreria relativamente jovem em 22 de dezembro de 1931 de doença “pegada” (venérea). A julgar pelo tamanho que tinha quando a foto foi tirada não deveria ter mais do que dois anos, portanto o retrato deve ter sido produzido entre 1911 e 1912. Além dele, o casal também teve Lucinda (1899), Carolina (1903), Boaventura (1904) e Lucídia (1906). TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, **Certidão de óbito de Randolpho de Oliveira da Silva**. a. 1931, liv.C-1, ff. 38, n.º. 18.

Faz-se ainda necessário destacar que as duas fotografias apresentam as “marcas do tempo”, a primeira possui uma dobra no sentido horizontal, enquanto que a segunda está rasgada no canto esquerdo o que sugere os caminhos percorridos e as vicissitudes pelas quais passaram. Ao cumprir a sua função simbólica de representação individual e familiar elas deixaram de ser “uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo” (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 406). Desse modo, nunca teremos plena certeza das reais motivações que levaram as pessoas a materializarem a experiência vivida através do “império do retrato”, tampouco saberemos ao certo a quem coube a incumbência de registrar as imagens, muito menos os plurais desejos e intenções dos indivíduos que as preservaram tantos anos. Por sua vez a reação de quem a olha como uma lembrança de família certamente difere do olhar daquele que se propõe a analisá-la enquanto fonte, tudo isso num processo que articula um emaranhado de subjetividades e possibilidades de explicação.

3.4 “Veio gente de todo o lado”: sociabilidades campeiras na estância de São Rafael

Ainda nesta busca de tentar reconstruir o processo de inserção do indivíduo Randolpho em diferentes tipos de teias abordaremos neste subtítulo a operacionalização das redes de vizinhança através do entrelaçamento da lide campeira da marcação, refeições coletivas e do “fandango”. Esses momentos, que de certa forma uniam o “útil ao agradável”, serão tratados enquanto espaços para o desenvolvimento de uma solidariedade vicinal que trazia em seu cerne relações de sociabilidade. Mas ao reunir seus familiares e vizinhos, junto à sede de sua estância, o patriarca dos Silva Pereira acabava possibilitando que namoros fossem empecados e casamentos fossem ajustados.

Para isso mais uma vez iremos nos valer dos relatos orais, pois entre as possibilidades desse recurso está a abstração ligada ao ambiente onde a trama se passa uma vez que, "as memórias são, regra geral [...] muito iluminadoras quanto ao caráter e à atmosfera, coisas em relação às quais os documentos são inadequados" (THOMPSON, 2002, p. 180), logo

[...] uma coisa é saber que as ruas ou campos em torno de uma casa tinham um passado antes que ali tivesse chegado; bem diferente é ter tido conhecimento, por meio das lembranças do passado, vivas ainda na memória dos mais velhos do lugar, das intimidades amorosas por aqueles campos, dos vizinhos e casas (IDEM, p. 30 - 31).

Desta maneira iremos tratar de uma dessas histórias do passado que tiveram início “por aqueles campos”, representados nas figuras de Palmira Alves e Norberto Mendes,

respectivamente sobrinha e vizinho de Randolpho, os personagens que nos propiciaram “puxar outros fios” a fim de tratar da estância não somente enquanto um ambiente de produção, mas também como um espaço de “sociabilidade por onde circulavam outros indivíduos” e que possibilitava “a tessitura de relações sociais” (SCHMIDT, 2000, p. 124). Pois segundo Eurides Mendes (2010), foi junto à casa de moradia da estância em setembro de 1907 que seus pais, ao toque do gaitero Berchola, dançaram pela primeira vez, começava ali o namoro que resultaria em casamento, na formação de um novo núcleo familiar, num processo de ampliação e (re)afirmação dos laços e vínculos familiares e vicinais.

Caio Boschi (2004), ao traçar um panorama da produção historiográfica brasileira das quatro últimas décadas, destacou que foram poucos os estudos que se propuseram a tratar das festas, situação que tende a ser ainda mais restrita quando se trata de momentos de confraternização no meio rural²⁰⁰. Em parte essa conjuntura talvez seja explicada pelo fato que “a história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões” (OZOUF, 1989, p. 216). A festa durante muito tempo foi pensada pelos cientistas sociais brasileiros enquanto momentos

[...] a parte da vida cotidiana, atividades sem finalidade, improdutivas, opostas à realidade, à seriedade da ordem social; sendo momentos de atividade voluntária, livre e desinteressada, fruto de atitudes gratuitas, que constituiriam momentos, tempos e espaços apartados da rotina, fruto de situações ideais, situações artificiais, que não representariam o funcionamento das estruturas normais e fundamentais, que não representariam o funcionamento das estruturas normais e fundamentais que dariam sustentação a uma determinada sociedade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.165).

Ainda segundo Boschi (2004), as tentativas de romper esse ostracismo que envolvia a festa surgiram da parte daqueles que trataram dos estudos das sociabilidades. Entre os nomes que mais influenciaram para que fosse trilhada a senda da sociabilidade destacam-se Maurice Agulhon que a entende enquanto a vida social organizada, de um modo especial as mais diversas associações que seriam a sua forma mais privilegiada (GOMES, 1993). Igualmente a que se mencionar o nome de Georg Simmel que a define como um “processo social onde os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses, enquanto forma autônoma ou lúdica de sociação” sendo está última a “finalidade e o conteúdo de sua própria existência” (*apud* QUAQUARELLI, 1999, p. 41). Mas particularmente chamou nossa atenção a noção de

²⁰⁰ Entre os trabalhos historiográficos enfocando a festa em variados contextos, ver, como exemplo: JANCSO, István e KANTOR, Íris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/ Edusp/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2001. Vol.1 e 2.

sociabilidade proposta por Norbert Elias (*apud* QUAQUARELLI, 1999, p. 43) que a entende como,

[...] resposta às múltiplas interdependências e inter-relações que fazem parte da vida de um ser humano, e pelas quais ele é profundamente influenciado [...] refere-se as múltiplas redes espontâneas ou deliberadas estabelecidas entre indivíduos em uma determinada sociedade. Esta noção pode constituir-se em um possível campo de análise para recuperar [...] como as relações sociais como as redes de parentesco, de vizinhança, profissionais, confessionais e tantas outras que fazem parte da vida cotidiana dos indivíduos.

A citação aponta para relação intrínseca entre os circuitos sócio-familiares e as redes de sociabilidade, onde uma das formas de estabelecimento das conexões entre os indivíduos seria espontânea, composta pelas malhas em que as pessoas integram e convivem no seu cotidiano, como os elos de parentesco e de vizinhança. Outra forma de expressão da sociabilidade se daria através das teias constituídas a partir de ações deliberadas, fruto das escolhas pessoais, onde se situam, por exemplo, os nós inerentes ao matrimônio e ao compadrio. Por fim haveria os espaços de convívio social atrelados a instituições profissionais e confessionais que também são frutos de escolhas. Não obstante, Angela de Castro Gomes (1993) chama atenção para o paradoxo que pode envolver a concepção de sociabilidade enquanto conjunto de relações onde também pode se manifestar o conflito, a competição e até mesmo hostilidade, pois fazer parte de um grupo profissional ou de pessoas que compartilham a mesma fé, não significa que as conexões firmadas sejam pautadas pela fraternidade e solidariedade, ou seja, estar inserido num grupo não significa necessariamente, que as linhas que “amarram” seus integrantes sejam orientadas prioritariamente pelo sentimento de associação.

Acreditamos que as festas que aconteciam junto à propriedade dos Silva Pereira, “tanto ao ar livre como no espaço privado” (RAMOS, 2002, p. 08), compostas pela marcação, pelas refeições coletivas e pelos bailes, se constituíam numa oportunidade de convívio social²⁰¹ que ensejava o estabelecimento de laços e reafirmação de vínculos através do entrelaçamento de diferentes tipos redes. Essa proximidade entre as lides campeiras e as festas parecem ter sido algo muito frequente conforme sugere Farinatti, uma vez que desde o:

²⁰¹ Sobre sociabilidade, ver ainda: MOREL, Marco. **Sociabilidades entre Luzes e sombras:** apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e documentação da história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2001. Revista Estudos Históricos, n.º 28, 2001, p. 03-22. TEDESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade.** São Leopoldo: Unisinos, 2007. Ciências sociais, v. 43, n.1, jan./abr. 2007, p. 57-67. Disponível em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs acessado em 11/2010.

[...] período colonial, tanto no Vice-Reino do Prata, região vizinha de colonização espanhola, como no Rio Grande de São Pedro eram comuns as descrições destas atividades como estando imersas em verdadeiras festas vicinais para as quais podiam acorrer agregados, vizinhos pobres e vizinhos ricos, com a ‘sua gente’ sem receber necessariamente pagamento, mas podendo desfrutar de comida e bebida as fartas e reatualizar importantes laços de solidariedade (2007, p. 313).

Oliveira Viana ao tratar das populações meridionais do Brasil destacou que nas áreas onde o pastoreio imperava havia um costume relacionado à solidariedade e a cooperação. A realização de determinadas tarefas inerentes à pecuária mobilizavam uma “solidariedade vicinal”, que ampliava “efetivamente o campo da solidariedade social para um pouco além do núcleo familiar (VIANA, 2005, p.232). Pois bem, segundo conta Eurides Mendes (2010) essa cooperação entre vizinhos também se manifestava na estância de São Rafael, na medida em que quando havia marcação seu pai, Norberto Mendes²⁰², era convidado a participar. Uma vez que:

Ele era laçador e pialava²⁰³ bem, se garantia na corda, naquele tempo tinha valor o homem que sabia laçar. Ele vinha na marcação, durava três dias, o homem tinha 3.000 reses, juntava o pessoal da casa e vinha o pessoal lá da Boca da Serra (Rincão dos Alves) assistir a marcação do tio Randolpho [...] Laçavam o terneiro dentro da mangueira e puxavam o animal para fora meu pai ficava na porteira para pialar depois que a rês fosse derrubada se fazia todo o serviço no chão, precisava dois para apertar (segurar) e mais um para marcar. A marcação era no mês de setembro, todos os anos e se marcava terneiro de ano. [...] Depois que marcavam usavam colocar cinza com água para sarar mais rápido. Naquele tempo morria muito animal [...] principalmente de aftosa que dava em maio e setembro, dava na boca do animal caía até pedaço da língua e o animal não podia pastar.

A fala do ancião nos revela outra possibilidade da história oral relacionada as “conexões através das vidas” (THOMPSON, 2002, p. 20), membros de pelo menos três estirpes se encontraram na referida marcação. Sugere também que a destreza de seu pai, no manejo do laço, ao prender as patas dianteiras do animal forçando-o a cair no chão, era de grande serventia para a realização da marcação que se procedia anualmente no estabelecimento dos Silva Pereira. Conforme explicitado anteriormente, por termos tido acesso somente a meação e duas partilhas - resultantes do inventário da esposa Joaquina - não

²⁰² MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Norberto**. São Vicente, a. 1883, liv. 2, ff. 79, n.º 22. Norberto era filho de Delfino José Mendes e Severina Dias Gonçalves, nasceu em junho de 1881. Era neto pela materna de João Francisco Reis e Lucrecia Dias Gonçalves e pela parte paterna de Antonio Francisco Mendes e Tereza Gomes de Siqueira. Sendo está última uma das filhas de José Manuel de Siqueira e Margarida Gomes de Oliveira, conforme visto anteriormente antigos proprietários dos campos de Payré, terras que motivaram uma longa contenda com os Silva Pereira que resultaram nos assassinatos de José Manuel de Siqueira e do alferes José da Silva Pereira. Talvez resida aí o certo distanciamento que imperou durante um longo tempo entre a estirpe dos Mendes e a família Silva Pereira que mesmo sendo vizinhos só começaram a compartilhar o mesmo espaço de batismo e a trocar afilhados no final da década de 1890.

²⁰³ Pealar: “Laçar o animal pelas patas dianteiras, quando este vai correndo a toda a velocidade, derrubando-o e lançando-o por terra”. BOSSLE, João Batista Alves. **Dicionário Gaúcho Brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003, p. 382.

sabemos precisar quantos animais compunham o rebanho de Randolpho, todavia há que se conjecturar que se a marcação durava três dias, sendo marcados apenas os animais de ano, deveria ser uma quantia razoável de reses²⁰⁴. Possivelmente a memória do depoente, ao enaltecer o prestígio de Randolpho tenha lhe aumentado o rebanho. Aliás, um grande número de animais também reafirmava a importância do trabalho do pai de Mendes. Ainda relata os cuidados rudimentares, como último momento do serviço, que era feito no chão, usava-se cinza misturada com água a fim de apressar o processo de cicatrização. Também destaca que a marcação, bem como a castração, poderiam acontecer em setembro, um dos meses preferenciais para proceder tal tarefa, pois conforme destacou Farinatti, buscava-se assim “dar tempo das feridas cicatrizarem evitando que os insetos, comuns no verão, depositassem ali suas larvas gerando bicheiras” (2007, p.291). Aponta ainda a existência da moléstia denominada de aftosa como um dos principais entraves para o crescimento do rebanho que ao gerar feridas na boca do animal o impedindo de pastar contribuindo para criar um quadro de debilidade que poderia levá-lo a morte²⁰⁵.

Outro ponto na fala do entrevistado que merece ser ressaltado é o sentimento de pertencimento. Mesmo que de forma indireta, haja vista que “tudo isso que eu historiei é porque a minha mãe Palmira me contou algumas vezes” (MENDES, 2010). Percebe-se uma identificação com aquele universo rural, uma vez que além de seu pai que auxiliava com “a corda” também faz menção aos seus ancestrais da grei dos Alves da Conceição, quando menciona “o pessoal lá da Boca da Serra”, entre os quais destaca sua mãe Palmira²⁰⁶. Ela em companhia de Rita e de um outro irmão viajaram meio dia em setembro de 1907 “de carretilha, uma carreta toldada, puxada por dois bois”, para chegar a estância. “Elas se hospedavam na casa do tio, tudo gente de casa, só voltava depois que o serviço terminava” (IDEM). Além de prestigiar a marcação do “tio Randolpho”, certamente esses parentes

²⁰⁴ Antonio José Gonçalves Chaves (1978) ao tratar das taxas de crescimento dos rebanhos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, destacou que elas eram condicionadas pela localização, qualidade das terras e do próprio gado, a média anual ficava em torno de 22%. Deste número seriam destinados a comercialização e ao consumo algo em torno 10% do rebanho. Caso tal taxa fosse excedida havia comprometimento nos índices de crescimento do rebanho. Números semelhantes foram apontados por Paulo Afonso Zarth (2002) para segunda metade do referido século, portanto para o princípio do século XX esses percentuais não devem ter sofrido alterações significativas.

²⁰⁵ Tanto Auguste Saint-Hilaire (1987) quanto Arsène Isabelle (1949, p. 234) que transpuseram o Vale do Jaguari nas primeiras décadas do século XIX apontaram como uma das principais causas que levavam a morte de boa parte dos rebanhos a “praga de carrapatos que infestavam os campos se constituindo em verdadeiro flagelo para homens e animais”.

²⁰⁶ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Palmira**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 43, n.º 28. Palmira nasceu em 09 de maio de 1888 e faleceu em 19 de outubro de 1965. Era filha legítima de Querino Alves Machado e Carolina Etelvina Alves, sendo neta pela parte paterna de Zeferino Alves Machado e Mariana Leite da Conceição e pela materna de João Francisco Reis e Lucrecia Dias Gonçalves.

também vinham ajudar nas mais diversas tarefas domésticas, pensamos, por exemplo, na preparação dos alimentos que seriam consumidos durante os três dias em que durava o evento.

Entre os momentos que se poderia degustar das “iguarias campeiras” preparadas no fogão da cozinha, no forno do pátio ou em alguma vala aberta a fim de assar a carne, estava o café, resultante de uma pausa que se fazia durante a realização do baile. Vejamos o que Mendes (2010) nos diz a esse respeito desses eventos:

Depois da lida ia em casa tomava um banho, trocava de roupa se perfumava, com estrato Amor Gaúcho, e voltava a galope pois de noite se divertiam com o toque de gaita, o gaiteiro que tocou quando eles (Norberto e Palmira) se encontraram e dançaram pela primeira vez foi o Berchola, o baile começava logo que escurecia. Só tinha uma gaita e eles dançavam polca na sala da casa de moradia e para facilitar espalhavam farinha de milho no salão. Lá pela meia noite tinha um café bem forte, com carne, depois voltavam a dançar mais um pouco, pois depois tinham que ir dormir pra no dia seguinte voltar a marcar terneiro.

Mesmo após um dia inteiro laçando e ajudando na marcação das reses o “vidente encontrou forças” ao cair da tarde para galopar até sua casa (distante cerca de três quilômetros), tomar banho, com certeza trocar de roupa, passar uma “água de cheiro” e voltar para dançar com sua futura esposa. Segundo Michael Anderson (1984, p. 51) “os bailes eram importantes para os camponeses e para os trabalhadores rurais em muitas regiões da Europa continental até meados do século XIX ou mesmo mais tarde”. Tendo em vista que ao chegar numa certa idade, frequentar esse tipo de evento “passava a ser uma necessidade familiar, pois abria espaço para as moças e rapazes se mostrassem socialmente” (MUAZE, 2008, p. 198). Destarte, o baile propiciava aos rapazes e moças uma sociabilidade ligada à possibilidade de serem apresentados aos membros da boa sociedade, criando, sobretudo, oportunidades para firmar bons contratos de casamento conforme percebeu José Augusto Arriscado (2005) ao estudar a sociabilidade burguesa estabelecida nos salões da sociedade de Viana do Castelo na segunda metade do século XIX. O imbricamento entre redes de sociabilidade e matrimônio também foi trabalhado por Antonio Ibarra e Guillermina del Valle Pavón ao estudarem a configuração familiar de Dom Joseph Quintero, um dos homens mais poderosos do sul México, mais especificamente da cidade de Vera Cruz. O “señor de ganados y tierras”, forjou o aumento de sua fortuna e do poder de sua família mediante alianças matrimônias a maioria delas “empezadas mediante formas ritualizadas de disidencia, como fandangos e saraos. Redes, que no sólo expresan distintos modos de sociabilidad, sino estrategias de cohesión y fricción social” (2007, p. 720). Dalila Muller, inspirada nos escritos de Agulhon, tratou da sociabilidade formal representada pelas associações que promoviam bailes em Pelotas entre

1840 a 1870. Em sua tese particularmente uma frase chamou nossa atenção “para que vem ao baile, se não para dançar?” (MÜLLER, 2010, p. 67). Respectivamente ao lançar a indagação já encaminha as respostas ao dizer que o baile também propiciava a oportunidade para “encontrar os amigos [...] conversar, beber ou jogar, pois como se sabe vai-se ao baile para apertarem-se as relações sociais e criar-se essas cadeias de amizade” (IDEM, p. 69).

Outra forma de interação proporcionada por este tipo de reunião era o café da meia noite que além de se constituir numa parada para recuperar as energias, significava também uma ocasião onde as pessoas poderiam desenvolver uma boa prosa. Há que se conjecturar sobre o que falavam durante e principalmente nestes intervalos do fandango, talvez comentassem sobre as proezas da marcação ligadas a destreza dos que participaram do serviço ou falassem sobre alguma rês mais arredia e do trabalho que ela tivesse dado, talvez fosse uma situação a mais para rapazes e moças flertarem, talvez fosse um bom momento para solicitar a licença para cortejar uma rapariga, talvez fosse o momento até para anunciar um casamento, talvez juras de “amor eterno” fossem trocadas; ou ainda talvez tratassem da destreza do gaiteiro ou da pouca habilidade que o mesmo tinha com as teclas e os baixos de sua acordeona, talvez comentassem sobre os giros feitos por uma das moças ao dançar que valorizavam o vestido novo de chita que ela vestia; talvez fosse a oportunidade para invitar futuros compadres a fim de tomarem parte no parentesco ritualizado, ou simplesmente talvez falassem de outras coisas. Peço escusas sobre a demasia no talvez, a verdade é que não sabemos e nunca saberemos do que falavam aquelas gentes que bailavam na sala da casa da estância, que se deliciavam com a carne que havia sobrado do almoço e com os quitutes que haviam sido preparados para a ocasião, possibilitando assim que as forças fossem recobradas e para espantar o sono um “café bem forte” era sem dúvida de grande valia, tudo isso para poderem voltar ao “teatro” da dança com seus passos e contrapassos. Num processo que aproximava “a vizinhança, reforçava os laços parentais de solidariedade e o sentimento de família entre seus membros” (BRÜGGER, 2007b, p. 270)²⁰⁷.

Essas lides campeiras poderiam resultar em despesas adicionais destinados a “gente de marcação” conforme foi observado pelo olhar perspicaz do historiador Juan Carlos Garavaglia (1993). Ao estudar as contas de alguns estabelecimentos produtivos localizados na campanha Rioplatense, o estudioso pôde verificar que não constavam gastos para o pagamento dos peões para realização de tal atividade. Percebeu que para os arredores de Buenos Aires, eram

²⁰⁷ Tratando de momentos lúdicos entre populares no meio rural, ver: MELO, Homero Luis Oliveira de. **Os Populares de Bagé na República Velha: heranças rurais e experiências urbanas**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2004, 161 F. (Dissertação de Mestrado).

oferecidos aos trabalhadores, entre outros produtos, aguardente, vinho e fumo. Ao olharmos as compras que o estancieiro fez junto à venda do coronel Christiano, que analisaremos de forma mais detida na próxima seção, algo nos chamou atenção. O mês de outubro²⁰⁸ de 1911 apresentou o segundo maior valor em termos de gastos entre todos os meses analisados, a média mensal ficou na casa dos 41\$914 réis sendo que no referido mês o valor chegou a 109\$600 réis (ver tabela 7). Ao olharmos a caderneta de venda a prazo no referido mês, notamos que entre as mercadorias compradas havia algumas que se fizeram presentes somente naquele momento, entre as quais goiabada, polvilho e querosene. Simultaneamente outros itens impressionaram pela quantidade, tais como as três arrobas de erva mate, sendo essa quantidade muito superior aos demais meses da amostragem. Na busca de uma explicação acreditamos na possibilidade de que as compras a mais suscitem uma ocasião especial, que talvez entrelaçasse a marcação e a “comilança”. Por último a outro ponto que merece ser esboçado, mas que não será desenvolvido para não perder o foco, fica por conta de que o estancieiro poderia dispor de mão-de-obra sem a necessidade de pagar pelos serviços, afinal o ritual produtivo se imiscuía com a festa.

3.5 “Fazendas e reses”: os negócios na venda do coronel Christiano Haesbaert

Trataremos agora de alguns negócios desenvolvidos por Randolpho junto à venda da família Haesbaert dando ênfase principalmente as redes de crédito firmadas em seu nome na venda do coronel Christiano²⁰⁹. Conforme destacou Imízcoz (2004, p. 118) devemos

²⁰⁸ Tanto Farinatti (2007) quanto Osório (2008) apontam que além de setembro outros meses preferenciais para se fazer os serviços de marcação e castração eram abril, maio e outubro.

²⁰⁹ Christian Nathanael Haesbaert nasceu em Hamburgo Velho em 29 de novembro de 1856, era o sétimo filho de Marie Louise e de Johann Peter Christian Haesbaert, este último o primeiro pastor luterano a vir para o Rio Grande do Sul possuindo formação em teologia (DREHER, 2003, p. 64-65). Christiano casou-se em primeiras núpcias com Katharina Christina Schreiner, nascida em Estância Velha, com a qual permaneceu casado até o ano de sua morte, ocorrida em 1915. Foi negociante em Estância Velha de 1876 a 1880. Hoteleiro e proprietário de uma navegação fluvial em São Gabriel da Estrela, de 1880 a 1903, quando vendeu seus negócios e passou a residir em São José do Louro, quarto distrito de São Vicente do Sul, localidade onde abriu uma venda e serraria. Naquele local foi coronel da Guarda Nacional, subdelegado de polícia e se constituiu em importante liderança política. Em 1917 entregou sua propriedade e serraria a seu filho Reinaldo e retirou-se à vida privada em seu sítio localizado em Vila Clara, local onde em setembro de 1925 casou-se novamente com a viúva Anna Praetorius e foi naquele povoado que veio a falecer em dezembro de 1936. A questão dos nomes das esposas foi enfatizado pois tanto Osório (2000) como Witt (2008) destacaram a importância delas no processo de inserção e operacionalização das teias comerciais. Ao longo do período em que viveu no interior de São Vicente do Sul teve ativo papel político conforme sugere o Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas, elaborado a mando de Getúlio Vargas após o pleito de 1930. Nele constam os nomes de 1.500 personagens que juntamente com seus familiares foram homenageadas pelo então presidente da república. A respeito deste ilustre republicano o livro nos diz o seguinte: “A povoação de Vila Clara deve muito ao Coronel Christiano pois ele foi um dos maiores propulsores do seu adiantado progresso, foi um dos seus fundadores. Republicano desde os tempos da propaganda, o senhor Christiano Haesbaert vem desde há muito tempo, emprestando a sua valiosa

considerar “los hombres y mujeres como agentes del cambio histórico”, analisando “su experiencia en todos los órdenes (económico, político, social y cultural)”. Pois as “redes de poder não pressupõem somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política, as redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que a economia estava intrinsecamente ligada à política” (GOUVÊA et al, 2004, p.100). A inspiração para a abordagem deste tipo de rede surgiu após a leitura do trabalho de Andrea Reguera (2006) que ao estudar “el patrón de estancias Ramón Santamarina” percebeu que o mesmo havia desenvolvido um sistema de pagamento onde seus empregados compravam em diferentes estabelecimentos usando como garantia de pagamento seu bom nome²¹⁰.

Antes, porém, entendemos ser necessário mencionar que o período analisado teve início em 06 de maio de 1911 e se estendeu a 11 de maio de 1912. Sendo que o intervalo de um ano foi delimitado pelas velhas folhas da caderneta, muitas delas soltas e que acabaram se perdendo²¹¹. Mesmo assim acreditamos que o prazo de doze meses consecutivos nos deu um bom panorama das compras e das formas de pagamento desenvolvidas junto à casa de comércio, mobilizando paralelamente um sistema de redes de crédito²¹². Ao mesmo tempo daremos ênfase à expressiva quantidade de fazendas (tecidos e vestuário) compradas ao longo do período bem como a uma das formas de pagamento das mercadorias consubstanciada através da entrega de reses e de outros agropecuários. Para tanto iremos nos valer da desejável aventura da quantificação.

Marcel Mauss destaca que o ato de conferir crédito consistia numa dádiva que se desenvolveu a partir do “direito da economia de escambo para a venda e, esta, da venda à vista para a venda a prazo” (1974, p. 98). Paulo Moreira chama atenção para a situação de que não vender fiado poderia provocar choques violentos, “equivalia a desconfiar da honestidade e capacidade de pagamento do cliente, portanto, de sua palavra” (2009, p. 93). Wilhelm Rotermund (1997) inferiu sobre as relações, nem sempre amistosas, entre vendeiros

colaboração ao partido de Júlio de Castilhos. O ardor e entusiasmo com que tem servido seu partido, ficou bem demonstrado na sua atitude por ocasião do movimento revolucionário de 1893, em que o coronel Christiano alistou-se nas fileiras legalistas, em defesa do ideal político. Atualmente é o chefe do partido de Julio de Castilhos no quarto distrito de São Vicente, gozando de elevado conceito tanto político como social em toda esta comunidade (1934, p. 670). Sobre a atuação da família Haesbaert no comércio e na navegação através do Toropi, ver também: RODRIGUES, Lisandro Oliveira. **"Imigração Alemã: O caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX)**. Santa Maria: UFSM, 2007, 79 F. (Monografia de especialização).

²¹⁰ Usar o nome do senhor para obter produtos diversos em armazéns e bodegas foi um costume arraigado mesmo entre trabalhadores cativos. Ver: MOREIRA, Paulo R. S. **Os Cativos e os Homens de Bem - Experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

²¹¹ A primeira página a que tivemos acesso foi a de número 188 e a última folha sob o número 326, sendo o primeiro lançamento datado em 29 de abril de 1911 e o último a 09 de janeiro de 1913.

²¹² AMFT. **Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda do coronel Christiano Haesbaert**. a. 1911-1912. ff. 198, 213r e v., 236 r. e v., 279, 290 r. e v.

alemães e aqueles que compravam em cadernetas em São Leopoldo à época da colonização, muitas delas eram resultantes da ambição do comerciante que na ânsia de enriquecer, o mais rápido possível, recorria à prática escusa do endividamento. Mediante a cobrança de juros extorsivos os colonos não conseguiam saldar seus débitos e desse modo acabavam tendo suas propriedades esbulhadas. Marcos Antonio Witt (2007) ao analisar o papel social das vendas, na área de colonização alemã, destacou o ecletismo destes espaços onde se comercializava de tudo um pouco, mas também abalizou que era o espaço ideal para uma prosa, uma cachacinha e um carteadado. Além da sociabilidade se constituíam também num “*locus*, privilegiado, onde o vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e tomavam partido nas mais diversas situações” (WITT, 2008, p. 284).

Pois bem, feitas essas breves considerações sobre as casas de negócios e o ato de vender fiado vejamos agora através das tabelas 5 e 7 um panorama geral das despesas (débito do freguês) e das formas de pagamento feitas pelo estancieiro que na caderneta aparecem pelo conceito de haver.

Tabela 5 - Compras feitas junto à venda do coronel Christiano

Alimentos e condimentos	Dinheiro e gastos de outros	Fazendas	Outros	Total
260\$840	70\$750	174\$930	106\$284	612\$804
£17	£ 5	£ 12	£ 7	£ 41
42,56%	11,54%	28,54%	17,36%	100%

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

A primeira das colunas da tabela trata das questões alimentares que apresentaram em termos absolutos 260\$840 réis. Oliveira Viana ao estudar as populações meridionais do período colonial até a década de 1930 apregou a presença de autonomia em termos de produção e consumo de alimentos. Defendeu que os fazendeiros em seus domínios desfrutavam de uma independência econômica absoluta pois em suas casas só se comprava o “ferro, sal, pólvora e chumbo. São estes, realmente, os quatro únicos produtos que o grande domínio não pode produzir” (2005, p. 190), enfatiza mais ainda esse sentimento de autosuficiência ao proparar que “se toda a sociedade se extinguisse em derredor dele, do seu próprio domínio extrairia ele o bastante para as suas necessidades fundamentais, e continuaria a viver, como se nada houvera, a sua vida laboriosa e fecunda” (IDEM). No entanto, a análise das despesas com gêneros alimentícios do ramo familiar de Randolpho que atingiram 42,56% de seus gastos nos mostra outro panorama. No caso ora estudado a tão propalada suficiência

não se verifica na prática. Uma parcela expressiva dos alimentos era adquirida junto ao estabelecimento comercial localizado em São José do Louro. Entre os produtos destinados a alimentação menciona-se a farinha de trigo, açúcar, erva mate, cravo, canela, mel, chá, café e o sal. Aliás, este último impressionou pela quantidade, ao longo do recorte cronológico analisado, foram adquiridos 15 sacos do produto o que nos faz aventar a possibilidade de que além do consumo humano este produto também era dado aos animais ou a que se conjecturar ainda sobre uma eventual produção de charque destinada ao consumo na própria propriedade. Quanto aos sacos de açúcar o vendeiro frisou que se tratava de produto na sua variável branca, o que sugere que também era negociado o açúcar mascavo constituindo-se numa variante mais rústica do produto. Em momento algum se faz qualquer tipo de referência a arroz e feijão o que nos indica que esses produtos ou eram produzidos ou adquiridos em outro lugar. Já em relação ao milho, produto possivelmente destinado aos animais, foi adquirido em duas oportunidades em pequenas quantidades.

A terceira coluna apresenta o resumo das compras ligadas ao vestuário. Entre os calçados adquiridos elenca-se os vários pares de tamanco e as “chinellas pretas”. Mas o que causou maior surpresa foram os quase 180 metros de fazendas compradas no decorrer de um ano. Entre os doze meses analisados somente em dois deles não se fez menção a gastos com tecidos. Entre os mais comprados estiveram à germana, o riscado, o brim, o algodão, a pelúcia, a cassa e a chita, esta última, de longe o pano mais adquirido. Sugerindo-nos que até mesmo os mais “recônditos sertões” eram abastecidos pelas “tecelagens das grandes manufaturas urbanas” através das “suas especialidades variadas” como “as chitas, as lãs, as casemiras” (IBIDEM, p. 189). Os itens ligados a costura ocuparam, nada mais nada menos do que, 43 linhas da caderneta. Além das fazendas volta e meia aparecem os carretéis de linha, peças de renda e colchetes de pressão.

A relação dos produtos comprados sugere certo ecletismo por parte da venda. Pois observamos a aquisição de objetos de cunho pessoal, (tais como anéis e pentes), cosméticos (garrafa de água florida), utensílios para casa (urinol alouçado), ferramentas (lima de três quinas), e bebidas (vinho), mercadoria que só foi comprada em duas oportunidades. Também fazem parte da listagem de produtos adquiridos penas com ponta de aço, tinteiro, cadernos e envelopes o que nos sugere a troca de correspondências, sendo a prática epistolar, conforme destacamos anteriormente, um importante instrumento na operacionalização de redes de cunho político. Na sequência iremos nos valer de duas tabelas que almejam demonstrar um resumo dos gastos mensais e as formas de pagamento utilizadas para saldar os débitos.

Tabela 6 - Resumo dos gastos e dos pagamentos mensais feitos por Randolpho

Mês	Ano	Débito	Crédito
Transporte mês anterior		144\$210	
Maio	1911	42\$090	230\$000
Junho	1911	59\$100	39\$000
Julho	1911	28\$950	22\$500
Agosto	1911	43\$780	200\$000
Setembro	1911	34\$600	
Outubro	1911	109\$600	108\$000
Novembro	1911	20\$700	11\$600
Dezembro	1911	24\$000	53\$500
Janeiro	1912	44\$534	53\$550
Fevereiro	1912	4\$300	
Março	1912	163\$960	200\$000
Abril	1912	37\$200	30\$000
Subtotal		727\$014	948\$150
Total			221\$136

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Tabela 7 - Formas de pagamento utilizadas

Dinheiro	Reses	Produtos de origem animal	Gêneros agrícolas	Total
501\$600	321\$000	95\$550	30\$000	948\$150
£ 33	£ 22	£ 6	£ 2	£ 63
52,90%	33,86%	10,07%	3,17%	100%

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Ao olharmos o valor movimentado nesta espécie de “conta corrente”, os créditos chegam a quase um conto de réis, valor nada desprezível. O pagamento em espécie, 501\$600 réis (cerca de £ 33), foi o modo que apresentou o maior valor, contudo isso aconteceu apenas em três oportunidades, a forma mais corrente para pagar a conta se deu através da entrega de mercadorias. Ao longo do ano analisado foram repassadas seis vacas gordas, um novilho e oito couros, crinas e farinha de mandioca que juntos representaram algo em torno de 47,1% dos recursos. Segundo Witt o fato de entregar animais era absolutamente natural em vendas situadas num cenário rural. Também imputou que o recebimento de animais para proceder ao acerto favorecia “o vendeiro no sentido de aumentar-lhe o rebanho, garantir-lhe força motriz para a moenda ou proporcionar-lhe acesso às proteínas” (2008, p. 254). Já no que tange ao acerto realizado por meio da entrega de “farinha de guerra” favoreceria ainda mais o vendeiro, pois o mais provável é que o produto fosse repassado para outros fregueses a um preço bem

maior do que o adquirido. No caso ora estudado parece-nos que a assertiva, no que tange aos animais, deve ser relativizada, uma vez que ao olharmos as diferenças entre o que gastou e o que recebeu em troca, ao final de um ano, conforme pode ser observado na tabela 6, o resultado revelou-se positivo para Randolpho em 221\$136 réis (cerca de £ 15). É bem provável que a entrega dos produtos tratava-se de um artifício a fim de adquirir aquilo que a família necessitava efetuando o pagamento através da entrega de mercadorias produzidas na própria estância.

Versaremos na sequência a respeito das redes de crédito que foram firmadas em nome de Randolpho junto à casa de comércio da família Haesbaert. Voltando a tabela 5, mais precisamente a segunda coluna, onde consta o valor de 70\$750 réis oriundos de débitos que foram lançados na caderneta mediante a entrega de dinheiro a terceiros ou ainda de pessoas que fizeram compras na sua conta. Se levarmos em conta o montante geral dos débitos, a soma em termos de números absolutos, assim como em valores percentuais (11,54%), não é das mais expressivas, no entanto, acreditamos que por detrás dessas cifras existe um conjunto de cadeias sociais de caráter vertical para baixo ligadas a obtenção do crédito. Sistematizamos esses “empréstimos” e gastos na tabela que segue.

Tabela 8 - Pessoas que dispuseram de crédito na conta de Randolpho

Página	Nome	Data	Natureza do crédito	Valor
198r.	Pedro Sobrinho	14/05/1911	Dinheiro	4\$000
213r.	Fermina Alves	28/05/1911	Gasto	7\$950
213r.	Benedicto Domingues	01/06/1911	Gasto	8\$000
213r.	Senhor Flores	16/06/1911	Dinheiro	3\$000
213r.	Caciano Maria	23/07/1911	Dinheiro	4\$000
213v.	Randolpho	26/07/1911	Dinheiro	12\$000
236r.	Fermina Alves	11/09/1911	Gasto	6\$000
236r.	Salvador Maria	07/10/1911	Gasto	5\$000
236v.	José Montezana	02/11/1911	Gasto	6\$000
236v.	Senhor Flores	26/11/1911	Dinheiro	\$100
236v.	Senhor Flores	30/12/1911	Dinheiro	\$200
279r.	Laurindo Santos	13/02/1912	Dinheiro	1\$500
290r.	José Montezana	24/03/1912	Dinheiro	13\$000
	Total			70\$750

Fonte: AMFT, Caderneta de compras a prazo de Randolpho Silva junto à venda de Christiano Haesbaert.

Monica Dantas (2009, p. 349) apontou que uma das necessidades vitais para a população mais pobre era contar com “a possibilidade de se retirar gêneros de primeira necessidade nos pequenos armazéns locais, com as famosas cadernetas acumulando, por vezes, dívidas de meses ou anos”. No caso ora estudado nos parece que estamos diante de outra situação. Nas 138 páginas da caderneta a que tivemos acesso apenas Laurindo dos Santos teve seu nome registrado tendo conta própria²¹³. Os outros sete sujeitos não dispunham dessa vantagem, o que nos faz supor que essas pessoas não apresentavam as condições materiais necessárias para poderem desfrutar da possibilidade de comprar fiado junto à venda. Desta forma, Randolpho pode ser pensado como uma espécie de mediador que viabilizou o crédito. Em relação à estruturação dessas teias entendemos que elas podem ser pensadas a partir do ponto de vista das relações diádicas, isto é, “entre indivíduos com recursos iguais e desiguais”, ratificando que “as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que podem envolver amigos, parentes ou indivíduos em condições desiguais” (VARGAS, 2010, p. 35).

Ao trabalhar com as listagens de fregueses nas vendas da família Voges, Marcos Witt (2008), percebeu que muitas vezes junto aos nomes da clientela haviam indicativos feitos pelo negociante referentes às “qualidades” do freguês. Sendo que os mesmos eram identificados a partir da origem étnica, alcunhas, profissão e estado civil. Também constavam adjetivos ligados ao fato de serem bons ou maus pagadores. Caso tivéssemos tido a mesma sorte teria sido muito mais fácil identificar que tipo de conexões Randolpho possuía com esses agentes históricos. Diante disso só nos resta, mais uma vez, lançar mão de conjecturas. De imediato, aventam-se as seguintes explicações, possivelmente alguns deles se constituíam em trabalhadores esporádicos que após terem concluído suas atividades eram pagos pelo “bolicheiro”. Também nos parece plausível supor de que se tratava de relações de solidariedade envolvendo familiares, vizinhos e ou amigos pobres que num estágio avançado da vida careciam de ajuda. Suspeitamos ainda que talvez estejamos diante de relações clientelares, onde agregados compravam a prazo mediante o aval do dono da terra. Mesmo que a natureza das malhas entre esses personagens esteja envolta em brumas, entendemos que a operacionalização da rede de crédito com setores subalternos apresenta uma dinâmica social instigante, ao aludir que

²¹³ AMFT, *Caderneta de compras a prazo de Laurindo Santos junto à venda de Christiano Haesbaert*. a. 1912, ff. 194 e 280.

[...] no sólo pone de manifiesto la existencia de intereses, identidades y lealtades en el seno de un mismo grupo social teóricamente homogéneo, sino que permite rescatar las relaciones existentes entre individuos que no pertenecían a un mismo grupo socio-económico [...] vínculos verticales, entre desiguales (LEIVA, 2007, p. 02).

Entre as pessoas que compraram fiado na conta de Randolpho encontramos Fermina Alves, a única mulher do grupo, cujo sobrenome nos fez pensar inicialmente na hipótese de que havia uma relação de parentesco sanguíneo com a família de sua falecida mulher Joaquina. Farinatti ao tratar das teias familiares em Alegrete defendeu que “pertencer a uma rede parental que concentrasse recursos era, em geral, um diferencial relevante nas possibilidades de sucesso e fracasso dos sujeitos, bem como em sua auto-imagem e na posição social que ocupavam” (2007, p. 210-211). Tendo em vista que “através de uma vasta teia parental circulavam favores, proteção, lealdade, serviços, créditos, informações, cuidados. Ela podia ainda facilitar o acesso a relações comerciais” (IDEM). Entretanto, no momento em que buscamos o nome de Fermina junto aos registros de batismo verificou-se, em pelo menos uma oportunidade conexões que haviam sido estabelecidas com a família de Alsira²¹⁴, o que nos faz crer que antigos laços de vizinhança se mantinham e eram reafirmados através da concessão de crédito, tendo como elo a segunda esposa de Randolpho.

Outra possibilidade ventilada é que seriam “changueadores”, pagos em espécie ou através da concessão de gastos na venda. Andrea Reguera percebeu que este era um dos recursos utilizados entre os empregados do estancieiro Ramón Santamaria. Os trabalhadores “recibían su paga en vales, canjeables en dinero o en mercancías en alguna casa de comercio donde el chacarero tuviera cuenta habilitada por su patrón” (2006, p. 100). Tal proposição ganha força principalmente em se tratando de Salvador Maria, pois encontramos seu nome junto a outras contas onde também dispôs de gastos ou recebeu pequenas somas em dinheiro²¹⁵. O artifício de pagar serviços através de créditos junto a estabelecimentos comerciais também foi percebido por Witt (2008) para áreas de colonização germânica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista estratégico, caso realmente esses homens trabalhassem para ele na condição de peões, utilizar a conta do estabelecimento comercial se constituiria num recurso interessante, pois poderia dispor de mão-de-obra, mesmo não tendo dinheiro em mãos para paga-la. O acerto seria feito pelo negociante que

²¹⁴ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Idalina**. São Vicente, a. 1899, liv. 5, ff. 34v., n.º 31. Fermina era comadre de João de Mello irmão da segunda esposa de Randolpho.

²¹⁵ AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Jerônimo Paim junto à venda de Christiano Haesbaert**. a. 1912, ff. 268v e 296.

AMFT, **Caderneta de compras a prazo de Vicente Mendes junto à venda de Christiano Haesbaert**. a. 1912, ff. 281.

arcaria com ônus da despesa até que o débito fosse saldado. As vantagens por parte do estancieiro eram ainda maiores se levarmos em conta o fato de que não conseguimos apurar qualquer tipo de cobrança de juros, o que talvez explique a situação ocorrida em julho de 1911 quando o próprio Randolpho se valeu de sua conta a fim de fazer uma “retirada” no valor de 12\$000 réis.

No que concerne aos agregados Cacilda Machado (2008, p. 50) argumentou que muitos “eram indivíduos solitários e extremamente pobres e desenraizados, mas também podiam ser chefes de família”, exceto Fermina Alves, nenhum dos demais foi encontrado junto aos registros religiosos de São Vicente, assim é grande a possibilidade de se constituírem em homens solteiros. Ao mesmo tempo a historiadora enfatiza que “variava o status do agregado no interior de um domicílio ou de uma propriedade: ele podia ser um idoso, um inválido ou uma mulher sozinha com filhos pequenos” (IDEM, p. 50). A autora salienta ainda que a prática da agregação não pode ser “caracterizada exclusivamente como um sistema de arregimentação de mão-de-obra” mas está relacionada também com a “capacidade de agregar pessoas [...] pode ser entendida como fonte de distinção social” e “criação de relações de dependência” (IBIDEM, 2008, p. 53). Do ponto de vista do trabalhador a disponibilização de pequenas áreas de terras seria uma entre as benesses que ele poderia desfrutar, mas há que se salientar ainda, a isenção ao recrutamento militar ou o auxílio “em momentos emergenciais (como secas, cheias, doenças em família) e a proteção frente às autoridades judiciárias ou policiais, fosse pela oferta de um esconderijo ou pela contratação de um advogado, eram sem dúvida, as situações mais comuns” (DANTAS, 2009, p. 344).

Por fim, o vender fiado se constitui num dos maiores desafios para o comerciante, pois, sempre havia o risco de não receber. Mesmo sendo uma questão complexa pode estabelecer relações de reciprocidade. Ao acreditar na palavra do freguês o comerciante acaba fornecendo as mercadorias solicitadas em troca de uma promessa de um pagamento futuro, quando o débito é saldado o ciclo se encerra, mas simultaneamente abre-se a perspectiva de que se inicie de novo. A capacidade de dispor de crédito sugere uma espécie de capital simbólico ligado ao “bom nome” e do ponto de vista dos subalternos “estar vinculado a alguém com poder de mando permitia ao sujeito na hora da necessidade de crédito ou outros favores ter a quem recorrer” (FAGUNDES, 2009, p. 143). Desse modo sustentamos que proporcionar o artifício de compras a prazo a terceiros foi um dos mecanismos que contribuiu no processo de notoriedade social alcançado por Randolpho.

3.6 Randolpho e os seus: engenharia parental através da nupcialidade

Nesta parte do trabalho almejamos apresentar e analisar situações pensadas a partir da nupcialidade enquanto elemento utilizado pela linhagem de Randolpho no processo de arranjos familiares ligados a uma engenharia parental que estabeleceu novos canais de relacionamento e reafirmou antigas teias. Neste ponto destacaremos o reavivamento dos vínculos com os Alves da Conceição, mediante o enlace de Quirino com sua prima Rita e ainda abordaremos a união conjugal de João Carlos da Costa Junior com Cândida, dentro de um processo de estabelecimento de novas conexões a outros “clãs”. A perspectiva de tratar das redes sócio-familiares de alguns membros da terceira geração dos Silva Pereira, firmadas a partir do matrimônio, foi vislumbrada após a leitura de Zacarias Moutoukias que propugnou a importância da “análisis de redes sobre el ciclo de tres generaciones” (2000, p. 136). Desta forma, pretendemos verificar através de antigas e de novas malhas permanências e câmbios, num processo onde “as estratégias eram reinventadas e guiadas por demandas específicas de cada momento” (FAGUNDES, 2009, p. 141).

Com relação aos nomes daqueles que estabeleceram relações conjugais com a prole de Joaquina e Randolpho foram apurados a partir do cruzamento de três tipos de fontes nominativas, mais precisamente de certidões de casamento e de óbitos, de alguns registros de batismo (onde se fez menção aos nomes dos pais), e nos demais casos por meio a consulta dos registros de transmissões de imóveis resultantes das partilhas dos inventários do casal por último mencionado²¹⁶. A relação dos consortes deste ramo familiar dos Silva Pereira pode ser verificada junto ao quadro 4.

²¹⁶ A única certidão que conseguimos foi a do enlace de Rita e Quirino, que faz parte do acervo do AMFT, as demais foram inacessíveis haja vista que, os cartórios de registro civis de Mata não disponibilizou o acesso aos livros. A pesquisa só poderia ser feita pelos funcionários do tabelionato mediante pagamento de taxa de consulta, para cada um dos registros que fosse encontrado acarretaria pagamento de outra taxa para que a certidão fosse expedida.

Quadro 4 - Genros e noras de Randolpho e Joaquina

Filho(a)	Genro/nora
José da Silva Pereira	Mariana de Oliveira
Zeferino da Silva Pereira	Olicia de Oliveira
Candida da Silva Pereira	João Carlos da Costa Junior
Mariana da Silva Pereira	José Canabarro Filho
Randolfo da Silva Filho	Duçolina César
Rita Alves da Silva	Acacio Alves de Oliveira
Joaquina Alves da Silva	Martimiano Eggres da Costa
João da Silva Alves	Flora Flores da Silva
Silvia da Silva Alves	João Machado
Quirino da Silva Alves	Rita Alves Machado
Alfredo Alves da Silva	Eva Flores da Silva
Junia da Silva Pereira	Odácio Flores da Silva
Alzira da Silva Pereira	
Maria das Dores da Silva Alves	
Juvenal da Silva Pereira	Dulcineria Mello

Fonte: AMFT, Certidão de casamento de Quirino Alves da Silva e Rita Alves Machado. MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, Livros de batismos de São Vicente, livros 4 e 7. TABELIONATO DE REGISTROS PÚBLICOS DE SÃO VICENTE, Certidões de óbito de José e Zeferino da Silva Pereira. TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE JAGUARI, Certidão de óbito de Acácio Alves de Oliveira. TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, Certidão de óbito de Junia da Silva Flores. TABELIONATO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, Livros de Transcrições e Transmissões. São Vicente do Sul, livros 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G, 3I, 3J, e 3L para o período de 1920 a 1955.

Aqui se impõe um aparte, em relação à ordem dos nomes que aparecem na primeira coluna foi estabelecida pelas datas de nascimentos. Por não termos conseguido encontrar seus nomes junto aos livros de casamentos da paróquia de São Vicente e pelas certidões terem se revelado dispendiosas demais não foi possível verificar onde e quando se casaram muito menos quem foram os escolhidos para servirem como testemunhas. Cabe destaque que a única das filhas que não nos foi possível observar se contraiu núpcias foi a caçula Maria das Dores. Quanto a Alsira, que no quadro anterior, a coluna destinada ao nome de seu marido está em branco, o que não conseguimos descobrir foi a graça do consorte, pois nos livros de registro cartoriais de imóveis apuramos dois negócios de terras que ela estabeleceu com seu irmão Zeferino onde foi descrita na condição de viúva. Os registros de batismo também foram um importante instrumento, a fim de estabelecermos os enlaces matrimoniais estabelecidos pela terceira geração dos Silva Pereira no Vale do Jaguari, pois encontramos junto ao assento de uma das filhas de Junia da Silva Pereira e Odácio Flores da Silva a seguinte expressão “unidos só civilmente”²¹⁷, o que nos sugere que alguns deles casaram somente perante “os olhos” da lei .

²¹⁷ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Joaquina**. São Vicente, a. 1917, liv. 7, ff. 85v., n.º 593. Odácio Flores da Silva era irmão de Eva e Flora que também se casaram com membros dos Silva Pereira, ver quadro 4, desta forma ocorreram três casamentos entre as duas estirpes. Odácio era filho de

Uma das grandes discussões que envolve a relação entre pais e filhos é o conflito relacionado pela disputa da autonomia versus dependência da prole. No entender de Paul M. M. Klep (2004) enquanto os filhos buscam independência, os pais tentam centralizar as decisões que envolvem a família. Segundo o autor, ao longo da vida a prole passaria por diferentes estágios até conseguir se “libertar” do domínio dos genitores. O momento de maior sujeição seria até os 12 anos, entre essa idade e os 30 anos seria à fase da prole controlada, e a partir dos 30 anos os filhos teoricamente passariam a desfrutar de um nível maior de autonomia. Entre os critérios que o autor se vale para verificar o maior ou menor grau de dependência intergeracional, está a co-residência, isto é, filhos adultos que ainda vivem ou voltam a morar com seus genitores, após terem passado períodos trabalhando, ao término do casamento, ou voltam “a viver na casa paterna, para cuidar dos pais na velhice” (SCOTT, 2008a, p. 4). Entre a prole de Randolpho, até onde conseguimos apurar, nenhum dos filhos voltou para casa após a união conjugal. Ao que tudo indica a tarefa de cuidá-lo em sua velhice coube a sua segunda esposa Alsira que para tanto foi recompensada no momento do estabelecimento da boda com doação em terras. Ao falar das relações entre gerações de Randolpho e alguns de seus filhos homens, Eurides Mendes (2010) nos sugeriu uma conjuntura interessante ao dizer que “quatro dos filhos moravam bem pertinho do pai, além do Quirino, o Juvenal, o Randolpho Filho e o Alfredo”, em outras palavras, moravam nas imediações ou nas terras de seu pai numa situação que se pode depreender que alguns deles tinham suas condições materiais de sobrevivência associadas aos bens de seu genitor, caracterizando, desta forma, laços de dependência intergeracional²¹⁸. Oliveira Viana ao tratar das “gens rurais” da porção meridional do país salientou que “as novas famílias, emergentes da família-tronco, costumam localizar-se em domínio circundantes ao domínio ancestral, o que tudo concorre para que os entrelaçamentos entre parentes sejam inevitáveis” (2005, p. 124).

Ana Silvia Scott pondera que de maneira em geral, um dos momentos mais suscetíveis a conflitos nas relações intergeracionais era o momento do casamento, uma vez que poderiam materializar o “confronto entre as forças centrífugas do individualismo ao impulso centrípeto das estratégias coletivas, implementadas pelo poder paternal” (2008a, p. 3), ou seja, a

Modesto Joaquim da Silva e Severina Flores da Silva, era natural de Santa Maria e desempenhava a função de criador faleceu em 1958, aos 72 anos, no município de Mata.

TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, **Certidão de óbito de Odácio Flores da Silva**. a. 1958, liv.c-4, ff.95.

²¹⁸ No caso dos quatro irmãos citados anteriormente os locais de moradia foram confirmados por meio dos registros produzidos junto ao cartório de imóveis de São Vicente do Sul.

TABELIONATO DE REGISTROS DE IMÓVEIS. **Livros de Transcrições e Transmissões**. São Vicente do Sul... op. cit.

liberdade de escolha dos rebentos poderia entrar em contradição com a vontade do pai, cuja orientação muitas vezes estava imbricada “as estratégias matrimoniais acionadas como instrumento para a construção de alianças e de redes de solidariedade destinadas a garantir recursos financeiros” (IDEM, p. 4). Pois a escolha do consorte “fazia parte das estratégias de manutenção de bens e prestígio” (MUAZE, 2008, p. 55). Assim,

A boa escolha dos casamentos para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. Esse prestígio e poder vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos herdeiros. Mantê-la para as próximas gerações, assim como a fortuna, era o grande desafio. Talvez, por isso, as estratégias matrimoniais tenham sido um grande foco de resistência aos novos valores e parâmetros ligados ao modelo familiar nuclear e ao individualismo (IDEM, p. 199-200).

No primeiro capítulo, ao tratarmos do casamento de Joaquim José de Araújo com a mulata Maria Leite e do enlace matrimonial entre Randolpho e Joaquina, desenvolvemos discussão entorno das motivações que poderiam envolver o ato de casar. Além das proposições apresentadas anteriormente, aquela ligada aos sentimentos e a que busca de explicar o casamento majoritariamente sob o prisma das estratégias, trazemos a baila o posicionamento de Carla Barbosa que fala do amor enquanto um “destino social [...] realizado entre iguais, entre pessoas que compartilhavam de uma mesma posição social e pertenciam a um determinado grupo dentro da sociedade. Em outras palavras, o amor ‘acontecia’ no interior do grupo local” (BARBOSA, 2009, p.60). A historiadora aponta que o tempo seria um importante ingrediente na gestação de sentimentos representando uma metamorfose naquilo que havia iniciado como um acordo entre pares sociais.

Silvia Brügger (2007b) ao tratar da escolha dos cônjuges dos filhos defendeu que a mesma podia ser vista a partir de uma relação de reciprocidade que nos faz pensar na trilogia da graça (dar, receber e devolver). Segundo a lógica patriarcal, em ocasião de tão grande significado, que poderia marcar o restante de suas vidas, os filhos deveriam receber a “benção” dos pais, a chancela em torno do nome do cônjuge escolhido. Em muitos casos acatar a vontade dos genitores era encarado como uma forma de demonstrar gratidão em troca dos cuidados dispensados ao longo da existência física. Já Farinatti (2010) alerta que as relações verticais intrafamiliares envolvendo pais e filhos não eram unilaterais, isto é, a vontade da prole tendia a ser considerada e muitas vezes a decisão era o produto de negociação entre as partes.

Dentro do jogo que caracteriza as relações intergeracionais não sabemos ao certo quanto Randolpho trabalhou na composição dos arranjos matrimoniais de sua prole, muito

menos em quantos casos sua vontade foi considerada. Contudo, o fato de que alguns de seus filhos terem ficado morando próximos a ele dá a entender que por menor que tenha sido a interferência é bem provável que ela ocorreu. Dificilmente se traria uma nora para viver nos costados da casa do sogro se ela não fosse do seu agrado.

O que constatamos para as duas uniões, que nos foi possível reconstituir, que se tratava de “gente da mesma iguala”, famílias proprietárias que moravam nas vizinhanças. O primeiro dos enlaces que iremos tratar foi o que ocorreu a 21 de dezembro de 1907 apresentando como consortes Quirino Alves da Silva e Rita Alves Machado²¹⁹. Esta última era irmã de Palmira, personagem que páginas atrás fez parte da trama, mais precisamente, quando tratamos de São Rafael enquanto um espaço de sociabilidade, onde namoros começavam mediante o entrelaçamento de lides campeiras, boa comida e baile. Conforme consta na certidão, a estância também serviu de cenário para a realização do casamento entre Quirino e Rita. Aliás, segundo Mendes (2010), o namoro já havia iniciado na sede da propriedade na medida em que “foi numa dessas marcações que a Rita se achou com o Quirino”.

A noiva era filha de Carolina Etelvina Alves e Querino Alves Machado (ver genealogia dos Alves da Conceição), portanto os noivos eram primos em primeiro grau²²⁰, o que nos oferece subsídios para sustentar que o referido casamento representou o reforço da engenharia parental junto aos Alves da Conceição. Além da condição de sobrinha, a nubente também era afilhada de Randolpho e de sua falecida esposa²²¹. Joan Bestar Camps (*apud* FARINATTI, 2010, p. 268) destacou que para o continente europeu quando os noivos

²¹⁹ TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE SÃO VICENTE DO SUL, **Certidão de casamento de Quirino Alves da Silva e Rita Alves Machado**. a. 1907, liv.1, ff.67v. e 68r, n° 127.

²²⁰ Ainda tratando do casamento entre primos junto aos descendentes de Randolpho também podemos mencionar a união de sua filha Rita e Acácio Alves de Oliveira (1872-1941). Este último era filho de João Antonio de Oliveira e Rita Alves de Oliveira que no ano de 1878 batizaram a sobrinha Rita que posteriormente se converteria também em nora do referido casal. Mesmo ratificando elos anteriores esta rede de compadrio apresenta uma peculiaridade, pois, ao contrário da maioria, foi estabelecida com gentes que não moravam nas imediações de São Rafael. A fratria dos Oliveira era natural de terras que dariam origem a Júlio de Castilhos. Do consórcio entre Acácio e Rita nasceram Zeferino, Álvaro, Armindo, Thimóteo, Armando, Nativo e Aracy (1915-1982) que também se casaria com seu primo José Randolpho da Silva Canabarro (1905-1982), este último era filho de José Canabarro Filho e Mariana da Silva Pereira. Ainda tratando de matrimônios que envolveram primos junto à quarta geração dos Silva Pereira no Vale do Jaguari, vale ressaltar a união entre Florismundo Egges da Silva (filho de Martimiano Egges da Costa e Joaquina Alves da Silva) e Conceição Flores da Silva (filha de Alfredo Alves da Silva e Eva Flores da Silva).

MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, 1878, liv. 1, ff. 54v, n.° 145.

TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA. **Certidão de óbito do capitão João Antonio de Oliveira**. a. 1912, liv.1-c, ff.81v., n° 30.

TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE JAGUARI. **Certidão de óbito de Acácio Alves de Oliveira**. a. 1941, liv.1-c, ff. 120., n° 241.

²²¹ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, 1895, liv. 4, ff. 85v, n.° 355.

apresentavam graus muito próximos de consanguinidade os casamentos tinham um caráter ambíguo. Pois diminuía “os efeitos da dispersão dos patrimônios”, mas concomitantemente “ajudavam a renovar consolidar a união de grupos familiares ao longo do tempo, tornando possível a existência de redes de parentesco extremamente solidárias e de grande importância nas múltiplas relações da vida social” (IDEM). Uniões conjugais entre primos foram percebidas por Manuela Pedroza ao estudar a freguesia de Irajá no Rio de Janeiro onde as famílias mais poderosas daquele local reservavam “a cada geração um dos filhos para o casamento com parentes, reiterando alianças anteriores” (2008, p. 82). Situação também verificada por Cristina Cancela (2009) ao analisar as estratégias matrimoniais das famílias Pombo, Chermont e Miranda em Belém do Pará nas duas primeiras décadas do século XX.

O casamento de Quirino e Rita representou a possibilidade de ratificar alianças sociais anteriores, porém a engenharia parental revelou um emaranhado no mínimo curioso, Rita constitui-se simultaneamente em sobrinha, afilhada e nora de Randolpho, articulando relações de parentesco afim e ritual. Ainda falando neste ramo dos Silva a primeira filha a que tivemos notícia foi Joaquina nascida no princípio de janeiro de 1910²²². Tendo em vista que “o nascimento de uma criança representava mais do que o acréscimo de um novo membro à família, representava também a perpetuação deste núcleo e de seus bens materiais e simbólicos” (BARBOSA, 2009, p. 49). A criança ao incorporar os sobrenomes de seus genitores passou a se chamar Joaquina Alves da Silva, a mesma graça de sua falecida avó. Sugerindo um processo de “mimetização, ou seja, o portador e seu homônimo eram dois e ao mesmo tempo um, pois se continuavam um no outro, compartilhando não só o nome, mas muitas vezes trajetórias de vidas parecidas” (IDEM, 2009, p.51). Algum tempo depois encontramos Quirino e Rita servindo como padrinhos de Nays Maria²²³ filha de Norberto Mendes e Palmira Alves Mendes numa antiga estratégia de reforçar elos familiares e de vizinhança através do parentesco ritualizado.

Ainda tratando da engenharia parental através da nupcialidade destacamos o consórcio de Cândida da Silva Pereira com João Carlos da Costa Junior ocorrido no ano de 1899 que representou o alargamento da parentela mediante o estabelecimento de laços a estirpe vizinha. A referida união resultou no nascimento de pelo menos de sete filhos²²⁴. Ainda segundo o

²²² TABELIONATO DO REGISTRO CIVIL E NOTÁRIO DO QUARTO DISTRITO DE SÃO VICENTE DO SUL, **Certidão de nascimento Joaquina Alves da Silva**. a. 1910, liv.2, ff.112v., n° 13.

²²³ MITRA DIOCESANA DE SANTA MARIA, **Registro de batismo de Nays Maria**. São Vicente, a.1917, liv. 7, ff. 84v, n.º 591.

²²⁴ **Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas**. Porto Alegre: Selbach, 1934. João Carlos da Costa Junior nasceu no município de São Vicente, no dia 10 de agosto de 1866, era filho de João Carlos da Costa e

Álbum ilustrado do partido Republicano Castilhistas (1934, p. 670), o personagem João Carlos era um grande criador de gado vacum no distrito de São Rafael, 6º distrito de São Vicente, além disso, dedicava-se ao comércio numa sociedade com os filhos através da empresa Costa & Irmãos. Também figurava como uma das principais lideranças políticas do distrito desde a época da Revolução Federalista, quando lutou ao lado dos legalistas. Um aspecto chamou nossa atenção na referida fonte impressa, a estância da família Silva acabou emprestando seu nome para o distrito onde ela estava localizada, aliás, situação que persiste até os dias atuais, sugerindo um *locus* de relevância sócio-econômica.

Uma suposta notoriedade ligada ao nome de Cândida foi percebido, tanto nas páginas do *Álbum Ilustrado* (1934, p. 670) como nos registros de batismo, junto a seu nome verificamos a expressão qualificadora, muitas vezes com inicial maiúscula, Dona. Renato Pinto Venâncio (et al, 2006, p. 5) defendeu que a designação ‘Dona’ (feminino de Dom) era um importante localizador social, uma vez que se tratava de um “título reservado a poucas mulheres, das mais seletas famílias” sendo resultante de “práticas costumeiras” que evidenciavam “posições cimeiras na estratificação social na localidade”(FRAGOSO In: OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009, p. 170).

3.7 “Em nome do pai, do filho e do neto”: a graça do nome, a herança imaterial de Randolpho

Madrugada de primeiro de março de 1914, estância de São Rafael, por volta das quatro horas da manhã, a “única certeza incerta” desta vida chegou para Randolpho. O mesmo falecia aos setenta e três anos de morte natural em companhia de sua esposa dona Alsira de Mello da Silva²²⁵. Scott observou que “o tema da morte, de um modo geral, tem exercido uma atracção inegável sobre os investigadores de diversas áreas” (1999, p.325). Mesmo que as possibilidades analíticas sejam as mais variadas possíveis a abordagem que se fará em torno da morte do estancieiro está relacionada aos bens legados. Num primeiro momento apresentaremos algumas questões relacionadas ao capital material deixado pelo personagem, estabelecendo comparação entre aquilo que herdou através da meação de sua primeira mulher e do patrimônio que deixou sete anos mais tarde, buscando verificar as mudanças no “perfil” dos bens passados. Para num segundo momento, tecermos algumas considerações a respeito

dona Francisca Egers da Costa. Os nomes dos filhos que teve com Cândida foram: Agenor, Candida, Ernestina, Jardelina, João, Nestor e Aurora.

²²⁵ TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE MATA, *Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira*. a. 1914, liv.1-c, ff.90v., n° 04.

da herança imaterial relacionada à transmissão da graça, sendo esta última vista enquanto um mecanismo que visava “perpetuar” seu bom nome dentro da família, mas que ao ser pronunciado fora do ramo familiar também fosse objeto de respeitabilidade social.

Antes de adentrarmos nas questões patrimoniais propriamente ditas, queremos voltar à certidão de óbito de Randolpho, mais precisamente aos nomes daqueles que comunicaram o seu falecimento. O registro ficou a cargo do cidadão Candido Jacques Weiss e endossaram a declaração os senhores José Antonio Machado e Lionço Cássio Alves de Mesquita. Pois bem, mesmo com quatro filhos vivendo a sua volta, conforme visto anteriormente, coube ao vizinho Candido Weiss fazer o registro. O que causa maior estranheza ainda é que o assento foi feito junto ao cartório do distrito de Vila Clara, localidade distante a poucos quilômetros da propriedade dos Silva. Talvez o antigo ressentimento em relação à doação efetuada por Randolpho a Alsira não estivesse totalmente superado. Segundo Haesbaert (2010) o esquife de Randolpho foi trasladado de carreta até o “campo santo” dos Alves onde ocorreu o enterro, cerca de três dias após sua morte, nos sugerindo outro tipo de rede, aquelas ligadas à morte, pois mesmo havendo outros cemitérios mais próximos, boa parte dos personagens que fazem parte deste trabalho se encontram junto aquele local, o que pode ser apurado através de algumas certidões de óbito, onde consta o local de sepultamento, e da observação *in loco*.

Naquela ocasião, seu inventário atingiu o montante-mor de 92:958\$345²²⁶ (cerca de £ 6.535). Inicialmente, pensamos que havia ocorrido uma significativa agregação de patrimônio, haja vista que, a meação recebida em 1907 ficou em torno de 27:235\$938²²⁷ (cerca de £ 1.721). Subtraindo o valor que Randolpho estava deixando daquele que havia recebido por meio da meação de Joaquina encontramos 65:722\$407 (£ 4.620)²²⁸. A explicação para essa diferença passa principalmente pelo aumento dos campos da estância e pela variação do preço da terra ocorrida entre o período que aconteceram as duas partilhas. Em primeiro lugar apuramos a existência de uma diferença na quantidade de terras, o patriarca dos Silva Pereira recebeu em 1907 quatorze quadras de campo, algo em torno de 1.219 hectares, e em seu espólio faz-se menção a 1.614 hectares (395 hectares a mais), ainda

²²⁶ Esse valor foi apurado a partir de dois autos de partilha encontrados junto ao AMFT, respectivamente as legítimas de Randolpho da Silva Filho e Quirino Alves da Silva. As certidões foram expedidas pelo cartório de registro de imóveis de São Vicente do Sul. *a. 1914 liv.3A, ff.32 e 33, n° 1.504 e 1.507.*

²²⁷ As diferenças nos valores e nas cifras apontadas na sequência foram calculadas a partir da comparação dos autos de partilha de 1907 e 1914, onde verificamos a listagem e os valores dos bens recebidos e posteriormente legados.

²²⁸ Se subtrairmos as 6.535 libras que Randolpho estava deixando das 1.721 que havia recebido na meação de sua falecida esposa chegamos a £ 4.814. No entanto, se fizermos a conta em réis o valor é de 65:722\$407 ou (£ 4.620). Essa variação de cerca de £ 194 fica por conta da flutuação cambial que a moeda estrangeira teve no decorrer do período.

nesta conta não podemos deixar de mencionar a quadra doada a sua segunda esposa²²⁹. Ademais, percebeu-se o aumento do custo da terra, pois enquanto em 1907 o hectare foi avaliado em torno de 11\$470 (cerca de p 0,72) sete anos mais tarde a mesma porção de terras atingiu a marca de 44\$700 réis (cerca de £ 3,14). Portanto, a diferença substancial passou pela ampliação dos domínios, possivelmente por meio da compra de outras áreas e pela valorização da mercadoria ao longo do período. Se a base de cálculo forem os réis teremos um aumento na casa dos 389%, mas se a avaliação for feita em libras o percentual é ainda maior chegando a 436%²³⁰. Vistas as condições materiais passaremos a trilhar a senda da herança imaterial da graça, isto é, o patrimônio simbólico construído em torno do nome de Randolpho²³¹. Em relação a um bom nome entende-se aquele que trazia em seu âmago “reputação, integridade, veracidade, caráter, estima, respeito, força, coragem, honra e prestígio” (BARBOSA, 2009, p.52).

Silvia Brügger ao tratar da escolha do nome discorreu que ela poderia significar bem mais do que uma simples homenagem a membros da família geralmente de gerações anteriores. “Tanto na tradição ocidental, como em culturas africanas, faz-se presente a identificação entre nome e augúrio ou destino”, assim, por detrás da escolha da graça estava também o “desejo de transferir determinadas qualidades do ‘dono’ dos nomes para a criança” (2007b, p. 314). O que em parte é corroborado por Pierre Bordieu quando nos fala que “em numerosos universos sociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo tomem a forma de deveres para com o nome próprio [...] O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais” (In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 187). Não obstante, o pensador francês alerta que a transmissão de um nome não é a garantia, muito menos sinônimo, de sucesso, pois

²²⁹ A possibilidade de aumento patrimonial mediante herança fica totalmente descartada em virtude do fato de que o inventário de seu pai foi concluído em 1848, seu sogro Zeferino em 1886, já sua mãe faleceria por volta de 1895. Encontramos documentos que fizeram menção a partilha materna datados de 1899 e sua sogra Mariana faleceria posteriormente.

²³⁰ A valorização da terra era algo que já vinha ocorrendo há algum tempo conforme identificou Graciela Garcia (2005). Ao tratar do valor das propriedades no município de Alegrete a mesma sustentou que a partir da segunda metade do século XIX a terra, superou o valor dos animais, e passou a se constituir na principal riqueza entre os inventários analisados e que possuíam bens rurais. Essa mudança pela qual o mercado estava passando no princípio do século XX também pode ser verificada através da legítima que foi paga a Quirino Alves da Silva, após o falecimento de sua avó, Mariana Leites da Conceição em 1924. Faz-se menção a um patrimônio que em terras atingiu 194:190\$000 contos de réis (cerca de £ 4.855), no entanto, a quantidade deixada pela matriarca, era de 1.547 hectares de campo e 359 hectares de área com cobertura florestal. AMFT. **Legítima que coube ao co-herdeiro Quirino Alves da Silva**. Cartório de registros de São Vicente do Sul. a. 1928, ff. 94 v. e 95.

²³¹ Temos presente que a construção do “bom nome” não deve ter passado somente pelo campo das estratégias familiares, pois conforme vimos, muitas vezes, elas poderiam ser falhas. Parte desse processo também está relacionado aqueles que foram os receptores e que reelaboraram essa história. No entanto, essas representações e a construção das narrativas que sustentam as memórias históricas de muitos lugares no interior do Rio Grande do Sul sugerem outro trabalho de caráter mais antropológico, que nesse momento não é objeto de nosso interesse.

o que ele designa não é senão uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação [...] ele só pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, a custa de uma formidável abstração (2002, p. 187).

Entre as principais estratégias usadas para construir “un rango y un rol” em torno de “una identidad” que expressasse “prestigio” e “expresión en la sociedad”, Andrea Reguera (2006, p. 221) destacou que isso poderia ser construído mediante o “trabajo o de la fuerza: otros, por la intriga o el talento: y otros se transmiten por la educación o la herencia”. Ainda trilhando o campo das estratégias no repasse do nome a outras gerações a produção de homônimos tinha a intenção de

[...] gerar uma espécie de ‘fusão’ de duas pessoas distintas padrinhos e afilhados, avôs e netos ou ilustres e desconhecidos [...] Deste modo, a vida pregressa estaria associada ao nome, ao identificador do sujeito designando uma espécie de entidade que pertencia à família ou o grupo em que estavam inseridos. O nome também significava uma forma de continuidade e, muitas vezes, estava impregnado com os atributos dos homens aos quais identificavam. Assim, o nome, além de ser um constitutivo da pessoa, era um legado, um patrimônio familiar (BARBOSA, 2009, p.50).

A citação nos remete uma última vez a teoria da dádiva proposta por Mauss (1974), o nome ao ser repassado poderia adquirir a condição de presente, o receptor tinha que aceitá-lo por não ter escolha, e por fim o ciclo se encerraria, mediante o ato de retribuição, na medida em que o mesmo tinha a obrigação de honrá-lo. Por sua vez ainda sugere que o nome próprio muito além de um constitutivo ligado a personalidade de um indivíduo assumia a condição de um patrimônio familiar suscetível a ser transmitido de geração a geração.

Carla Menegat percebeu que a “estratégia de repetição de prenomes em alguns casos intercalará uma geração, mas terá o mesmo sentido dos homônimos entre pais e filhos, apesar de não gozar provavelmente do mesmo efeito” (2009 p. 80). No caso de Randolpho não foi propriamente o que ocorreu, pois um de seus filhos, conforme visto ao longo deste trabalho, recebeu a mesma graça do pai. O mesmo seria feito por Randolpho da Silva Filho com um dos membros de sua prole que foi chamado de Randolpho César da Silva, portanto em três gerações seguidas três parentes respectivamente avó, filho e neto, ostentaram a mesma graça, desse modo por cerca de 140 anos o nome foi mantido dentro da família. Quanto à repetição dos nomes dá por vezes a impressão de um emaranhado impossível de se deslindar. Talvez por isso no caso do filho e do neto se recorreu a alcunhas para identificá-los, Randolpho Filho também era chamado de Doito ou Doritto enquanto que Randolpho César também ficou conhecido como Dodo.

Comparar os resultados em termos de bens simbólicos e materiais entre gerações é uma questão deveras complexa, pois passa pela capacidade individual de cada um e pelas conjunturas encontradas por pai e filho em diferentes momentos históricos, entretanto no caso ora estudado, parece que o legado do nome surtiu o resultado esperado. Ao longo da vida Randolpho Filho acumularia algo em torno de 25 quadras de campo (MENDES 2010), cerca de 2.178 hectares, e no que tange ao seu “bom nome” é muito comum, ainda nos dias de hoje, que as gentes do Vale do Jaguari se refiram ao personagem como “Tio Doito” ou “Seu Doritto Silva”.

*

* *

Tentamos ao longo deste capítulo estabelecer conexões entre fontes manuscritas, orais e imagéticas. Ao abrirmos espaço para as “muitas histórias que se contam sobre os Silva Pereira” através de duas *voices of the past* e ao desenvolvermos a iconologia de duas fotografias onde Randolpho deixou sua imagem para posteridade, em momento algum almejamos questionar o “império” do documento escrito, mas apresentar possibilidades em termos de ampliação do leque analítico. Ao usufruirmos da fonte oral nos valem de um recurso que nos proporcionou unir algumas peças dentro do quebra cabeça que se constituíram as redes familiares, de vizinhança e de sociabilidades. Ao tratar das imagens acreditamos que não devem ter sido muitas as famílias no Vale do Jaguari no princípio do século XX que tiveram a oportunidade de se valer do “império do retrato” a fim de “eternizarem” suas imagens. Nosso personagem teve a oportunidade de usufruir dessa tecnologia, por mais de uma vez, deixando registrados momentos familiares que foram de grande valia para nossa pesquisa, pois os retratos se constituem em artefatos que fizeram parte da história da família Silva Pereira, mas simultaneamente passaram a ter sua própria história, num processo marcado por sucessivas fases através dos “olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram” (KOSSOY, 2001, p. 45).

Vimos que os primeiros anos do século XX devem ter sido emblemáticos para o “clã” dos Silva Pereira, no que diz respeito aos arranjos familiares, uma vez que após a morte de sua primeira esposa o velho patriarca não tardou a trazer uma nova companheira para viver junto dele na estância, no entanto a condição social mais humilde da segunda esposa, o fato dela ser muito mais jovem e o presente de casamento dado motivaram um conflito

intergeracional, conflito esse que teria motivado um afastamento que mesmo, momentâneo, sugeriu momentos de tensão e desavença. Assim o segundo casamento motivou a reconfiguração dos sistemas de alianças e testou a capacidade de resistência dos vínculos familiares, num processo onde as “teias que a família tece” e está “enredada”, revelaram as contradições envolvendo os interesses da maior parte da prole e do genitor num processo de reforço e recomposição da hierarquia familiar.

Discorreremos sobre a prática da marcação junto a São Rafael enquanto um espaço de convívio entre aquelas gentes que viviam naquelas plagas do Rio Grande. Onde além da igreja, com certeza não havia muitos outros lugares para as pessoas se encontrarem, desta forma, entendemos que algumas casas de moradia acabavam servindo também como espaço de interação. Mesmo não sabendo precisar quantas pessoas tomavam partido nas marcações, essa lide campeira deveria assumir ares de evento social, pois possibilitava a coexistência com os vizinhos, articulando trabalho e diversão mediante um processo de operacionalização de liames de parentela, de vizinhança e das hierarquias relacionadas aos mundos do trabalho. Estabelecendo e revivificando, através de uma sociabilidade campeira, laços e vínculos intra e inter familiares. E ao mesmo tempo oportunizando o início de namoros que resultaram em casamentos tais como os de Palmira - Norberto e Rita - Quirino.

Quanto às compras a prazo, além do panorama geral e das formas de pagamento, destacamos as redes de crédito firmadas em nome de Randolpho. Sejam quais forem os tipos de elos que envolveram o estancieiro e aqueles que compravam ou recebiam através de sua conta, defendemos a proposição de que em torno dele e de sua caderneta, no estabelecimento comercial do coronel Christiano, havia toda uma teia por onde circulavam relações de amizade, vizinhança, solidariedade e dependência. Essa capacidade de afiançar as despesas de outros possivelmente contribuiu também no processo de notoriedade social obtido pelo personagem.

Tratamos também da nupcialidade enquanto elemento de estruturação da engenharia parental entre dois descendentes de Randolpho. Os casamentos dos filhos Quirino e Cândida representaram uma homogamia geográfica e social, isto é, ratificaram e estabeleceram elos com famílias proprietárias que moravam nas redondezas de São Rafael e que pertenciam ao mesmo tecido social. Mas simultaneamente o enlace de Quirino com a prima Rita representou uma endogamia familiar, ou seja, o reforço de relações que já existiam previamente com a família dos Alves da Conceição.

Por último abordamos a morte do estancieiro analisando alguns aspectos ligados a herança material e imaterial. Apontando entre os bens materiais a terra como um dos

principais suportes da riqueza que o patriarca estava deixando, mas também enfatizamos a transmissão de seu bom nome para seus descendentes entre os quais destacamos o filho Doito e o neto Dodo enquanto mantenedores de uma herança imaterial da graça. Um bem simbólico que permitiu, mesmo após a partida deste mundo, continuar sendo lembrado, tanto em termos historiográficos quanto por aqueles que contam suas histórias com respeito e orgulho por terem correndo em suas veias “nacos de seu sangue”. Senhores que se assemelham aos *griotes* africanos que ao se sentarem a sombra, a frente de intrépidos(as) meninos(as) contam-lhes histórias do passado, com enredos, tais como romances que servem para tecer tramados, que na medida em que vão sendo desenrolados, vão enredando aqueles que as ouvem, enquanto os olhos brilham a mente viaja através do tempo e do espaço chegando a um lugar povoado por muitos Randolphos, Joaquinas, Zeferinos, Marianas, e muito outros.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Ao chegarmos o momento de encerrar a prosa esperamos ter trilhado os “labirintos” da trajetória de vida de Randolpho “tecendo com fios de Ariadne”, e que não tenhamos construído um manto de Penélope que facilmente se desfaz. Que a narrativa não tenha apresentado “el problema de la comunicación con el lector” (LEVI, 2003, p. 287), tenha sido aprazível e de fácil compreensão, pois sem dúvida nenhuma, um dos grandes desafios que se apresenta ao cientista social, no ato de produção textual, é o de ser compreendido. Ao mesmo tempo, que tenha ficado bem amarrada, “que tenhamos conseguido esconder as costuras, os chuleados, os nós e as laçadas que precisamos realizar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 31). Acreditamos não ser necessário ficar aqui retomando todos os argumentos apresentados ao longo deste texto, até por que ao final de cada um dos capítulos procuramos fazer um fechamento destacando os principais pontos discutidos. O que se impõe é retomarmos a pergunta lançada logo que começamos da conversa, onde indagamos sobre a importância que as redes sociais firmadas por Randolpho e seus familiares tiveram no processo de notabilização social obtido pelos Silva Pereira, reconhecimento social este percebido principalmente junto à memória local no Vale do Jaguari.

O que buscamos ao longo deste trabalho foi trilhar diferentes searas onde nosso ator principal desempenhou os mais diversos papéis (o de filho, o de irmão, o de esposo, genro, sogro, pai, padrinho, compadre, cidadão, cliente, entre outros). Entendemos que os diferentes tipos de redes sócio-familiares, nas quais ele esteve envolto, malhas de natureza política, de solidariedade, de vicinagem, de crédito e de sociabilidade, por onde cruzavam laços e vínculos, tanto de caráter horizontal quanto vertical, foi, sem embargo, um dos principais mecanismos no processo de notoriedade obtido pelo personagem e pelo ramo familiar que ele representava. Pois poder contar com muitos aliados, fossem eles parentes sanguíneos, afins e ou simbólicos, representava uma importante estratégia dentro do processo de tomada das decisões. Entretanto, acreditamos que condicionar a construção de seu “bom nome”, somente ao capital relacional construído talvez seja uma explicação reducionista, para não dizer simplória. Na medida em que, seus irmãos mais velhos também estavam inseridos nas mesmas malhas, chegaram inclusive a ocupar cargos de decisão junto à burocracia imperial, que lhes deram, conforme sugere a documentação, uma projeção bem maior na segunda metade do século XIX, entretanto, com o passar de suas vidas e principalmente após terem encontrado a única “certeza incerta desta vida” seus nomes não adquiriram a mesma dimensão

obtida pelo irmão caçula, tanto em termos de memória como produção historiográfica. Desta forma, defendemos que, no caso ora estudado, além das teias sociais também contribuíram no processo de reconhecimento social, outras variáveis, tais como o fato de ter nascido, vivido e morrido sempre na mesma freguesia, isto deve ter contribuído no processo de “enraizamento” de seu nome junto à memória coletiva, assim como deve ter pesado o fato de ter deixado muitos descendentes, o que de certa forma representou “muitas bocas para contarem suas histórias”. A questão da transmissão da graça a membros da família, num processo, de herança imaterial repassada a seus descendentes, também deve ser considerada, uma vez que num período de 140 anos houveram Randolphos. Além disso, ao combinar a função de criador e as práticas agrícolas e de arrendatário, nos parece que em termos patrimoniais foi o que obteve os melhores resultados. Desse modo, a trajetória dos irmãos Silva Pereira e suas redes familiares podem ser caracterizadas como algo dinâmico e cambiante, pensadas enquanto estratégias de seres humanos que em meio à constante presença da incerteza apresentadas juntas as encruzilhadas da vida foram chamados a fazerem escolhas, que só o tempo revelou se haviam sido acertadas ou não.

Outro ponto que merece ser salientado é que buscamos tratar a trajetória de vida de Randolpho enquanto um ponto privilegiado de observação de sua sociedade e em especialmente dos ramos familiares dos Silva Pereira e dos Alves da Conceição. Assim, trouxemos a baila outros personagens numa temporalidade que ultrapassou a sua existência, apresentando e analisando situações referentes às gerações anteriores e posteriores a ele. Ao exercitarmos algumas práticas da micro-história social italiana, de um modo especial, o cruzamento nominativo de diferentes tipos de informações, nos preocupamos em ver não somente as diferentes facetas do sujeito histórico em estudo, em diferentes tipos de fontes, mas observar também outros personagens, desse modo, abrimos espaços para grupos e pessoas que faziam parte do círculo de convivência das duas estirpes anteriormente referidas, num processo que visou destrinchar o panorama social no qual estavam imiscuídos.

Ao tratarmos das hierarquias sociais ratificamos nossa posição de Randolpho e seus familiares enquanto membros dos setores medianos que estabeleceram conexões junto a membros da elite. Tal proposição foi verificada principalmente ao analisarmos o patrimônio legado inicialmente por sua esposa Joaquina Alves da Conceição e depois por ele próprio. O valor de cerca de 6.500 libras, a quantidade de terras e o tamanho do rebanho deixado em 1914, nos revela em se tratar de uma pessoa de posses, com inserções junto à “fina flor da sociedade”, mas que não se tratava de um “abonado”. Outro ponto que sugere a condição de

mediano foi o fato de não ter ocupado cargos de decisão e comando tanto na esfera pública quanto na militar.

Compete ressaltar, mais uma vez, que o trabalho trilhou, pela seara da micro-história, “o grande visto de perto”, nos esforçamos para não criar uma “monografia de aldeia”, pois, inúmeras vezes, ao longo do texto, nos valem de situações que extrapolaram os limites territoriais da região, tais como as querelas políticas entre liberais e conservadores ou as relações comerciais do Vale do Jaguari que o ligavam ao espaço fronteiriço. Tampouco foi um trabalho de história regional, mesmo tratando o *locus* enquanto um entrecruzamento de relações sócio-econômicas, centramos nossa análise nas teias sócio-familiares.

Ao definirmos o nosso recorte cronológico uma das intenções era transpor a “tácita barreira” que existe nos estudos sobre a família entre o século XIX e o XX, pois de um modo em geral são poucos os trabalhos que se propõe a vê-la nesse outro momento, como se fossem duas margens opostas, que não se tocam e nem se comunicam, como se as novas mentalidades que estavam surgindo rapidamente tivessem suplantado antigas concepções. Quando na verdade, pelo menos nos casos ora estudados, muitas práticas que vinham de longa data continuaram existindo, tais como, a ratificação de vínculos através do casamento entre primos e a herança imaterial da graça, através da transmissão do nome de Randolpho para alguns de seus descendentes. Outra possibilidade que os balizadores temporais nos sugeriram num primeiro momento era dispor dos registros civis, ledor engano, o impedimento de manusear os livros e principalmente de ter que pagar para que a consulta fosse feita se constituíram em grandes obstáculos, diante disso usamos basicamente as certidões que fazem parte do acervo do Arquivo do Museu Fragmentos do Tempo.

Foram muitas as questões abordadas nesta dissertação e em momento algum ambicionamos responder a tudo dentro de um processo de estabelecimento da verdade nos moldes das escolas metódica e positivista. Temos consciência de que quanto mais “flancos são abertos” mais pontos frágeis acabam surgindo. De tal modo, podemos listar uma série de “pontos falhos”, muitos deles sugeridos pela própria documentação fragmentada que em alguns momentos nos possibilitou somente conjecturar, ainda a que se elencar a falta de tempo, dois anos passa muito rápido. Entre as lacunas mais sérias apresenta-se a ausência dos registros de batismo de Randolpho e de seus irmãos o que poderia ter nos oportunizado em tratar da configuração e ou sedimentação de redes desde o nascimento desses indivíduos. A não localização das relações de eleitores bem como, dos livros dos votantes e das atas finais do pleito de 1876 reforçaria ainda mais a operacionalização das redes dos liberais junto ao distrito de São Vicente. Ao nos valermos da caderneta de compras a prazo junto à venda do

coronel Christiano pelo menos uma questão poderia ter sido vistas de uma forma mais detida, quando tratamos das despesas alimentares elas ficaram restritas a apenas uma família, quem sabe se fossem estudados todos os demais ramos familiares presentes na referida fonte manuscrita o documento apontasse em outra direção no que concerne a autonomia. Outro ponto que poderia ter sido mais bem explicitado foi a doação de campo feita a Alsira, caso tivéssemos tido acesso ao registro poderíamos corroborar a dimensão de terras doadas bem como pela data em que o presente de casamento fora dado poderíamos saber por aproximação quando se casaram.

Mas a questão da falibilidade como bem apresentam em seus textos Morin (2000) e Santos (2005), antes de constituir em grande entrave se apresenta como um instrumento de possibilidades. Desta forma, a crítica interna que fizemos ao nosso próprio texto tem também como objetivo assinalar caminhos para trabalhos futuros que venham ratificar premissas, acrescentar novas hipóteses e questionar muito dos postulados aqui apresentados ampliando o leque das respostas. Nessa seara, a que se mencionar que há muito o que se explorar junto aos registros da catolicidade de São Vicente, no que tange, tanto as questões de nupcialidade, como nos assentos de batismo, seja no estabelecimento de médias e ou com intuito de analisar o tecido social e as hierarquias sociais inerentes à freguesia. Temos consciência de que erguemos apenas uma “ponta do véu” e que guardadas às devidas proporções, a pesquisa da família Silva Pereira e dos Alves da Conceição se assemelhou à montagem de um enorme mosaico, onde muitas peças se encaixaram, mas muitas outras ainda estão à espera para serem conectadas. Enfim, temos a convicção de que esta história não termina aqui, pois visualizamos boas perspectivas devido à fecundidade do objeto de pesquisa para trabalhos futuros.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

- Registro matrimonial de José da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, Matriz Madre de Deus de Porto Alegre, *a.* 1819, *Liv.* 3, *ff.* 10v.
- Registro batismal de João da Silva Pereira, freguesia de Rio Pardo, *a.* 1820, *Liv.* 10, *ff.* 43.
- Registro batismal de Ana da Silva Pereira, freguesia de Rio Pardo, *a.* 1821, *Liv.* 10, *ff.* 98.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

- Justificação da Concessão de sesmaria. *a.* 1820, *m.* 116 *cx.* 45 *n.º* 1362, *ff.* 2.
- Registro de concessão de sesmaria, Fazenda, *a.* 1821, *liv.* *n.º* F-1237, *ff.* 118 e 119.

Guarda Nacional

- Correspondências, São Gabriel, *a.* 1865, *m.* 98.
- Correspondências, Santiago, *a.* 1867, *m.* 113.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1871, *m.* 98.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1872, *m.* 59.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1873, *m.* 58.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1874, *m.* 60.
- Quadro da força, São Vicente, *a.* 1886, *m.* 60.
- Quadro da força, São Vicente, *a.* 1893, *m.* 99.

Câmara de São Gabriel

- Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel. *a.* 1863, *cx.* 205, *m.* 240.
- Correspondência da câmara: relação dos eleitores gerais. São Gabriel, *a.* 1871, *cx.* 205, *m.* 242.
- Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel. *a.* 1872, *cx.* 207, *m.* 243.
- Correspondências da câmara. São Gabriel, *a.* 1875, *cx.* 207, *m.* 243.
- Correspondências da câmara. São Gabriel, *a.* 1876, *cx.* 207, *m.* 244

Câmara de São Vicente

- Relatório de informações topográficas e históricas dos municípios do Brasil. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, *a.* 1886.

- Recibo de pagamento a Zeferino Alves Machado. São Vicente, 02 de março de 1886.
- Relatório apresentado pela camara municipal da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial. São Vicente, correspondência expedidas, *a.* 1887. *ff.* 19.
- Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado. São Vicente, 02 de março de 1887.

Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé

- Registro de batismo de Candida. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 54, *n.º* 264.
- Registro de batismo de João. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v., *n.º* 265.
- Registro de batismo de Benedicta. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1861, *liv.* 6, *ff.* 57v., *n.º* 266.
- Registro de batismo de Júlia. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1862, *liv.* 7b, *ff.* 62, *n.º* 308.
- Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1862, *liv.* 4, *ff.* 3, *n.º* 8.
- Registro de batismo de Christina. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1866, *liv.* 8, *ff.* 150, *n.º* 249.
- Registro de batismo de Randolpho. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1868, *liv.* 9b, *ff.* 185, *n.º* 358.
- Registro de casamento de Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1868, *liv.* 4, *ff.* 82v., *n.º* 33.
- Registro de batismo de José. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a, *ff.* 128v., *n.º* 364.
- Registro de batismo de Zeferino. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1871, *liv.* 10ª, *ff.* 200, *n.º* 360.
- Registro de batismo de Cândida. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1873, *liv.* 10a, *ff.* 292, *n.º* 01.

Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Maria

- Registro de batismo de Severino. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 50, *n.º* 109.
- Registro de batismo de Selvina. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 51, *n.º* 119.

- Registro de batismo de Maria. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 52v., *n.º* 127.
- Registro de batismo de Rita. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 54v., *n.º* 145.
- Registro de batismo de Marcelino. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 56, *n.º* 157.
- Registro de batismo de Maria. São Vicente, *a.* 1879, *liv.* 1, *ff.* 67v., *n.º* 24.
- Registro de batismo de Alzira. São Vicente, *a.* 1880, *liv.* 2, *ff.* 15, *n.º* 138.
- Registro de batismo de Silvia. São Vicente, *a.* 1882, *liv.* 2, *ff.* 71v, *n.º* 137.
- Registro de batismo de Antonia. São Vicente, *a.* 1882, *liv.* 2, *ff.* 72, *n.º* 138.
- Registro de batismo de Norberto. São Vicente, *a.* 1883, *liv.* 2, *ff.* 79, *n.º* 22.
- Registro de casamento de João Vitorino Filho e Carolina da Silva. São Vicente, *a.* 1883, *liv.* 1, *ff.* 56, *n.º* 7.
- Registro de batismo de Cantidio. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 3, *ff.* 94v., *n.º* 41.
- Registro de batismo de Junia. São Vicente, 1890, *liv.* 3, *ff.* 94v., *n.º* 42.
- Registro de batismo de Alzira. São Vicente, 1890, *liv.* 3, *ff.* 95, *n.º* 43.
- Registro de batismo de Maria. São Vicente, *a.* 1890, *liv.* 4, *ff.* 5, *n.º* 151.
- Registro de batismo de Maria. São Vicente, *a.* 1891, *liv.* 4, *ff.* 12v., *n.º* 35.
- Registro de batismo de Junia. São Vicente, *a.* 1892, *liv.* 4, *ff.* 26v., *n.º* 49.
- Registro de batismo de Palmira. São Vicente, *a.* 1894, *liv.* 4, *ff.* 43, *n.º* 28.
- Registro de batismo de Alcides. São Vicente, *a.* 1894, *liv.* 4, *ff.* 51, *n.º* 135.
- Registro de batismo de Rita. São Vicente, *a.* 1895, *liv.* 4, *ff.* 85v., *n.º* 355.
- Registro de batismo de Ernesto. São Vicente, *a.* 1895, *liv.* 4, *ff.* 86, *n.º* 357.
- Registro de batismo de Rita. São Vicente, *a.* 1896, *liv.* 4, *ff.* 99, *n.º* 77.
- Registro de batismo de João. São Vicente, *a.* 1896, *liv.* 5, *ff.* 7v., *n.º* 24.
- Registro de batismo de Dulcineria. São Vicente, *a.* 1898, *liv.* 5, *ff.* 33, *n.º* 163.
- Registro de batismo de Idalina. São Vicente, *a.* 1899, *liv.* 5, *ff.* 34v., *n.º* 31.
- Registro de batismo de Florismundo. São Vicente, *a.* 1902, *liv.* 5, *ff.* 61, *n.º* 91.
- Registro de batismo de Luiza. São Vicente, *a.* 1902, *liv.* 5, *ff.* 62, *n.º* 97.

- Registro de batismo de Eliza. São Vicente, *a.* 1917, *liv.* 7, *ff.* 84v, *n.º* 587.
- Registro de batismo de Nair Maria. São Vicente, *a.* 1917, *liv.* 7, *ff.* 84v, *n.º* 591.

Arquivo Museu Fragmentos do Tempo

- Registro de batismo de João Chrisóstemo de Oliveira Filho, Igreja de São Gonçallo, freguesia de Bautista província de Pernambuco. *a.* 1835.
- Processo de anulação do segundo casamento de Francisca Pereira Pinto com João Chrisóstemo de Oliveira. Cruz Alta, *a.* 1873.
- Carta do compadre João Victorino Filho a Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, 24 de setembro de 1876.
- Termo de Legitimação de Posse expedido pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul José Júlio de Albuquerque Barros em 26 de janeiro de 1885 ratificando o domínio de Francisca Pereira Pinto sobre 920 hectares no termo de São Francisco.
- Notificação do passo do Payré feita pelo intendente municipal Achilles Brandão a Randonpho José da Silva Pereira. *a.* 189[?].
- Contrato particular de arrendamento que faz Randolpho José da Silva Pereira proprietário e arrendador ao arrendatário Vicente Israel dos Santos. *a.* 1898.
- Acerto de divisas entre Randolpho José da Silva Pereira e Basílio José da Silva Pereira. *a.* 1899.
- Manifesto de viagem do vapor Eugenia de Villa Clara a Uruguaiana. *a.* 1903, *ff.* 22.
- Recibo de pagamento de arrendamento que faz Randolpho José da Silva Pereira proprietário e arrendador ao arrendatário Honório Eneas Flores. *a.* 1907.
- Meação do viúvo Randolpho José da Silva Pereira por ocasião do falecimento de sua mulher Joaquina Alves da Silva. São Vicente do Sul, 17 de dezembro de 1907, *ff.* 36 - 37.
- Legítima a que teve direito Randolpho da Silva Filho por ocasião do falecimento de sua mãe Joaquina Alves da Silva. São Vicente, *a.* 1907, *liv.* 3-a, *ff.* 40 r. e v.
- Legítima a que teve direito Quirino Alves da Silva por ocasião do falecimento de sua mãe Joaquina Alves da Silva. São Vicente, *a.* 1907, *liv.* 3-a, *ff.* 42v. e 43 r.
- Caderneta de compras a prazo junto à venda do coronel Christiano Haesbaert. *a.* 1911-1912, *ff.* 188 - 320.
- Legítima a que teve direito Randolpho da Silva Filho por ocasião do falecimento de seu pai Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, *a.* 1914, *liv.* 3A, *ff.* 32, *n.º* 1.504.
- Legítima a que teve direito Quirino Alves da Silva por ocasião do falecimento de seu pai Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, *a.* 1914, *liv.* 3A, *ff.* 33, *n.º* 1.505.

- Legítima que coube ao co-herdeiro Quirino Alves da Silva por ocasião do falecimento de sua avó Mariana Leite da Conceição. Cartório de registros de São Vicente do Sul. *a.* 1928, *ff.* 94 v. e 95.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

- Registros paroquiais de terras. São Gabriel, *a.* 1856, *liv.* 47.

- Livros diversos. São Gabriel, *a.* 1881, *m.* 104, *est.* 109, *ff.* 16.

Fundo Judiciário

- Acção de Assiguação de José da Silva Pereira contra Gonçalo Xavier da Silva. Rio Pardo, 1º Cartório do Cível e Crime, *a.* 1824, *n.º* 1870, *m.* 55, *est.* 49.

- Inventário *post-mortem* de Joaquim José de Araújo. Rio Pardo, 1º Cartório do Civil e Crime, *a.* 1830, *n.º* 58, *m.* 2, *est.* 49.

- Inventário *post-mortem* de José da Silva Pereira. Cruz Alta, Cartório dos Órfãos e Ausentes, *a.* 1845, *n.º* 26, *m.* 2, *est.* 61.

- Autos Civis de insinuação de doação de um rincão de campo, doadora Francisca Pereira Pinto – doado Candido José da Silva Pereira. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, *a.* 1855, *n.º* 1092, *m.* 34, *est.* 62.

- Acção ordinária movida por José Manoel de Siqueira e Fidelles Gomes de Siqueira contra Francisca Pereira Pinto e outros. São Gabriel, Cartório do Civil, *a.* 1856, *n.º* 608, *m.* 20, *est.* 108.

- Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. *a.* 1872-1885, *n.º* 3145, *m.* 10, *est.* 109.

- Inventário *post-mortem* de João C. de Oliveira. São Gabriel, Cartório do cível, *a.* 1876, *n.º* 31, *m.* 1, *est.* 108.

- Inventário *post-mortem* de Joaquina Carolina Fagundes. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, *a.* 1876, *n.º* 297, *m.* 16, *est.* 107.

- Testamento de Cândido José da Silva Pereira. São Gabriel, Provedoria, *a.* 1881, *n.º* 174, *m.* 7, *est.* 108.

- Inventário *post-mortem* de Cândido José da Silva Pereira. São Gabriel, Provedoria, *a.* 1882, *n.º* 17, *m.* 1, *est.* 108.

Fundo Tabelionatos

- Livros notariais de transmissões e notas 1º tabelionato de Cruz Alta, *a.* 1846, *liv.* 5, *ff.* 59v.

- Livros notariais de transmissões e notas 1º tabelionato de Cruz Alta, *a.* 1861, *liv.* 10, *ff.* 182v. e 183.

- Livros notariais de transmissões e notas. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, *a.* 1876, *liv.* 04, *ff.* 71 e 72.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente do Sul, 1º tabelionato, *a.* 1890, *liv.* 4, *ff.* 63, 64 e 65r.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente, 1º cartório. *a.* 1893, *liv.* 08, *ff.* 32v. - 33r. e 39v.- 41r.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente do Sul, 1º tabelionato, *a.* 1894, *liv.* 9, *ff.* 4v e 5.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente do Sul. *a.* 1895, *liv.* 10, *ff.* 12v. - 13r. e 20v.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente do Sul, 1º tabelionato, *a.* 1896, *liv.* 12, *ff.* 1v e 2.
- Livros notariais de transmissões e notas. São Vicente, 1º Cartório. *a.* 1897, *liv.* 14, *ff.* 35v. 36.

Tabelionato de registros civis de Jaguari

- Certidão de óbito de Acácio Alves de Oliveira. *a.* 1941, *liv.* 1-c, *ff.* 120., *n.º* 241.

Tabelionato de registros civis de Mata

- Certidão de óbito de Joaquina Alves da Silva. *a.* 1907, *liv.* 1, *ff.* 47, *n.º* 161.
- Certidão de óbito do capitão João Antonio de Oliveira. *a.* 1912, *liv.* 1-c, *ff.* 81v., *n.º* 30.
- Certidão de óbito do capitão Querino Alves Machado. *a.* 1912, *liv.* 1-c, *ff.* 83, *n.º* 36.
- Certidão de óbito de Randolpho José da Silva Pereira. *a.* 1914, *liv.* 1-c, *ff.* 90v., *n.º* 04.
- Certidão de óbito de Odácio Flores da Silva. *a.* 1958, *liv.* c-4, *ff.* 95.
- Certidão de óbito de Junia da Silva Flores. *a.* 1969, *liv.* c-6, *ff.* 64, *n.º* 1520.

Tabelionato de registros públicos de São Vicente

- Certidão de casamento de Quirino Alves da Silva e Rita Alves Machado. *a.* 1907, *liv.* 1, *ff.* 67v. e 68r, *n.º* 127.
- Certidão de óbito de Mariana Leite da Conceição. *a.* 1924, *liv.* C-1, *ff.* 01, *n.º* 1.
- Certidão de óbito de José da Silva Pereira. *a.* 1926, *liv.* C-1, *ff.* 06v. e 7r., *n.º* 15.
- Certidão de óbito de Randolpho de Oliveira da Silva. *a.* 1931, *liv.* C-1, *ff.* 38, *n.º* 18.

- Certidão de óbito de Zeferino José da Silva Pereira. *a.* 1941, *liv.*C-1, *ff.* 152v., *n.*° 153.

Tabelionato de registros de imóveis de São Vicente do Sul

- Livros de transcrições e transmissões. 3A, 3B, 3C, 3D, 3E, 3F, 3G, 3I, 3J, e 3L para o período de 1920 a 1955.

FONTES ORAIS

HAESBAERT, José Eron da Silva. **Christian Nathanael Haesbaert e Alsira Mello.** Mata, 08 de dezembro de 2010. Entrevista Concedida a Hermes Gilber Uberti.

MENDES, Eurides Alves. **“Tá chegando o mês de setembro”.** Mata, 09 de junho de 2010. Entrevista Concedida a Hermes Gilber Uberti.

FONTES IMPRESSAS

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

BIBLIA SAGRADA. 57ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. In: BONAVIDO, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos políticos do Brasil.** 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002. V. 8.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias Econômico-Políticas:** Sobre a administração pública do Brasil. 3ª ed. Porto Alegre: ERUS, 1978.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO-PORTUGUÊS. 2ª ed. Rio de Janeiro: CNNE, 1956.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia LTDA, 1960.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.** 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3.

ISABELLE, Arsénè. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1949.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Liv. 4.

DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Porto Alegre: CORAG, 2006. II Volumes.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: ERUS, 1987.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Língua Portuguesa.** Volume II. Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1813. [1ª impressão: 1789].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914.** Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

ARAÚJO, Thiago Leitão de: **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884).** Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 333F. (Dissertação de Mestrado).

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2003.

ARRISCADO, José Augusto. **Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembléia vianense.** Porto: Universidade do Porto, 2005. Revista da faculdade de letras, vol.6, 2005, p. 271-289.

BALHANA, A.P. Política imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da república. In: WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti. **Revoluções e conferências.** Curitiba: SBPH-PR, 1989, p. 119- 132.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As fontes para o estudo da população do século XIX. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início o século XIX.** São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2008.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845).** São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 139 F. (Dissertação de Mestrado).

BARTH, Frederik. **O guru e o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin N. **Imigrações e história da igreja no Brasil.** Aparecida: Editora Santuário, 1993.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920).** Santa Maria: UFSM, 2010.

BOLZAN, Milton José. **As Reduções do Vale do Jaguari**: São Tomé e São José. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - Curso de Especialização em História do Brasil, 1998, 56F. (Monografia).

BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos; propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. “Desafios da memória e da biografia: Gabriele Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

BOSCHI, Caio C. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. In: VENTURA, Maria da Graça A. M. **Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

BOSSLE, João Batista Alves. **Dicionário Gaúcho Brasileiro**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). **Passados Recompostos**: Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular**: imagem e história. Bauru: EDUSC, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007b.

CARBONARI, Maria Rosa. **População, Fronteira e Família**: A região de Rio Cuarto no período colonial tardio. Niterói: UFF-PPGH, 2001, 238F. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

_____. **Cidadania: tipos e percursos**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n.18, 1996.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHARLE, Christopher. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

COSTA, Miguel Ângelo da Silva. **Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”**: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006, 249 F. (Dissertação de Mestrado).

DANTAS, Monica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In; SOUZA, Laura de Mello (et al). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DEVOS, Rafael Victorino. **Uma “ilha assombrada” na cidade**: estudo etnográfico sobre o cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre. UFRGS – PPGAS, 2002, 295F. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. 2ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESSI, Eliane Helena e LODETI, Eliane Lucia. **O Município de Mata: Geografia e compartimentos geomorfológicos**. Santa Maria: UFSM - Departamento de Geociências – Curso de Geografia, 1993, 67 F. (Monografia).

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 158 F. (Dissertação de Mestrado).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Casamento. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto E. **Sobre a cinza da mata virgem lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)**. Porto Alegre: PUCRS-PPGH, 1999, (Dissertação de Mestrado).

_____. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007, 421F. (Tese de Doutorado).

_____. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: UFSM, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Histórias de famílias: Casamentos, alianças e fortunas**. Rio de Janeiro: Léo Christiano editorial, 2008.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**. Santa Maria: UFSM, 2010.

FLORES, Mariana Flores da C. T. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Porto Alegre: PPGH - UFRGS, 2007, 208 F. (Dissertação de Mestrado).

_____ e FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.).

Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2009, p. 145-176.

FLORES, Moacir. **Dicionário de História do Brasil.** 3ªed. Porto Alegre: EDIPUCRUS, 2004.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro e PITZER, Renato Rocha. **Barões, Homens Livres Pobres e Escravos:** notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post-mortem. Rio de Janeiro: Revista Arrabalde, ano I, n.º 2, p. 29-52, set./dez. 1988.

_____. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 158-207.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. **Questões para a história do tempo presente.** Bauru/São Paulo: EDUSC, 1999.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **Quem casa na freguesia madre de Deus de Porto Alegre:** A formação social através dos registros paroquiais de casamento (1772-1806). São Leopoldo: UNISINOS, 2008, 78 F. (Monografia de conclusão de curso).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1966.

_____. **Sobrados e mucambos:** Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GAMPERT, Otto. **Jaguari -350 anos de história -1632-1982.** Santa Maria: Editora do autor, [1982].

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, Raul (org.). **La Historia Agraria del Rio de la Plata Colonial.** Buenos Aires: CEAL, 1993.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra:** Conflitos e estrutura agrária na campaha Rio-Grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2005, 191F. (Dissertação de Mestrado).

GIL, Tiago Luís. **Infiéis transgressores:** contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, 221 F. (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAHN, Margarete Trindade. **Análise da potencialidade do turismo no Município de Mata – RS como instrumento de sustentabilidade ambiental e econômica: um estudo de caso**. Santa Maria: UFSM - PPGE, 2007, 136F. (Dissertação de Mestrado).

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAMEISTER, Martha D. **Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474F. (Tese de Doutorado).

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

_____. **O cristianismo moreno do Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

IMÍZCOZ, José Maria. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global**. Revista da Faculdade de Letras. História III série, vol. 5, 2004. p.115-139.

JANCOSO, István e KANTOR, Íris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/ Edusp/ FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. Vol. 1 e 2.

KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, Sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII**. Niterói: UFF-PPGH, 2006, 479F. (Tese de Doutorado).

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, Século XIX)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 206 F. (Dissertação de Mestrado).

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo a série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAYTANO, Dante. **Almanaque de Rio Pardo**. Porto Alegre: Editora do Governo do Rio Grande do Sul, 1946.

LE FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana**: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991.

LE GOFF. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. e NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **História Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas**: A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial**: A Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Un problema de escala**. Zamora: Colegio de Michoacán, 2003. Relaciones Revista, Verano, año/vol. 24 número 095, pp. 279-288.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÓPEZ, Pilar Muñoz. **Sangre, amor e interes**: La familia en la España de la restauración. Madrid: Marcial Pons, 2001.

LOVE, Joseph L. e BARICKMAN Bert Jude. Elites Regionias. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MALFATTI, Selvino Antonio e AGOSTINI, Lenir Cassel. **Mata**: ontem madeira, hoje pedra. Santa Maria: UNIFRA, 2006.

MALGARIN, Volmar Antonio et al. **Síntese histórica de Mata**. Mata: Arquivo da Prefeitura Municipal de Mata, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Registros paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A corte no Brasil**: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2008.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à propriedade do município” Constituindo redes e consolidando o poder**: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001, 366 F. (Dissertação de Mestrado).

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia: Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: EPU, 1974. Vol. II.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Homero Luis Oliveira de. **Os Populares de Bagé na República Velha: heranças rurais e experiências urbanas**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2004, 161 F. (Dissertação de Mestrado).

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 205F. (Dissertação de Mestrado).

MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

MONSMA, Karl. O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra entre as elites do Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo. Editora Oikos Ltda, 2009, p. 178-195.

MENZ. Maximiliano Mac. **Tesouro das Missões: A Integração do Espaço Oriental Missioneiro na Economia Sul-Rio-Grandense**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001, 170 F. (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os Homens de Bem - Experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOREL, Marco. **Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e documentação da história contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 2001. Revista Estudos Históricos, n.º 28, 2001, p. 03-22.

MORENO, José Luis. **Historia de la familia en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOTTA, Marcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 427-431.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica **In:** BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

_____. **Familia patriarcal o redes sociales:** balance de una imagen de la estratificación social. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2000. Anuário Vol. XLIX, Enero-Marzo, 2000, n.º 3.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa:** Família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MÜLLER, Dalila. **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”:** Espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2010, 399 F. (Tese de Doutorado).

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo.** Campinas: ABEP/Demographicas, 2004. Vol. 1.

OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.** Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 1990, (Dissertação de Mestrado).

_____. **Comerciantes do Rio Grande de São Pedro:** formação recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2000. V. 20, n.º 39. p. 99-134.

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF - PPGH, 1999, (Tese de Doutorado).

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

PEREIRA, Silvia. **A Valorização do patrimônio sócio-histórico-cultural na gestão das escolas do município de Mata.** Santa Maria: UFSM – Curso de Especialização em Gestão Educacional, 2007, 73F. (Monografia).

PONT, Raul. **Campos Realengos Formação da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Renascença, 1983. Volumes I e II.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de *Civiltella Val di Chiana* (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PROENÇA, Graça. **Descobrimdo a história da arte.** São Paulo: Ática, 2005.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau e BOEIRA, Nelson (orgs.) PICCOLO, Helga I. L. e PADOIN, Maria Medianeira (dir. coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 2 (coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

QUAQUARELI, Cláudia. **Sociabilidades e relações afetivas entre os gêneros do universo popular**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. Revista História: Questões & Debates, n. 30, p.39-56.

QUEVEDO, Júlio Ricardo (Org.). **Rio Grande do Sul: 4 Séculos de História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa**. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.

_____. **De las biografías a los estudios de caso**. La construcción de la diferenciación social: destinos individuales y realidad colectiva. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.

REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: UFSM, 2005.

RODRIGUES, Lisandro Oliveira. **"Imigração Alemã: O caso da família Haesbaert, Mata/RS (séculos XIX-XX)**. Santa Maria: UFSM, 2007, 79F. (Monografia de especialização).

ROTERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos**. São Leopoldo/Porto Alegre: SINODAL/Edições EST, 1997.

ROY, Fernande e SAINT-PIERRE, Jocelyn. A Alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RUBERT, Arlindo. A igreja açoriano-portuguesa no Ri Grande do Sul. In: DREHER, Martin N. **Populações Rio-Grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Editora Sinodal, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **A família brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauru: EDUSC, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Sherol. **Apesar do cativoiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 184 F. (Dissertação de Mestrado).

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (et al). **Questões de Teoria e Metodologia**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (Séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999. Coleção monografias.

SERNA, Justo e PONS, Anaclet. El ojo de la aguja ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In: TORRES, Pedro Ruiz. **La historiografía**. Madrid: Marcial Pons, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Marcos A. (org.). **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul- Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: PUCRS, 2004, 574 F. (Tese de Doutorado).

SOCOLOW, Susan Migden. Amor y matrimonio em la América Latina. In: GHIRARDI, M. Mónica. (comp.). **Cuestiones de família a través de las fuentes**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005.

SOUZA, Susana Bleil. **Fronteiras na História**: Os espaços norte americano e platino no século XIX. Santa Maria: UFSM, 2005. Revista de Integração Latino-Americana. Ano 2, nº 3.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006, 279 F. (Dissertação de Mestrado).

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMPHSON, Edward P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

UBERTI, Hermes Gilber. **A estância de São Rafael e a família Silva Pereira**: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865). Santa Maria: UNIFRA, 2007, 75 F. (Monografia de Especialização).

_____. **Os Silva Pereira**: patrimônio e conflito na mesopotâmia do Vale do Jaguari (1821-1856). Porto Alegre: Anais do II Encontro do GT História Agrária, 2009.

UBERTI, Mariete Taschetto. **Museu Fragmentos do Tempo de Mata (RS)**: descrição sobre o seu mobiliário e identificação de sua procedência. Santa Maria: UFSM, 2007. In: Revista *Apreciando*, n.º18, junho de 2007, p. 12-14.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: **Projeto Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna; uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

VIANA, João Faria. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Globo, 1937.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Vol. 27.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZONABEND, Françoise. Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIERÉ, André (Org.). **História da Família**: mundos longínquos. Lisboa: Terramar, 1998, p.13-66.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: Anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX). Porto Alegre: PUCRS, 2008, 428F. (Tese de doutorado).

WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.google.com.br/search>, acessado em 11/2010.

BARICKMAN, Bert Jude. **E se a casa não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835.** Revista Afro-Ásia, Universidade Federal da Bahia, 2003, n.º 29-30, p. 79-132. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx>, acessado em 06/2010.

BOURDON, Sylvain. **Relaciones y trayectorias biográficas: hacia un enfoque comprensivo de los modos de influencia.** Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 16, n. 6, junio 2009. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es>, acessado em 01/2010.

CANCELA, Cristina Donza. **Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais.** Belém 1870-1920. Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009. p. 24-38. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 02/2010.

CUNHA, Alexandre M. e GODOY, Marcelo M. **Redes clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas.** Caxambu: XIV Encontro Nacional de Estudos de População, 2004. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/siteevento2004 acessado em 04/2010.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história.** Topoi, v.10, n.19, jul-dez. 2009, p.7-16. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 02/2010.

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. **Família, sociedade e justiça.** Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro, n.º 111, outubro de 2008. Disponível em www.revistajc.com.br/ acessado em 10/2010.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **Corede Vale do Jaguarí.** Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/coredes=Vale+do+Jaguari>, acessado em 01/2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 07/2007.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica.** Topoi, v. 03, n. 5, jul. – dez. 2002, p.41-70. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 09/2009.

_____. **A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII.** Algumas notas de pesquisa. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.º 15 p.11-35, 2003. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/ acessado em 03/2010.

_____. **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII.** Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul. – dez.2010, p.74-106. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 01/2011.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na freguesia Madre de deus de Porto Alegre: A população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835.** Caxambu: XVII Encontro Nacional de Estudos de População, 2010. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/ acessado em 10/2010.

FREITAS, Sérgio. **A nobreza brasileira de A a Z.** Disponível em <http://www.sfreinobreza.com> acessado em 01/2011.

GOMES, Angela Castro. **Essa gente do Rio de Janeiro... Os intelectuais cariocas e o modernismo.** Rio de Janeiro: FGV, 1993. Estudos Históricos, v.6, n.º11, p.62-77. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index> acessado em 11/ 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima, FRAZÃO, Gabriel A. e SANTOS, Marília Nogueira dos. **Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.** Topoi, v.5, n.8, jan.-jun. 2004, p. 96-137. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 12/2009.

Histórico de São Vicente do Sul. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>, acessado em 07/2010.

IBARRA, Antonio e PAVÓN, Guillermina del Valle. **Redes sociales e instituciones: una nueva mirada sobre viejas incógnitas.** Revista Historia Mexicana. Vol. LVI, 2007. p. 717-723. Disponível em redalyc.uaemex.mx, acessado em 08/2010.

KLEP, Paul M.M. Introduction to special issue: contradictory interests of offsprings and parents, 1500-2000. **History of the family.** V.9, p. 349-354, 2004. Disponível em linkinghub.elsevier.com/retrieve, acessado em 06/2010.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva.** Curitiba: Revista Sociologia Política, n.º 14, jun. 2000, p. 173-194. Disponível em <http://www.scielo.br>, acessado em 07/2010.

LEIVA, Pilar Ponce. **Versatilidad social y poderes múltiples en la América colonial.** Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Coloquios, 2007. p. 1-10. Disponível em nuevomundo.revues.org/index, acessado em 08/2010.

LEVI, Giovanni. **Reciprocidad mediterránea.** Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna n.º 7. 2002. Disponível em <http://www.tiemposmodernos.org/> acessado em 03/2010.

MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. **Escrevendo a história com imagens fotográficas: historiografia das principais tendências no Brasil.** Porto Alegre: IX encontro estadual de história da ANPUH, 2008. Disponível em <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/> acessado em 03/2010.

Mapas históricos do Rio Grande do Sul. Elaboração SCP/DEPLAN, 2005. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>, acessado em 03/2010.

MENDES, José Amado. **O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos.** Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), p. 357-365. Disponível em www.analisesocial.ics.ul.pt/ acessado em 04/2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual.** Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n.º45, p. 11-36, 2003. Disponível em www.scielo.br/scielo.php acessado em 04/2010.

MERCER, José Luiz da Veiga e NADALIN, Sergio Odilon. **Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo.** Topoi, v.9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 12-21. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 12/2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII.** Análise social, vol. XXVIII (123-124), 1993, p. 921-950. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/index.htm> acessado em 01/2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836).** Topoi, v. 11, n. 21, jul. – dez.2010, p.127-142. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 01/2011.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade.** Topoi, v.4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 222-275. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 06/2009.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Revista Topoi, V.9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 67-92. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 02/2010.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O cenário Leopoldense entre 1850 a 1930.** Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 17, n. 2, ago./dez. 2002, p. 90-97. Disponível em <http://www.unifor.br/joomla/joomla/images/pdfs> acessado em novembro/2010.

SABOURIN, Eric. **Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, n.º 66, fev. 2008, p. 131-138. Disponível em <http://www.scielo.br/> acessado em julho de 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira.** Revista de Psicologia da USP, Vol. 13, n.2, 25 p. Disponível em www.scielo.br/ acessado em 12/2010.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836).** In: Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. San Sebastián: IV Congreso ADEH, 1995, p. 91-139. <http://www.adeh.org/pt/biblio/keyword/> acessado em 06/2009.

_____ e Scott Dario. **Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais.** Caxambu: XV Encontro Nacional de Estudos de População, 2006. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/ acessado em 03/2010.

_____. **Família e relações intergeracionais: Limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos.** Córdoba: III congresso da Associação Latino Americana de População, 2008. Disponível em <http://www.alapop.org/2009/images/> acessado em 02/2010.

_____. **Da reconstituição de famílias à reconstituição de comunidades históricas:** um exemplo do Noroeste de Portugal. 2008b. Disponível em http://historia_demografica.tripod.com/ acessado em 03/2010.

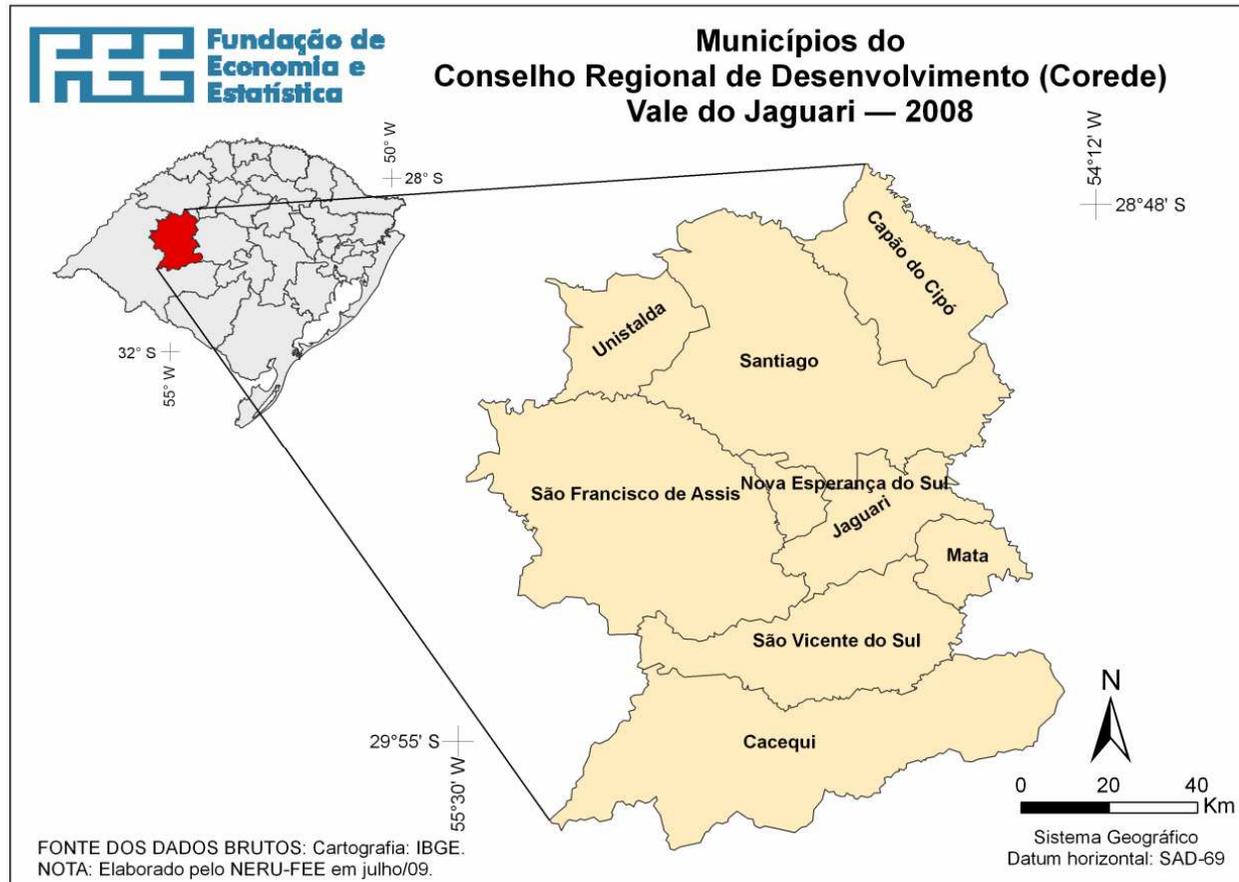
SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Família, estado e união consensual:** algumas considerações. Juiz de Fora: UFJF, 2000. Revista eletrônica de história do Brasil v. 4, n.2, jul./dez. 2000, p. 04-13. Disponível em <http://www.clionet.ufjf.br/rehb> acessado em 03/2010.

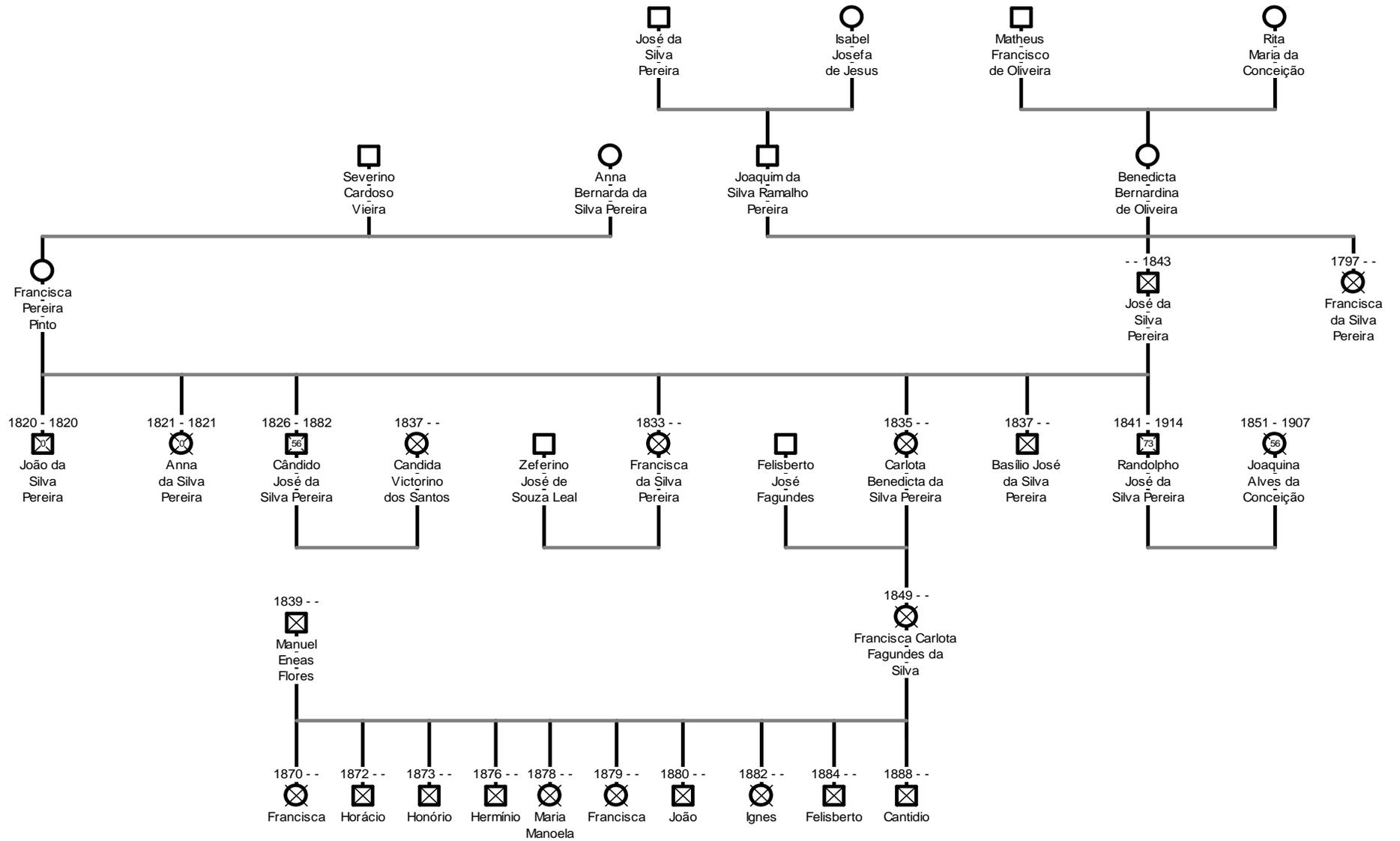
TEDESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade.** São Leopoldo: Unisinos, 2007. Ciências sociais, v. 43, n.1, jan./abr. 2007, p. 57-67. Disponível em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs acessado em 11/2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto [et. al]. **O compadre governador:** redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006. Vol. 26, n.º52. Disponível em www.scielo.br/ acessado em 06/2010.

ANEXOS

Mapa - A micro-região do Vale do Jaguari





1841 - 1914



Randolpho
José da
Silva Pereira

1851 - 1907



Joaquina
Alves da
Conceição

1869 - 1926



José da
Silva
Pereira

Mariana
de
Oliveira

1870 - 1941



Zeferino
José da
Silva Pereira

-- 1957
Olicia
de
Oliveira

1872 --



Candida
da Silva
Pereira

1866 --
João Carlos
da Costa
Junior

1873 --



Mariana
da Silva
Pereira

José
Canabarro
Filho

1876 --



Randolpho
da Silva
Filho

Duçolina
César
da Silva

1878 --



Rita
Alves
da Silva

1872 - 1941
Acácio
Alves de
Oliveira

1879 - 1961



Joaquina
Alves
da Silva

1862 - 1936
Martimiano
Egges
da Costa

1880 --



João da
Silva
Alves

Flora
Flores
da Silva

1881 --



Silvia
da Silva
Alves

João
Machado

1882 --



Quirino
Alves
da Silva

1889 --
Rita
Alves
Machado

1885 --



Alfredo
Alves
da Silva

Eva
Flores
da Silva

1887 - 1969



Junia
da Silva
Pereira

1886 - 1958
Odácio
Flores
da Silva

1888 --



Alzira
da Silva
Pereira

1890 --



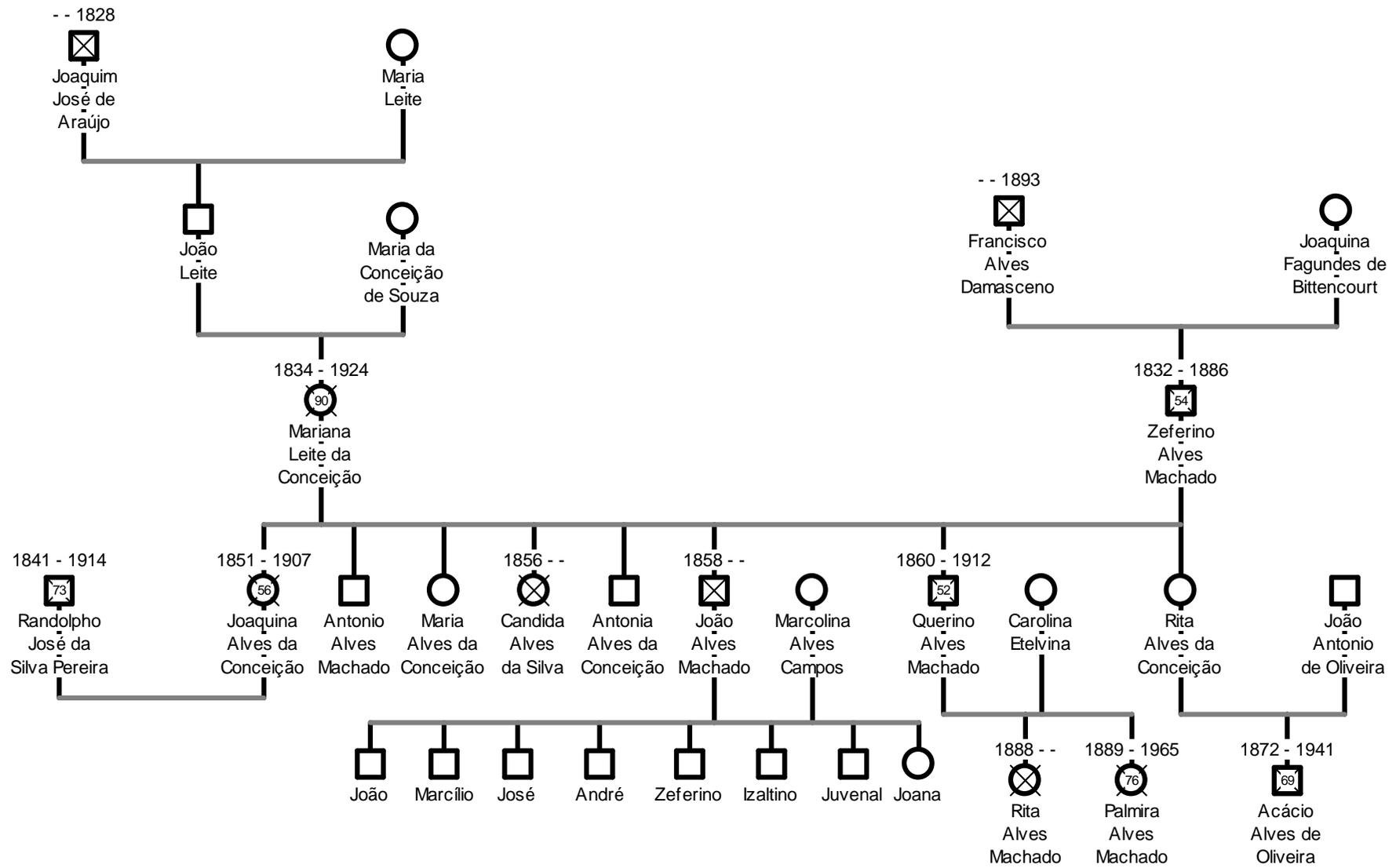
Maria das
Dores da
Silva Alves

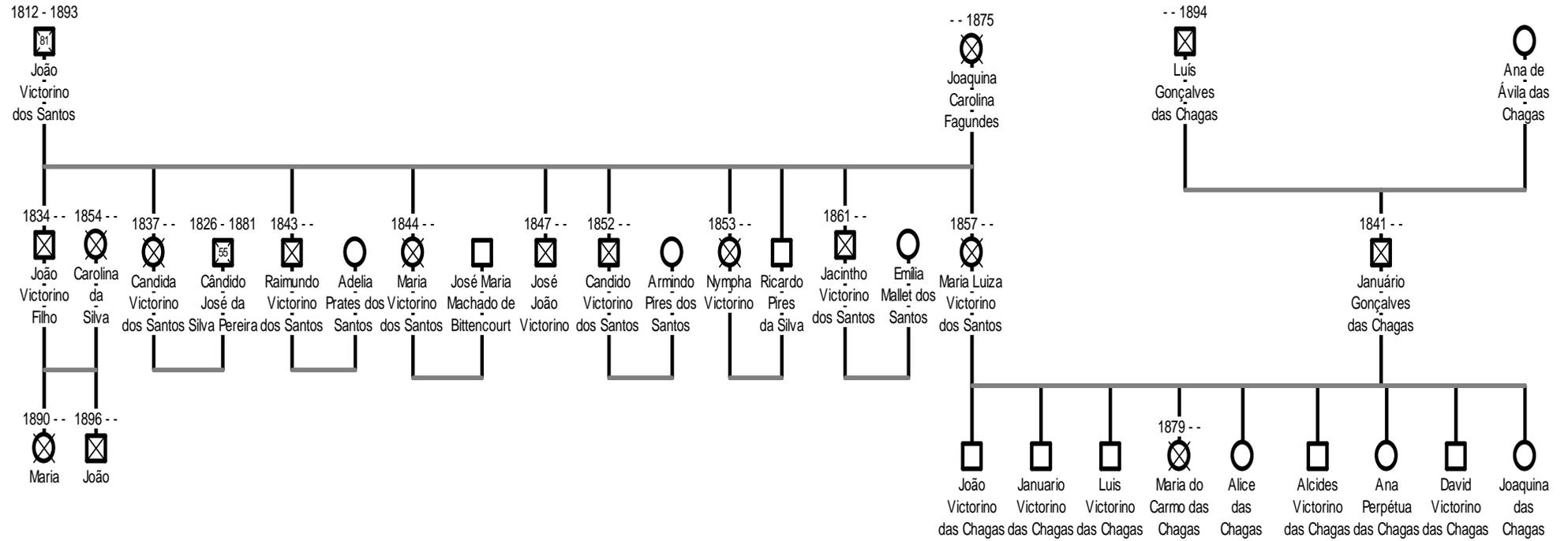
1892 --

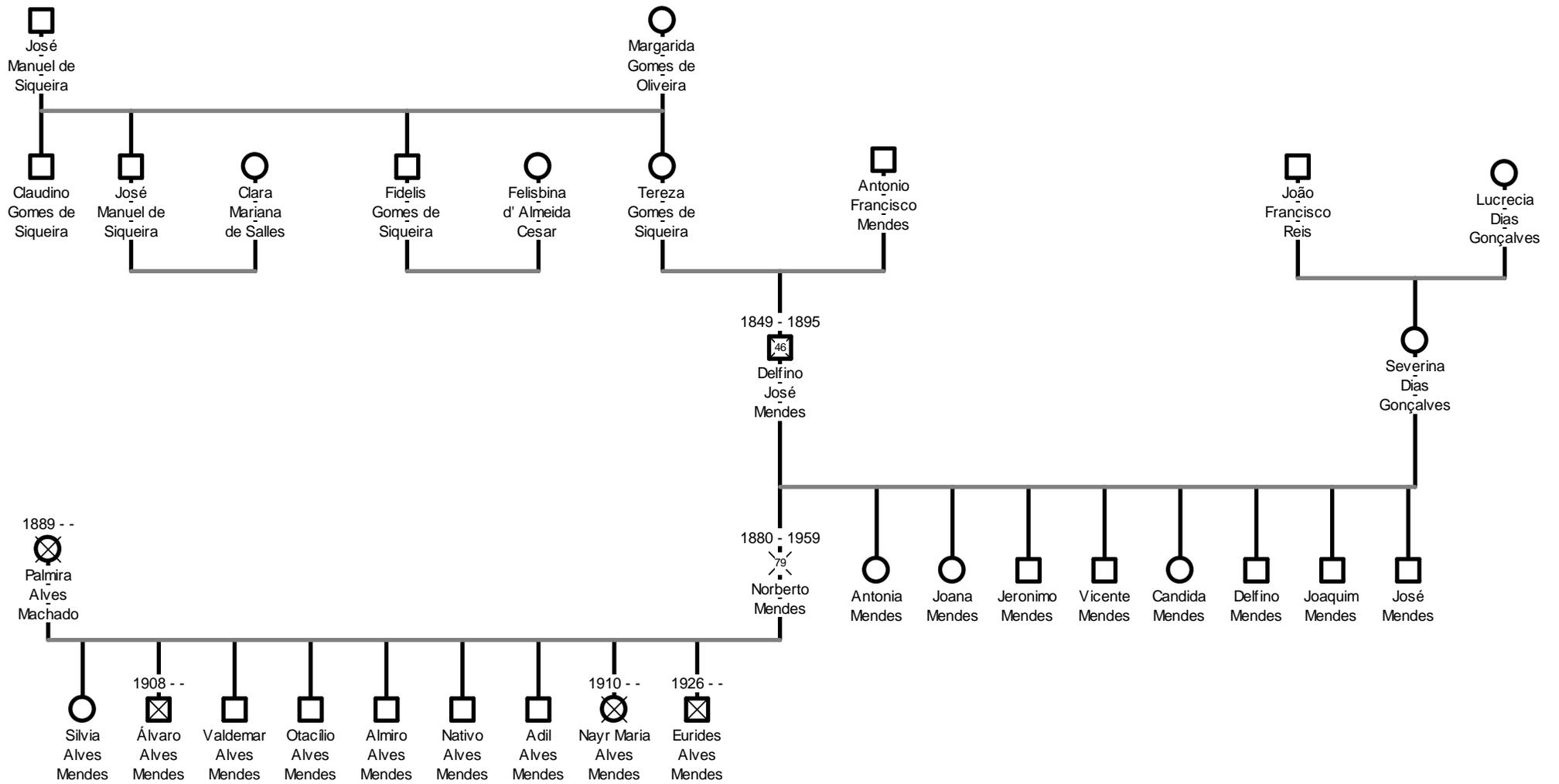


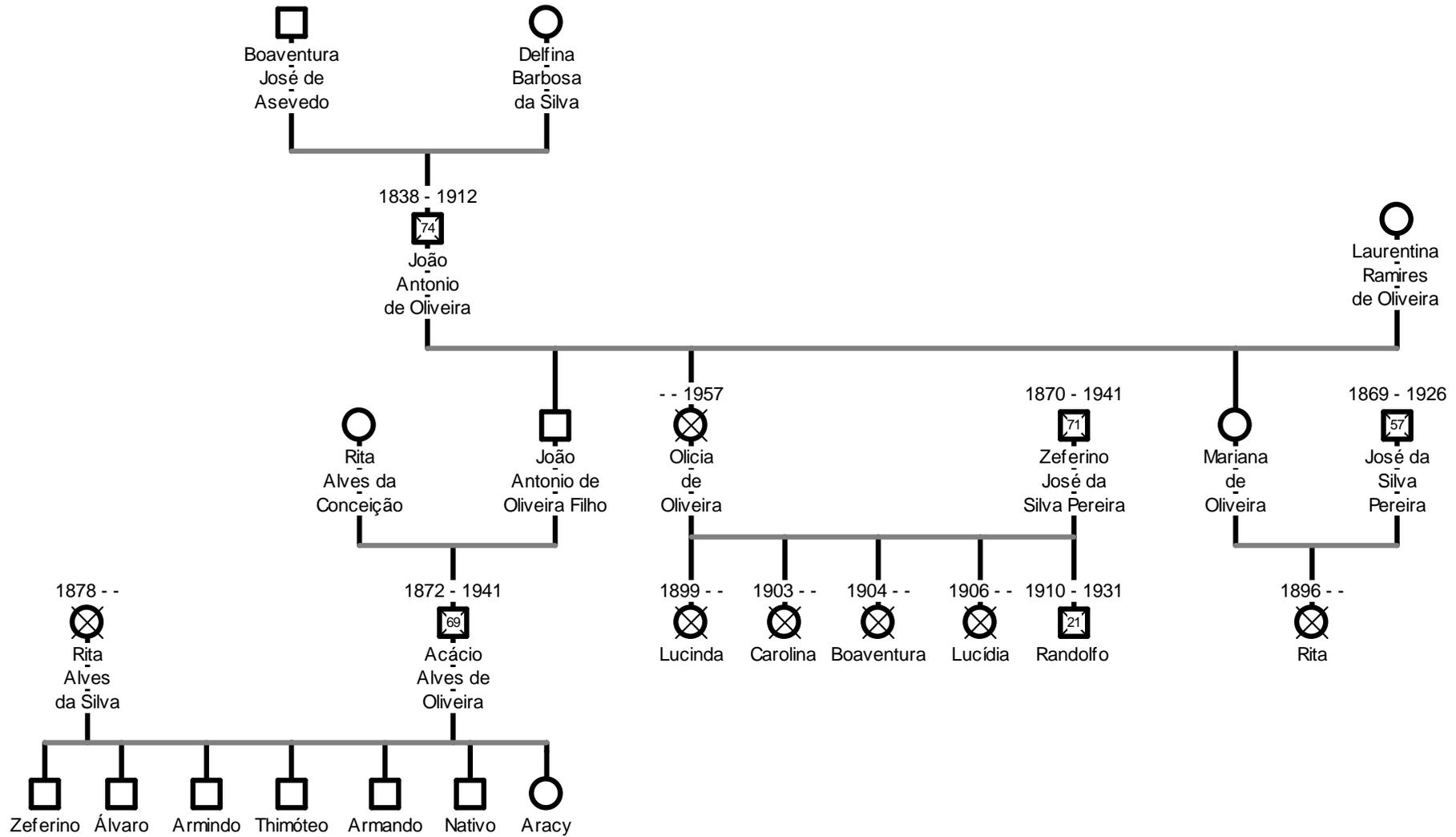
Juvenal
da Silva
Pereira

1898 --
Dulcineria
Mello









CARTA DE CESSÃO

À Hermes Gilber Uberti,
Mestrando do PPG em História da UNISINOS

Eu, Eurides Alves Mendes, casado, CI 2002933204, CPF 043.875.200-78 declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista, transcrita e autorizada, para leitura no dia 09 de junho do ano de 2010, a Hermes Gilber Uberti e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a terceiros a sua reprodução e o uso de citações dela, ficando vinculado ao Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS que detém a guarda da mesma.

Abdicando os direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha assinatura.

Mata, 09 de junho de 2010.

Local e Data

Assinatura

Tá chegando o mês de setembro, tempo de marcação do tio Randolpho

O Norberto morava lá no Coqueiro então o seu Randolpho quando tinha marcação convidava ele. Ele era laçador e pialava bem se garantia na corda, naquele tempo tinha valor o homem que sabia laçar. Ele vinha na marcação, durava três dias, o homem tinha 3.000 reses, juntava o pessoal da casa e vinha o pessoal lá da Boca da Serra (Rincão dos Alves) assistir a marcação do tio Randolpho.

A Palmira, a Rita e um irmão vinham de carretilha (uma carreta toldada) puxada por dois bois, levava um meio dia para chegar. Elas se hospedavam na casa do tio, tudo gente de casa, só voltava depois que o serviço terminava. Passava na frente da casa dele, a estrada sempre foi ali, quando me conheci como guri, já era ali, deve ter uns de 100 a 200 anos.

Laçavam o terneiro dentro da mangueira e puxavam o animal para fora meu pai ficava na porteira para pialar depois que a rês fosse derrubada se fazia todo o serviço no chão, precisava dois para apertar (segurar) e mais um para marcar. A marcação era no mês de setembro, todos os anos e se marcava terneiro de ano. Não tinha muito cuidado com os animal davam sal, curavam os abichado e tiravam os carrapatos. Depois que marcavam usavam colocar cinza com água para sarar mais rápido. Naquele tempo morria muito animal de 5 a 6 por cento principalmente de aftosa que dava em maio e setembro, dava na boca do animal caia até pedaço da língua e o animal não podia pastar. Além do gado eles plantavam mandioca, milho, batata-doce pra tratar os cavalos e os porcos.

De meio dia tinha churrasco, carneavam uma rês e misturavam a carne assada com farinha. Eles plantavam mandioca pra depois fazer farinha que trocavam por erva lá na Palmeira. Levavam a farinha de carreta muitas léguas distantes daqui.

Depois da lida ia em casa tomava um banho, trocava de roupa se perfumava com estrato Amor Gaúcho e voltava a galope pois de noite se divertiam com o toque de gaita, o gaiteiro que tocou quando eles se encontraram e dançaram pela primeira vez foi o Berchola, o baile começava logo que escurecia. Só tinha uma gaita e eles dançavam polca na sala da casa de moradia e para facilitar espalhavam farinha de milho no salão. Lá pela meia noite tinha um café bem forte com carne, depois voltavam a dançar mais um pouco, pois depois tinham que ir dormir pra no dia seguinte voltar a marcar terneiro. Os bailes eram diferentes os pares dançavam longe com todo o respeito.

Foi numa dessas marcações que a Rita se achou com o Quirino, primo irmão dela, mais tarde eles também se casaram. Foram morar logo ali na chácara velha, primeiro numa casa de madeira depois fizeram uma de material. Os filhos (de Randolpho e Joaquina) se

colocaram tudo na terra do pai. Quatro dos filhos moravam bem pertinho do pai além do Quirino, o Juvenal, o Randolfo Filho e o Alfredo.

Meus pais se casaram em 15 de novembro de 1908 e ficaram junto até 1959, ano em que meu pai morreu, ficaram 51 anos casados. Quando casaram foram morar com o sogro lá na serra dois anos depois vieram para chácara depois veio pra Mata. Plantavam pro gasto e criavam gado. Tiveram onze filhos, nove se criaram, foram eles: Silvia, Álvaro, Valdemar, Otacílio, Almiro, Nativo, Adil, Nair e eu (Eurides) que sou o único vivo. Tudo isso que eu estou historiei é porque a minha mãe Palmira me contou algumas vezes.

Alsira Mello

Eu não sei quando eles se casaram, o que eu sei é que a gente da Alsira era das bandas de Jaguari. Quando eles se casaram o seu Randolpho Silva escriturou uma quadra de campo no nome dela. Ela não podia mais herdar porque ele tinha mais de 60 anos. Após ter viuvado a Alsira Mello juntou todos os seus pertencentes numa carreta e foi embora pro Mato Grosso. A irmã dela, a Dulcineria era minha madrinha, ela não foi junto casou com o Juvenal, mas não durou muito, pois ele morreu de nó nas tripas, daí ela casou com o Zeca Souto.

Não sei dizer se a Alsira voltou ou se morreu por lá. As terras ela vendeu pro seu Doito, ele herdou duas quadras e quando morreu tinha conseguido juntar 25 quadras. Quem me contou esta história foi a Dona Sussula (Duçolina César esposa de Randolpho da Silva Filho).

CARTA DE CESSÃO

À Hermes Gilber Uberti,
Mestrando do PPG em História da UNISINOS

Eu, José Eron Silva Haesbaert, solteiro, CI 1018901197, CPF 230.955.800-10 declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista, transcrita e autorizada, para leitura no dia 08 de dezembro do ano de 2010, a Hermes Gilber Uberti e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a terceiros a sua reprodução e o uso de citações dela, ficando vinculado ao Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS que detém a guarda da mesma.

Abdicando os direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha assinatura.

Mata, 08 de dezembro de 2010.

Local e Data

Assinatura

Christian Nathanael Haesbaert

Sétimo filho de Johann Peter Christian, nascido em 06 de setembro de 1803 e de Marie Louise nascida em 05 de junho de 1820. Christian Nathanael nasceu em Hamburgo Velho em 29 de novembro de 1856 e faleceu em Vila Clara em 30 de dezembro de 1936. Casou-se em primeiras núpcias com Katharina Christina Schreiner, nascida em Estância Velha a 22 de abril de 1859 e faleceu em São José do Louro em 10 de setembro de 1915. Katharina Christina era filha do estancieiro Thomas Schreiner e de Christine, nascida Jung. Em 1917 o Coronel Christiano entregou sua propriedade e serraria, em São José do Louro a seu filho Reinaldo e retirou-se à vida privada em seu sítio localizado a 12 km da estação ferroviária de Mata e a sete de sua propriedade em São José do Louro. Em segundas núpcias o Coronel Christiano casou-se em Vila Clara com a viúva Anna Praetorius, em 13 de setembro de 1925.

Foi negociante em Estância Velha de 1876 a 1880. Hoteleiro e proprietário de uma navegação fluvial em São Gabriel da Estrela de 1880 a 1903 quando vendeu seus negócios em São Gabriel e passou a residir em São José do Louro, quarto distrito de São Vicente do Sul, foi Coronel da Guarda Nacional, sub Delegado de Polícia e Chefe do Partido Republicano Castilhistas no distrito de São Vicente no Rio Grande do Sul.

Alsira Mello

Ele viuviu em 1907, certamente casou-se entre 1907 e 1908. Quando se casaram ele fez uma doação de terras. Minha família tem como sendo um presente de casamento dele à noiva se não se casaram oficialmente não tenho como confirmar. Sei que apenas um filho dele era a favor desta união os demais todos eram contra. O tio Doito foi o único que concordou com o segundo casamento do pai.

Ela trouxe a irmã Dolcinéria e a enteada Alice para viver juntos. Alice não era irmã dela, era apenas enteada da Alsira. Dessa segunda união não tiveram filhos

O meu bisavô morreu em 1914, minha avó contava que foram três dias entre a morte e o sepultamento, levaram ele de carreta e que o velho já tava cheirando mal na quando enterraram ele no cemitério dos Alves. Pouco depois a Alsira, vendeu a propriedade e foi embora de carreta para o Mato Grosso, não sei quem foi com ela. Como a Dolcinéria não quis ir junto, e a Alsira não quis deixá-la sozinha com a Alice, obrigou a Dolcinéria a se casar com

um filho do Randolpho, e assim ela pode fazer a viagem para este outro estado sabendo que a irmã estava amparada legalmente.

Alguns anos depois ela volta para o Rio Grande do Sul, e trouxe penas de pavão de presente para as netas. As netas as quais me referi eram na realidade netas do Randolpho, mas a Alsira as considerava como tais. Minha mãe foi uma das que recebeu uma pena.